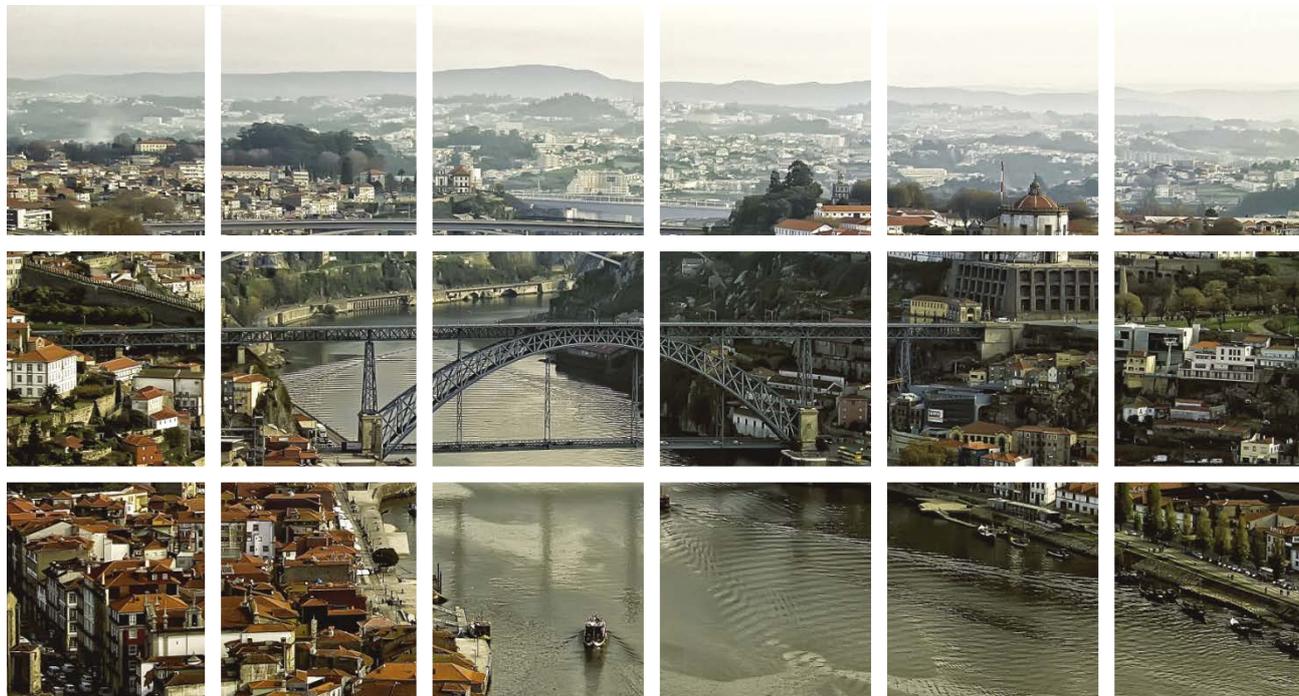


---

# Plano de Desenvolvimento Social Vila Nova de Gaia

---

2017-2021



---

# Ficha Técnica

## Supervisão:

Vereadora Adjunta do Pelouro de Ação Social - Dr.<sup>a</sup> Elisa Cidade  
Coordenação – Diretora Municipal DMIS – Eng.<sup>a</sup> Vera Pacheco

Apoio Núcleo executivo da Rede Social

## Execução:

Equipa da Divisão de Ação Social, Voluntariado e Saúde da Câmara Municipal de Gaia  
Marina Nunes  
Olga Damas  
Susana Barros

## Consultoria:

António Batista

## Apoio na georreferenciação:

Valentina Almeida

## Foto Capa:

Fernando Bagnola

---

# Sumário Executivo

Cidades médias como Vila Nova de Gaia têm vindo, por toda a Europa, a constituir-se como polos de definição de estratégias de diferenciação socioeconómica e de racionalização do território através da definição de uma identidade local identificadora e mobilizadora.

A alavancagem de dinâmicas de desenvolvimento, apoiadas nos recursos próprios, protagonizando modelos de atratividade e competitividade reflete-se na definição de estratégias de desenvolvimento de atores e características distintivas e no posicionamento da cidade no contexto da AMP e da estratégia europeia 2020 determina o acesso a recursos e financiamentos.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Vila Nova de Gaia é indissociável deste quadro de referência do território e da estratégia de cidade com as suas políticas locais específicas. No âmbito do desenvolvimento social estão da vez mais presentes os fatores globais de diferenciação do território e da correspondência, na área social, da definição de estratégias de empregabilidade, capacitação institucional, qualificação e escolarização e da inovação e empreendedorismo.

O PDS procurou interpretar e transpor para a área social estas tendências e dinâmicas do território acrescentando a perspetiva própria da coesão e da inclusão social que permite qualificar socialmente a estratégia de desenvolvimento global.

No sentido de corresponder à dimensão de afirmação estratégica do território, o PDS de Vila Nova de Gaia estruturou-se em quatro dimensões:

- **Estratégia inclusiva** enquadrada na estratégia de desenvolvimento social definida nas características distintivas e diferenciadoras do concelho com a identificação das potencialidades e fatores de inclusão a mobilizar.

A heterogeneidade e diversidade física e social do território, a sua malha institucional densa e qualificada, a posição de centralidade produtiva e industrial numa economia de complementaridade no contexto da AMP, define um conjunto de potencialidades para a afirmação da matriz inclusiva e socialmente com a afirmação simultânea da capacidade de inovação e empreendedorismo como marca e visão do concelho.

O empreendedorismo inclusivo com base na especificidade territorial da disseminação do protagonismo social das freguesias e sua identidade e iniciativa própria, ancorado numa visão comunitária e integrada de intervenção em rede que caracteriza o concelho de Gaia, poderá gerar o capital de inovação social que diferencie estrategicamente o concelho no âmbito da área metropolitana, em que se insere.

- **Dimensionamento e qualificação das infraestruturas** (Carta de Respostas e Equipamentos) como fator crítico de desenvolvimento social. O PDS procedeu à análise e caracterização das redes de equipamentos e respostas sociais em três áreas consideradas promotoras do desenvolvimento social: educação; respostas e equipamentos sociais e saúde.

A infraestruturização da rede de equipamentos e respostas, nas áreas analisadas no concelho de Gaia, foi considerado um dos seus pontos fortes e de elevado potencial na promoção do desenvolvimento social. De facto o concelho apresenta bons índices de cobertura e distribuição no território. Apesar das lacunas identificadas nalgumas tipologias e que urge corrigir, o desafio atual, tal como na área metropolitana em geral, é o da qualificação e inovação da rede nas tipologias inovadoras e na oferta educativas e formativa que responda às necessidades sociais emergentes nas mudanças sociais entretanto verificadas.

---

Ultrapassada (parcialmente) a etapa da localização e implementação das respostas e equipamentos, consta-se, no PDS, a premência da etapa da sua especialização e diferenciação qualitativa. Depois de respondidas as necessidades identificadas no mapeamento da AMP, a nova geração de investimento na infraestruturação deverá orientar-se para problemáticas específicas e atuais dos idosos, da deficiência, da comunidade em termos gerais de coesão e identidade social, para as problemáticas comportamentais e da promoção do sucesso escolar, qualificação e formação de novas competências dos jovens no concelho.

- **Risco e vulnerabilidade social** (Carta de Risco) como enfoque na definição de grupos e fatores de risco para a orientação da intervenção no concelho. A persistência de algumas vulnerabilidades sociais no concelho e a emergência de outras para as quais ou não existem respostas ou estas estão desadequadas, foi objeto de análise detalhada e de elaboração de propostas e tipologias de intervenção.

O PDS procurou apoiar a elaboração de estratégias de intervenção das instituições e agentes do concelho, nas necessidades sociais específicas e nos grupos de risco determinados e caracterizados estatisticamente.

A abordagem dos fatores de risco inerentes nas fragilidades sociais permitirá a intervenção focalizada e direcionada para impactos sociais verificáveis criando um dispositivo de ação mais eficiente e eficaz no concelho.

- **Projetos e intervenção estruturante** nos territórios de intervenção com ações integradas promotoras da capacidade criativa e inovadora de cada freguesia (e das respetivas instituições nas CSIF's) identificadas como ponto forte e diferenciador do concelho. Para evitar a dispersão e a falta de escala nos projetos e ações do concelho, o PDS propôs a constituição de projetos âncora definidos na lógica partilhada da inovação social produzida a nível micro mas com objetivo de disseminar práticas, conhecimento e escala no conjunto do dispositivo institucional do concelho.

A empregabilidade num contexto mais global em que o empreendedorismo e o desenvolvimento de competências nos grupos mais vulneráveis nesta temática, jovens qualificados e desempregados de longa duração, foi proposta como temática agregadora de recursos e ações transversais no concelho, simultaneamente promotora do desenvolvimento social pela possibilidade de estímulo à competitividade e inovação social.

O PDS propõe o investimento estratégico na definição da governação da intervenção propondo a criação de grupos temáticos e setoriais que lhe deem corpo e possibilidade operacional no terreno. A especificidade do planeamento em rede impõe a definição de processo de governação partilhados e o investimento contínuo na animação dos grupos de trabalho e planos de ação específicos nos quais as diretrizes de planeamento têm dificuldade em ser transpostos para o terreno e apropriados pelas instituições.

No modelo de construção do PDS procurou-se também a criação de estruturas de apoio e suporte à qualificação da ação pelo conhecimento aplicado e ligado à prática dos técnicos. Neste sentido foi proposta a criação de estatura de produção de conhecimento que apoie a efetiva operacionalização do PDS.

# Índice

Índice de Tabelas.....	7
Índice de Gráficos .....	10
Siglas e Acrónimos .....	12
Percurso Metodológico .....	15
1. Visão Estratégica para o Desenvolvimento Social de Gaia .....	21
1.1. Estratégia Inclusiva de Gaia .....	21
1.2. Índice de Desenvolvimento Social de Gaia .....	28
2. Gaia em Números: Referencial Estatístico de Gaia .....	31
2.1. População .....	31
2.2. Estruturas Etárias .....	37
2.3. Indicadores Demográficos.....	39
2.4. Famílias .....	52
3. Caracterização da Rede da Qualificação para a Inclusão.....	58
3.1. Respostas na Área da Educação .....	58
3.1.2. Rede Educativa e de Formação .....	65
3.2. Oferta de Formação e Qualificação .....	68
3.3. Carta de Equipamentos e Respostas Sociais .....	71
3.3.1. Crianças e Jovens .....	75
3.3.2. Idosos.....	82
3.3.3. Deficiência .....	90
3.4. Rede de Equipamentos de Saúde.....	94
4. Carta de Risco Social – Análise de problemáticas e vulnerabilidades .....	96
4.1. Vulnerabilidades Sociais Específicas.....	96
4.1.1. Famílias em situação de Vulnerabilidade Familiar.....	96
4.1.2. Deficiência em Vulnerabilidade Social.....	115
4.1.3. Demência e Saúde Mental .....	119
4.2. Risco Imediato de Exclusão.....	127
4.2.1. Vítimas de Violência Doméstica.....	127
4.2.2. Crianças e Jovens em Risco.....	131
4.2.3. Jovens que Não Trabalham Nem Estudam (NEET).....	138
4.2.4. Comportamentos de Risco .....	142
4.2.5. Jovens Qualificados à procura do primeiro Emprego ou no Desemprego .....	149
4.2.6. Desempregados de Longa Duração (DLD's) .....	152
4.2.7. Idosos em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social.....	158
4.3. Risco Potencial/Estrutural.....	160
4.3.1. População Ativa de Baixas Qualificações .....	160
4.3.2. Jovens em Risco de Insucesso e Abandono Escolar.....	164
4.3.3. Sêniores em situação de Isolamento.....	168

---

5. Bolsa de Projetos de Inovação Social.....	172
5.1. Projeto “Gaia Empregabilidade” .....	174
5.2. Projeto Loja da Comunidade – “Mercado para a Inclusão” .....	181
6. Modelo de Governação .....	183
7. Observatório para a Qualificação da Intervenção.....	188
Anexo I. Bibliografia .....	191

# Índice de Tabelas

Tabela 1 – População Residente.....	31
Tabela 2 – População Residente nos Municípios da AMP, em 2011 e 2015 .....	33
Tabela 3 – Indicadores demográficos de Vila Nova de Gaia, 2011, 2014 e 2015 .....	42
Tabela 4 – Índice de Dependência Total, Idosos e Jovens em Vila Nova de Gaia, em 2011 e 2015.....	46
Tabela 5 – Índice de Dependência Total em Portugal e AMP, 2015 .....	46
Tabela 6 – Taxa de Crescimento Efetivo, Natural e Migratório de Vila Nova de Gaia, em 2011 e 2015 ( <i>ver gráfico</i> ) .....	49
Tabela 7 – Contributo dos Saldos Natural e Migratório para a variação Populacional Anual.....	50
Tabela 8 – Imigrantes por País de Origem .....	51
Tabela 9 – Relação de Alunos e, Taxas de cobertura do Concelho em Equipamento Pré-escolar.....	59
Tabela 10 – Distribuição percentual das Taxas de Cobertura e de utilização em Equipamento Pré- Escolar em Vila Nova de Gaia .....	60
Tabela 11 – Distribuição percentual, das Taxas de Cobertura e de utilização do ensino Pré-escolar, em Rede Pública.....	61
Tabela 12 – Relação de Aluno do 1º Ciclo da Rede Pública em V. N. Gaia.....	62
Tabela 13 – 2º, 3º Ciclo, Secundário, Vocacional, 3ª Ciclo Ensino Básico, Secundário, CEFA, Ensino Recorrente, Profissional no Ensino Público em Vila Nova de Gaia.....	63
Tabela 14 – Relação de alunos do 1º,2º e 3º ciclo, Secundário, Secundário Cursos Científicos tecnológicos, Vocacional 3º CEB e Vocacional Secundário, Ensino Profissional no Ensino Privado em Vila Nova de Gaia.....	64
Tabela 15 – Quadro Síntese.....	65
Tabela 16 – Tipologia de Formação e Nível de Qualificação.....	66
Tabela 17 – Distribuição absoluta da oferta Formativa em rede Pública e Privada.....	67
Tabela 18 – Tipologia de Formação e Nível de Qualificação.....	69
Tabela 19 – Número de Cursos e de formandos por Nível de Qualificação .....	70
Tabela 20 – Taxas de Cobertura e de Utilização, em resposta Creche, no concelho de Vila Nova de Gaia.....	77
Tabela 21 – Distribuição percentual, da Taxa de Cobertura de Equipamentos em Creche e Taxa de Utilização na Rede de Cooperação, por Freguesias .....	78
Tabela 22 – Distribuição percentual das taxas de cobertura, e de utilização, em equipamento creche, para na AMP e Vila Nova de Gaia.....	79
Tabela 23 – Número de resposta de ATL na rede Solidária, rede Lucrativa e rede Pública em Vila Nova de Gaia, por Freguesia.....	80
Tabela 24 – Número de Instituições e Respostas Sociais.....	81
Tabela 25 – Respostas Sociais para a Terceira Idade no concelho de Vila Nova de Gaia .....	84
Tabela 26 – Distribuição percentual, das Taxas de Cobertura do concelho e da Rede de Solidariedade Social.....	85
Tabela 27 – Distribuição percentual da Taxa de utilização em Equipamentos da Rede de Solidariedade Social.....	85
Tabela 28 – Taxa de Utilização e de Cobertura da Rede de Solidariedade Social e do Concelho.....	86
Tabela 29 – Distribuição percentual da Taxa de Cobertura em Respostas Sociais em CD, ERPI e SAD, para a AMP e VNG86	
Tabela 30 – Respostas em SAD, ERPI E CD e Taxas de Cobertura, da Rede de Solidariedade Social.....	87
Tabela 31 – Distribuição percentual na Rede de Solidariedade Social, por freguesia e Tipo de Equipamento .....	88
Tabela 32 – Taxa de cobertura por Freguesia em ERPI, CD e SAD em Vila Nova de Gaia .....	89
Tabela 33 – Equipamentos de Apoio à Deficiência.....	91
Tabela 34 – Respostas Sociais na Área da Deficiência.....	92
Tabela 35 – Equipamentos de Apoio á Deficiência: Novos Projetos ou Programas.....	93
Tabela 36 – Equipamentos da Saúde – ACES.....	94
Tabela 37 – Equipamentos da Saúde – Hospitais.....	95

Tabela 38 – Equipamentos da Saúde – Centro de Respostas integradas.....	95
Tabela 39 – Percentagem de Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.....	100
Tabela 40 – Percentagem de Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações: Reformados/Aposentados e Pensionistas, 2016.....	101
Tabela 41 – Número de Beneficiários de RSI entre 2010 e 2015.....	101
Tabela 42 – Valor Médio Processado de Prestação Pecuniária do RSI, por Agregado e Freguesia (€).....	105
Tabela 43 – Montantes Processados de Prestação Pecuniária RSI por Freguesia (€)/Ano 2015.....	106
Tabela 44 – Número de Agregados abrangidos pelo Programa Gaia+Inclusiva, por tipo de Apoio – 2016.....	107
Tabela 45 – Programa Gaia+Inclusiva – Apoio na Carência Económica e Emergência Social (>65 anos).....	107
Tabela 46 – Número de pedidos de Habitação Social em 2016.....	108
Tabela 47 – Número de pedidos de Habitação Social no primeiro trimestre 2017.....	109
Tabela 48 – Número de Alunos do 1.º Ciclo por Escalão.....	110
Tabela 49 – Número de Alunos do Pré-escolar por Escalão.....	110
Tabela 50 – Número de Alunos por tipo de Deficiência e Nível de Escolaridade.....	115
Tabela 51 – Lista de espera por Resposta Social na área da Deficiência.....	116
Tabela 52 – Situações de Demência no ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia.....	123
Tabela 53 – Número de Autos elaborados / denunciados / comunicados por “Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos” em 2015 e 2016.....	127
Tabela 54 – Percentagem de vítimas de “Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos” por Ano e Género.....	127
Tabela 55 – Número de Autos elaborados / denunciados / comunicados por “Violência Doméstica contra Menores” por Ano.....	127
Tabela 56 – Número de Vítimas de “Violência Doméstica contra Menores” por Ano e Género.....	128
Tabela 57 – Número de Autos elaborados / denunciados / comunicados por “Outros Crimes de Violência Doméstica” por Ano.....	128
Tabela 58 – Número de Vítimas por “Outros crimes de Violência Doméstica por Ano e Género”.....	128
Tabela 59 – Processos Instaurados nas CPCJ Norte e Sul entre 2009 e 2016.....	132
Tabela 60 – Atividade Processual nas CPCJ Norte e Sul.....	132
Tabela 61 – Grupos Etários.....	133
Tabela 62 – Processos Instaurados 2015/2016.....	134
Tabela 63 – Medidas e Procedimentos de Aplicações das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas durante um Ano.....	134
Tabela 64 – Medidas e Procedimentos de Aplicações das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas durante um Ano.....	134
Tabela 65 – Processos de Promoção e Proteção 2015/2016.....	135
Tabela 66 – Inquéritos Tutelares Educativos Movimentados.....	135
Tabela 67 – Percentagem de Jovens NEET até 31/10/2016, por Género no Concelho de Vila Nova de Gaia.....	138
Tabela 68 – Percentagem de Utentes pelas quatro principais Substâncias Consumidas.....	142
Tabela 69 – Percentagem de Utentes por Género.....	144
Tabela 70 – Percentagem de Utentes por Estado Civil.....	144
Tabela 71 – Jovens Desempregados por Grupo Etário.....	149
Tabela 72 – Número de Desempregados entre Dezembro de 2010 e Janeiro 2017.....	152
Tabela 73 – Percentagem de Desempregados por Género.....	152
Tabela 74 – População Desempregada por Habilitações Literárias 2017.....	153
Tabela 75 – População Desempregada por Grupo Etário.....	154
Tabela 76 – Desemprego Registrado e situação face ao Emprego.....	155
Tabela 77 – Número de idosos abrangidos pelo complemento solidário de idoso e pela pensão social de velhice, em Vila Nova de Gaia.....	158
Tabela 78 – Ocorrências Disciplinares no 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico.....	164

---

Tabela 79 – Ocorrências Disciplinares no Ensino Secundário .....	164
Tabela 80 – Ocorrências Disciplinar por Nível de Ensino .....	165
Tabela 81 – Síntese das Ocorrências Disciplinares no Ano Letivo 2015/16 (2º, 3º Ciclo e Secundário) .....	165
Tabela 82 – Número de famílias Unipessoais com mais de 65 Anos em Vila Nova de Gaia .....	168
Tabela 83 – Número de situações identificadas de Idosos Isolados, por Freguesia .....	169
Tabela 84 – Modelo de Governação do(s) Projeto(s).....	175
Tabela 85 – Caracterização da Componente 1 – Gaia Emprega + .....	176
Tabela 86 – Ficha da Componente 1 – Gaia Emprega + .....	177
Tabela 87 – Caracterização da Componente 2 – Comunidade Empreendedora.....	178
Tabela 88 – Ficha da Componente 2 – Comunidade Empreendedora.....	178
Tabela 89 – Caracterização da Componente 3 – Agência para o Emprego.....	180
Tabela 90 – Ficha da Componente 3 – Agência para o Emprego .....	180
Tabela 91 – Caracterização do Projeto Loja da Comunidade “Mercado para a Inclusão” .....	181
Tabela 92 – Ficha Projeto Loja da Comunidade “Mercado para a Inclusão” .....	181

# Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População Residente.....	32
Gráfico 2 – Densidade Populacional segundo os Censos nos Municípios da AMP.....	34
Gráfico 3 – População Residente, por Freguesia em Vila Nova de Gaia.....	35
Gráfico 4 – Densidade Populacional em Vila Nova de Gaia por freguesia por km <sup>2</sup> (à data dos Censos 2011).....	36
Gráfico 5 – Estruturas Etárias da população, por Género, em Vila Nova de Gaia, 2015.....	37
Gráfico 6 – Variação percentual da População Residente em Vila Nova de Gaia por grupo etário, 2001 – 2015.....	38
Gráfico 7 – Taxa Bruta de Natalidade em Portugal e Municípios da AMP.....	39
Gráfico 8 – Taxa Bruta Mortalidade em Portugal e nos Municípios da AMP.....	40
Gráfico 9 – Taxa de Fecundidade Geral no Continente e nos Municípios da AMP.....	41
Gráfico 10 – Índice de Envelhecimento em Portugal e nos Municípios da AMP.....	42
Gráfico 11 – Índice de Dependência de Idosos em Portugal e nos Municípios da AMP.....	43
Gráfico 12 – Índice de Longevidade em Portugal e nos Municípios da AMP.....	44
Gráfico 13 – Índice de Dependência de Jovens em Portugal e na AMP.....	45
Gráfico 14 – Índice Sintético de fecundidade no Continente e nos Municípios da AMP.....	47
Gráfico 15 – Taxa de crescimento Efetivo, Natural e Migratório, nos Municípios da AMP, em 2015.....	48
Gráfico 16 – Taxa de Crescimento Efetivo, Natural e Migratório de Vila Nova de Gaia, em 2011 e 2015.....	49
Gráfico 17 – Número de Imigrantes por Género.....	51
Gráfico 18 – Total de Famílias Clássicas, segundo os Censos, nos Municípios da AMP.....	52
Gráfico 19 – Dimensão Média das Famílias nos municípios da AMP, segundo os Censos, 2011.....	53
Gráfico 20 – Total de Famílias Unipessoais nos Municípios da AMP, segundo os Censos.....	54
Gráfico 21 – Total de Famílias Unipessoais com mais 65 anos, nos Municípios da AMP, segundo os Censos.....	55
Gráfico 22 – Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais por local de residência no Município de Vila Nova de Gaia, 2011.....	56
Gráfico 23 – Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais por local de residência no Município de Vila Nova de Gaia, + 65 anos.....	57
Gráfico 24 – Distribuição percentual da Taxa de Cobertura, no ensino Pré-escolar, por tipo de Equipamento, no concelho de Vila Nova de Gaia.....	60
Gráfico 25 – Distribuição percentual, da Taxa de Cobertura, por Freguesia.....	61
Gráfico 26 – Frequência absoluta do Número de Cursos por área de Educação e Formação.....	68
Gráfico 27 – Frequência absoluta do Número de Cursos por área de Educação e Formação.....	70
Gráfico 28 – Número de utentes e de Academias/Universidades Séniores em Vila Nova de Gaia.....	90
Gráfico 29 – Número de processos Familiares Ativos (total e novos no ano), em 2015, por Freguesia de residência do titular.....	96
Gráfico 30 – Número de processos com Apoios Económicos e número de Apoios Económicos Processados, 2015.....	97
Gráfico 31 – Número de atendimentos de Beneficiários de Processos Familiares Ativos em 2015, por Freguesia de residência.....	98
Gráfico 32 – Beneficiários de Subsídios da Segurança Social.....	99
Gráfico 33 – Percentagem de Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (2013) e Social de Velhice (2014).....	100
Gráfico 34 – Percentagem de Beneficiários RSI de Vila Nova de Gaia por freguesia/ 2015.....	102
Gráfico 35 – Número de Agregados Familiares Beneficiários do RSI, em %, por Freguesias/2015.....	103
Gráfico 36 – Percentagem de Beneficiários do RSI em relação á População Residente.....	104
Gráfico 37 – Percentagem de Alunos com Escalão A+B no 1.º Ciclo.....	111

---

Gráfico 38 – Percentagem de Alunos com Escalão A+B na Pré-escolar.....	112
Gráfico 39 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Equipamentos Sociais para Terceira Idade, em V. N. Gaia.....	119
Gráfico 40 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Equipamento Residencial para Pessoas Idosas..	120
Gráfico 41 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Centro de Dia.....	121
Gráfico 42 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Serviço de Apoio Domiciliário.....	122
Gráfico 43 – Entidades Sinalizadoras .....	132
Gráfico 44 – Problemáticas Sinalizadas .....	133
Gráfico 45 – Factos qualificados como Crime investigados em Inquérito Tutelar Educativo 2015/2016.....	135
Gráfico 46 – Total de Jovens NEET por área de residência no Concelho de Vila Nova de Gaia .....	138
Gráfico 47 – Percentagem de Jovens NEET sobre População da Freguesia .....	139
Gráfico 48 – Percentagem de Utentes por Freguesia .....	142
Gráfico 49 – Percentagem de Utentes por Grupo Etário .....	143
Gráfico 50 – Percentagem de Utentes por Situação Profissional.....	143
Gráfico 51 – Percentagem de Utentes por Habilitações Literárias .....	144
Gráfico 52 – Número de Jovens por Idade e Escolaridade .....	149
Gráfico 53 – População Desempregada por Freguesia .....	152
Gráfico 54 – Percentagem de desempregada por Freguesia e Género 2017.....	153
Gráfico 55 – Desempregados por Grupo Etário e Freguesia %.....	154
Gráfico 56 – População Ativa por Escolaridade .....	160
Gráfico 57 – Trabalhadores por Conta de Outrem: Total e por Nível de Escolaridade.....	161

## Siglas e Acrónimos

AAAF	Atividades de animação e Apoio à família
ACES	Agrupamentos de Centros de Saúde
AMP	Área Metropolitana do Porto
ANQUEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
APD	Associação Portuguesa de Deficientes
APPACDM	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
APPDA	Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo
ATL	Atividades de Tempos Livres
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CAARPD	Centro de Atendimento e Acompanhamento de Reabilitação de Pessoas com Deficiência
CAF	Centro de Apoio à Família
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CD	Centro de Dia
CDP	Centro de Diagnóstico Pneumológico
CEB	Ciclo de Ensino Básico
CEF	Cursos de Educação e Formação
CEF VN Gaia	Centro de Emprego e Formação de Vila Nova de Gaia
CEFA	Cursos de Emprego e Formação de Adultos
CEFPI	Centro de Educação e Formação Profissional Integrada
CERCI - Gaia	Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRG	Centro de Reabilitação da Granja
CRI	Centro de Respostas Integradas
CRPG	Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
CS	Centro de Saúde

CSI	Complemento Solidário para Idosos
CSIF's	Comissões sociais Inter-Freguesias
DASVS	Divisão de Ação Social, Voluntariado e Saúde
DLD's	Desempregados de Longa Duração
DMIS/DASE	Direção Municipal de Inclusão Social - Divisão de Ação Social Escolar
DMIS/DE	Direção Municipal de Inclusão Social - Departamento de Educação
DMIS-CMVNG	Direção Municipal de Inclusão Social - Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
EFA	Educação e Formação de Adultos
EM	Empresa Municipal
ERPI - ERPIS	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de dia
Ens. Sec.	Ensino Secundário
ES	Escola Secundária
GEP	Gabinete de Estudo e Planeamento
GIP's	Gabinete de Inserção Profissional
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IEJ	Integração Sustentável no Mercado Laboral dos Jovens
IGP	Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto Público
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS,IP	Instituto da Segurança Social, Instituto Público
Ji	Jardim de Infância
LGBT	Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender
LGP	Núcleo para a Língua Gestual Portuguesa
Método IOD	Intervention sur l'Ofre et la Demanda
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NEET	Not in Education, Employment, or Training
NUTS E NUT	Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OT	Objetivos Temáticos
PDS	Plano Desenvolvimento Social

---

PIT's	Planos Individuais de Transição
PMES	Programa Municipal de Emergência Social
PPRSI	Prestação Pecuniária do Rendimento Social de Inserção
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
RSI	Rendimento Social de Inserção
RSI_AS	Rendimento Social de Inserção_ Ação Social
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SAP	Serviço de Atendimento Permanente
SASU	Serviço de Atendimento a Situações Urgentes
SEC.	Secundário
Sec. Cur. Cien. Tec.	Secundário, Cursos, Científico, Tecnológico
SESS/CSI	Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS/CSI)
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TPC	Trabalhos para Casa
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP	Unidade Centro de Saúde Pública
UF	União de Freguesia
URAP	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados
USF	Unidade de Saúde Familiar
VNG	Vila Nova de Gaia

---

---

## Percurso Metodológico

A avaliação realizada ao PDS de 2014-2016 apontava para um conjunto de diretrizes que se procuraram integrar na elaboração do atual PDS e que deram orientações fundamentais para a elaboração deste documento.

Na avaliação foi considerado prioritário “Produzir orientações estratégicas como base na plataforma para a concertação e partilha institucional”. Esta orientação foi integrada no **Modelo de Governação** da implementação do PDS que procura instituir a coordenação partilhada nos diferentes níveis envolvendo as instituições e os agentes de intervenção do concelho.

Foi igualmente recomendada a construção de uma “Nova geração de respostas e intervenções sociais orientadas para a otimização, qualificação e rentabilização dos recursos existentes no concelho”. O atual PDS incorpora um domínio de projetos de inovação social com dois projetos identificados mas outros, certamente, se seguirão e incorpora, igualmente, o “Observatório para a Qualificação” da intervenção de modo a responder às recomendações efetuadas.

As orientações estratégicas definidas e propostas na referida avaliação, DISPOSITIVO INSTITUCIONAL; TECIDO EMPRESARIAL/ CENTRALIDADE TERRITORIAL; REDE ESCOLAR-INFRA-ESTRUTURA DE CONHECIMENTO; TERRITORIALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL. (Fonte – relatório de Avaliação do PDS de 2014-2016), foram consideradas na **Estratégia Inclusiva** do atual PDS assumindo, estes domínios a necessária relevância estratégica.

As recomendadas na avaliação como “ÁREAS DE POTENCIAL ESTRATÉGICO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GAIA; EMPREENDEDORISMO SOCIAL- INCUBADORAS SOCIAIS; EMPREENDEDORISMO AVANÇADO; EMPREENDEDORISMO INSTITUCIONAL; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS ÁREAS EMERGENTES, foram consideradas como tal na “Estratégia Inclusiva”. O **Empreendedorismo Avançado** ou Qualificado e o Empreendedorismo Social são componentes centrais do **Projeto de Empregabilidade** para o concelho de Gaia, incluído na **Bolsa de Projetos** do PDS.

Não foi possível avançar com projetos ou propostas de ação nos domínios do Empreendedorismo Institucional nem da Inovação tecnológica nas áreas emergentes.

A proposta contida na avaliação de estabelecer “Estratégias de Inovação Social na área da Infância e Juventude; Terceira Idade; Deficiência; Saúde; Rendimento Social de Inserção” foi integradas no presente PDS. No que respeita especificamente às vulnerabilidades mencionadas nas estratégias estas foram inseridas na **Carta de Risco** e no que respeita a colmatar lacunas na rede de respostas e equipamentos ou da sua inovação foram referenciadas na **Carta de Respostas e Equipamentos** que integra o atual PDS.

O propósito recomendado na avaliação de “Colmatar as vulnerabilidades sociais numa lógica de concertação/responsabilização de todos os intervenientes nos processos de promoção social”, foi considerado o princípio orientador do trabalho de planeamento do presente documento, materializado no Modelo de Governação do PDS.

Tal como previsto no documento de avaliação preparatória do PDS foi realizado o alinhamento do PDS de Gaia com a estratégia nacional / Acordo de Parceria – Portugal 2020.

A generalidade dos objetivos temáticos e das prioridades de investimento estão refletidas nas tipologias de vulnerabilidade e cobertura de equipamentos e respostas sociais do PDS. A convergência entre o PDS e a “Estratégia Nacional Portugal 2020” verifica-se, mais claramente, no Objetivo Temático 8 (OT8), no que se refere à priorização do emprego e à qualificação da população do concelho. (ver 8.1,8.2,8.3,8.7 e 8.8)

Portugal 2020		
Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Metas
<b>OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores</b>	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.	Taxa de emprego de 75% na população entre os 20 e os 64 anos.
	8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem.	
	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	
	8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual.	
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.	
	8.7. Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes.	
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.	
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.	

No que se refere à concertação e alinhamento com o Programa Operacional Temático da Inclusão Social e Emprego, o que mais se aproxima do domínio de intervenção do PDS, podemos constatar que o alinhamento é realizado pela estratégia de focalização em grupos-alvo.

## Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Grupo-alvo	PDS Gaia
<b>Eixo 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego</b>	8i. Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.	Pessoas em situação de desemprego, os DLD, em particular com níveis etários mais elevados.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco.
	8ii. Integração sustentável no mercado laboral dos jovens (FSE), em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.	Jovens com idade inferior a 30 anos, em situação de desemprego.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco.
	8iv. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual.	Pessoas em situação de desemprego, privilegiando os jovens à procura do primeiro e novo emprego e desempregados de longa duração. Trabalhadores/ Colaboradores e Trabalhadoras/ Colaboradoras das entidades beneficiárias. Mulheres que pretendam criar o próprio emprego ou empresa.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco Nota: as mulheres em si não foram consideradas um grupo-alvo específico no PDS.
	8v. Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.	Desempregados e DLD que se encontram mais próximos do reingresso no mercado de trabalho; Empregados, com especial enfoque nas pessoas empregadas em risco de perda de emprego.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco Nota. Os empregados não foram considerados grupo alvo exceto no domínio das qualificações.

<b>Eixo Prioritário</b>	<b>Prioridade de Investimento</b>	<b>Grupo-alvo</b>	<b>PDS Gaia</b>
<b>Eixo 2 – Iniciativa Emprego Jovem</b>	8ii. Integração sustentável no mercado laboral dos jovens (IEJ), em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.	Jovens NEET dos 15-29 anos, onde se incluem dois subgrupos: os inativos e os desempregados, incluindo desempregados de longa duração.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco.
<b>Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</b>	9i. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.	Pessoas com deficiência e incapacidade; DLD com habilitações inferiores ao ensino secundário; Grupos potencialmente vulneráveis; Comunidades Ciganas, Imigrantes; Técnicos e Entidades locais; Crianças e Jovens 6-24 ano de contextos socioeconómicos vulneráveis; Pessoas singulares; potenciais voluntários.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco Nota: As comunidades ciganas não foram consideradas grupo-alvo prioritário (estão em curso ações específicas para esta comunidade) Os técnicos não foram considerados grupo alvo (são os beneficiários de todas as intervenções previstas).
	9iii. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades.	População em geral e Vitimas de violência doméstica; Profissionais de diferentes ramos.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco Nota: os profissionais de diferentes ramos são considerados prioritários no domínio das qualificações.
	9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	Pessoas com deficiência e incapacidade e seus cuidadores/famílias; Pessoas mais idosas, em agregados familiares com vulnerabilidades sociais; Pessoas e famílias em situação de pobreza e de exclusão social.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Carta de Risco.
	9v. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego.	Organizações da Economia Social e População em geral.	Grupos-alvo prioritários no PDS de Gaia – Observatório para a Qualificação.

---

Na construção do PDS esteve presente a convergência das Orientações da Estratégia Nacional Portugal 2020. A estratégia da AMP reflete estas orientações e está presente na utilização dos documentos orientadores como o “Mapeamento dos Equipamentos e Respostas Sociais”.

O novo documento resulta (tal como recomendado na avaliação do PDS de 2014-2016) de um processo colaborativo e participativo de todos os parceiros numa perspetiva partilhada e estratégica para a inclusão.

O processo de planeamento do PDS, apoiado nas metodologias participativas e reflexivas, contou com o convite à participação de todas as entidades integrantes da Rede Social de Vila Nova de Gaia.

Foram realizadas sessões de trabalho e *workshops* ao longo de todo o processo, nas suas etapas fundamentais de validação e decisão partilhada.

Sessões e *workshops* realizados:

1. Reunião de núcleo executivo para validação institucional da proposta de modelo do PDS e respetiva metodologia de implementação.
2. Reunião do CLAS para validação final da proposta de modelo de PDS e respetiva metodologia de implementação pelos parceiros da rede social.
3. Seis sessões de trabalho com os representantes das juntas de freguesia (CSIF's) para planeamento participado da Bolsa de Projetos.
4. Dois *workshops* temáticos para a validação de propostas / identificação de prioridades na Carta de Respostas e Equipamentos: Deficiência e Idosos.
5. *Workshop* final de todas as instituições de primeira linha para validação das propostas temáticas de intervenção na Carta de Risco.
6. Sessão de trabalho preparatórias ao longo do processo.
7. Acompanhamento da elaboração do PDS nos CLAS realizados neste período com a apresentação do trabalho produzido e validação contínua pelos parceiros.

*Nota sobre a metodologia de diagnóstico e planeamento utilizadas na elaboração do documento:*

O Plano de Desenvolvimento Social, como todos os instrumentos de planeamento, responde, em abstrato, às necessidades de intervenção mas fá-lo num campo muito específico e concreto: cria coerência e visão transformadora nos planos institucionais já existentes nos diversos domínios de ação (Saúde, Educação, Ação Social, etc.). Não pretende substituir nem sobrepor-se às intervenções em curso promotoras do desenvolvimento social que se baseiam nos seus próprios planos institucionais. O PDS não existe num hipotético vazio de planeamento mas sim no espaço de ação em rede e articulação interinstitucional do concelho.

O PDS é um Plano de “segundo nível” que pretende criar ligações nas áreas de convergência entre os diversos planos articulando-os com propostas e orientações para a ação em rede baseada num referencial estratégico comum.

---

A atualização do diagnóstico realizado como suporte às propostas do PDS baseou-se na linha da pluralidade metodológica que melhor se adequa à diversidade e abrangência temáticas do território, das problemáticas sociais e da multiplicidade institucional orientando-se pelos seguintes princípios metodológicos:

- A análise em profundidade das problemáticas sociais (não apenas dos problemas) deve ser realizada no âmbito especializado da respetiva área de intervenção de acordo com as diretrizes específicas de cada instituição não sendo compatível com o enquadramento deste diagnóstico. A função de definição de “soluções” só poderá ser enquadrada nas linhas de ação de cada área institucional;
- A função de atualização do diagnóstico social de suporte ao PDS é a de mapear áreas prioritárias de modo a definir o enfoque estratégico partilhado em rede criando um referencial estatístico de suporte à fundamentação e dimensionamento da intervenção;

Este referencial servirá como suporte à possível ação e também como base line para a respetiva avaliação de impacto. Só poderemos projetar onde queremos chegar se soubermos de onde partimos;

- A elaboração do PDS implementou na etapa adequada, a reflexão, concertação e validação final participativa. As metodologias participativas foram adotadas no nível de planeamento institucional adequado;
- Na análise qualitativa da informação estatística sobre as problemáticas disponível foi utilizada a metodologia da elaboração do “Perfil de Risco” que tem vindo a substituir globalmente a metodologia de análise causal (árvore de problemas). A análise causal tem vindo a revelar-se incapaz de traduzir a complexidade e aleatoriedade da dinâmica social tentando traduzir numa perspetiva mecanicista e rígida de estabelecimento de causas lineares ou multi lineares em cadeias temporais demasiado distantes ou excessivamente complexas e arbitrárias sem fundamentação empírica geralmente fora do alcance dos atores institucionais do território.

Orientações teóricas mais atuais têm vindo a propor a substituição e “causas” por “correlações” de fatores (de risco) que na área social se traduz pela “análise de risco social”;

- A lógica *Bottom up* adequa-se à intervenção direta das instituições e serviços, auscultando (e estimulando a participação e corresponsabilização) as necessidades da comunidade direcionando, em seguida, o mais possível a intervenção e os recursos para essas necessidades das pessoas e das comunidades.

Esta lógica não se adequa a um Plano que não planeia a intervenção direta mas sim define estratégias para quem realiza essa intervenção. Neste sentido aplicou-se a orientação *Top down* para os serviços e instituições da rede de modo a tornar possível a incorporação de um referencial comum.

A lógica *Bottom up* não é a ferramenta adequada para a criação de uma Visão de transformação global do território enquadrado num espaço regional, nacional e europeu com o qual se deverá alinhar estrategicamente.

Em termos de planeamento as abordagens *Bottom up* têm vindo a revelar grandes limitações pela impossibilidade de gerar mudança sem a construção de futuros desejáveis. As abordagens *Bottom up* condicionam as soluções aos problemas tendo o efeito contrário ao pretendido. A mudança gera-se com a experiência de trabalho sobre potencialidades e capacidades num horizonte e numa visão cuja construção se pretende investir e construir.

---

# 1. Visão Estratégica para o Desenvolvimento Social de Gaia

## 1.1. Estratégia Inclusiva de Gaia

A definição da visão de desenvolvimento pela União Europeia que a possa projetar geo estrategicamente como líder da inovação e competitividade globais, em vigor até 2020, determina três grandes dimensões de especialização estratégica para o crescimento: o Crescimento Inclusivo; o Crescimento Inteligente e o Crescimento Sustentável.

Perspetivar o desenvolvimento social do concelho de Gaia implica o alinhamento estratégico com os parâmetros globais em que se insere e nos quais compete por recursos e oportunidades.

A estratégia de crescimento inclusivo (em que o Plano de Desenvolvimento Social se enquadra) remete para a qualificação global da força laboral como fator de competitividade económica, para o investimento na educação e escolarização alertando para o abandono e desistência precoce do ensino, para a necessidade de reforçar mecanismos promotores da coesão social que crie uma rede efetiva de suporte aos fenómenos extremos de exclusão, para a inovação e empreendedorismo social como espaço de afirmação do setor solidário habitualmente designado como terceiro sector ou setor não lucrativo.

Os princípios fundamentais da Estratégia Europeia para o Crescimento e Competitividade constituem a base programática para o financiamento disponível no Portugal 2020 e seus Programas Operacionais Norte 2020 (territoriais) e os programas temáticos nomeadamente o Programa Operacional para a Inclusão (transversais).

O Plano de Desenvolvimento Social deverá, também, articular-se com a estratégia definida na Área Metropolitana do Porto (AMP) no sentido de ganhar escala e viabilidade na candidatura a projetos inter-municipais .

A AMP definiu, no quadro de competências de coordenação da governação territorializada inter-municipal, o alinhamento estratégico com o programa Portugal 2020 criando instrumentos de posicionamento do território metropolitano face às orientações programáticas nacionais e europeias.

A AMP definiu também uma visão estratégica de desenvolvimento territorial para a área da inclusão social e os respetivos objetivos estratégicos nos quais o concelho de Vila Nova de Gaia se deverá enquadrar.

A visão proposta para o crescimento inclusivo para o conjunto dos municípios da AMP propõe um território que se afirme como:

“Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusiva, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na **concertação estratégica** intermunicipal para a **promoção do acesso** ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o **desenvolvimento de competências** das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.”

*Fonte: ESTRATÉGIA INTEGRADA de DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AMP 2020  
Reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial - AMP. 01/2014, 12-11-2014*

A visão proposta pela AMP centra-se na construção de um território diverso e inclusivo, com práticas institucionais de concertação e promoção do acesso equitativo e sem desigualdade aos recursos para o desenvolvimento, integrando os seguintes Objetivos Específicos:

*Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária*

*OE9.1. assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social;*

*Desenhar e dinamizar uma estratégia metropolitana de recursos*

*OE9.2 incidente em situações de vulnerabilidade, exclusão e de emergência social;*

*Intervir na requalificação patrimonial, social e cultural de espaços*

*OE9.3 promovendo intervenções orientadas para o envelhecimento desprotegido, o abandono e o isolamento das populações;*

*Planear e reconfigurar os espaços segregados das cidades da AMP*

*OE9.4 através da valorização comunitária das diferenças e dos recursos específicos das populações, numa lógica de qualidade de vida;*

*Qualificar e apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento*

*OE9.5 social, de saúde e bem-estar, e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP.*

*Fonte: ESTRATÉGIA INTEGRADA de DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AMP 2020*

*Reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial AMP, 01/2014, 12-11-2014*

A análise dos pontos críticos que possam determinar e orientar a formulação da estratégia inclusiva permite concluir pelo elevado potencial do concelho de Gaia no posicionamento como centralidade da inovação social e criação de padrões inovadores na resposta ao desafio da territorialização da inclusão, formulado na visão da AMP.

A AMP tem vindo a produzir documentos de análise estratégica e diagnósticos territoriais comparando indicadores de infraestruturação do território e dos serviços à escala metropolitana. Esta análise poderá ser complementada com os indicadores locais numa perspetiva mais micro e circunscrita produzindo um olhar interno vocacionando a estratégia inclusiva para a ligação entre fatores e condicionantes e as potencialidades, aspirações e ambições do território enquanto comunidade.

A análise dos pontos críticos que possam determinar e orientar a formulação da estratégia inclusiva permite concluir pelo elevado potencial do concelho de Gaia no posicionamento como centralidade da inovação social e criação de padrões inovadores na resposta ao desafio da territorialização da inclusão, formulado na visão da AMP.

---

## ***Infraestrutura de Alavancagem do Desenvolvimento Inclusivo – Pontos-chave***

O concelho de Gaia, tal como parte da orla urbana da AMP está infra estruturado em termos de serviços e equipamentos tipificados de acordo com o padrão médio de utilização do cidadão urbano.

A rede de acessibilidades está globalmente definida embora a mobilidade interna, inter freguesias e sede de concelho, apresente ainda dificuldades significativas cuja resolução terá grande impacto social.

Para a população com vulnerabilidades sociais e algum tipo de limitação à mobilidade pessoal (ver capítulo 3 dos grupos de risco) não existem ainda a mobilidade quer lhes permita a correspondente mobilidade profissional ou social.

Este é um problema comum ao país e resulta de um modelo de mobilidade padrão centrado no transporte individual para o cidadão que poderá dispor dos recursos para tal. A apreciação desta questão do ponto de vista infra estrutural poderá constituir uma oportunidade de diferenciação para o concelho, se formularem formas alternativas de mobilidade baseadas em soluções menos “carbónicas” e sustentáveis, adaptadas ao território e à população que o ocupa. A mobilidade ocupa um espaço importante na definição das políticas urbanas e a inclusão da perspectiva “social” neste debate e na gestão de recursos, poderá marcar a inclusividade do território.

A mobilidade interna no concelho de Gaia, pelas suas características tem um forte impacto na empregabilidade, na guetização que um urbanismo mais fechado pode acentuar, no acesso aos serviços e aos recursos sociais, formativos e culturais.

Os recursos naturais e a diversidade ambiental são marcantes no concelho de Gaia, juntamente com uma enorme multiplicidade e diversidade de formas urbanas e periféricas de ocupação do solo e de atividade humana.

Esta diversidade do território que poderia ser encarada como uma forma de “desordenamento do espaço” constitui uma vantagem comparativa e competitiva no atual contexto de reconversão para modelo de desenvolvimento mais integradores da multiplicidade e diversidade. A coexistência, com grande proximidade, de espaço industriais de escala global e fortemente tecnológicos, de economia rural e semi rural com produções de baixa intensidade vocacionadas para a proximidade, de espaço híper urbanizados com espaços ainda fortemente naturalizados em que convivem tipologias de atividade fortemente diferenciadas, representa a manutenção de um forte potencial de atração e fixação da população e da comunidade em conjunto com a possibilidade de competir à escala dos mercados globais.

Este “mix” sócio urbano/periférico com espaços naturais, e industriais e de serviços numa grande proximidade e em possível complementaridade cria condições infra estruturais para um modelo inclusivo de desenvolvimento baseado nos circuitos curtos de produção e distribuição e na utilização de micro produções ativadas pelo empreendedorismo local.

Este modelo de desenvolvimento sustentável é potenciado nos territórios diversos e heterogéneos como o do concelho de Gaia.

A correspondente diversificação do tecido económico constitui um fator de inclusão social pela possibilidade de coexistência de atividades económicas sofisticadas de base tecnológica com um tecido de pequenas e médias empresas adaptadas ao mercado local que possibilita a empregabilidade de pessoas menos qualificadas.

---

A dinamização da atividade sócio económica baseada entre outros fatores, nos mercados locais de proximidade permite também a emergência de um modelo de economia inclusiva gerador de oportunidades para desempregados de longa duração no desemprego estrutural, problemática marcante no concelho de Gaia e na generalidade do país.

A estrutura económica do concelho é marcado pela existência de um tecido empresarial também diverso e múltiplo organizado e distribuído no território por nichos de especialização e localização empresarial em zonas limitadas e circunscritas, aproximadamente correspondente aos parques empresariais do concelho que agregam áreas de atividade com características bem distintas:

- Infraestruturação em rede, do território, para a atividade económica nomeadamente para a indústria transformadora, a atividade agrícola e o turismo;
- Marcante capacidade exportadora e a abertura aos mercados globais das empresas do concelho com elevada incorporação tecnológica;
- Distribuição equilibrada por setores de atividade, com o setor terciário, liderado pelo turismo, a distanciar-se mas com elevado peso relativo do sector primário e secundário. O efeito da desindustrialização não é determinante no concelho nem o desaparecimento do setor produtivo agrícola;
- Localização de proximidade e acessibilidade do tecido económico aos polos de conhecimento, investigação e desenvolvimento (localizados maioritariamente na AMP);
- Localização de polos tecnológicos relevantes (no concelho e na periferia) com impacto na competitividade e modernização do respetivo *cluster* de atividade;
- Existência de bolsas urbanas de qualificação avançada com núcleos populacionais urbanos.

A diversidade económica do concelho e a proximidade dos centros de conhecimento e de investigação tecnológica cria a oportunidade de mobilizar os recursos técnicos de elevada especialização para o enraizamento de um ecossistema empreendedor com enfoque na tecnologia avançada orientada para o mercado global.

Esta dinâmica de inovação e modernização do tecido empresarial cria oportunidades para a atração e fixação no concelho de jovens qualificados que poderão desenvolver projetos empreendedores.

O concelho apresenta, também, elevado potencial para a fixação e localização de infra estruturas de investigação e desenvolvimento de tecnologia avançada, em coordenação e complementaridade com o campus académico do Porto. Os recursos atrás descritos, empresariais e de mão-de-obra qualificada são os fatores de competitividade destes centros que alimentam o empreendedorismo como extensão natural da atividade de investigação e desenvolvimento.

A coesão social como política local é uma marca distintiva do concelho de Gaia. Existem desequilíbrios profundos na estrutura social de Gaia com bolsas de exclusão persistente, grupos de risco em situação de grande vulnerabilidade e fragilizada (ver ponto 3 do documento).

Neste contexto, o fator marcante é a perspetiva transformadora das políticas inclusivas locais que se diferenciam, no âmbito da AMP pela escala do investimento realizado na coesão social e pela sua continuidade e integração institucional.

Uma das características específicas da coesão territorial e social do concelho de Gaia é a sua relativa estabilidade demográfica que contrasta com o envelhecimento acelerado na AMP e se mantém um concelho jovem com saldo natural e migratório muito ligeiramente desfavorável.

Este fator de equilíbrio estrutural é determinante para manter a atratividade demográfica existente e perspetivar a projeção de políticas de desenvolvimento social que fixem e atraiam a população jovem que, certamente, produzirão resultados no médio prazo.

A estruturação do território no que se refere às respostas e serviços de ação social é, salvo áreas relativamente a descoberto (ver Carta Social/ponto 1), como a deficiência e os idosos, bastante ampla e com um bom nível de cobertura. A nova etapa de qualificação e inovação nas respostas existentes, constitui um fator chave da coesão social e responde, pela positiva, aos imperativos da definição de uma estratégia inclusiva para o concelho.

O concelho retém, igualmente uma capacidade técnica significativa na área social que está, ainda, por potenciar na sua totalidade e com isso qualificar e modernizar o tecido institucional na área social.

O perfil sócio institucional na área social é adequado aos parâmetros de tipificação das respostas e equipamentos sociais mas na complexidade da atual situação social com problemáticas sociais emergentes complexas e multidimensionais, novas exigências de qualificação e especialização são atualmente exigidas.

O concelho de Gaia tem um fator estrutural a seu favor para equacionar a inovação necessária na área social que é a cultura de trabalho em rede e a participação como método de cooperação e colaboração. A rede de parcerias é um ativo essencial a favor da construção de uma estratégia inclusiva mobilizadora do território.

A análise dos pontos críticos para a elaboração da estratégia inclusiva permite identificar alguns fatores para os quais a dinâmica do desenvolvimento deverá criar oportunidades e recursos;

– Bolsas de exclusão social persistente

Tal como identificado (ver capítulo 3) persistem bolsas de exclusão e grupos de risco, não com a dimensão definidora de um território de exclusão social, sendo definidas pelos ciclos geracionais de profunda exclusão, ancorados na disfuncionalidade familiar, com um perfil de problemáticas multidimensionais, em conjunto com défices de recursos internos e externos para a mudança e transformação positiva da sua identidade social e dos seus percursos de vida.

O território é ainda marcado pelas comparativamente baixas qualificações (que no entanto estão em rápida recuperação no contexto da AMP, apresentando Gaia uma percentagem significativa de residentes com o ensino secundário e superior) correlacionada com a conseqüente baixa competitividade do tecido empresarial, da atividade económica e, a conseqüente, baixa atratividade do emprego qualificado.

Neste contexto é manifesta a pressão negativa na dinâmica de coesão social do concelho, exercida pela precariedade, pelo nível relativamente baixo da desqualificação da mão-de-obra do concelho e os baixos rendimentos daí decorrentes.

A formulação da estratégia inclusiva do concelho deverá procurar estabelecer a ligação entre os fatores estruturais e as oportunidades e tendências emergentes que possam criar oportunidades de desenvolvimento e inclusão social.

### **Inovação social e inclusão**

As problemáticas que hoje determinam o futuro do desenvolvimento social, dos territórios em geral e de concelhos como Gaia em particular, são geradas nas novas formulações dos comportamentos de risco na procura de novas identidades e representações sociais, da empregabilidade marcada pela precariedade, baixos salários para o trabalho qualificado ou na exclusão do mercado de trabalho dos

---

jovens em que muitos emigram ou se encontram em situação de isolamento social e emocional, na organização familiar que absorvida pela subsistência e sobrevivência é incapaz de realizar a reprodução social de comportamentos e aspirações sociais, a presença crescente dos seniores ativos que altera a percepção social sobre o envelhecimento e as respostas que lhe são destinadas, entre muitas outras vulnerabilidades e fragilidades marcantes na sociedade atual.

As respostas sociais e equipamentos existentes estão, de modo geral, desfasados das necessidades sociais atuais. Torna-se necessário criar um ecossistema de inovação que estimule e incentive a criação de novas abordagens e conceções de resposta e intervenção social. O favorecimento destas condições no concelho de Gaia poderia coloca-lo no mapa da inovação social para o qual convergem muitos dos concelhos do país.

### **Território de empreendedorismo social**

A capacidade empreendedora de um concelho é um indicador chave da sua dinâmica de inovação e criatividade inclusiva. O empreendedorismo social deverá ser entendido, neste contexto, não como metodologia de criação de soluções para problemas sociais mas sim da criação de oportunidades de inclusão para a inserção na esfera económica dos indivíduos e grupos em exclusão social. O empreendedorismo social é uma poderosa ferramenta de inclusão sempre que se baseie nas suas competências, qualificações práticas, recursos da experiência de vida ou formação superior.

Gaia detém as condições necessárias para a emergência de uma forte dinâmica de empreendedorismo social que alargue a empregabilidade no concelho aos grupos sociais em exclusão e simultaneamente crie uma dinâmica de inovação e competitividade no concelho.

### **Rede para a coesão social**

O dispositivo institucional, na área social, em Gaia é bastante qualificado respondendo às necessidades sociais identificadas. A sua coordenação e integração numa lógica de governação partilhada na rede social será um fator determinante na implementação da estratégia inclusiva do concelho.

O funcionamento em “rede territorial” com base na distribuição das CSIF’s nas freguesias do concelho definirá a arquitetura da intervenção integrada em que projetos transversais adaptados às especificidades e dinâmica local poderão ser transpostos e disseminados à escala concelhia.

---

A Visão proposta para o concelho que acentue os aspetos diferenciadores e projete a sua identidade num futuro é a seguinte:

## **Visão Estratégica**

### **Gaia – Laboratório vivo da inclusão**

Racional:

Território de conhecimento mobilizado para a “investigação e desenvolvimento” de práticas e modelos técnicos de inclusão demonstrados e testados no tecido institucional local.

Pretende-se acentuar a marca do desenho inclusivo das políticas urbanísticas, económicas e sociais do concelho numa perspetiva de inovação e procura “laboratorial” de soluções e propostas de ação.

As Linhas de Intervenção propostas para a concretização da Visão que materializam a estratégia inclusiva de Gaia serão as seguintes:

- **Território de Qualificação e Escolarização – intervenção promotora de recursos e igualdade de oportunidades no suporte para a qualificação;**
- **Empregabilidade Ativa – estratégia unificadora e sistematização de recursos / ação focada na empregabilidade;**
- **Empreendedorismo e inovação social – mobilização para a criação de oportunidades de inclusão para ativos qualificados através da inovação empreendedora;**
- **Rede ativa de coesão social – Integração e articulação de recursos para a intervenção inclusiva sem situação de especial vulnerabilidade (Gaia+Inclusiva).**

---

## ***1.2. Índice de Desenvolvimento Social de Gaia***

### ***Referencial Estratégico do Concelho de Gaia***

#### **PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL DE GAIA**

O desafio de gerar desenvolvimento social no concelho de Gaia, tornando-o um concelho de referência no contexto da AMP, através da inovação social e da criação de oportunidades de inclusão pelo empreendedorismo, apenas será possível de determinar com a realização da avaliação de impacto gerado pelas políticas sociais locais e, nestas, o contributo relativo do PDS.

Pela sua especificidade, a análise do desenvolvimento social exige ferramentas específicas que permitam monitorizar segmentos da dinâmica socioeconómica do território com a utilização de indicadores que retratem processos e percursos particulares.

O desenvolvimento e aplicação dessa ferramenta implica também a determinação do modelo de desenvolvimento social proposto para o concelho. O desenvolvimento social é aqui entendido como um processo de capacitação do território para a resposta aos problemas identificados, inovação na formulação de soluções, iniciativa empresarial ou empreendedora com a criação de oportunidades de inclusão para grupos em situação vulnerável, iniciativa e domínio da linguagem de projeto na dinâmica de propostas e candidaturas a oportunidades externas, tendência para a qualificação e sofisticação tecnológica das oportunidades disponíveis no concelho.

Este padrão de análise implica o desenvolvimento de um referencial de observação de fatores dinâmicos baseado no movimento gerado no território em resposta aos seus problemas sociais e na criação de desafios de inovação social.

Este processo de avaliação baseia-se em indicadores dinâmicos e não nos indicadores estruturais, tipificados e descritivos de cada setor de atividade. Os indicadores estruturais, pela sua natureza agregada e sistémica refletem mudanças complexas e de longo prazo enquanto a análise dos fatores dinâmicos expressa as mudanças induzidas por políticas de desenvolvimento do território de curto ou médio prazo com reflexos imediatos no território como consequência das políticas e medidas sociais preconizadas.

O índice de desenvolvimento social do concelho de Gaia tem como objetivo tornar mensuráveis os fatores dinâmicos de contexto como demonstração da capacidade de criação de valor nos domínios em que as temáticas sociais se enquadram.

Neste sentido propõe-se a criação e o desenvolvimento de um instrumento de avaliação e monitorização contínua do impacto social no concelho, a partir da variação dos fatores crítico a considerar. O desenvolvimento e a criação deste instrumento deverá processar-se no âmbito do trabalho do “Observatório para a Qualificação” da intervenção proposto no presente PDS.

---

De acordo com o quadro de referência atrás descrito, os objetivos do Índice de Desenvolvimento Social de Gaia são os seguintes:

1. Disponibilizar um conjunto agregado de indicadores que permitam avaliar a capacidade de inovação e iniciativa inclusiva do concelho de Gaia que será passível de monitorização e controlo ao longo da implementação do PDS;
2. Sistematizar a função de Pilotagem da Intervenção no território, monitorizando indicadores específicos que sinalizem a progressão e o impacto dos projetos e das várias ferramentas de planeamento no concelho;
3. Apoiar a definição de políticas e estratégias inclusivas locais com a possibilidade de observação dos seus impactos em tempo real;
4. Produzir de conhecimento e disponibilização de informação qualificada da dinâmica existente em determinadas áreas caracterizadoras do concelho de Gaia.

Os indicadores propostos para a construção do índice de desenvolvimento social de Gaia que possam refletir a dinâmica social do concelho são os seguintes:

(Nota: os indicadores em seguida referidos correspondem a um modelo já testado e disponibilizado para o efeito na análise do desenvolvimento social)

### **1. Atratividade demográfica**

A dinâmica demográfica é um indicador chave da monitorização da competitividade de Gaia em termos de atração de população, normalmente associada ao desenvolvimento social. A capacidade diferenciadora de um território manifesta-se no nível de atração da atração demográfica, na fixação d população jovem e no equilíbrio da pirâmide etária.

O indicador proposto – Saldo migratório no concelho de Gaia

### **2. Infraestruturação do território na cobertura em Equipamentos**

O grau de infraestruturação do território em equipamentos reflete a capacidade de concretização na resolução dos problemas sociais identificados;

O indicador proposto – Taxa agregada de cobertura concelha nas respostas tipificadas: idosos e infância – taxa de cobertura de equipamentos e respostas sociais de Gaia;

### **3. Nível de progressão geracional da escolarização**

A escolarização (e a qualificação do território) é determinante na diferenciação do concelho no contexto territorial da AMP e na manifestação da mudança para um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento e especialização económica.

Permite, igualmente, a avaliação do “Capital Humano” do concelho.

O indicador a utilizar deverá permitir a verificação da dinâmica e ritmo do progresso da escolarização (e da qualificação) na população de Gaia.

O indicador proposto – Diferencial da escolarização da geração dos encarregados de educação e dos educandos no final da escolaridade obrigatória.

#### **4. Dinâmica da criação de emprego e auto emprego**

Na perspetiva do desenvolvimento social interessa perceber a capacidade endógena de resposta aos ciclos económicos através da dinâmica da criação de emprego associada à atividade económica do território.

O indicador proposto – Taxa líquida de criação de emprego e auto emprego em Gaia.

#### **5. Capacidade de Inovação nos serviços e respostas sociais**

A capacidade de inovação é um dos indicadores determinantes do desenvolvimento social. A sua mensurabilidade exige a produção de informação específica. O mapeamento da inovação deverá ser um dos objetivos da governação do PDS.

Indicador proposto – Taxa de projetos e respostas sociais consideradas inovadoras no concelho de Gaia.

#### **6. Capacidade de resposta à crise e à conjuntura**

A dinamização da economia num período de contração económica demonstra a possibilidade de gerar crescimento e desenvolvimento com origem nas capacidades criativas e competitivas do território. O empreendedorismo é uma manifestação chave da capacidade de resposta à crise e simultaneamente da capacidade criativa e inovadora o concelho.

Indicador proposto – Taxa de criação de empresas (e postos de trabalho) em iniciativas de empreendedorismo.

#### **7. Resposta inovadora ao risco**

O objetivo deste indicador é a identificação da capacidade institucional de sinalização e identificação do problema e a formulação de propostas e projetos inovadores de resposta ao problema.

Indicador proposto – Cobertura do concelho com projetos e ações consideradas inovadoras na resposta ao risco e vulnerabilidade social.

#### **8. Nível de integração de projetos em rede**

A integração em rede das respostas, projetos e instituições é determinante no desenvolvimento social do território. Se essa integração for simultaneamente associada à produção de conhecimento será possível identificar esta dimensão do desenvolvimento social de Gaia.

Indicador proposto – Número projetos e candidaturas integradas e apresentadas em parceria no concelho de Gaia.

O índice de desenvolvimento deverá orientar a definição de políticas sociais locais, monitorizando o seu impacto e, através da flutuação de cada indicador, construir um *design* mais focado e direcionado para impactos sociais específicos.

Esta ferramenta permitirá dotar o concelho de uma perspetiva de intervenção de planeamento mais eficiente e eficaz na concretização da Visão inclusiva do concelho.

## 2. Gaia em Números: Referencial Estatístico de Gaia

### 2.1. População

O Concelho de Vila Nova de Gaia está situado na Região Norte de Portugal e é um dos 17 Municípios que integram a Área Metropolitana do Porto.

A população em Portugal e AMP sofreu um aumento de 2001 a 2011, tendo a partir desta data começado a diminuir. Em Vila Nova de Gaia a população cresceu de 2001 até 2012, tendo registado uma ligeira diminuição em 2014 e voltando a diminuir em 2015.

De salientar a ínfima variação no total da população do concelho desde 2011. A situação poderá caracterizar-se como estabilização demográfica o que no atual contexto de diminuição generalizada é um fator positivo.

#### Tabela 1 – População Residente

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente  
 PORDATA  
 Última atualização: 2016-06-16

	2001	2011	2012	2014	2015
Portugal	10.362.722	10.557.560	10.514.844	10.401.062	10.358.076
AMP	1.732.210	1.760.033	1.754.644	1.736.169	1.727.486
Vila Nova de Gaia	289.354	302.986	303.290	302.324	301.496

A menor incidência da perda de população em Gaia, por comparação com a quase generalizada diminuição verificada na AMP é um indicador da vitalidade demográfica de Vila Nova de Gaia colocando-o em contra ciclo demográfico.

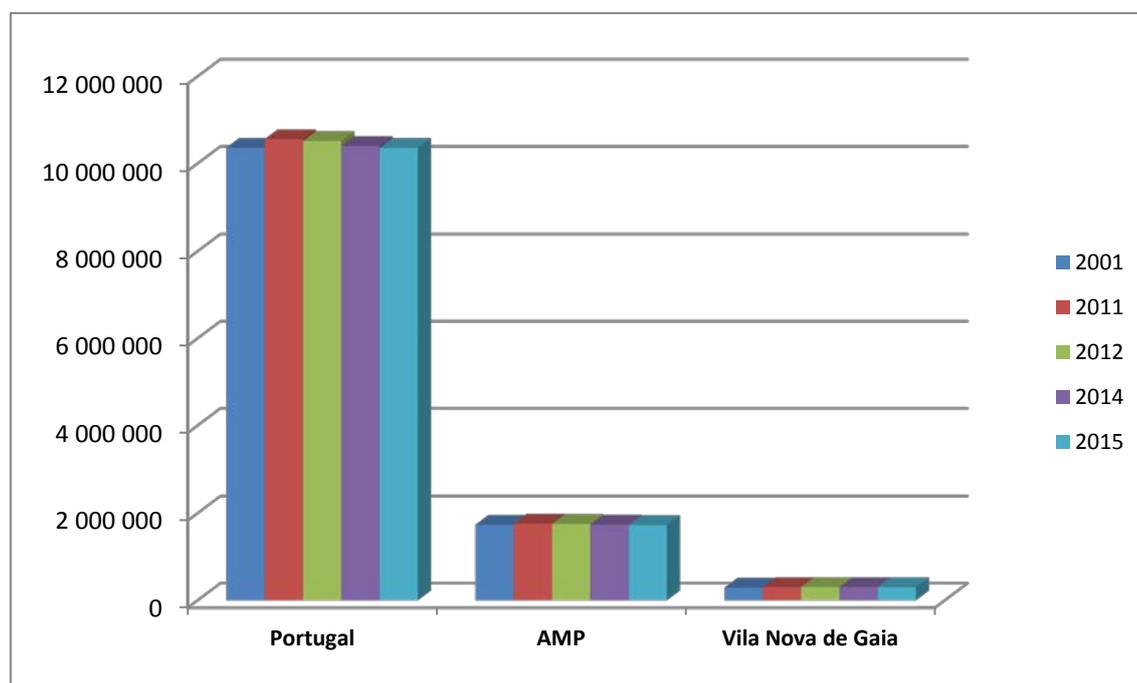
Se observarmos apenas os períodos censitários, o concelho de Gaia aumenta a sua população. Só as estimativas da variação da população do INE em 2015 colocam já o concelho de Gaia em ligeira diminuição populacional. Este é, eventualmente, um dado conjuntural que deve ser tomado em consideração mas que ainda pode ser revertido. A perda é comparativamente menos do que na maioria dos concelhos da AMP o que revela a potencialidade da atratividade demográfica no concelho. Muito provavelmente a manutenção da dinâmica demográfica do concelho deverá ser equacionada pelo aumento do saldo natural e menos através do saldo migratório que, no contexto atual, se revela mais problemático.

## Gráfico 1 – População Residente

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



Com a entrada em vigor da legislação sobre a Reorganização Administrativa Territorial, o concelho passou de 24 freguesias para 7 Freguesias e 8 Uniões de Freguesia, com 301.496 habitantes (em 2015) \* dos quais 142.564 são homens e 158.932 são mulheres.

O município tem uma área total de 168,5 Km<sup>2</sup> e com uma densidade populacional de 1.789, 7 habitantes Km<sup>2</sup>.

Vila Nova de Gaia é o Município na AMP com o maior número de habitantes representando 17% da população total.

O Concelho do Porto situa-se na segunda posição, com 216405 habitantes apresentando um peso percentual de 13%.

Entre 2011 e 2015, tanto Vila Nova de Gaia como o Porto mantiveram o mesmo peso percentual, mantendo-se assim a mesma diferença percentual de 4% nos dois períodos de tempo.

**Tabela 2 – População Residente nos Municípios da AMP, em 2011 e 2015**

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

PORDATA

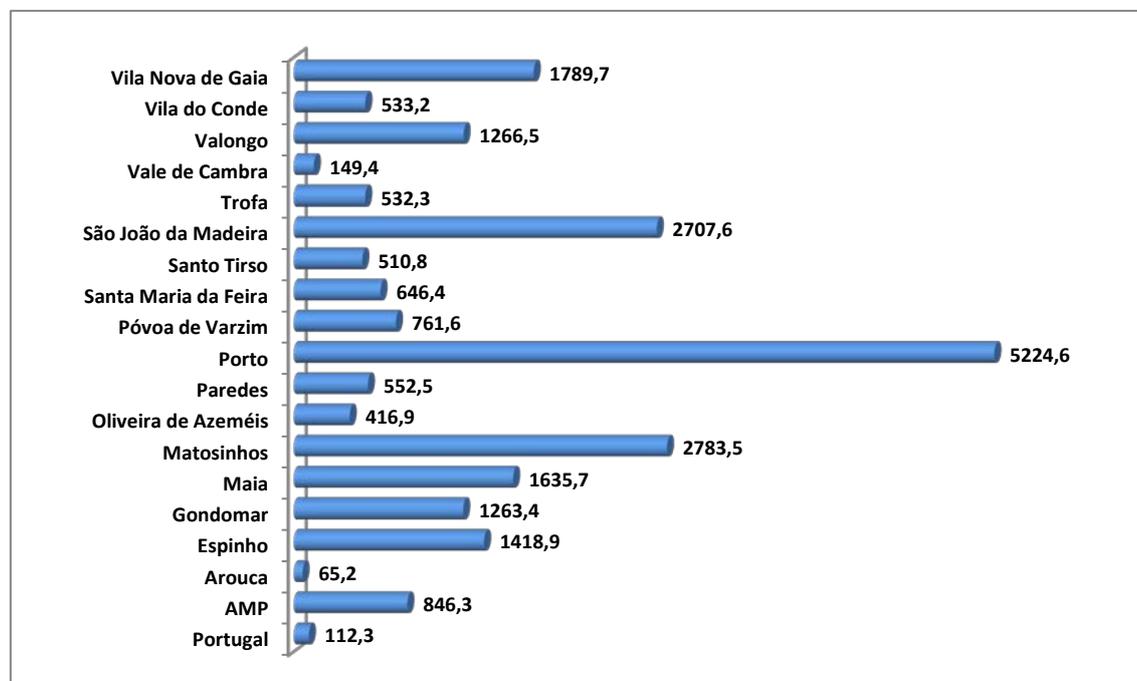
Última atualização: 2016-06-16

	2011		2015	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Vila Nova de Gaia	302986	17%	301496	17%
Vila do Conde	79723	5%	79459	5%
Valongo	94239	5%	95138	6%
Vale da Cambra	22839	1%	22017	1%
Trofa	39022	2%	38335	2%
São João da Madeira	21736	1%	21499	1%
Santo Tirso	71532	4%	69779	4%
Santa Maria da Feira	139706	8%	139544	8%
Póvoa do Varzim	63494	4%	62615	4%
Porto	235554	13%	216405	13%
Paredes	87004	5%	86611	5%
Oliveira dos Azeméis	68634	4%	67164	4%
Matosinhos	175735	10%	173748	10%
Maia	135634	8%	135748	8%
Gondomar	168266	10%	166590	10%
Espinho	31628	2%	29882	2%
Arouca	22306	1%	21460	1%

Dentro da AMP, Vila Nova de Gaia é o quarto concelho com maior densidade populacional, aparecendo atrás do Porto, Matosinhos e S. João da Madeira.

## Gráfico 2 – Densidade Populacional segundo os Censos nos Municípios da AMP

Fontes de Dados: IGP - Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2009.0  
INE - Estimativas Anuais da População Residente – PORDATA  
Última atualização: 2017-02-09



Ao analisarmos a população residente por freguesia em Vila Nova de Gaia verificamos que a U.F. Mafamude e Vilar do Paraíso é a grande União de Freguesia do Concelho, com 52 356 habitantes, distanciando-se da U.F. Santa Marinha e S. Pedro da Afurada com 18684 habitantes.

A freguesia da Madalena (10.027) é a que tem menor número de habitantes.

### Gráfico 3 – População Residente, por Freguesia em Vila Nova de Gaia

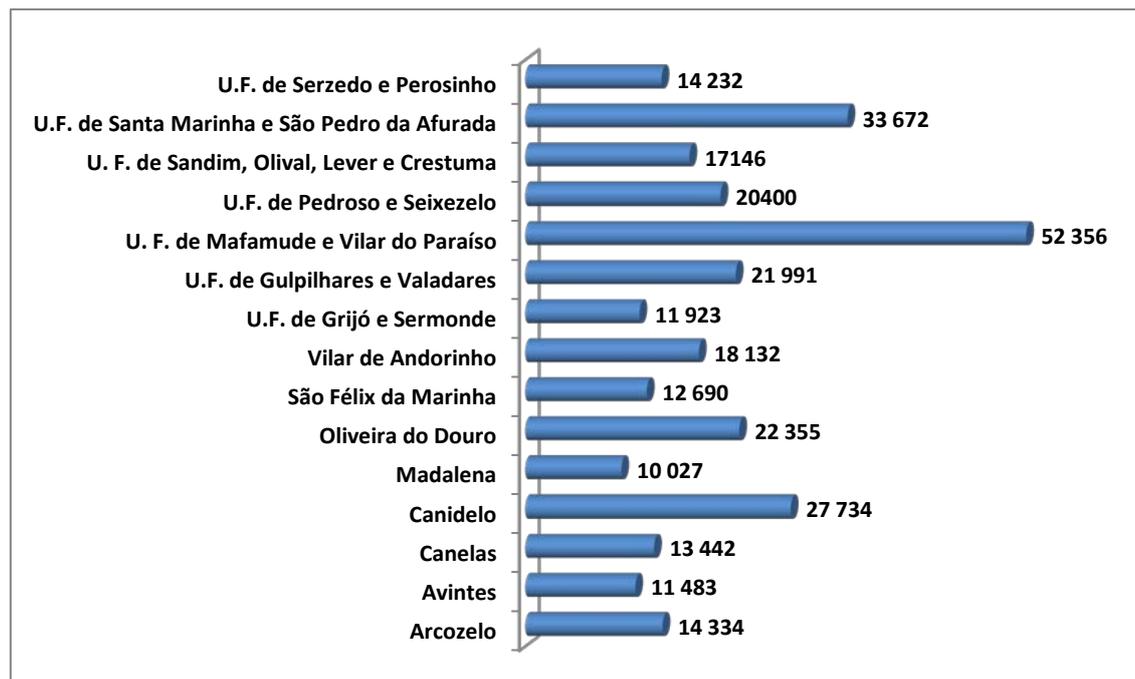
Fonte: INE censos 2011

Nota: INE - Estimativas provisórias da População Residente, 201;

Tabelas AMP – Observatório das dinâmicas regionais do Norte, síntese estatísticas da região NUT III; CCDRN

Última atualização: 2017-02-09

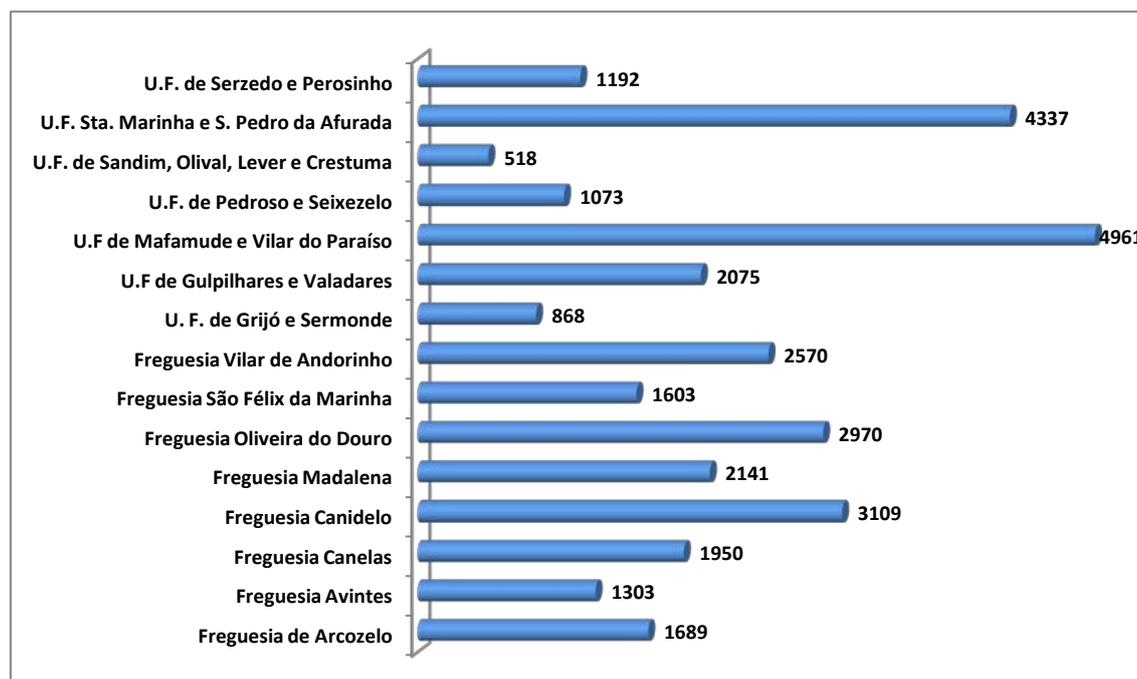
Cálculos de autor - DASVS/2016



A densidade populacional, por Freguesia/União de Freguesia, em Vila Nova de Gaia, varia entre 518 e 4961 habitantes Km<sup>2</sup>. Assim, encontra-se a U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma aparece com a densidade mais baixa e a U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso com a maior densidade, situando-se na área urbana densamente povoada, tal como sucede com as freguesias de Canidelo, Santa Marinha e S. Pedro da Afurada, Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho e Madalena, que fazem parte do perímetro urbano da cidade.

#### Gráfico 4 – Densidade Populacional em Vila Nova de Gaia por freguesia por km<sup>2</sup> (à data dos Censos 2011)

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011



## 2.2. Estruturas Etárias

Em 2015, o grupo etário dos 5 aos 19 anos é maior a nível do género masculino do que do feminino. Nos restantes grupos o género feminino é sempre superior.

As faixas etárias dos 35 aos 54 anos são as que representam um maior número de habitantes, e dentro destes, o dos 40-44 anos o predominante, daí que a pirâmide etária tenha uma configuração em que a parte mediana é maior que a base.

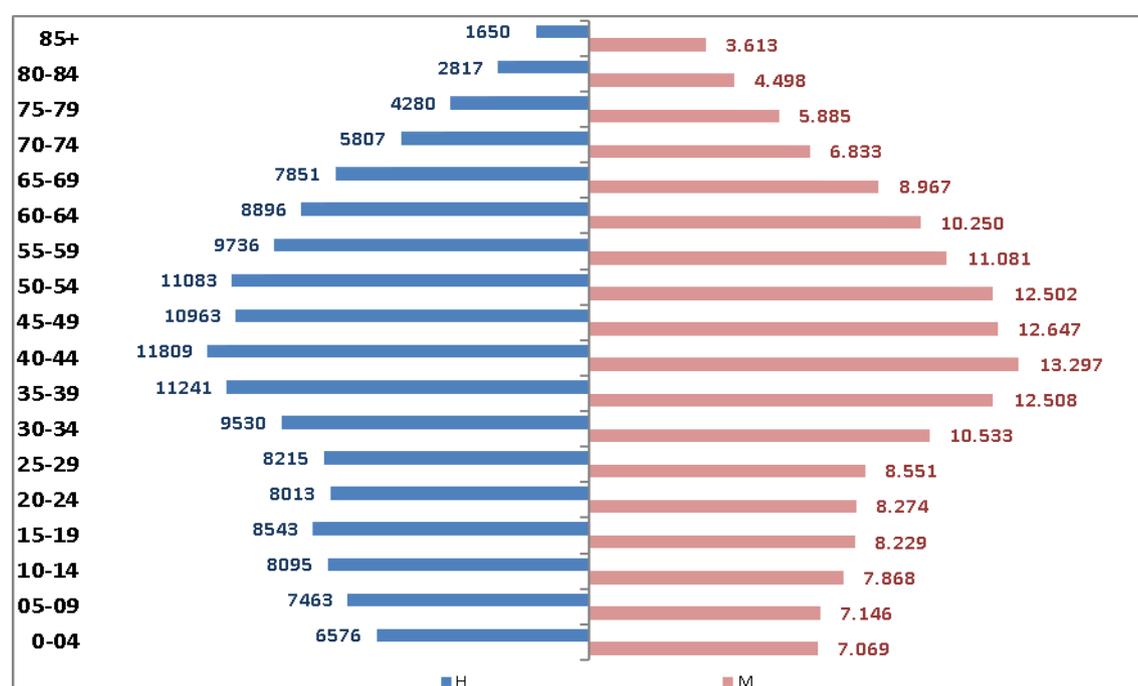
### Gráfico 5 – Estruturas Etárias da população, por Género, em Vila Nova de Gaia, 2015

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



Se em 2001 é o grupo etário dos 25 aos 29 anos (8,74%) predomina, em 2015 é o grupo dos 40 aos 44 anos representando (8,33%).

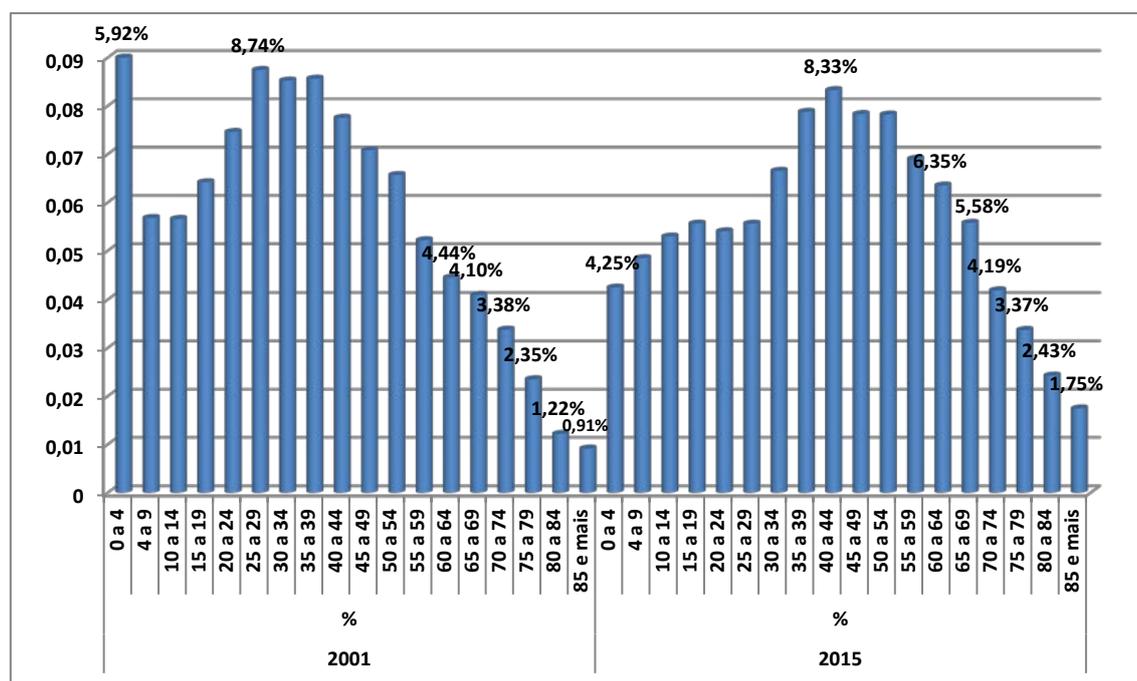
Relativamente às variações por grupo etário, constata-se que dos 0 aos 4 anos há uma diminuição de -1,91% de 2001 para 2015; inversamente o mesmo valor (1,91%) apresenta-se positivo no grupo etário dos 60 aos 64 em 2015.

Outro dado relevante é o aumento de população com mais de 65 anos que aumentou de 2001 para 2015, 5,36%.

### Gráfico 6 – Variação percentual da População Residente em Vila Nova de Gaia por grupo etário, 2001 – 2015

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



## 2.3. Indicadores Demográficos

### Taxa Bruta de Natalidade e Taxa Bruta de Mortalidade

Acompanhando a tendência verificada em Portugal e na AMP, também Vila Nova de Gaia sofreu uma quebra na taxa de natalidade apresentando um valor inferior à média registada em Portugal e duas décimas acima da média da AMP.

De 2011 para 2015, em Portugal a taxa de Natalidade desceu, passando de 9,2% para 8,3%. O mesmo se registou na AMP, passando de 9% para 8%, assim como em Vila Nova de Gaia que desceu de 9,1% para 8,2%. (gráfico 7)

No que diz respeito á Taxa de Mortalidade, Vila Nova de Gaia (8,2%) apresenta um valor inferior ao registado em Portugal (10,5%) e ligeiramente superior ao da AMP (8%).

Relativamente às variações registadas nas taxas em referência, em Vila Nova de Gaia, constata-se que houve uma variação inversa no período em análise. A Taxa Bruta de Natalidade baixou -0,9%, enquanto a Taxa Bruta de Mortalidade subiu no valor inverso 0,9%.

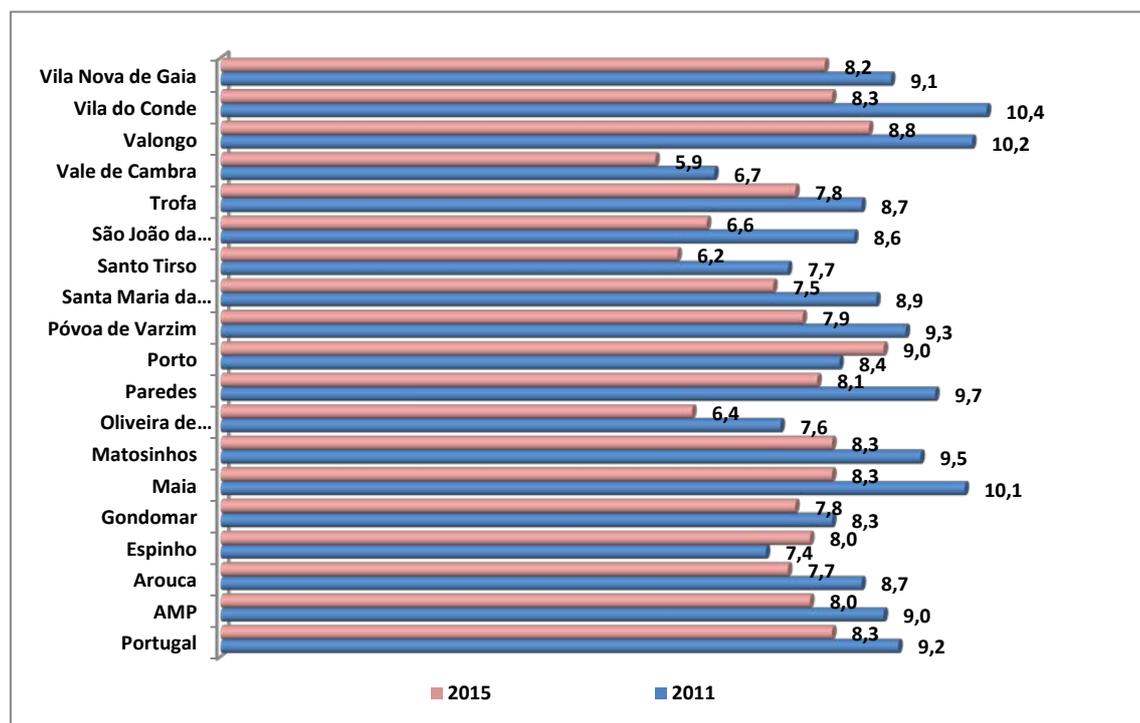
#### Gráfico 7 – Taxa Bruta de Natalidade em Portugal e Municípios da AMP

Fonte: INE – X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960/1981)

INE – Estatísticas de Nados Vivos

Fonte: PORDATA

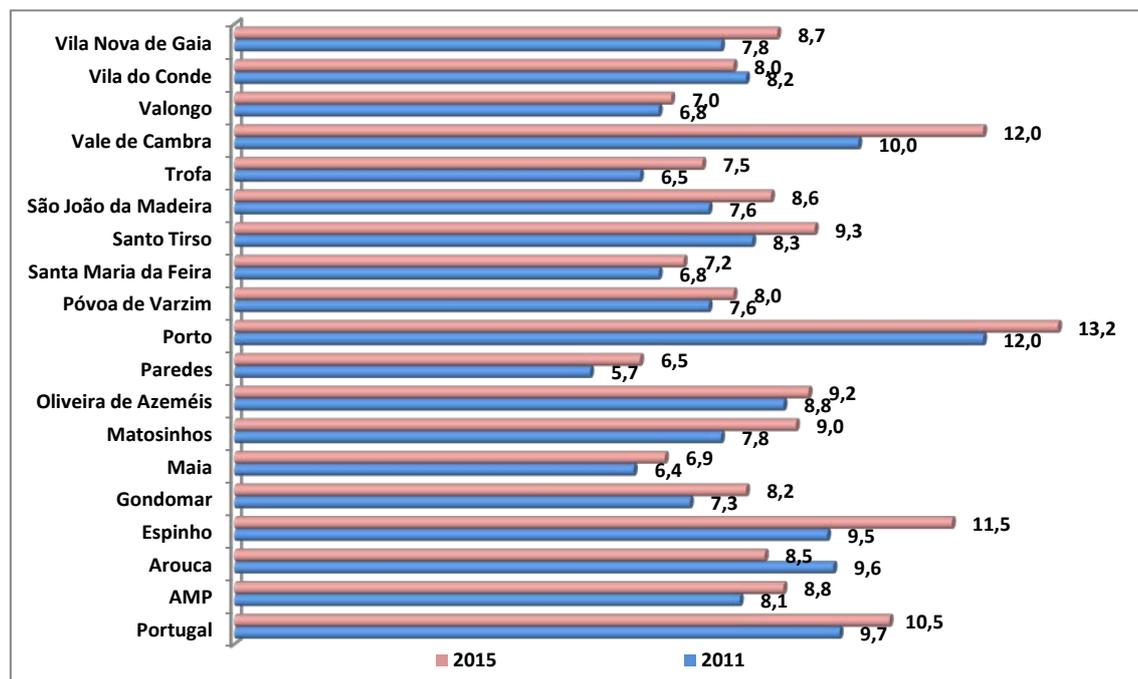
Ultima atualização: 2017-04-27



## Gráfico 8 – Taxa Bruta Mortalidade em Portugal e nos Municípios da AMP

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2017-04-28



## Taxa de Fecundidade Geral

No mesmo período de tempo, também a Taxa de Fecundidade sofreu uma diminuição em Vila Nova de Gaia, tendo passado de 35,8% para 33,3%, assim como em Portugal que passou de 38,6% para 36% e na AMP de 36,1% para 33,9%.

É de ressaltar que a diminuição registada em Gaia é de -2,5%, valor superior ao da AMP (-2,2%) e inferior ao de Portugal (-2,6%).

### Gráfico 9 – Taxa de Fecundidade Geral no Continente e nos Municípios da AMP

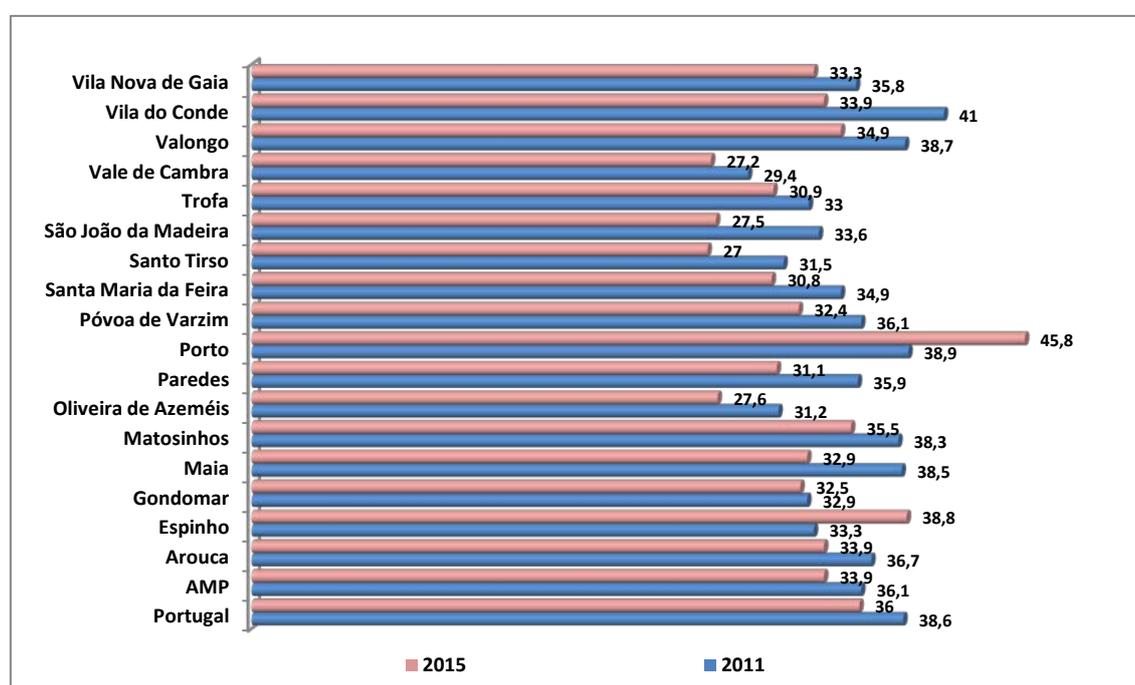
Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estatísticas de Nados-Vivos

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-04-27



A tabela 3 apresenta as alterações sofridas nas três taxas em questão em Vila Nova de Gaia, entre 2011 e 2015, evidenciando 2014, por ter sido o ano com a menor taxa de natalidade e fecundidade, tendo voltado a subir em 2015, revelando um sinal positivo.

**Tabela 3 – Indicadores demográficos de Vila Nova de Gaia, 2011, 2014 e 2015**

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2017-04-28

	2011	2014	2015
Taxa de Fecundidade Geral	35,8	31,3	33,3
Taxa Bruta de Natalidade	9,1	7,8	8,2
Taxa Bruta de Mortalidade	7,8	8,3	8,7

## Índice de Envelhecimento

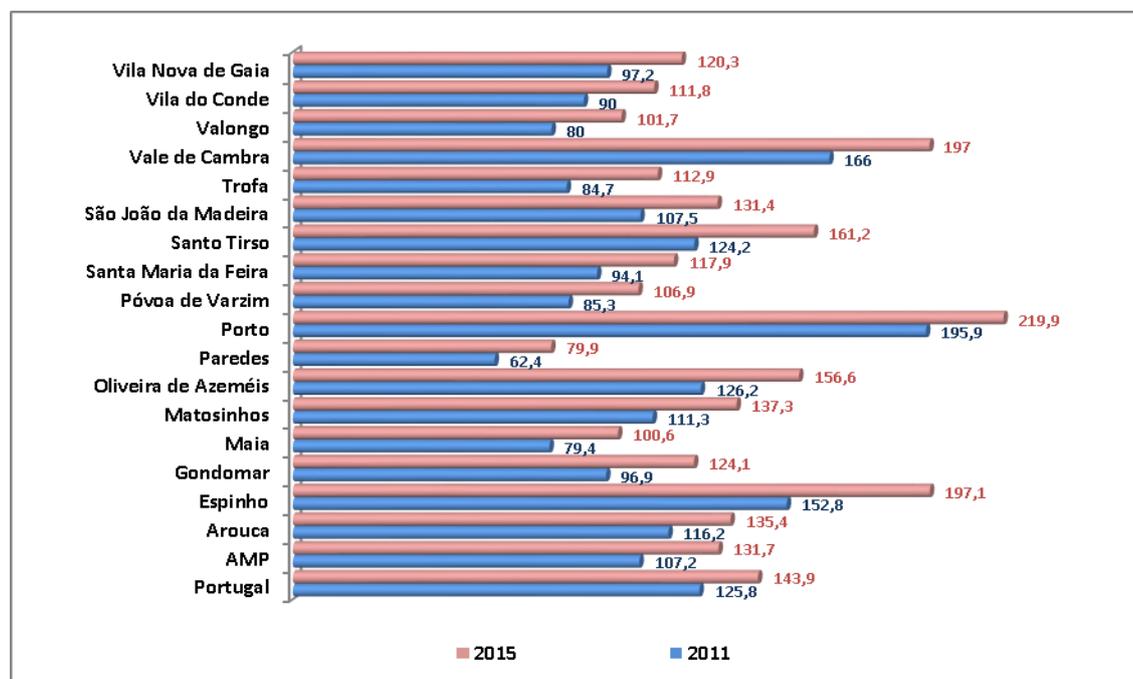
O índice de Envelhecimento no concelho de Vila Nova de Gaia sofreu um acréscimo de 2011 para 2015, passando de 97,2% para 120,3%, tal como se registou em Portugal e na AMP.

Contudo, em 2015 o Índice de Envelhecimento em Vila Nova de Gaia (120,3%) é inferior à média da AMP (131,7%) e de Portugal (143,9%), situando-se assim a meio da tabela dos municípios da AMP, uma vez que há nove municípios que apresentam valores superiores e sete com valores inferiores.

**Gráfico 10 – Índice de Envelhecimento em Portugal e nos Municípios da AMP**

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



## Índice de Dependência de Idosos

Tal como no Índice de Envelhecimento, também no Índice de Dependência, Vila Nova de Gaia com 25,4%, apresenta um valor inferior à média de Portugal (31,4%) e da AMP (27,3%). Dentro dos municípios da AMP, gaia encontra-se a meio da tabela.

Como se sucedeu com o Índice anterior também no de Dependência de Idosos de 2011 para 2015, registou-se um acréscimo de 3,6%, tendo passado de 21,8% para 25,4%.

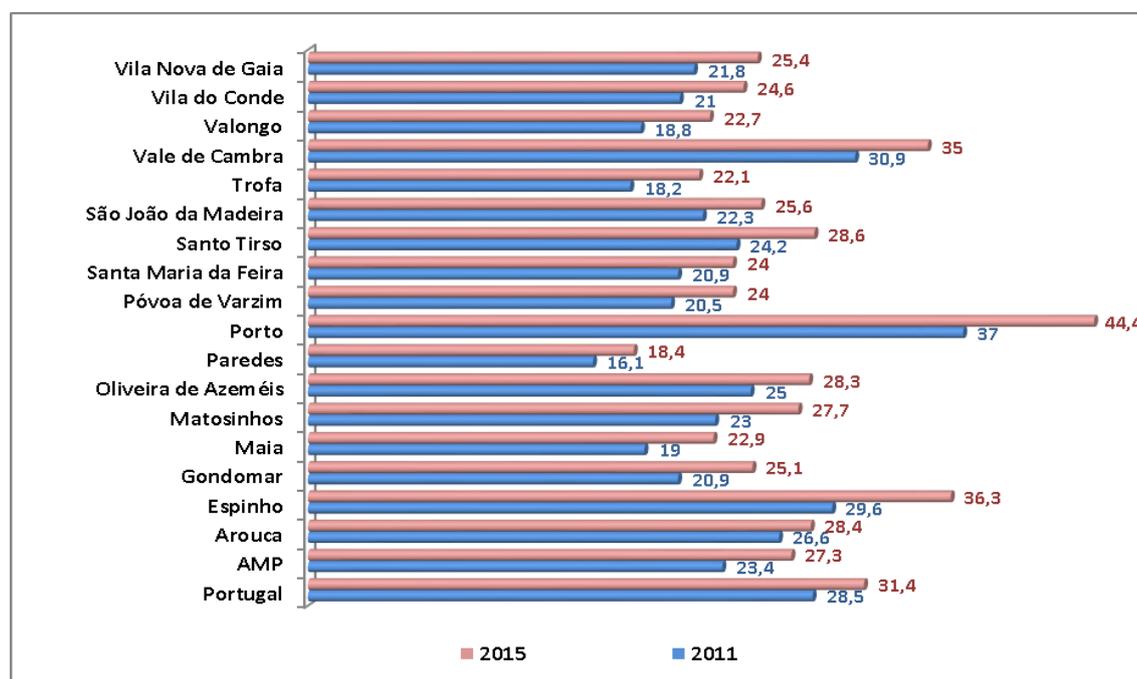
### Gráfico 11 – Índice de Dependência de Idosos em Portugal e nos Municípios da AMP

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



## Índice de Longevidade

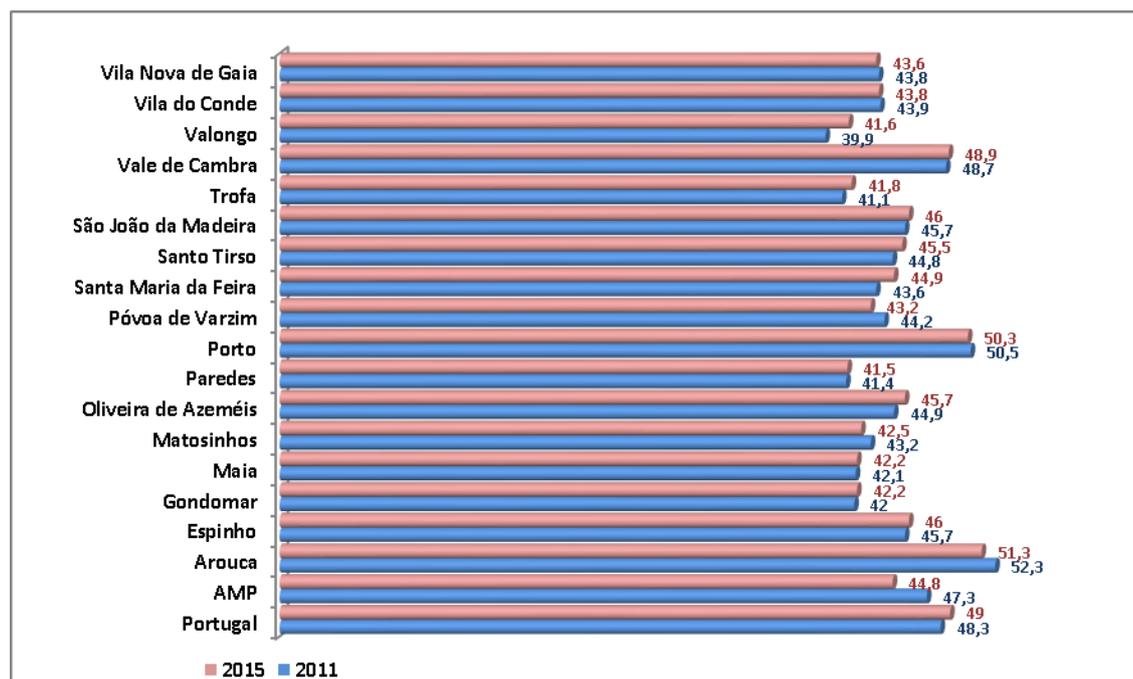
Também no Índice de Longevidade, Vila Nova de Gaia apresenta as características já enunciadas nos índices anteriores, ou seja o valor é inferior ao de Portugal e da AMP, encontrando-se posicionado a meio dos municípios que compõem a AMP.

Quanto à variação de 2011 para 2015 esta diminuiu - 0,2%.

### Gráfico 12 – Índice de Longevidade em Portugal e nos Municípios da AMP

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



## Índice de Dependência de Jovens

O Índice de Dependência de Jovens no Concelho de Gaia, apresenta os mesmos valores que os da AMP (21%) e ligeiramente inferior a Portugal (21.8%).

Na relação com os municípios que compõem a AMP, só Maia e Paredes apresentam um valor maior (23%), situando-se os restantes com valores inferiores a estes onde Gaia se inclui.

De 2011 a 2015, também este índice sofreu uma alteração tendo subido 1%.

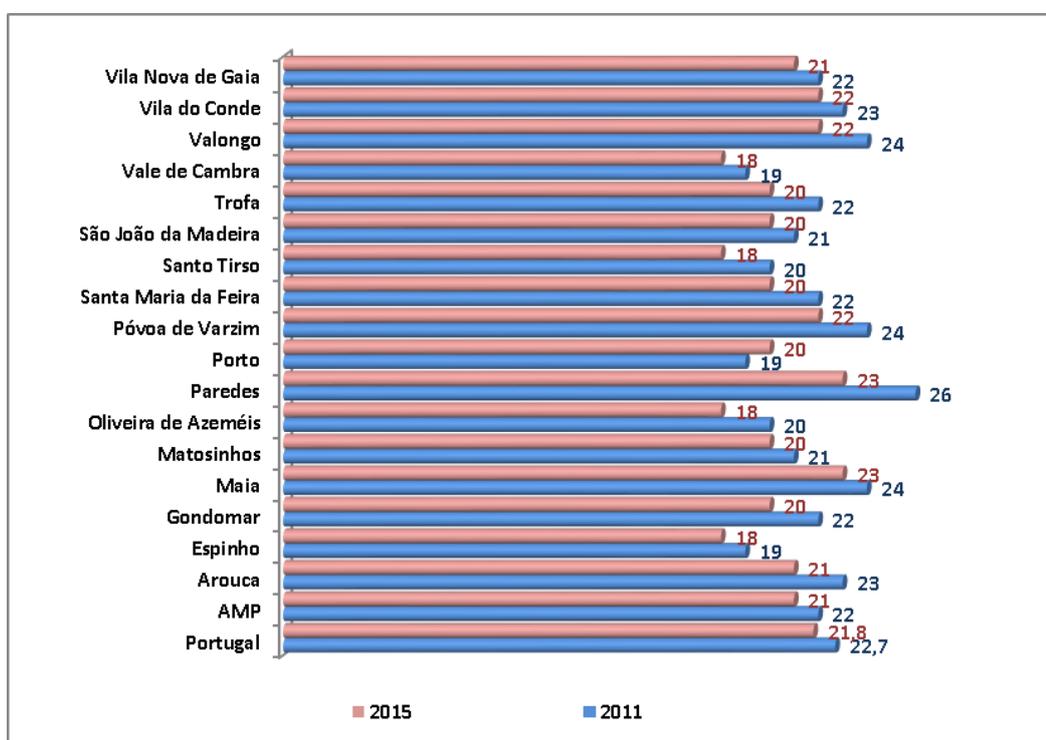
### Gráfico 13 – Índice de Dependência de Jovens em Portugal e na AMP

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2016-06-16



**Tabela 4 – Índice de Dependência Total, Idosos e Jovens em Vila Nova de Gaia, em 2011 e 2015***Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente**INE - Estimativas Anuais da População Residente**Fonte: PORDATA*

	Índice de Dependência Total	Índice de Dependência Jovem	Índice de Dependência Idosos
2011	44,2	22,4	21,8
2015	46,4	21,1	25,4

**Tabela 5 – Índice de Dependência Total em Portugal e AMP, 2015***Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente**INE - Estimativas Anuais da População Residente**Fonte: PORDATA**Última atualização: 2016-06-16*

	Índice de Dependência Total	Índice de Dependência Jovem	Índice de Dependência Idosos
Vila Nova de Gaia	46,4	21	25,4
Vila do Conde	46,6	22	24,6
Valongo	44,7	22	22,7
Vale de Cambra	53	18	35
Trofa	42,1	20	22,1
S. João da Madeira	45,6	20	25,6
Santo Tirso	46,6	18	28,6
Santa Maria da Feira	44	20	24
Póvoa do Varzim	46	22	24
Porto	64,4	20	44,4
Paredes	41,4	23	18,4
Oliveira dos Azeméis	46,3	18	28,3
Matosinhos	47,7	20	27,7
Maia	45,9	23	22,9
Gondomar	45,1	20	25,1
Espinho	54,3	18	36,3
Arouca	49,4	21	28,4
AMP	48,3	21	27,3
Portugal	53,2	21,8	31,4

## Índice Sintético de Fecundidade

Pela análise dos valores do índice sintético de Fecundidade a tendência em Vila Nova de Gaia vai ao encontro do que já se constatou anteriormente, onde não há um rejuvenescimento da população, atendendo a que a média de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, não ultrapassa 1,21, valor este muito inferior ao necessário para assegurar a substituição de gerações.

### Gráfico 14 – Índice Sintético de fecundidade no Continente e nos Municípios da AMP

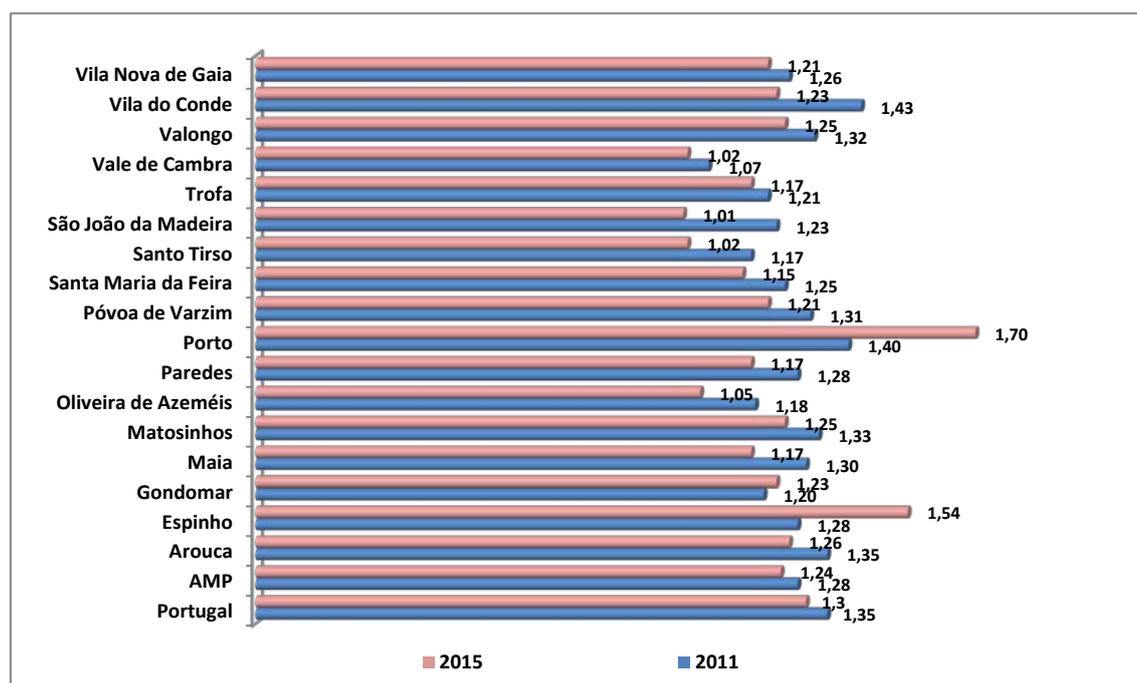
Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estatísticas de Nados-Vivos

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-04-27



## Taxas de Crescimento Efetivo, Natural e Migratório

Em 2015, segundo o INE, Vila Nova de Gaia apresenta um decréscimo efetivo de -0,21%, valor inferior ao da média AMP, -0,45%. Dentro dos restantes municípios que compõem a AMP, apenas Valongo (0,18%) apresenta um valor positivo.

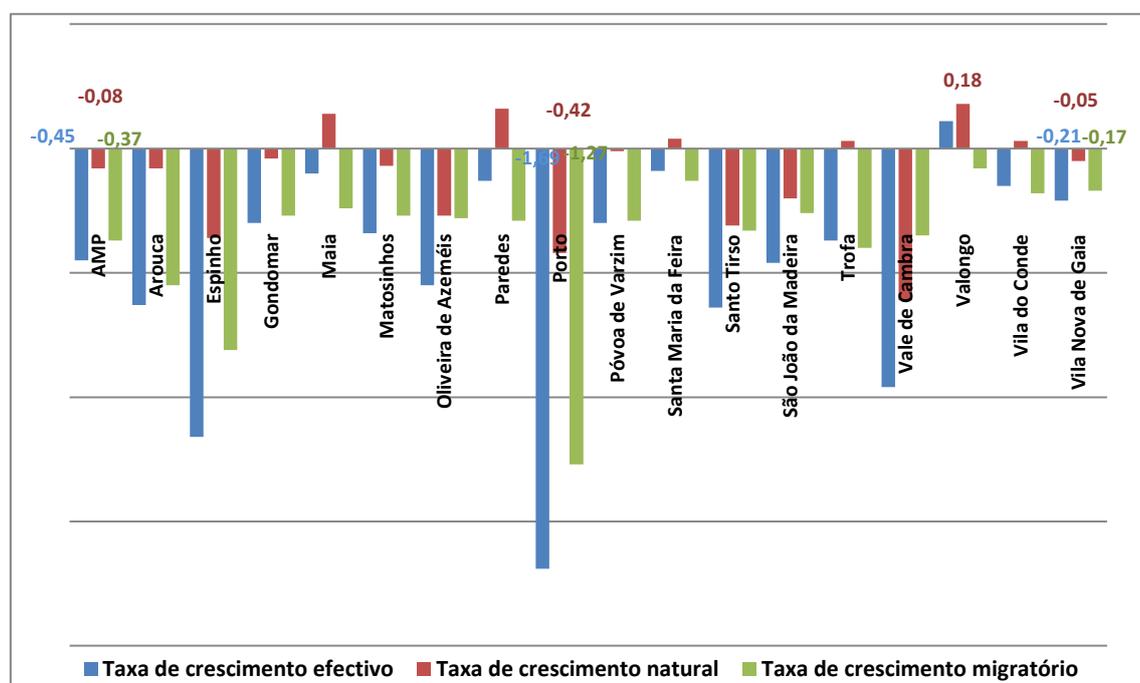
A taxa de crescimento natural no concelho segue a mesma tendência negativa tendo decrescido -0,05% por relação a -0,08% na AMP. Só os concelhos de Valongo, Maia e Paredes apresentam valores positivos.

A taxa de decréscimo migratório em Vila Nova de Gaia é de -0,17%, inferior à taxa da AMP, sendo que dentro desta só os concelhos de Valongo e Santa Maria da Feira têm uma taxa superior á de Gaia.

### Gráfico 15 – Taxa de crescimento Efetivo, Natural e Migratório, nos Municípios da AMP, em 2015

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015.

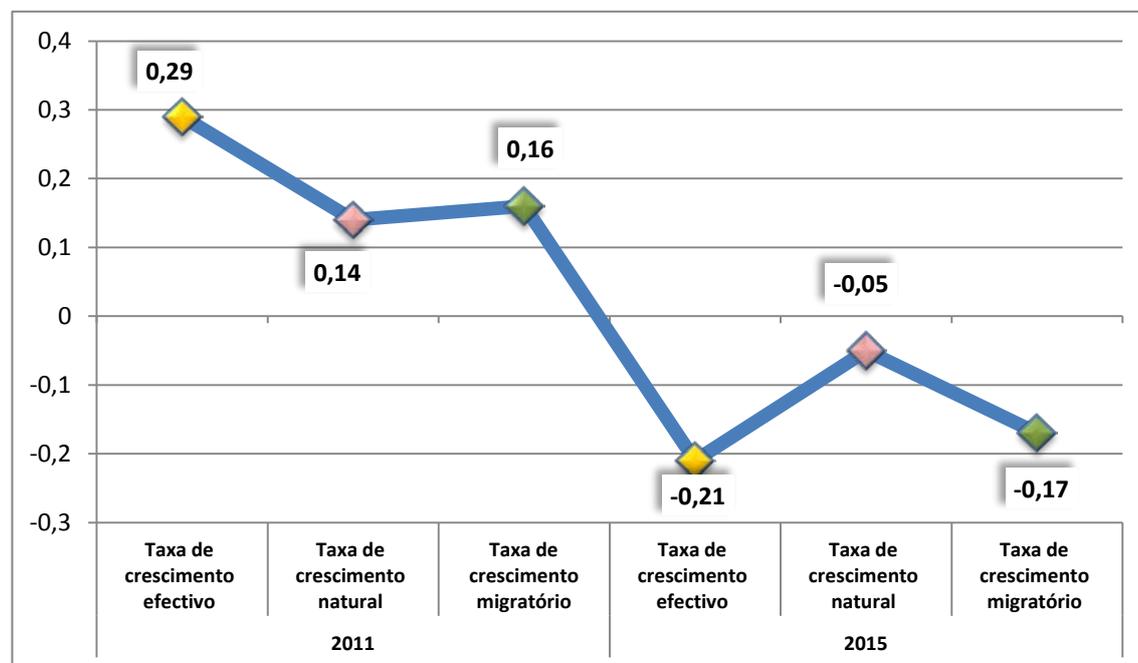


A variação das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório passaram de 2011 para 2015 de positivas para negativas, sendo a taxa de crescimento natural a que foi menos afetada.

### Gráfico 16 – Taxa de Crescimento Efetivo, Natural e Migratório de Vila Nova de Gaia, em 2011 e 2015

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015.



### Tabela 6 – Taxa de Crescimento Efetivo, Natural e Migratório de Vila Nova de Gaia, em 2011 e 2015 (ver gráfico)

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015.

	2011	2015
Taxa de crescimento Efetivo	0,29	-0,21
Taxa de crescimento Natural	0,14	-0,05
Taxa de crescimento Migratório	0,16	-0,17

Apesar das oscilações atrás mencionadas, analisando a tabela 7 constata-se que o crescimento populacional em Vila Nova de Gaia no período entre 2001 e 2015, se deveu, predominantemente ao contributo do saldo migratório (diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram) que de 2001 para 2015 passou de 50,5% para 77,6%, enquanto o saldo Natural (número de nascimentos menos o número de óbitos) registou uma diminuição bastante acentuada passando de 49,5% para 22,4%.

#### **Tabela 7 – Contributo dos Saldos Natural e Migratório para a variação Populacional Anual**

*Fontes/Entidades: INE, PORDATA*

*Última atualização: 2016-11-03*

<b>Contributo do Saldo Natural</b>		<b>Contributo do Saldo Migratório</b>	
<b>2001</b>	<b>2015</b>	<b>2001</b>	<b>2015</b>
49,5	22,4	50,5	77,6

## População Imigrante

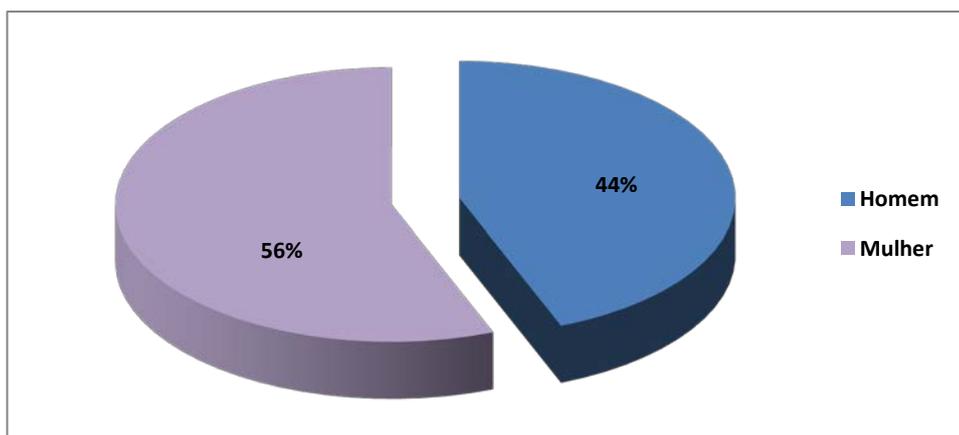
A população imigrante, legalizada, residente em Vila Nova de Gaia perfaz um total de 3 998 indivíduos. Deste universo destaca-se o género feminino, com 56%.

### Gráfico 17 – Número de Imigrantes por Género

Fonte: <http://sefstat-web/>

Ano: 2015

Última atualização de dados: 31-12-2014



Em relação ao país de origem, foram seleccionados os 9 países com maior número de imigrantes. Observando a tabela 8 constata-se que maioritariamente são indivíduos oriundos do Brasil (36%), sendo de destacar ainda que a percentagem de Europeus é bastante reduzida relativamente aos originários de outros continentes.

### Tabela 8 – Imigrantes por País de Origem

Fonte: <http://sefstat-web/>

Ano: 2015

Última atualização de dados: 31-12-2014

Alemanha	Angola	Brasil	Cabo Verde	China	Espanha	Roménia	Ucrânia	Outros
3%	7%	36%	3%	6%	3%	3%	13%	26%

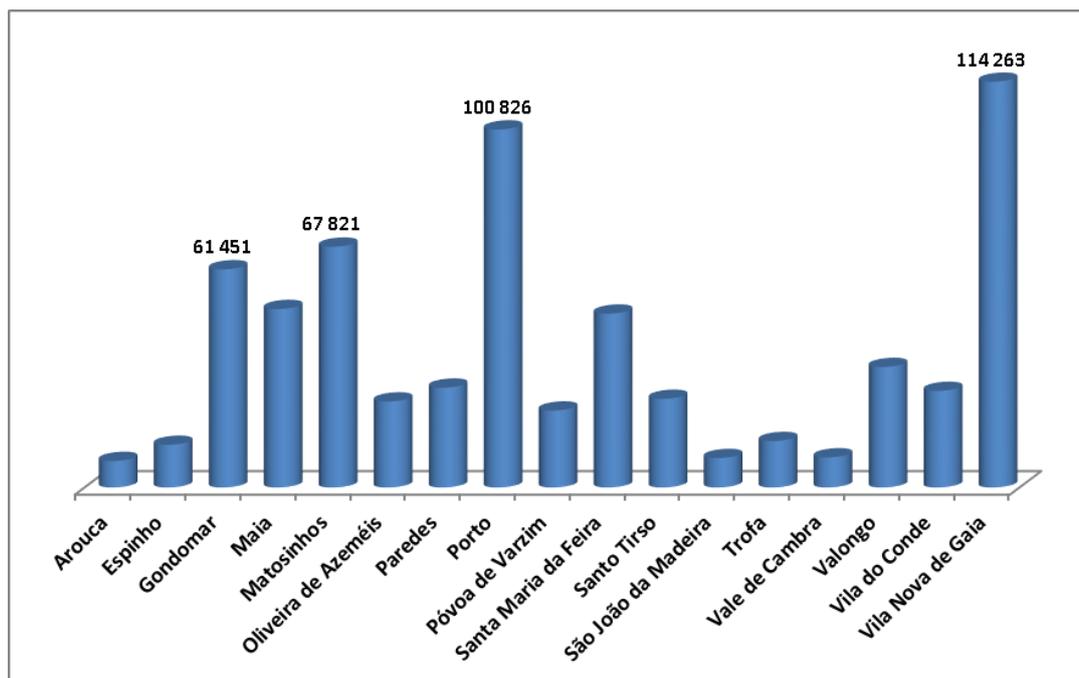
## 2.4. Famílias

Sendo Vila Nova de Gaia o Concelho da AMP com maior número de habitantes, também é aquele que tem maior número de famílias, apresentando 114 263 agregados familiares, seguido do concelho do Porto (100 826), Matosinhos (67 821) e Gondomar (61 451).

**Gráfico 18 – Total de Famílias Clássicas, segundo os Censos, nos Municípios da AMP**

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

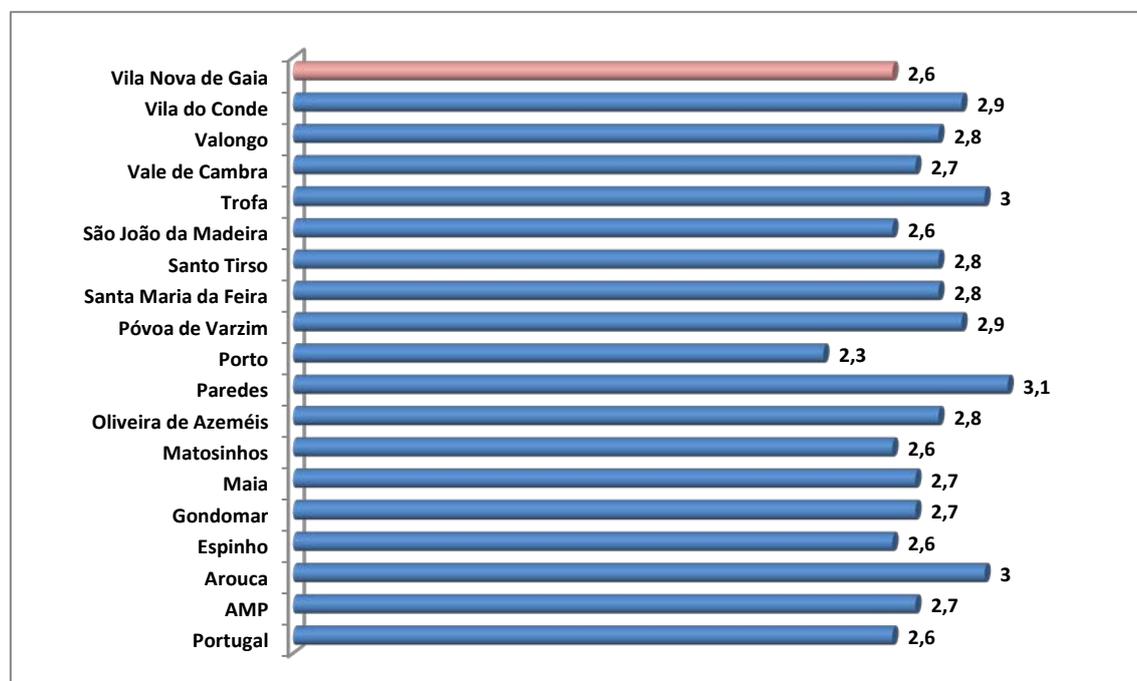


Segundo os censos de 2011 a dimensão média das famílias em Vila Nova de Gaia é de 2,6 pessoas, valor igual ao verificado em Portugal e à média dos municípios da AMP.

### Gráfico 19 – Dimensão Média das Famílias nos municípios da AMP, segundo os Censos, 2011

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

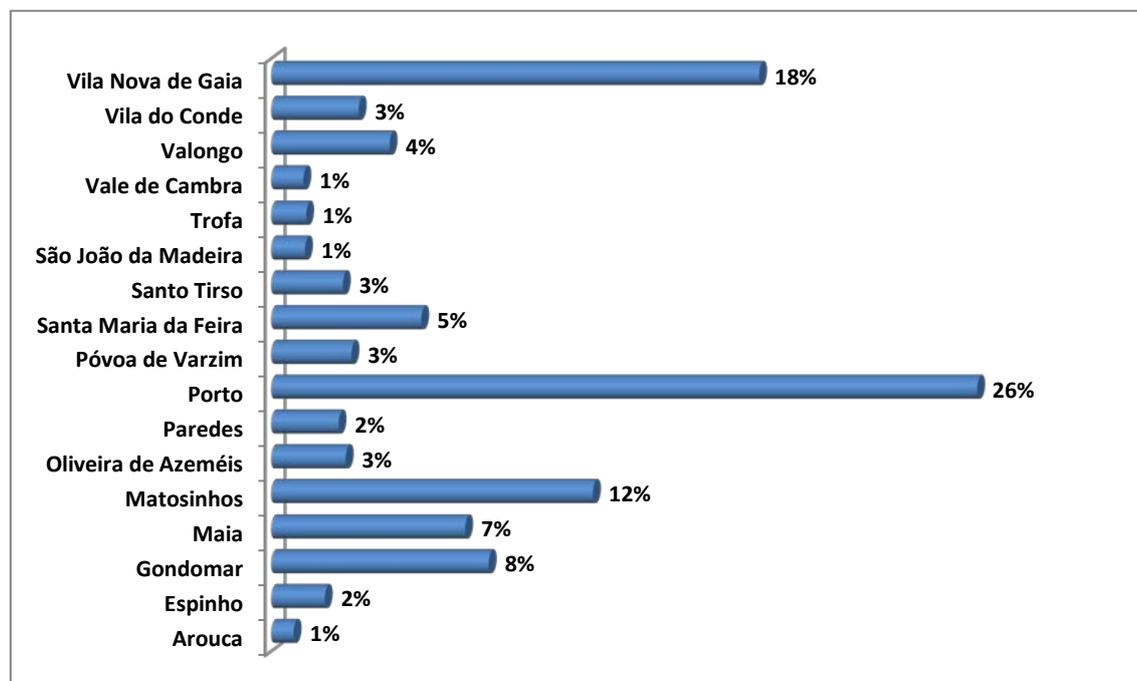


Na categoria de Famílias Unipessoais na AMP, existem 119 820 famílias, destacando-se os Concelhos do Porto com a maior percentagem, 26%, seguido de Vila Nova de Gaia com 18% e Matosinhos co 12%. Os restantes concelhos tem valores abaixo dos 10%.

### Gráfico 20 – Total de Famílias Unipessoais nos Municípios da AMP, segundo os Censos

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

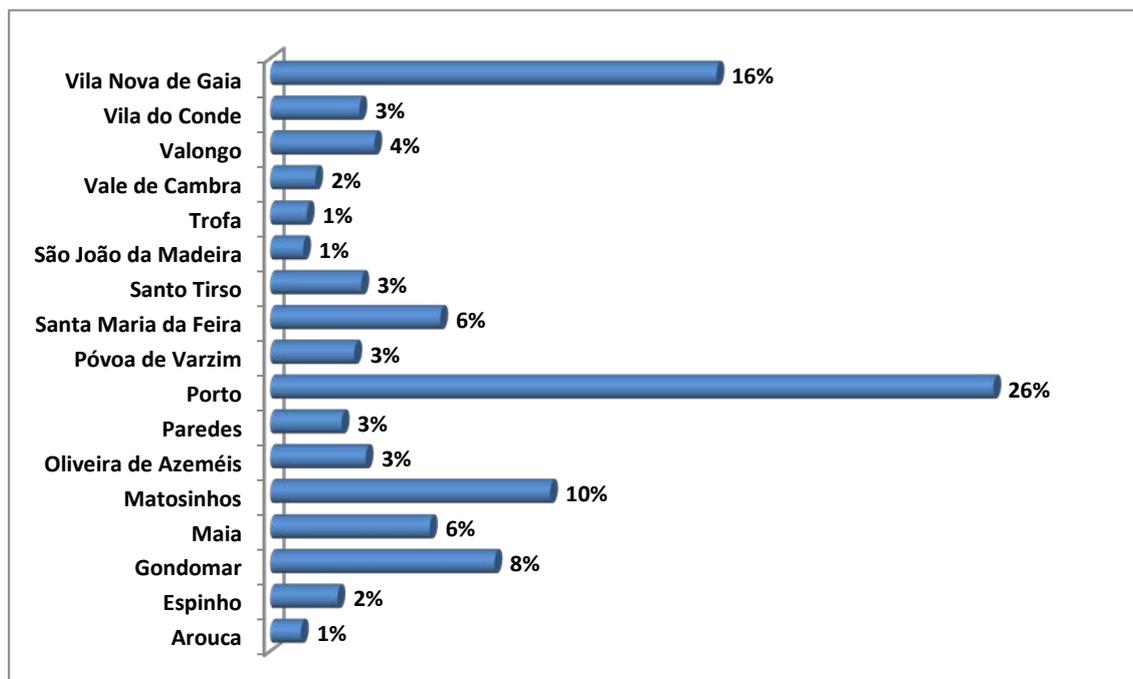


No que se refere a Famílias Unipessoais com mais de 65 anos, na AMP existem 50.667 Famílias. Constatase que o concelho do Porto apresenta o mesmo valor que o das famílias unipessoais, enquanto que Vila Nova de Gaia e Matosinhos apresentam valores inferiores, comparando com o gráfico anterior.

### Gráfico 21 – Total de Famílias Unipessoais com mais 65 anos, nos Municípios da AMP, segundo os Censos

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

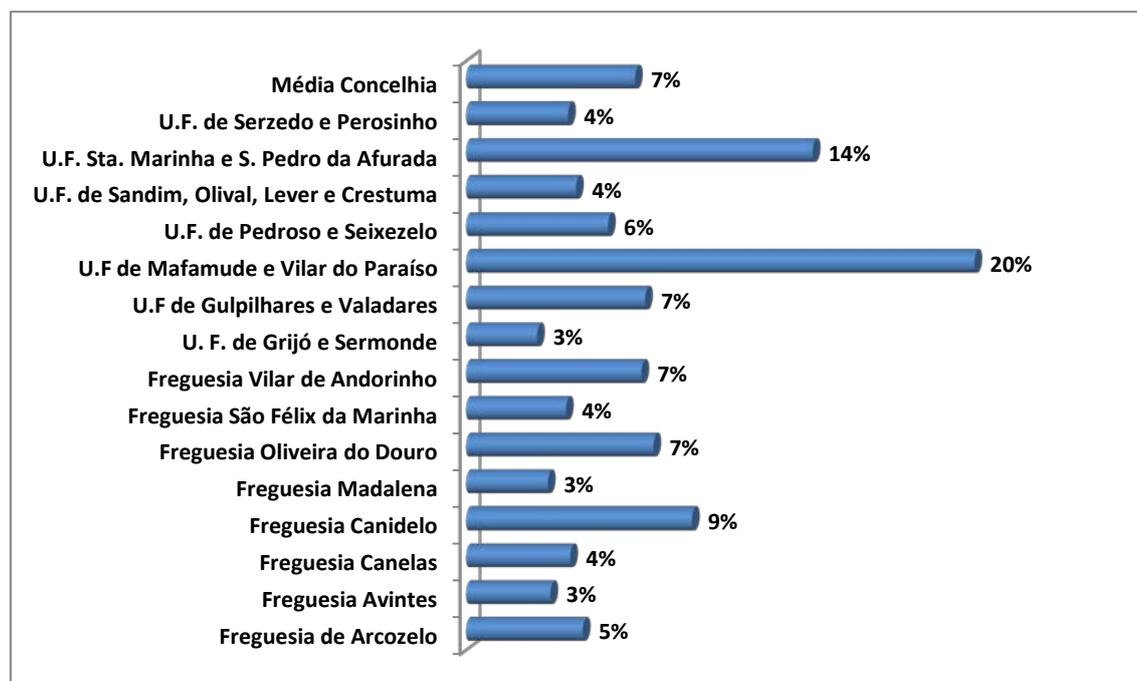
Última atualização: 2015-06-16



De acordo com os Censos 2011, Vila nova de Gaia tem um total de 14 323 Núcleos familiares monoparentais. Da análise do gráfico 22, a U.F. Mafamude e Vilar do Paraíso apresenta a percentagem mais elevada (20%), distanciando-se das restantes freguesias e em particular da U.F. Santa Marinha e S. Pedro da Afurada, território com a população mais próxima.

### Gráfico 22 – Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais por local de residência no Município de Vila Nova de Gaia, 2011

Fonte - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011  
Última atualização destes dados: 13 de fevereiro de 2014

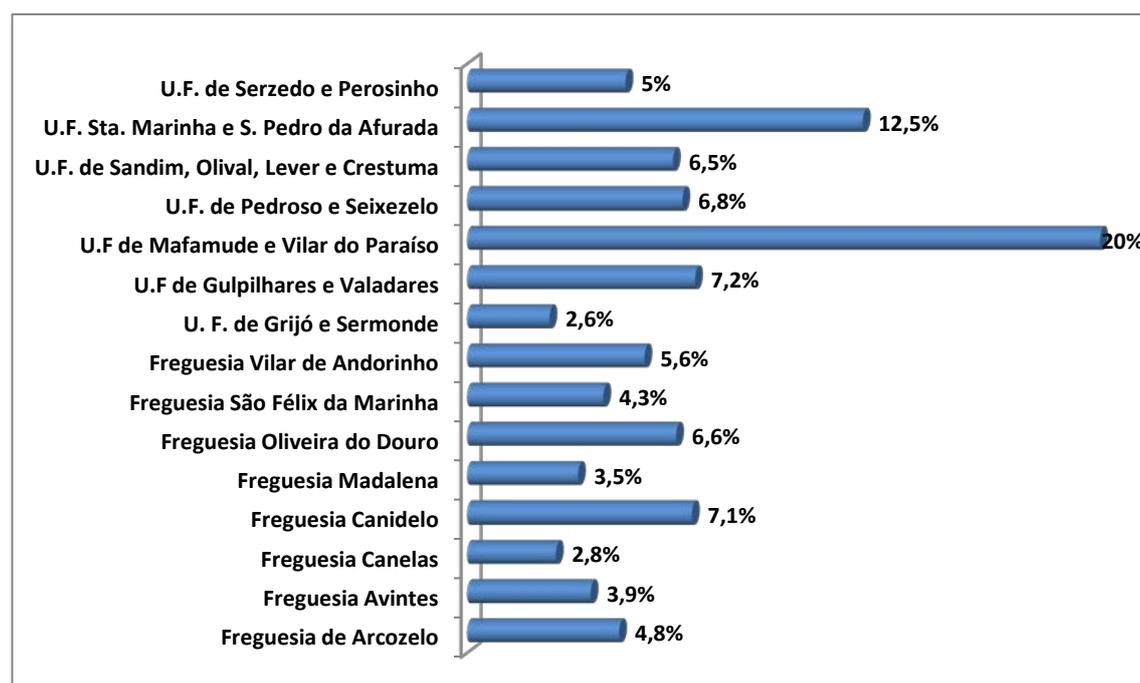


O Concelho de Vila nova de Gaia á data dos censos tinha um total de 3.160 Núcleos familiares monoparentais com indivíduos com mais de 65 anos o que corresponde a cerca de 22% do total de famílias monoparentais.

Tal como nos Núcleos das Famílias Monoparentais, também Núcleos familiares Monoparentais, com indivíduos com mais de 65 anos, a U.F. Mafamude e Vilar do Paraíso é a mais representativa, apresentando um valor de 20%. A freguesia com menos situações é de Canelas, 2.8% de casos.

### Gráfico 23 – Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais por local de residência no Município de Vila Nova de Gaia, + 65 anos

Fonte - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011  
Última atualização destes dados: 13 de fevereiro de 2014



A análise dos pontos críticos que possam determinar e orientar a formulação da estratégia inclusiva permite concluir pelo elevado potencial do concelho de Gaia no posicionamento como centralidade da inovação social e criação de padrões inovadores na resposta ao desafio da territorialização da inclusão, formulado na visão da AMP.

A AMP tem vindo a produzir documentos de análise estratégica e diagnósticos territoriais comparando indicadores de infraestruturação do território e dos serviços à escala metropolitana. Esta análise poderá ser complementada com os indicadores locais numa perspetiva mais micro e circunscrita produzindo um olhar interno vocacionando a estratégia inclusiva para a ligação entre fatores e condicionantes e as potencialidades, aspirações e ambições do território enquanto comunidade.

---

## 3. Caracterização da Rede da Qualificação para a Inclusão

### *3.1. Respostas na Área da Educação*

#### *Pré-Escolar*

A população estimada, para o grupo etário dos 3 aos 5 anos, em Vila Nova de Gaia é de 9055 crianças, o que corresponde a uma percentagem de 3% da população do concelho. Deste universo 73%, ou seja 6589 crianças, do grupo etário dos 3-5 anos frequentam o pré-escolar distribuídos pelos vários equipamentos existentes para este grupo etário.

Das várias respostas criadas, 3521 pertencem à rede pública, com cobertura em todas as freguesias do concelho. A rede de apoio ao ensino pré-escolar é complementada com instituições de solidariedade sociais e lucrativos que abrangem 6589 crianças que se distribuem por todo o concelho, não existindo qualquer freguesia a descoberto (Tabela 9).

**Tabela 9 – Relação de Alunos e, Taxas de cobertura do Concelho em Equipamento Pré-escolar**

Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente - 2014; PORDATA; Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – março/ 2017; DMIS-CMVNG; Cálculos de autor – DASVS.

Pré- Escolar	População	3-5 Anos (3%)	Rede Pública		Taxa de cobertura (%)	IPSS		Taxa de cobertura (%)	Particulares/ Lucrativos		Taxa de cobertura (%)
			Capacidade	Utentes		Capacidade	Utentes		Capacidade	Utentes	
Vila Nova de Gaia	301819	9055									
Arcozelo	14324	430	148	148	34%	47	28	11%	69	72	16%
Avintes	11470	345	210	164	61%	120	89	35%	0	0	0%
Canelas	13431	404	151	151	37%	61	61	15%	33	19	8%
Canidelo	27734	833	302	302	36%	70	64	8%	25	18	3%
Madalena	10014	301	202	202	67%	0	0	0%	63	29	21%
Oliveira do Douro	22351	671	510	374	76%	201	200	30%	179	179	27%
São Félix da Marinha	12679	381	170	84	45%	106	106	28%	15	15	4%
Vilar de Andorinho	18125	544	248	203	46%	60	58	11%	75	75	14%
UF de Grijó e Sermonde	11911	358	184	162	51%	0	0	0%	47	47	13%
UF de Gulpilhares e Valadares	21987	660	265	265	40%	44	44	7%	218	218	33%
UF de Mafamude e Vilar do Paraíso	52368	1562	394	394	25%	572	532	37%	205	198	13%
UF de Pedroso e Seixezelo	20395	612	380	312	62%	100	74	16%	100	78	16%
UF de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	17138	515	433	274	84%	215	144	42%	0	0	0%
UF de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	33670	1011	459	323	45%	693	613	69%	79	79	8%
UF de Serzedo e Perosinho	14222	427	253	163	59%	44	28	10%	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>301819</b>	<b>9055</b>	<b>4309</b>	<b>3521</b>	<b>48%</b>	<b>2333</b>	<b>2041</b>	<b>26%</b>	<b>1108</b>	<b>1027</b>	<b>12%</b>

A nível concelhio, a taxa de cobertura de equipamentos para este grupo etário é de 86% e a taxa de utilização de 85%. (tabela 10). Estes valores traduzem um aumento, da resposta em equipamento pré-escolar, face aos dados do PDS de 2012/2014, resultado de um aumento de investimento do município.

### Tabela 10 – Distribuição percentual das Taxas de Cobertura e de utilização em Equipamento Pré- Escolar em Vila Nova de Gaia

Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente - 2014; PORDATA; Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – março/2017; DMIS-CMVNG; Cálculos de autor – DASVS.

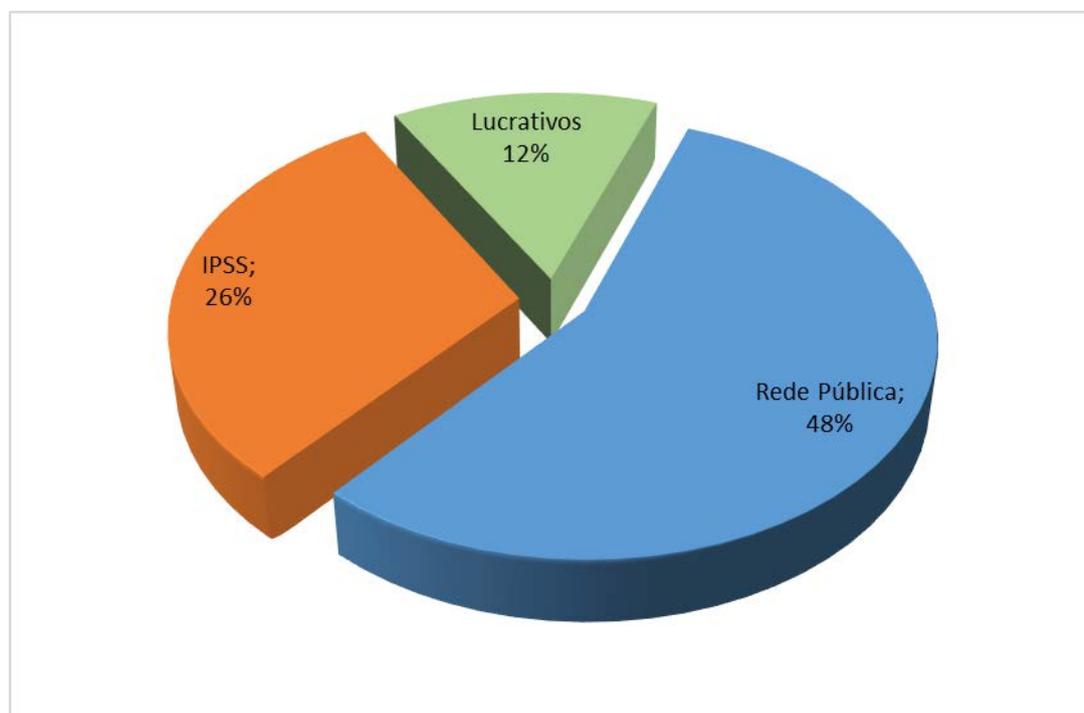
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
86%	85%

Do total das 6589 crianças do grupo etário dos 3-5 anos que frequentam a educação pré-escolar, 3521 encontram-se inseridas em IPSS, 1027 em estabelecimentos particulares e o maior número, 3521, frequentam a rede pública (tabela 10). Estes valores correspondem a uma taxa de utilização do concelho de 85%, em equipamentos com resposta direcionada para o ensino pré-escolar.

Como se verifica pelo gráfico 24, a cobertura de equipamentos em educação pré-escolar é essencialmente assegurada pela rede pública com 48%, complementada com 26% da rede de solidariedade social e 12% do setor lucrativo.

### Gráfico 24 – Distribuição percentual da Taxa de Cobertura, no ensino Pré-escolar, por tipo de Equipamento, no concelho de Vila Nova de Gaia

Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente - 2014; PORDATA; Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – março/2017; Cálculos de autor – DASVS.



A rede pública neste tipo de equipamento possui uma taxa de cobertura de 48% face a 83% da taxa de utilização (tabela 11). A rede pública é a que possui as taxas de cobertura e de utilização mais elevadas, face aos equipamentos em rede solidariedade social e rede lucrativa. O que significa que o maior contributo para as taxas concelhias são maioritariamente da rede pública.

**Tabela 11 – Distribuição percentual, das Taxas de Cobertura e de utilização do ensino Pré-escolar, em Rede Pública.**

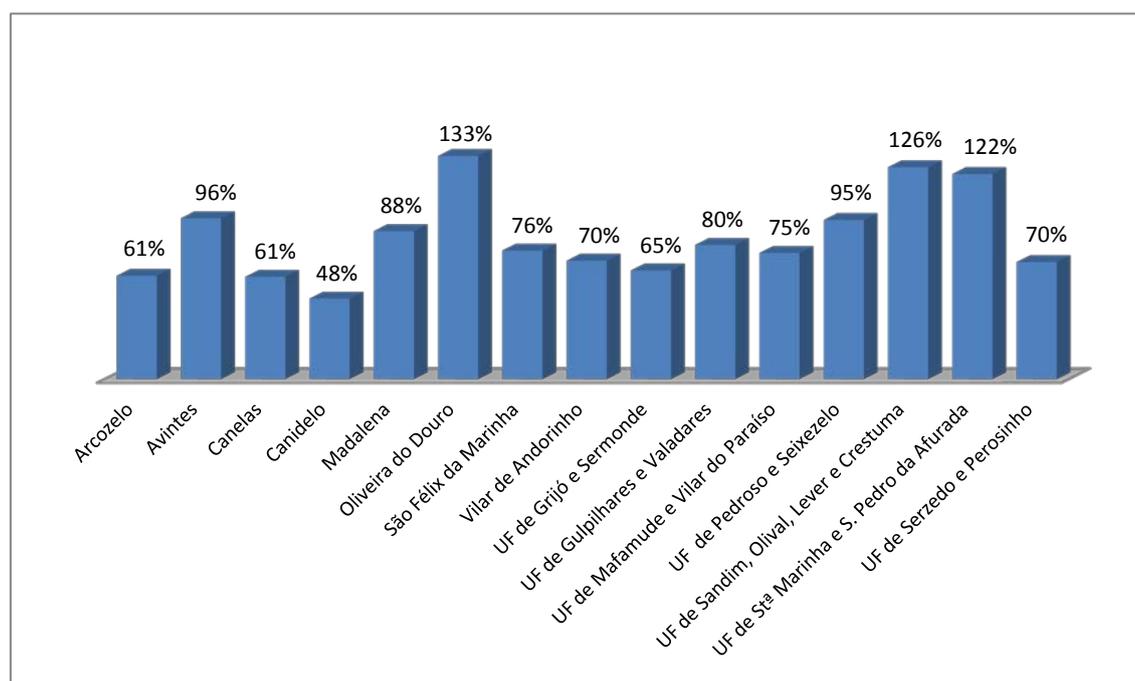
Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente- 2014; PORDATA; DMIS-CMVNG; Cálculos de autor-DASVS.

Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
48%	83%

Para além dos estabelecimentos da rede pública, todas as freguesias e uniões de freguesia, dispõem de equipamento em educação pré-escolar enquadrado em instituições de solidariedade social ou, pertencentes ao setor lucrativo.

**Gráfico 25 – Distribuição percentual, da Taxa de Cobertura, por Freguesia**

Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente - 2014; PORDATA; Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – março/2017; Cálculos de autor – DASVS.



Como se pode constatar, pelo gráfico 25, o concelho dispõe de uma taxa de cobertura considerável, apenas a freguesia de Canidelo possui uma cobertura inferior a 50%, com 48% de taxa de cobertura. A esta situação contrapõe-se as freguesias de Oliveira do Douro, UF de Sandim, Olival, Lever e Crestuma e UF de St<sup>a</sup> Marinha e S. Pedro de Afurada com respetivamente 133%, 126% e 122%, respetivamente, de taxa de cobertura.

## Ensino Básico Secundário e Profissional

### REDE PÚBLICA

Em Vila Nova de Gaia, o número de alunos que frequenta a escolaridade obrigatória, nas escolas da rede pública é de 28 782 alunos, distribuídos por 14 Agrupamentos Escolares e por 4 Escolas Secundárias não Agrupadas.

#### 1.º Ciclo do Ensino Básico

As escolas do EB do 1º ciclo, da rede pública, de Vila Nova de Gaia, no ano letivo 2016/17, apresentam um total de 9926 alunos, distribuídos por 501 salas, sendo a média alunos sala de 20 alunos. Na U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso é onde existe o maior número de alunos, a Freguesia de Oliveira do Douro aparece em 2º lugar, mas importa referir, que nesta freguesia estão sediados dois centros escolares com uma grande concentração de salas, englobando alunos de outras freguesias anexas, o que presumimos que esta situação faça inflacionar o número de alunos. A média de alunos no concelho é de 20/alunos sala, só a freguesia de Arcozelo tem um valor superior de 25/alunos.

**Tabela 12 – Relação de Aluno do 1º Ciclo da Rede Pública em V. N. Gaia**

Fonte: DMIS/DE, ano letivo 2016/2017

FREGUESIAS	1º Ciclo		
	Público	N.º Salas	Média de Aluno/sala
Arcozelo	519	21	25
Avintes	434	21	21
Canelas	411	19	22
Canidelo	763	38	20
Madalena	391	19	21
Oliveira do Douro	1206	44	20
São Félix da Marinha	363	16	23
Vilar de Andorinho	580	32	18
U.F. Grijó e Sermonde	399	20	20
U.F. de Gulpilhares e Valadares	666	34	20
U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	1653	80	21
U.F. de Pedroso e Seixezelo	677	39	17
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	634	43	15
U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	884	55	22
U.F. de Serzedo e Perosinho	346	20	17
<b>TOTAL</b>	<b>9926</b>	<b>501</b>	<b>20</b>

## 2º Ciclo, 3º Ciclo, Secundário, Vocacional, 3ª Ciclo Ensino Básico, Secundário, Cursos Educação e Formação de Adultos (CEFA), Ensino Recorrente, Profissional

Relativamente aos outros níveis de ensino, em Vila nova de Gaia, o número de alunos, no ano letivo de 2016/17, nas escolas da rede pública, são respetivamente: 5095 alunos no 2º ciclo, 8197 no 3º ciclo, 4144 no secundário e 930 nos Cursos Técnicos Profissionais.

A nível do 3º ciclo existem 92 alunos no curso Vocacional, 58 alunos no curso CEF e 217 alunos no curso EFA (3º CEB). A nível do Secundário existem 20 alunos no curso Vocacional Secundário, 58 em EFA Secundário e 124 alunos em Ensino Recorrente.

Em Vila Nova de Gaia, o número de alunos que frequenta a escolaridade obrigatória, nas escolas da rede pública é de 28 782 alunos.

**Tabela 13 – 2º, 3º Ciclo, Secundário, Vocacional, 3ª Ciclo Ensino Básico, Secundário, CEFA, Ensino Recorrente, Profissional no Ensino Público em Vila Nova de Gaia**

Fonte: DMIS/DE, ano letivo 2016/2017

\* Só tem alunos do 10º ano

FREGUESIAS	Ciclos e Cursos									
	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Vocacional 3º CEB	Vocacional Secundário	CEF	EFA (3º CEB)	EFA (Sec)	Ensino Recorrente	Profissional
Arcozelo	470	744	304				24	30		141*
Avintes	189	304								
Canelas	343	618	401							
Canidelo	581	943	395	25						
Madalena	174	185		20		16				
Oliveira do Douro	260	394	166	28	20	21				137
São Félix da Marinha										
Vilar de Andorinho	400	591								
U.F. de Grijó e Sermonde	198	280								
U.F. de Gulpilhares e Valadares	555	973	979							370
U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	589	1079	847							
U.F. de Pedroso e Seixezelo	401	598	265			21	24	28		230
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	317	525	236							75
U.F. de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada	618	963	551	19			169		124	268
U.F. de Serzedo e Perosinho										
<b>TOTAL</b>	<b>5095</b>	<b>8197</b>	<b>4144</b>	<b>92</b>	<b>20</b>	<b>58</b>	<b>217</b>	<b>58</b>	<b>124</b>	<b>938</b>

## REDE PRIVADA

Em Vila Nova de Gaia, o número de alunos que frequenta a escolaridade obrigatória, nos Estabelecimentos Escolares da Rede Privada é de 6 333 alunos, distribuídos por 13 Estabelecimentos Escolares e 3 Escolas/Institutos Profissionais.

### 1º, 2º e 3º ciclo, Secundário, Secundário Cursos Científicos tecnológicos, Vocacional 3º CEB e Vocacional Secundário, Ensino Profissional no Ensino Privado em Vila Nova de Gaia

A nível do Ensino Particular em Vila Nova de Gaia, no ano letivo 2016/17, frequentam no 1º Ciclo 1180 alunos, 636 alunos o 2º Ciclo, 934 alunos o 3º Ciclo, 178 alunos o secundário, 2246 alunos nos cursos científicos tecnológicos do ensino secundário, 18 alunos no Vocacional (3º CEB), 19 alunos no Vocacional (Secundário) e 34 em CEF.

O Ensino Profissional é frequentado por 1088 alunos nas 2 Escolas Profissionais e no Instituto e de Artes e Ofícios.

**Tabela 14 – Relação de alunos do 1º, 2º e 3º ciclo, Secundário, Secundário Cursos Científicos tecnológicos, Vocacional 3º CEB e Vocacional Secundário, Ensino Profissional no Ensino Privado em Vila Nova de Gaia**

Fonte: DMIS/DE, ano letivo 2016/2017

\* Nestes valores estão incluídos os alunos do ensino Integrado da Academia de Música de Vilar do Paraíso, com 194 alunos do 2º Ciclo e 194 alunos do 3º ciclo.

Freguesias	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Sec. Cur. Cien. Tec.	Vocacional (3º CEB)	Vocacional Secundário	CEF	Ensino Profissional
Arcozelo	204								
Avintes									
Canelas									
Canidelo									
Madalena									
Oliveira do Douro	237	37	46						
São Félix da Marinha									
Vilar de Andorinho									
U.F. de Grijó e Sermonde									
U.F. de Gulpilhares e Valadares	135								
U. F. s de Mafamude e Vilar do Paraíso	288	423	482		1064				1012
U.F. de Pedroso e Seixezelo		102	305		1182				
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma									
U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	316	74	101	178		18	19	34	76
U.F. de Serzedo e Perosinho									
<b>TOTAL</b>	<b>1180</b>	<b>636</b>	<b>934</b>	<b>178</b>	<b>2246</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>34</b>	<b>1088</b>

**Tabela 15 – Quadro Síntese**

Fonte: DMIS/DE, ano letivo 2016/2017

\* Correspondente aos equipamentos das ES com 3º ciclo

\*\* Corresponde a dois colégios privados com cursos científico-tecnológicos

Níveis	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Ensino Profissional		Ensino Superior	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Equipamentos	92	10	16	14	23*	8	9	3	8	5**	0	4
Nº Alunos	9926	1180	5095	636	8506	986	4346	197	930	3334	0	S/ inf.

### 3.1.2. Rede Educativa e de Formação

Os dados que se apresentam reportam-se aos cursos técnicos profissionais e científico-tecnológicos, executados no ano letivo 2016/2017, nos estabelecimentos de ensino de Vila Nova de Gaia.

A apresentação dos dados (tabela 16) apresenta as áreas de educação e formação, bem como a designação dos cursos existentes e respetivo nível de Qualificação, segundo o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

Segundo o quadro do QNQ, o nível 4 corresponde ao ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação (cursos profissionais, cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação ou cursos artísticos-especializados no domínio das artes visuais ou audiovisuais) ou ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional de um mínimo de 6 meses. O nível 5 corresponde ao ensino pós secundário não superior com créditos para prosseguimento de estudos de nível superior (cursos de especialização tecnológica).

Analisando a tabela 11 constata-se que existe uma oferta de 32 cursos com nível de qualificação 4 e 5, destes apenas 5 cursos são do nível 5 e restantes (26) do nível 4, distribuindo-se por 19 áreas de Educação e Formação.

**Tabela 16 – Tipologia de Formação e Nível de Qualificação**

Fonte: Levantamento da oferta formativa das escolas do concelho março/2017- DASVS

Área de Educação e Formação	Designação do curso	Nível de Qualificação do QNQ:
213 - Audiovisuais e Produção dos Media	Técnico/a de análise multimédia	4
	Técnico/a de desenho gráfico	4
	Técnico de fotografia	4
	Técnico/a de multimédia	4
481 - Ciências Informáticas	Técnico/a especialista em tecnologias e programação de sistemas de informação	5
	Tecnologias e sistemas de informação	5
341 - Comércio	Técnico de (administração) e marketing	4
	Técnico comercial	4
	Técnico/a de Logística	4
525 - Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecatrónica de automóvel	4
344 - Contabilidade e Fiscalidade	Técnico/a de contabilidade	4
	Técnico de contabilidade e gestão ambiental	4
813 - Desporto	Técnico/a de apoio à gestão desportiva	4
523 - Eletrónica e Automação	Técnico/a de eletrónica e telecomunicações	4
	Técnico/a de mecatrónica	4
	Técnico/a de eletrónica, automação e comando	4
	Técnico/a especialista em automação, robótica e controlo Industrial	5
345 - Gestão e Administração	Técnico/a de gestão	4
811 - Hotelaria e Restauração	Técnico/a de restaurante/Bar	4
	Técnico/a de cozinha/pastelaria	4
	Técnico/a de restaurante/bar	4
542 - Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Técnico de <i>design</i>	4
541 - Indústrias Alimentares	Técnico/a de controlo de qualidade alimentar	4
521 - Metalurgia e Metalomecânica	Técnico/a de maquinaria e programação CNC	4
342 - Marketing e Publicidade	Técnico/a de organização de eventos	4
729 - Saúde	Técnico/a auxiliar de saúde	4
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	Técnico/a de secretariado	4
623 - Silvicultura e Caça	Técnico/a de recursos florestais e ambientais	4

Área de Educação e Formação	Designação do curso	Nível de Qualificação do QNQ:
524 - Tecnologia dos Processos Químicos	Técnico/a de análise laboratorial	4
762 - Trabalho Social e Orientação	Animador/a sociocultural	4
812 - Turismo e Lazer	Técnico/a especialista de gestão de turismo	5
	Técnico/a especialista em turismo cultural e do património	5

A oferta deste tipo de formação abrange 15 cursos tecnológicos e restantes técnicos profissionais, que se distribuem pela rede pública e rede privada.

Verifica-se que a maior frequência de cursos se encontram na rede privada (50), apesar do número de estabelecimentos de ensino ser menor (5) face á rede pública (6).

#### Tabela 17 – Distribuição absoluta da oferta Formativa em rede Pública e Privada

Fonte: Levantamento da oferta formativa das escolas do concelho março/2017- DASVS

Rede Pública		Rede Privada	
Oferta Formativa	Instituições de Ensino	Oferta Formativa	Instituições de Ensino
42	6	50	5

Os cursos com maior frequência foram os das áreas de educação e formação em Audiovisuais e Produção dos Media e de Metalurgia e Metalomecânica ambos com 4 cursos de frequência, o que significa que são estes os cursos mais procurados pelos formandos. Relativamente ao número de formandos não nos foram disponibilizados os dados.

### Gráfico 26 – Frequência absoluta do Número de Cursos por área de Educação e Formação

Fonte: Levantamento da oferta formativa das escolas do concelho março/2017- DASVS



## 3.2. Oferta de Formação e Qualificação

No que respeita á oferta de formação e qualificação, apresentam-se os dados do IEFP relativos á educação e formação de adultos.

Na área de formação referida, a oferta em Vila Nova de Gaia corresponde a 15 áreas de educação e formação o que corresponde a 30 cursos de nível 1, 2 e 4 de acordo com o Quadro Nacional de qualificações (QNQ) – tabela 18

De acordo com o Quadro Nacional de qualificações (QNQ) o nível 1 corresponde ao 2.º ciclo do ensino básico; o nível 2 equivale ao 2º ciclo do ensino básico obtido no ensino básico ou por percursos de dupla certificação e o nível 4 corresponde ao ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional - mínimo de 6 meses.

No quadro que se segue apresenta-se os dados fornecidos relativamente aos cursos por área de educação e formação e nível de qualificação. Os cursos abrangem 3 níveis de qualificação, na sua maioria nível 4.

**Tabela 18 – Tipologia de Formação e Nível de Qualificação**

Fonte: Instituto de emprego e formação profissional

Área de Educação e Formação	Designação do curso	Nível de Qualificação do QNQ:
Produção Agrícola e Animal	Operador agrícola	1
Floricultura e Jardinagem	Jardinagem	1
	Operador de Jardinagem	2
Construção Civil e Engenharia Civil	Pintura de Construção Civil	1
Artesanato	Calceteiro	1
Hotelaria e Restauração	Empregado/a de Andares	1
	Rececionista de Hotel	4
	Técnico/a de Restaurante/Bar	4
	Técnico/a de Cozinha/Pastelaria	4
Trabalho Social e Orientação	Agente de geriatria	2
	Assistente familiar e de apoio à comunidade	2
	Técnico de apoio familiar e de apoio à comunidade	4
	Estética pro	4
	Técnico de geriatria	4
Cuidados de Beleza	Massagem e Bem-estar	4
	Esteticista Cosmetologista	4
	Cabeleireiro/a Unissexo	2
	Esteticista	4
Comércio	Técnico de logística	4
	Operador de logística	2
	Técnico/a de logística	4
	Operador/a de distribuição	2
Secretariado e Trabalho Administrativo	Técnico Administrativo	4
	Técnico de secretariado	4
Turismo e Lazer	Técnico de Informação e Animação Turística	4
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Técnico de Ação Educativa	4
Segurança e Higiene no Trabalho	Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho	4
Ciências Informáticas	Técnico de informática – Instalação e Gestão de Redes	4
Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	Técnico/a Auxiliar de Saúde	4
Audiovisuais e Produção dos Media	Técnico de Multimédia	4

Os dados apresentados reportam-se ao período entre janeiro e abril de 2017. Analisando a tabela 19 contata-se que o IEFP neste período abrangeu 1304 formandos, em Educação e Formação para Adultos, e 24 cursos. Os cursos de níveis 4 são os têm maior frequência (11) contrapondo aos de nível 1 com 7 cursos. Nesta perspetiva, são igualmente os de nível 4 que têm um maior número de formandos (636), face ao nível 1 com 252 formandos.

**Tabela 19 – Número de Cursos e de formandos por Nível de Qualificação**

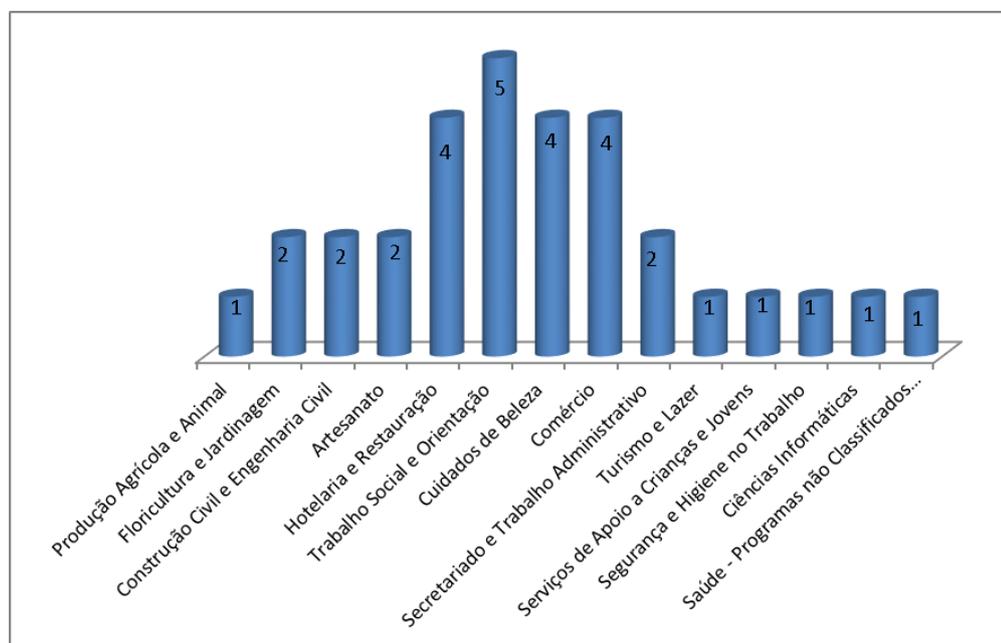
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional- 2017

Nível 1		Nível 2		Nível 4		Total	
N.º de formandos	N.º de cursos						
252	7	416	6	636	11	<b>1304</b>	<b>24</b>

Os cursos com maior frequência foram os das áreas de educação e formação em Trabalho Social e Orientação, Hotelaria e restauração, Cuidados de Beleza e Comércio com valores entre os 5 e 4 cursos de frequência na mesma área. Os cursos Turismo e Lazer, Serviços de Apoio a Crianças e Jovens, Segurança e Higiene no Trabalho, Ciências Informáticas, Audiovisuais e Produção dos Media, Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação, apenas têm a menor frequência (1).

**Gráfico 27 – Frequência absoluta do Número de Cursos por área de Educação e Formação**

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional- 2017



Para além da educação para adultos, o IEFP possui outras medidas e programas que visam aumentar o nível de escolaridade ou qualificações profissionais. Estas medidas abrangeram, no período em questão, 4625 utentes.

### ***3.3. Carta de Equipamentos e Respostas Sociais***

#### ***Mapeamento das Respostas Prioritárias no Concelho de Gaia***

O processo de mapeamento das necessidades de equipamentos e infra estruturas de resposta social decorre do atual paradigma de intervenção da estratégia do Portugal 2020 e privilegia a qualificação e a diversificação da oferta existente, com enfoque na maximização da capacidade instalada, rentabilizando investimentos anteriores e colmatando as lacunas ainda existentes.

De acordo com o referido documento de mapeamento, no conjunto das necessidades identificáveis, destacam-se em particular, as estruturas residenciais de apoio aos idosos, as estruturas residenciais de apoio às crianças e jovens em risco e as respostas sociais de proximidade às famílias e comunidade na área da deficiência e incapacidade.

A elegibilidade das escolhas de intervenção dos concelhos e das redes sociais, na criação, reestruturação e funcionalização das respostas e equipamentos sociais estão condicionadas ao mapeamento efetuado no respetivo documento enquadrado na legislação (n.º 4 do Artigo 247.º da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março) do Regulamento Específico do domínio da Inclusão Social e Emprego do programa de financiamento designado de “Portugal 2020”.

O mapeamento das necessidades sociais prioritárias no território nacional foi estruturado com a aplicação de diferentes fórmulas de priorização:

- Projetos que se refiram à requalificação, remodelação e ou adaptação dos equipamentos sociais (caso tenham acordo de cooperação com os serviços da Segurança Social), são considerados prioritários em qualquer localização no território nacional.

Nas candidaturas a efetuar enquadradas neste critério são valorizadas a recuperação e qualificação de equipamentos, tendo em conta o seu grau de degradação, o ajustamento das infra estruturas às novas funções sociais decorrentes da adaptação às necessidades que os utentes atualmente manifestam e as intervenções destinadas ao aumento ou criação de condições de acessibilidade universal aos cidadãos.

- Projetos de construção de raiz da resposta social, de ampliação da resposta com implicação do aumento da capacidade instalada ou de reconversão numa nova resposta social (com eventual aumento de lugares de capacidade) estão condicionados ao mapeamento das necessidades de intervenção de acordo com as prioridades definidas no referido documento elaborado pela segurança social (ver fonte).

Tal como referido, neste mapeamento foram aplicados critérios de cálculo de elegibilidade pela taxa de cobertura (por tipologia de resposta social), em cada NUT e nos respetivos concelhos, classificando-os como prioritários de acordo com a tipologia específica e numa escala de 1 (Prioridade Máxima) a 3 (Prioridade Reduzida) o que permite situar a posição relativa do Concelho de Vila Nova de Gaia no contexto da AMP.

---

Em termos gerais foram identificadas, como prioritárias, para o território nacional as seguintes tipologias de resposta social:

- Pessoas Idosas;
- Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.

Para as seguintes respostas específicas foram identificadas metas de cobertura (que correspondem aos referidos intervalos de priorização de 1 a 3):

- Estrutura Residencial para Idosos;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário.

Em termos globais podemos referir que as respostas sociais nas áreas da infância e juventude (Lar de acolhimento) ou pessoas idosas (tipologias de ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário) são elegíveis sempre que se insiram em concelhos cuja taxa de cobertura é inferior à taxa média a nível nacional.

No que se refere às respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidade, foram consideradas globalmente prioritárias, tendo em conta as referidas taxas de cobertura em todo o território e, igualmente, no concelho de Vila Nova de Gaia:

- Centro de Atividades Ocupacionais;
- Lar Residencial;
- Residência Autónoma (com possibilidade de SAD acoplado).

Tendo em conta a especificidade das necessidades das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com características particulares de necessidade de creche para responder à dinâmica de mobilidade da população e fatores associados à relação entre local de trabalho e residência, esta resposta social foi considerada prioritária. O concelho de Gaia enquadra-se nesta necessidade prioritária e é elegível na tipologia creche.

As prioridades definidas e os critérios de elegibilidade a aplicar no mapeamento que definem a possibilidade de aprovação não asseguram a aprovação automática das candidaturas e serão alvo da avaliação a efetuar pelos serviços da Segurança Social de acordo com a legislação em vigor.

De salientar ainda que, de acordo com o documento de Mapeamento em análise, os serviços da Segurança Social emitirão um parecer prévio vinculativo sempre que o projeto candidatado implique o aumento do acordo já existente (por alargamento ou reconversão da resposta social).

*“Nestes casos o parecer prévio vinculativo é emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P. tendo em consideração, designadamente:*

- *os níveis de prioridade territorial onde se insere cada projeto candidato, em função da resposta social e da localização territorial, tendo em consideração as prioridades definidas nos Anexos 1.1 a 1.5 ao presente relatório;*
- *as disponibilidades orçamentais previstas no Programa de Estabilidade 2014-201931;*
- *a sustentabilidade financeira em termos de funcionamento da resposta social;*

- a cobertura territorial dos acordos de cooperação já celebrados, bem como a taxa de utilização das respostas sociais;
- as taxas de cobertura prospetivas ao nível do concelho no caso das respostas sociais Creche, ERPI e Centro de Dia, em função dos pedidos de parecer solicitados no âmbito dos programas de investimento em equipamentos sociais”.

Fonte: Adaptado do “Mapeamento dos Investimentos em Infra estruturas Sociais e na rede Nacional de Cuidados Integrados - Documento elaborado com a participação do GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Instituto da Segurança Social I.P. e da Comissão de Coordenação Nacional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”.

A situação relativa ao concelho de Vila Nova de Gaia nas taxas de cobertura por tipologia (identificadas no Mapeamento) e que servirão de base à elegibilidade das candidaturas é a seguinte:

## PRIORIDADES DEFINIDAS PARA O CONCELHO DE GAIA

### Prioridade – Creche

Apesar do grau de cobertura do concelho se situar num patamar superior em relação aos outros concelhos da região, pelo facto de ser um concelho fortemente marcado pelos movimentos pendulares da população, torna-o prioritário nesta tipologia.

*Anexo 1.2: Taxa de cobertura e prioridades da resposta social Creche nos concelhos da Área Metropolitana do Porto (sem entidades lucrativas), por NUT III*

NUTSIII	Concelho		Taxa Cobertura	Prioridades
Área Metropolitana do Porto		(sem entidades lucrativas)	30,1	3
	1317	Vila Nova de Gaia	25	3

### Prioridade – Idosos

As respostas sociais na área dos idosos são consideradas prioritárias no concelho de Gaia. Foi-lhe atribuída a prioridade 1 – abaixo da média da NUT

*Anexo 1.3: Taxa de cobertura e prioridades das respostas sociais destinadas às pessoas idosas, por concelho e NUT III*

NUTSIII	Concelho		Taxa Cobertura	Prioridades
Área Metropolitana do Porto	1317	Vila Nova de Gaia	6,5	1

### Prioridade – Idosos por tipologia

Respostas prioritárias:

Centro de Dia – Prioridade 1

*Anexo 1.4: Taxa de cobertura e prioridades da resposta social Centro de Dia, por concelho e NUT III*

NUTSIII	Concelho		Taxa Cobertura	Prioridades
Área Metropolitana do Porto	1317	Vila Nova de Gaia	2,8	1

Respostas prioritárias:

ERPI – Prioridade 1

*Anexo 1.5: Taxa de cobertura e prioridades da resposta social ERPI, por concelho e NUT III*

NUTSIII	Concelho		Taxa Cobertura	Prioridades
Área Metropolitana do Porto	1317	Vila Nova de Gaia	5,1	2

### Prioridade definida para expostas na área da Deficiência

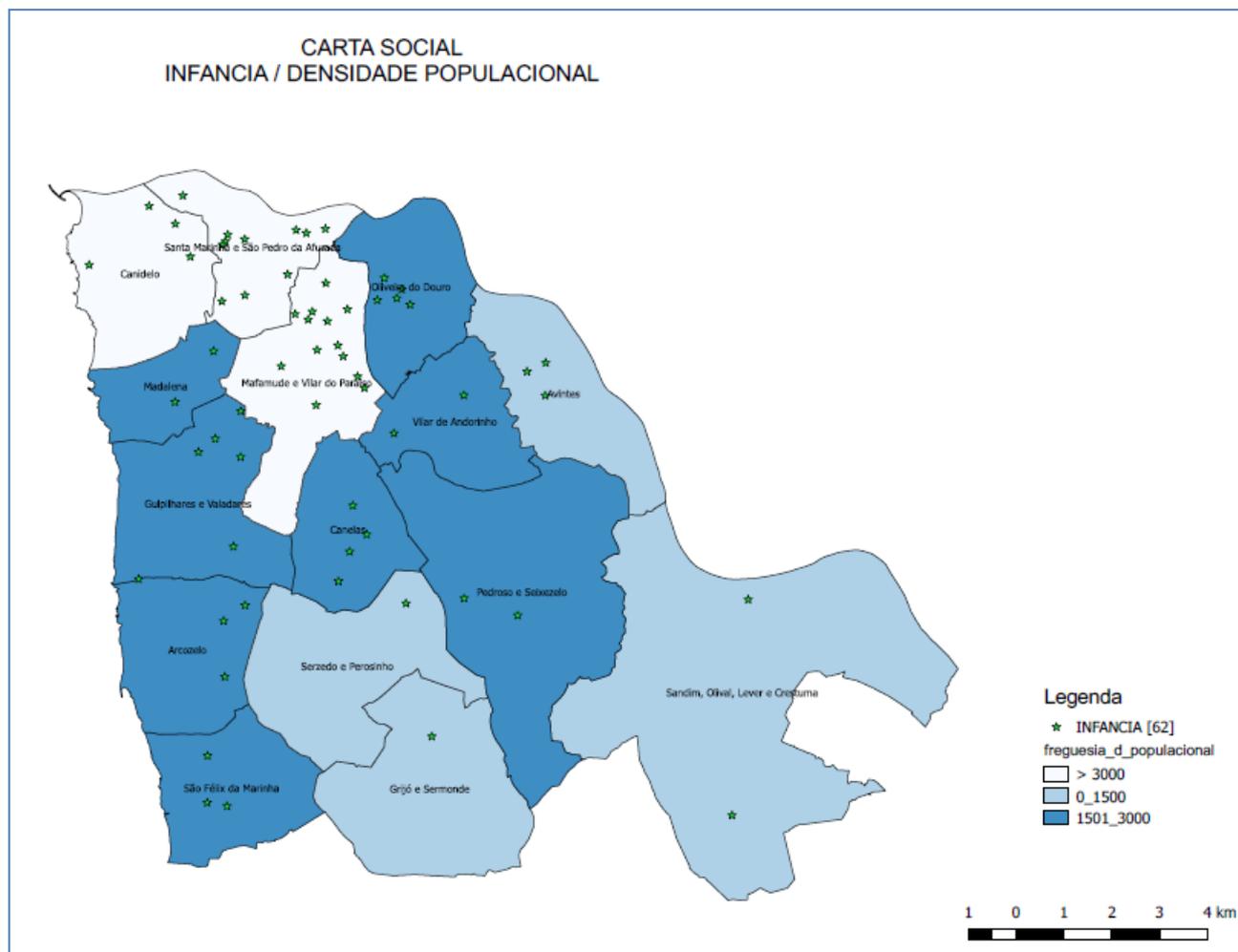
As expostas na área da deficiência são consideradas prioritárias na região e em todos os seus concelhos, onde se inclui Vila Nova e Gaia com a taxa e cobertura de 3%.

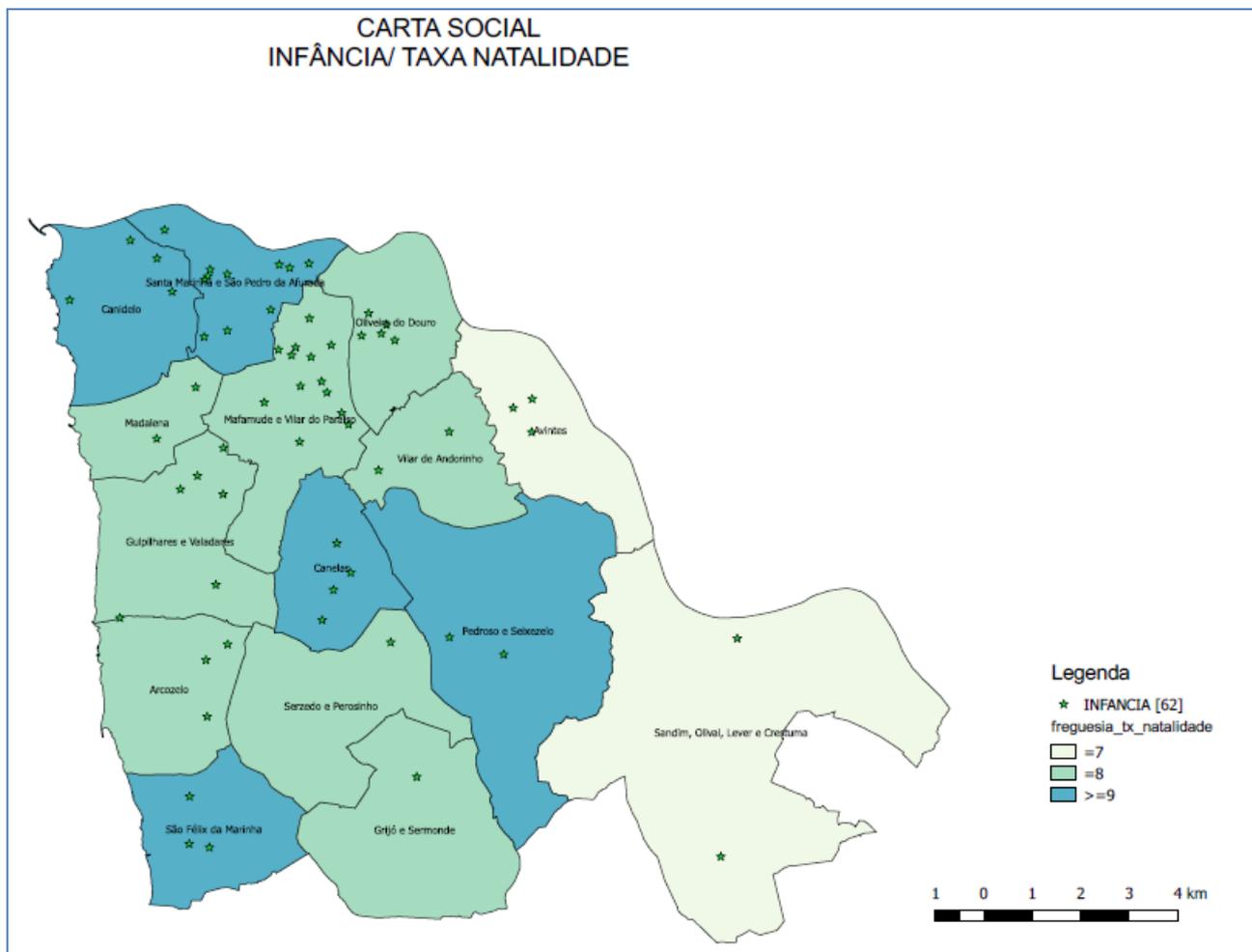
*Anexo 1.6: Taxa de cobertura das respostas sociais destinadas às pessoas com deficiência e incapacidade, por Distrito*

	Distrito	Taxa Cobertura
13	Porto	3,0

No citado Mapeamento é ainda referido o fator de distorção no cálculo das taxas de cobertura (sobretudo na creche e nos ERPIS), constituído pela grande incidência das respostas sociais lucrativas na AMP, gerador da dificuldade de acesso a uma franja significativa da população a estas respostas.

### 3.3.1. Crianças e Jovens





## CRECHE

Vila Nova de Gaia dispõe de uma taxa de cobertura de equipamento de creche, para o grupo etário dos 0 aos 2 anos, de 25%.

A população estimada para este grupo etário é 9055 crianças, representando 3% da população.

O concelho dispõe de 2264 lugares criados em resposta direcionada para esta faixa etária (Tabela 20).

Embora a população estimada no grupo etário 0/2 anos tenha sofrido uma diminuição face ao último PDS (2012/2014), a taxa de cobertura continua abaixo da recomendada (33%) para este grupo etário.

**Tabela 20 – Taxas de Cobertura e de Utilização, em resposta Creche, no concelho de Vila Nova de Gaia**

Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente- 2014; PORDATA; Cálculos de auto – DASVS/2016; ISS,IP – Gabinete de planeamento e estratégia- Carta social setembro/2016.

\* A taxa de cobertura foi calculada com base no somatório da capacidade do concelho sobre a população estimada do grupo etário.

FREGUESIAS	População	Creche 0-2 anos (3%)	IPSS		Particulares /Lucrativos		Capacidade total	Taxa de Cobertura %
			Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes		
Vila Nova de Gaia	301819	9055						
Arcozelo	14324	430	40	28	75	40	115	27%
Avintes	11470	345	77	72	20	20	97	28%
Canelas	13431	404	88	79	56	52	144	36%
Canidelo	27734	833	73	51	63	51	136	16%
Madalena	10014	301	83	82	0	0	83	28%
Oliveira do Douro	22351	671	83	83	86	68	169	25%
São Félix da Marinha	12679	381	0	0	53	19	53	14%
Vilar de Andorinho	18125	544	35	35	66	39	101	19%
U. F. de Grijó e Sermonde	11911	358	0	0	33	27	33	9%
U. F. de Gulpilhares e Valadares	21987	660	25	25	171	161	196	30%
União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	52368	1562	258	254	180	120	438	28%
União das freguesias de Pedroso e Seixezelo	20395	612	95	83	0	0	95	16%
U. F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	17138	515	172	158	0	0	172	33%
U. F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	33670	1011	376	372	70	11	446	44%
U. F. de Serzedo e Perosinho	14222	427	0	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>301819</b>	<b>9055</b>	<b>1405</b>	<b>1322</b>	<b>873</b>	<b>608</b>	<b>2278</b>	<b>25% *</b>

Apesar do aumento da taxa de cobertura neste tipo de resposta, existe, apenas uma União de Freguesias (União de freguesias de Serzedo e Perosinho) que não possui qualquer tipo de equipamento.

A maior cobertura, neste tipo de resposta, pertence ao sector de solidariedade social com 1405 lugares de capacidade face a 873 lugares que pertencem ao sector privado.

O anterior PDS (2012-2014) propunha um aumento de respostas para este grupo etário, objetivo que foi atingido uma vez que houve um aumento na taxa de cobertura de 19% para 25%.

A distribuição territorial, por freguesia, deste equipamento social permite constatar que as freguesias com maior cobertura são, por ordem decrescente, a União das freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada com 44%, e a freguesia de Canelas com 36% (tabela 21).

### **Tabela 21 – Distribuição percentual, da Taxa de Cobertura de Equipamentos em Creche e Taxa de Utilização na Rede de Cooperação, por Freguesias**

*Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente- 2014; PORDATA; Cálculos de auto – DASVS/2016; ISS,IP – Gabinete de planeamento e estratégia- Carta social setembro/2016.*

<b>FREGUESIAS</b>	<b>Taxa de Cobertura %</b>	<b>Taxa de Utilização %</b>
Arcozelo	27%	70%
Avintes	28%	62%
Canelas	36%	90%
Canidelo	16%	70%
Madalena	28%	99%
Oliveira do Douro	25%	100%
São Félix da Marinha	14%	0%
Vilar de Andorinho	19%	100%
U.F. de Grijó e Sermonde	9%	0%
U.F. de Gulpilhares e Valadares	30%	100%
U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	28%	98%
U.F. de Pedroso e Seixezelo	16%	87%
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	33%	92%
U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	44%	99%
U.F. de Serzedo e Perosinho	0%	0%
<b>Vila Nova de Gaia</b>	<b>25%</b>	<b>74%</b>

Relativamente á taxa de utilização, calculada em rede de cooperação, constata-se que a freguesia de Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho e U.F. de Gulpilhares e Valadares, atingiram o limite de 100%, as restantes freguesias onde existe equipamento social encontram-se igualmente próximas do limite de capacidade com valores acima de 70%.

Comparativamente com a Área Metropolitana do Porto a qual detém uma taxa de cobertura de 30%, Vila Nova de Gaia possui uma taxa de 25%. A taxa de utilização, em rede de cooperação atinge 92% em Vila Nova de Gaia, face a 79% da AMP. A elevada taxa de utilização significa que se encontra no limite da capacidade, o que justifica um aumento neste tipo de resposta.

### **Tabela 22 – Distribuição percentual das taxas de cobertura, e de utilização, em equipamento creche, para na AMP e Vila Nova de Gaia**

*Fontes: INE – Estimativas anuais da população residente- 2014; Pordata; Cálculos de autor; ISSIP – Gabinete de planeamento e estratégia- Carta social.*

Taxa de Cobertura		Taxa de Utilização de Cooperação	
AMP	Vila Nova de Gaia	AMP	Vila Nova de Gaia
30%	25%	79%	92%

Analisando a tabela 22 comprova-se que os valores de cobertura se encontram abaixo das necessidades do Concelho não atingindo os 33% dos recomendados pelo Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais - Norte 2020. De salientar, que a taxa de utilização (92%) se encontra muito próxima da ponto de saturação.

## CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Em Vila Nova de Gaia, a resposta social atividades de tempos livres é assegurada em todas as freguesias do concelho por várias entidades: instituições de solidariedade, entidades lucrativas, e através de parcerias estabelecidas entre a Autarquia, IPSS designadamente projetam Gaia@prende+.

O número total de crianças abrangidas pelas várias respostas representa 6840 crianças, em todo o território de Vila Nova de Gaia, cabendo á autarquia a maior cobertura, com 5.917 crianças abrangidas pelos diferentes tipos de resposta que oferece; no setor solidário abrange 863 crianças e no setor lucrativo 60 crianças.

**Tabela 23 – Número de resposta de ATL na rede Solidária, rede Lucrativa e rede Pública em Vila Nova de Gaia, por Freguesia**

Fontes: DMIS. EMPS – Gaia Aprende+ 2017; Gabinete de planeamento e estratégia- Carta social setembro/2016.

\*Acolhimento 7,30m/9h, abrange pré-primário e ao 1º ciclo

\*\*AAAF - Atividades de animação e Apoio à família, dirigido ao pré-primário (gratuito) funciona das 16h às 19h30m; extra, (facultativo) funcionam atividades lúdicas-desportiva.

\*\*\*CAF - Componente de Apoio à Família, para o 1º ciclo, das 17,30-19,30, apoio ao estudo, apoio ao TPC, atividades lúdico-desportivas e culturais.

FREGUESIAS	ATL		Gaia Aprende+			
	IPSS	LUCRATIVAS	Acolhimento*		AAAF**	CAF***
			JI	1º Ciclo		
Arcozelo	0	20	35	39	125	104
Avintes	89	0	32	132	136	70
Canelas	61	0	28	38	96	67
Canidelo	64	40	61	139	201	183
Madalena	0	0	17	19	139	75
Oliveira do Douro	288	0	72	140	272	59
São Félix da Marinha	0	0	7	18	71	43
Vilar de Andorinho	0	0	19	31	30	109
U.F. de Grijó e Sermonde	0	0	30	26	115	78
U.F. de Gulpilhares e Valadares	0	0	53	71	188	101
U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	100	0	30	135	292	389
U.F. de Pedroso e Seixezelo	32	0	43	121	216	80
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	100	0	33	65	233	40
U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	129	0	59	174	255	267
U.F. de Serzedo e Perosinho	0	0	30	14	137	35
<b>TOTAL</b>	<b>863</b>	<b>60</b>	<b>549</b>	<b>1162</b>	<b>2506</b>	<b>1700</b>

## LARES DE CRIANÇAS E JOVENS

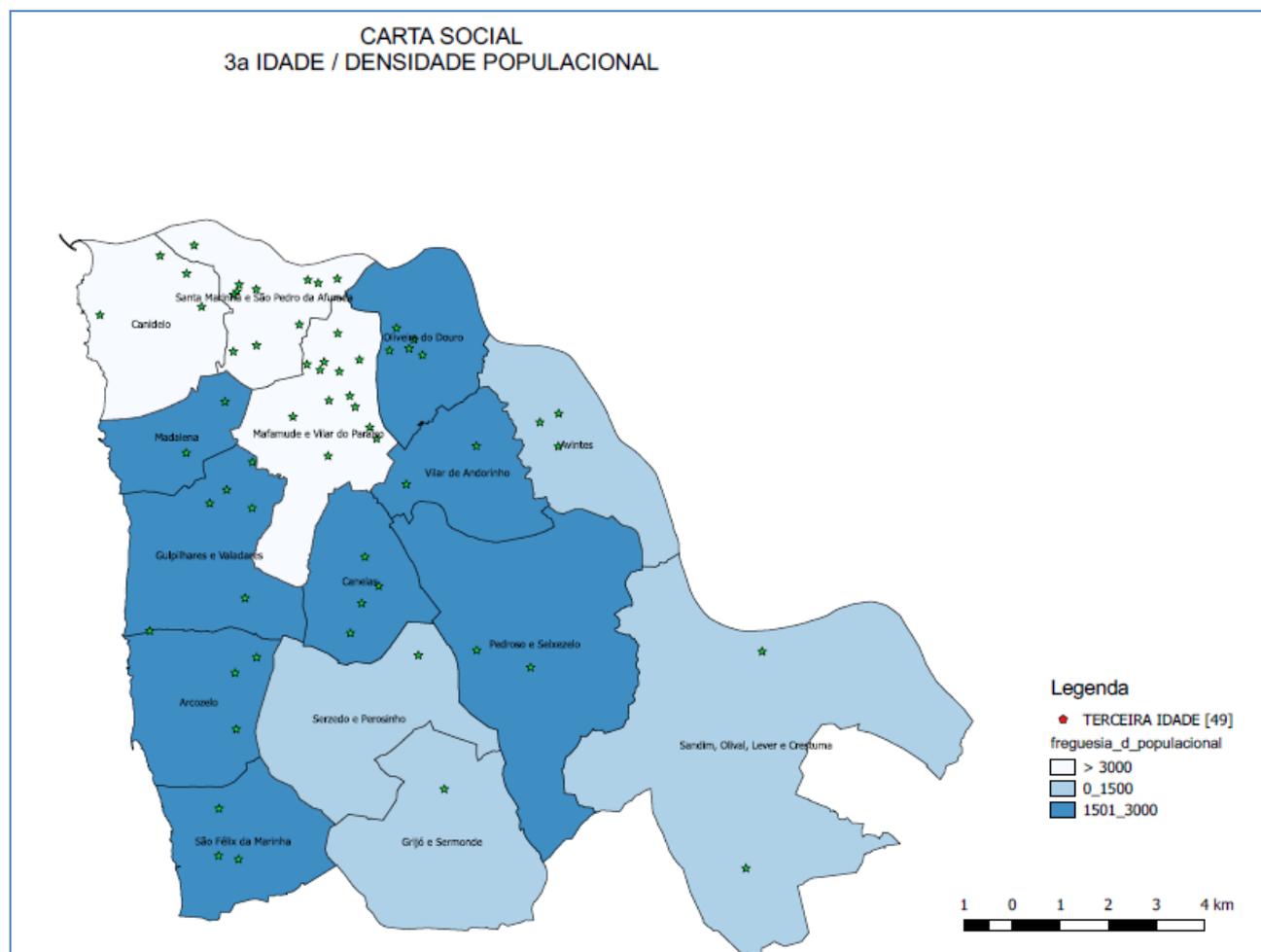
Em Vila Nova de Gaia existem cinco Lares de Infância e Juventude, um Centro de Acolhimento Temporário dos 0-6 anos e um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Estas respostas têm capacidade para 358 utentes, sendo que o número abrangido é de 232 crianças/jovens.

**Tabela 24 – Número de Instituições e Respostas Sociais**

*Fonte: DMASS; ; ISS,IP – Gabinete de planeamento e estratégia- Carta social setembro/2016.*

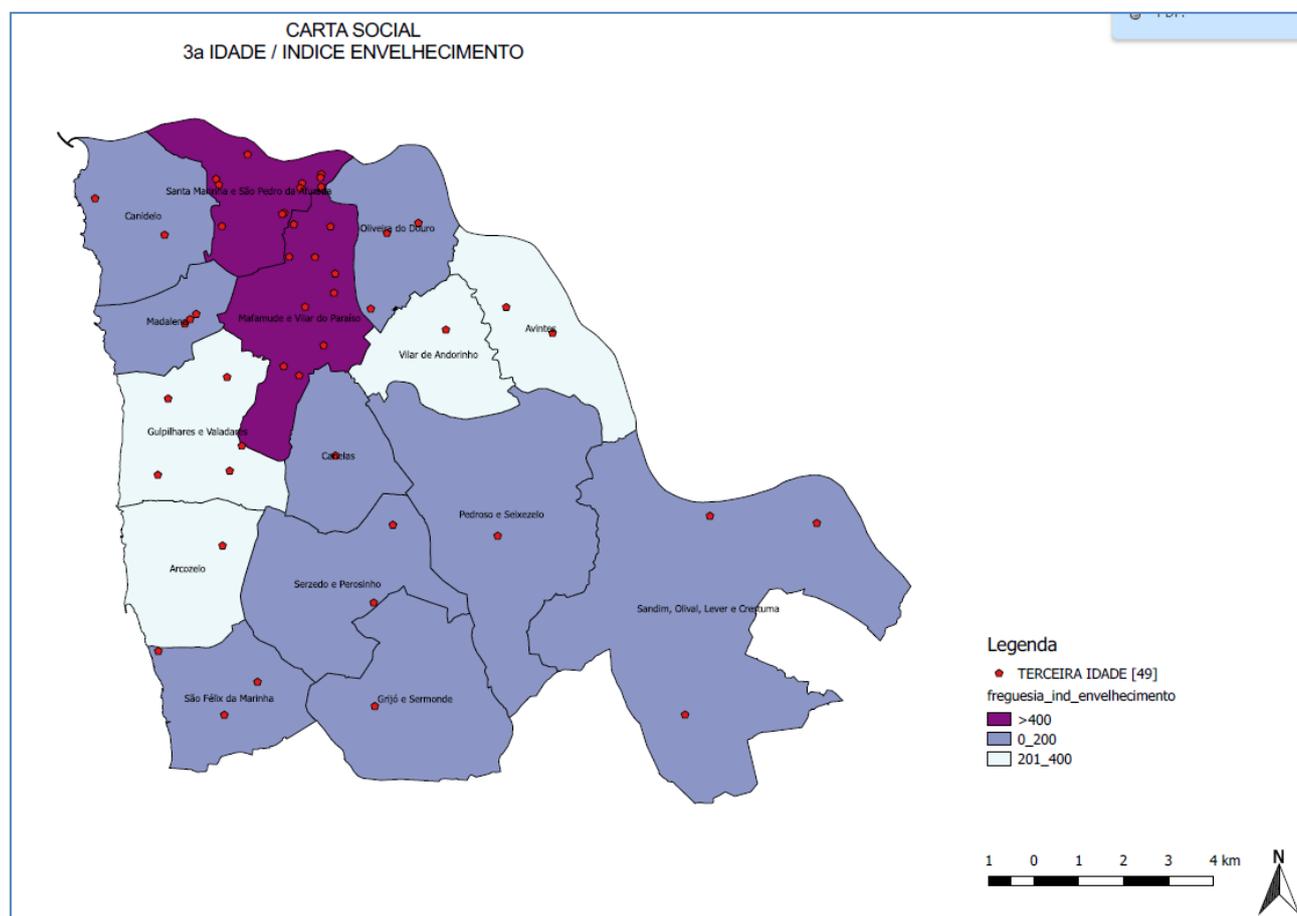
<b>Resposta Social</b>	<b>N.º Equipamentos e respostas sociais</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Número de Utentes</b>
Lar de Infância - Juventude	5	239	168
Centro de Acolhimento Temporário	1	19	14
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	1	100	50
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>358</b>	<b>232</b>

### 3.3.2. Idosos



As respostas sociais destinadas ao apoio à população idosa (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de dia e o Serviço de Apoio Domiciliário) constituem as principais respostas sociais. Estas respostas visam a promoção e inclusão e participação na comunidade desta população.

Os serviços e equipamentos dirigem-se a grupos alvo específicos, sendo que o SAD abrange uma população com idade, igual ou superior, a 65 anos, o ERPI destina-se a uma população com idade, igual ou superior, a 75 anos e a resposta em CD dirige-se a pessoas com idade entre os 65 e 75 anos de idade.



Vila Nova de Gaia dispõe de 4506 respostas sociais, que se distribuem pela rede solidariedade social e pelo setor privado/lucrativo. O setor social é responsável pela maioria das repostas, num total de 3594. No entanto foi o setor lucrativo o que mais contribuiu para o crescimento das respostas de 2014 para 2017.

**Tabela 25 – Respostas Sociais para a Terceira Idade no concelho de Vila Nova de Gaia**

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta social março/2017.

Freguesias	Centro de Convívio				Centro de Dia				Apoio ao Domicílio				ERPI			
	IPSS		Particulares /Lucrativos		IPSS		Particulares /Lucrativos		IPSS		Particulares /Lucrativos		IPSS		Particulares /Lucrativos	
	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes
Arcozelo	20	12	-	-	45	35	-	-	45	30	40	10	10	10	17	-
Avintes	50	50	-	-	30	30	-	-	30	20	-	-	40	38	-	-
Canelas	10	8	-	-	35	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canidelo	35	35	-	-	-	-	-	-	54	32	-	-	-	-	-	-
Madalena	30	30	-	-	20	20	-	-	30	22	-	-	60	59	47	39
Oliveira do Douro	60	50	-	-	90	79	-	-	145	100	-	-	48	48	-	-
S. Félix da Marinha	-	-	-	-	60	52	-	-	75	70	-	-	-	-	23	23
Vilar de Andorinho	-	-	20	19	30	24	-	-	10	10	30	0	-	-	46	26
U. F. de Grijó e Sermonde	-	-	-	-	40	31	-	-	46	40	-	-	-	-	-	-
U. F. de Gulpilhares e Valadares	30	25	6	6	30	23	-	-	40	29	40	22	177	170	30	30
U. F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	668	661	-	-	80	43	5	5	163	105	295	79	130	119	150	135
U. F. de Pedroso e Seixezelo	-	-	-	-	60	54	5	4	85	85	-	-	23	23	26	24
U. F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	-	-	-	-	185	131	-	-	150	141	-	-	-	-	-	-
U. F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	95	64	-	-	125	68	-	-	191	150	-	-	184	176	132	83
U. F. de Serzedo e Perosinho	-	-	-	-	30	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>998</b>	<b>935</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>860</b>	<b>652</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>1064</b>	<b>834</b>	<b>405</b>	<b>111</b>	<b>672</b>	<b>643</b>	<b>471</b>	<b>360</b>

Regista-se um crescimento significativo nas respostas sociais para as pessoas idosas, evoluindo a taxa de cobertura do concelho de 7%\* em 2014, para os atuais 11%\*\* , não sendo considerado a resposta em centro de convívio. Deste crescimento destaca-se o equipamento em SAD, com um aumento de 552 lugares (de 917 para 1469) e de 183 respostas em ERPI.

*\*(PDS 2012/2014 – V. N. Gaia)*

*\*\* Para efeitos de cálculos foi considerado a população estimada, com idade igual ou superior a 65 anos, e o total de respostas no concelho*

Analisando as taxas de cobertura do concelho\* na tabela constata-se que em ERPI a taxa de cobertura do concelho é de 5% e em rede de solidariedade social de 3%.

Em SAD a taxa de cobertura concelhia (3%) face à da rede social difere em apenas 1%, sendo 2% assegurado pela rede de solidariedade social.

No que respeita à resposta em centro de dia a taxa de cobertura é de 3%, sendo assegurada na totalidade pela rede de solidariedade social.

*\* As taxas de cobertura foram calculadas em função do número total da população residente com mais de 65 anos e capacidade total do concelho*

### **Tabela 26 – Distribuição percentual, das Taxas de Cobertura do concelho e da Rede de Solidariedade Social**

*Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social-março/2017; INE – estimativas da população residente- 2014; Cálculos de autor – DASVS*

CD		ERPI		SAD	
Taxa de Cobertura do Concelho	Taxa da Rede de Solidariedade Social	Taxa do Concelho	Taxa da Rede de Solidariedade Social	Taxa do Concelho	Taxa da Rede de Solidariedade Social
3%	3%	5%	3%	3%	2%

Analisando a tabela 27 constata-se que o equipamento de ERPI possui uma taxa de utilização de 97%, sendo esta a mais elevada na rede de solidariedade social, estando no limite da sua capacidade. As taxas em CD e SAD apresentam valores elevados, com 82% e 79% respetivamente, o que reflete o nível de saturação em que os equipamentos em rede solidariedade social se encontram.

### **Tabela 27 – Distribuição percentual da Taxa de utilização em Equipamentos da Rede de Solidariedade Social**

*Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – março/2017; INE – estimativas da população residente - 2014; Cálculos de autor – DASVS*

SAD	ERPI	CD
79%	97%	82%

As taxas de utilização dos equipamentos em rede de cooperação são bastante elevadas, destacando-se a resposta ERPI com 97%, a resposta em SAD apresenta o menor valor (79%) e a resposta CD com 82%, o que em termos de média concelhia apresenta um valor de 86%, o que significa que os equipamentos existentes estão no limite da sua capacidade.

**Tabela 28 – Taxa de Utilização e de Cobertura da Rede de Solidariedade Social e do Concelho**

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social - 2017, INE – estimativas da população residente - 2014; Cálculos de autor – DASVS

Rede de Solidariedade Social						Rede de Social e Lucrativa					
CD		ERPI		SAD		CD		ERPI		SAD	
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização	Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização	Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização	Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização	Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização	Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
3%	82%	3%	97%	2%	79%	3%	82%	5%	85%	3%	69%

Analisando a taxa de utilização do concelho (tabela 29) evidencia-se, á semelhança da rede de solidariedade social, a resposta em ERPI que apresenta uma maior taxa de utilização (85%) e a maior taxa de cobertura (5%) Contrapondo a esta situação, a resposta em SAD é a que apresenta a menor taxa de utilização (69%). Em resposta SAD há que levar em consideração que algumas instituições, face á procura e necessidade da população, prestam o serviço para além do protocolado com o Instituto de Segurança Social.

Em termos da distribuição territorial da taxa de cobertura dos equipamentos sociais, em CD e ERPI em comparação com a AMP (tabela 29), VNG tem valores inferiores apresentando uma taxa de 3% em CD e 5% em ERPI, face a 4% e 7% nas mesmas respostas na AMP.

Verifica-se que existe uma diferença percentual de 2% nas respostas ERPI e SAD nas áreas geográficas em questão.

**Tabela 29 – Distribuição percentual da Taxa de Cobertura em Respostas Sociais em CD, ERPI e SAD, para a AMP e VNG**

Fonte: Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede Nacional de Cuidados Integrados – Região Norte; Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – 2017; ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia Indicadores de cobertura e utilização - Tâmega e Sousa, INE – estimativas da população residente - 2014; Cálculos de autor – DASVS

CD		ERPI		SAD	
AMP	Vila Nova de Gaia	AMP	Vila Nova de Gaia	AMP	Vila Nova de Gaia
4%	3%	7%	5%	5%	3%

Analisando a rede de solidariedade social, por freguesia, constata-se que Canelas, Canidelo e a UF de Serzedo e Perosinho têm uma menor presença de IPSS nos seus territórios. Cada uma destas freguesias apenas possui um tipo de resposta em equipamento em rede de solidariedade social, não sendo esta ausência colmatada pelo sector lucrativo.

**Tabela 30 – Respostas em SAD, ERPI E CD e Taxas de Cobertura, da Rede de Solidariedade Social**

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSS, Carta Social-março/2017; INE – estimativas da população residente- 2014; Cálculos de autor – DASVS

\*População ≥ 65 anos

\*\*População: ≥75 anos

\*\*\*População: > 65 anos <75 anos

Freguesias	População	População %	SAD*	Capacidade	Taxa de Cobertura %	ERPI**	Capacidade	Taxa de Cobertura %	CD***	Capacidade	Taxa de Cobertura %
Vila Nova de Gaia	301819		51309	1064		23504	672		27779	860	
Arcozelo	14324	5%	2439	45	2%	1117	10	1%	1320	45	3%
Avintes	11470	4%	1954	30	2%	895	40	4%	1057	30	3%
Canelas	13431	4%	2287	0	0%	1048	0	0%	1237	35	3%
Canidelo	27734	9%	4709	54	1%	2161	0	0%	2555	0	0%
Madalena	10014	3%	1706	30	2%	781	60	8%	923	20	2%
Oliveira do Douro	22351	7%	3798	145	4%	1742	48	3%	2059	90	4%
S. Félix da Marinha	12679	4%	2159	75	3%	989	0	0%	1168	60	5%
Vilar de Andorinho	18125	6%	3074	10	0%	1413	0	3%	1670	30	2%
U. F. de Grijó e Sermonde	11911	4%	2028	46	2%	929	0	0%	1097	40	4%
U. F. de Gulpilhares e Valadares	21987	7%	3741	40	1%	1714	177	10%	2025	30	1%
U. F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	52368	17%	8892	163	2%	4067	130	3%	4812	80	2%
U. F. de Pedroso e Seixezelo	20395	7%	3471	85	2%	1590	23	1%	1879	60	3%
U. F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	17138	6%	2917	150	5%	1336	0	0%	1579	185	12%
U. F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	33670	11%	5713	191	3%	2612	184	7%	3089	125	4%
U. F. de Serzedo e Perosinho	14222	5%	2421	0	0%	1109	0	0%	1310	30	2%
<b>Total</b>	<b>301819</b>	<b>100%</b>	<b>51309</b>	<b>1064</b>	<b>2%</b>	<b>23504</b>	<b>672</b>	<b>3%</b>	<b>27779</b>	<b>860</b>	<b>3%</b>

Analisando a distribuição percentual das taxas de cobertura das respostas para pessoas idosas por freguesia (tabela 31), constata-se que existem freguesias com valores superiores aos da taxa de cobertura do concelho nas diferentes respostas.

Em equipamento CD, constata-se que a freguesia de Canidelo não possui qualquer resposta e a UF de Gulpilhares e Valadares tem apenas uma capacidade de cobertura de 1%, valor inferior á média concelhia. A UF Sandim, Olival, Lever e Crestuma destaca-se com uma cobertura de 12%, superando a média do concelho em 9%.

### Tabela 31 – Distribuição percentual na Rede de Solidariedade Social, por freguesia e Tipo de Equipamento

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social – março/2017;INE – estimativas da população residente - 2014; Cálculos de autor – DASVS

FREGUESIAS	SAD	ERPI	CD
Arcozelo	2%	1%	3%
Avintes	2%	4%	3%
Canelas	-	-	3%
Canidelo	1%	-	-
Madalena	2%	8%	2%
Oliveira do Douro	4%	3%	4%
São Félix da Marinha	3%	-	5%
Vilar de Andorinho	-	-	2%
U.F. de Grijó e Sermonde	2%	-	4%
U.F. de Gulpilhares e Valadares	1%	10%	1%
U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	2%	3%	2%
U.F. de Pedroso e Seixezelo	2%	1%	3%
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	5%	-	12%
U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	3%	7%	4%
U.F. de Serzedo e Perosinho	-	-	2%

Em ERPI, os valores mais elevados situam-se entre os 10% e 7%, destacando-se as freguesias de Madalena, UF Gulpilhares e Valadares (10%), UF de St<sup>a</sup> Marinha e S. Pedro de Afurada e UF de Mafamude e Vilar do Paraíso, com relevância para a freguesia da Madalena com 8% e a UF de St<sup>a</sup> Marinha e S. Pedro de Afurada com 7% (tabela 32).

Na oferta do serviço SAD destacam-se, as freguesias de Oliveira do Douro, UF de Mafamude e Vilar do Paraíso e UF Sandim, Olival, Lever e Crestuma, com taxas entre os 4% e 5%, valores superiores á média do concelho (3%)

A freguesia de Canidelo é a que possui a menor taxa de cobertura de respostas sociais, não ultrapassando 1% e apenas com resposta em SAD. A freguesia de Canelas e a UF de Serzedo e Perosinho

dispõem apenas de resposta em equipamento CD. Estas freguesias não possuem resposta em SAD, recorrendo estas às freguesias circunvizinhas.

No que concerne á taxa de cobertura em ERPI (tabela 32), os valores mais elevados situam-se entre os 14% e 7%, destacando-se as freguesias de Madalena, UF Gulpilhares e Valadares, UF de St<sup>a</sup> Marinha e S. Pedro de Afurada e UF de Mafamude e Vilar do Paraíso, com relevância para a freguesia da Madalena com 14% e a UF de St<sup>a</sup> Marinha e S. Pedro de Afurada com 12%.

Na oferta do serviço SAD destacam-se, as freguesias de Oliveira do Douro, UF de Mafamude e Vilar do Paraíso e UF Sandim, Olival, Lever e Crestuma, com taxas entre os 4% e 5%, valores superiores á média do concelho (3%)

**Tabela 32 – Taxa de cobertura por Freguesia em ERPI, CD e SAD em Vila Nova de Gaia**

*Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento - MTSSS, Carta Social - 2017, INE – estimativas da população residente - 2014; Cálculos de autor – DASVS*

FREGUESIAS	SAD	ERPI	CD
Arcozelo	3%	2%	3%
Avintes	2%	4%	3%
Canelas	-	-	3%
Canidelo	1%	-	-
Madalena	2%	14%	2%
Oliveira do Douro	4%	3%	4%
São Félix da Marinha	3%	2%	5%
Vilar de Andorinho	1%	3%	2%
U.F. de Grijó e Sermonde	2%	-	4%
U.F. de Gulpilhares e Valadares	2%	12%	1%
U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso	5%	7%	2%
U.F. de Pedroso e Seixezelo	2%	3%	3%
U.F. de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	5%	-	12%
U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	3%	12%	4%
U.F. de Serzedo e Perosinho	-	-	2%

### Academias Sêniores

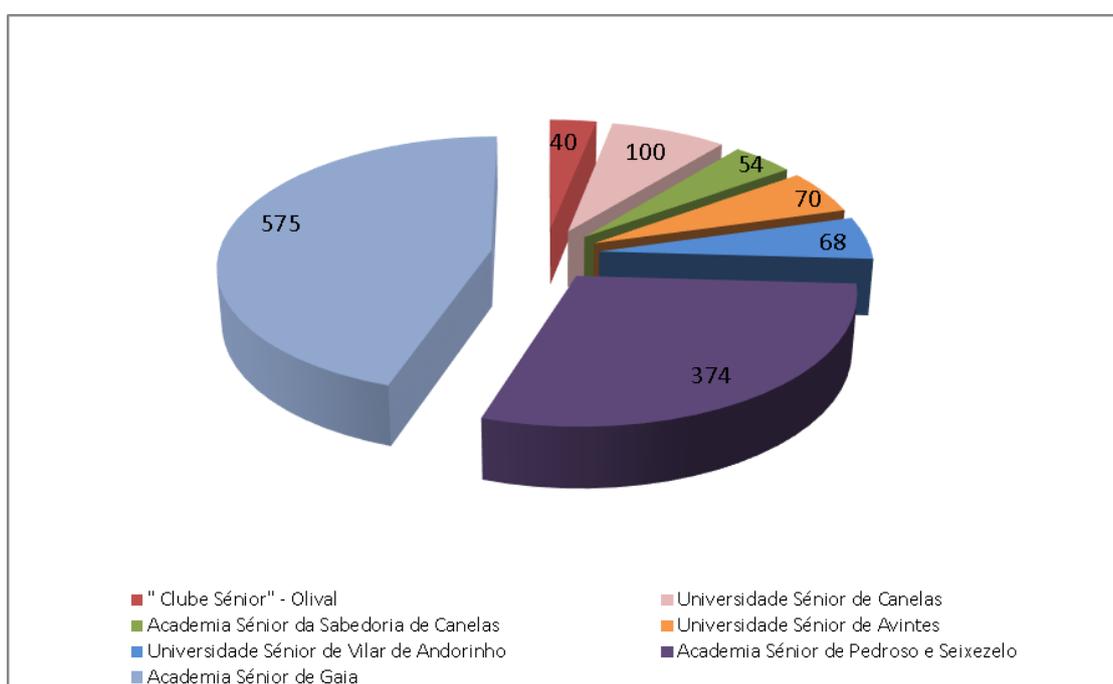
As academias seniores promovem a criação de oportunidades que proporcionem um envelhecimento ativo e saudável.

Em Vila Nova de Gaia existem 7 academias/universidades seniores, distribuídas por 6 freguesias: Canelas, Avintes, Vilar de Andorinho, UF de Pedroso e Seixezelo, UF de Mafamude e Vilar do Paraíso, UF de Sandim, Olival, Lever e Crestuma com um total de 1281 utentes

A academia Sénior de Gaia, na, UF de Mafamude e Vilar do Paraíso, é a que possui um maior número de utentes (575) contrapondo aos valores do Clube Sénior de Olival com apenas 40 elementos. Salienta-se o facto de a freguesia de Canelas possuir dois equipamentos neste tipo de resposta para a terceira idade.

#### Gráfico 28 – Número de utentes e de Academias/Universidades Sêniores em Vila Nova de Gaia

Fonte: DASVS - 2017



### 3.3.3. Deficiência

Vila Nova de Gaia tem sete instituições de apoio á deficiência: APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), APPDA (Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo), CERCIGAIA (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados), CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia), CRG-CDSSSP (Centro de Reabilitação da Granja), CEFPI (Centro de Educação e formação Profissional Integrado), e APD (Associação Portuguesa de Deficientes). Todas as instituições disponibilizam respostas sociais, que se descrevem na tabela seguinte.

**Tabela 33 – Equipamentos de Apoio à Deficiência**

Fontes: Inquérito da DASVS (2017) junto das instituições: APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; APPDA- Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo; CRPG- Centro de Reabilitação Profissional de Gaia; CERCIGAIA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada; APD – Associação Portuguesa de Deficientes; CRG - Centro de Reabilitação da Granja

Instituição	Resposta Social
APPACDM de Vila Nova de Gaia - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Centro de Atividades Ocupacionais</li> <li>– Lar Residencial</li> <li>– Intervenção Precoce na Infância</li> <li>– Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade</li> <li>– Socio Educativo</li> <li>– Centro de Recursos para a Inclusão</li> </ul>
APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Centro de Estudos e Apoio à Criança e à Família</li> <li>– Centro de Atividades Ocupacionais</li> <li>– Lar Residencial</li> </ul>
CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reabilitação e reintegração social e profissional de pessoas com deficiências e incapacidades adquiridas</li> <li>– Avaliação dos impactos dos acidentes e doenças na funcionalidade e das necessidades de reabilitação</li> <li>– Reabilitação para a vida ativa e profissional</li> <li>– Reintegração na vida ativa e profissional</li> <li>– Inclusão ativa de pessoas com deficiências e incapacidades</li> <li>– Orientação para a qualificação e emprego<sup>1</sup></li> <li>– Formação profissional</li> <li>– Apoio ao acesso e à retoma do emprego</li> <li>– Educação e formação de adultos</li> <li>– Centro Qualifica</li> <li>– Formação contínua</li> <li>– RVC – Certificação</li> <li>– Produtos de apoio</li> <li>– Prescrição</li> <li>– Fornecimento</li> </ul>
CERCIGAIA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Centros de Atividades Ocupacionais</li> <li>– Lar residencial</li> <li>– Centro Educacional</li> <li>– Serviço de Intervenção Precoce</li> <li>– Creche</li> <li>– Centro de Recursos para a inclusão</li> </ul>
CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Enclave de Produção  Emprego Protegido</li> <li>– Unidade de Avaliação e Orientação</li> <li>– Unidade de Formação</li> <li>– Centro Qualifica</li> <li>– Centro de Recursos do IIEFP de âmbito Regional</li> </ul>
APD – Associação Portuguesa de Deficientes	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Centro de Atividades Ocupacionais</li> <li>– Lar Residencial</li> <li>– Centro de Atendimento</li> </ul>
CRG - Centro de Reabilitação da Granja	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Regime de parceria com os agrupamentos escolares de VNG na vertente de Planos Individuais de Transição - ( PIT's)</li> </ul>

Foi efetuado um questionário às instituições de apoio á deficiência do concelho de Vila Nova de Gaia, para apurar as respostas sociais, número de utentes, capacidade e a lista de espera. Constatou-se que existe uma lista de espera de 435 pedidos, sendo de destacar 236 para “CAO”, 113 para “Lar Residencial” e 73 para “CAO e Lar Residencial” (valência que abrange as duas respostas).

**Tabela 34 – Respostas Sociais na Área da Deficiência**

Fontes: Inquérito da DASVS (2017) junto das instituições: APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; APPDA- Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo; CRPG- Centro de Reabilitação Profissional de Gaia; CERCIGAIA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada; APD – Associação Portuguesa de Deficientes; CRG - Centro de Reabilitação da Granja

Respostas Sociais	N.º de Utentes	Capacidade	Lista de Espera
Intervenção Precoce	80	48	x
CAO	254	257	236
Centro Educacional	1	1	x
Creche	44	44	x
Centro de Recursos para a Inclusão	440	x	x
Lar Residencial	55	56	113
Sócio Educativo	3	x	x
Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	12	x	x
CAO e Lar Residencial		x	73 (APPACDM)
Centro de Estudos e Apoio á Criança e á Família	20	20	13
Enclave de Produção/Emprego Protegido		1	
Unidade de avaliação e Orientação		1	
Unidade de Formação		1	
Centro Qualifica		1	
Centro de Recursos do IEFP de âmbito Regional		1	
Reabilitação e Reintegração Social e Profissional de Pessoas com Deficiências e Incapacidades Adquiridas	Avaliação dos impactos dos acidentes e doenças na funcionalidade e das necessidades de reabilitação: 140 Utentes		
	Reintegração na vida ativa e profissional: 73 Utentes		
	Reabilitação para a vida ativa e profissional: 114 Utentes		
Inclusão Ativa de Pessoas com Deficiência e Incapacidades	Formação Profissional: 221		
	Orientação para a qualificação e emprego: 310		
	Apoio ao acesso e à retoma do emprego: 269		
Educação e Formação de Adultos	Centro Qualifica: 350		
Planos individuais de transição (PIT's) – Regime de parceria com os agrupamentos escolares de VNG	50 Jovens (entre os 15 e 18 anos de idade)		
Regime de Desenvolvimento de Competências	40 Jovens/ Adultos com mais de 18 anos de idade		
Respostas atípicas na área da deficiência	120 Utentes na área da deficiência e reabilitação complementares á escola e promotoras de inserção em atividade socialmente uteis (ASU), para pessoas com deficiência cognitiva (NEE's), mental e/ou distúrbios de comportamento		

### Tabela 35 – Equipamentos de Apoio á Deficiência: Novos Projetos ou Programas

Fontes: Inquérito da DASVS junto das instituições: APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; APPDA- Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo; CRPG- Centro de Reabilitação Profissional de Gaia; CERCIGAIA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada; APD – Associação Portuguesa de Deficientes; CRG - Centro de Reabilitação da Granja

<b>Equipamentos Deficiência: Novos Projetos ou Programas</b>	
<b>CERCIGAIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Projetos "Está na Hora";</li> <li>– "Bando das Cordas";</li> <li>– "Intercâmbio com o Colégio das Escravas";</li> <li>– "Intercâmbio entre as atividades Expressão Corporal e Culinária do CAO Sol com a Creche da Cercigaia";</li> <li>– "Projeto Gai@prende +".</li> </ul>
<b>APPACDM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– "Gai@prende+i";</li> <li>– Alargamento das respostas sociais de CAO e LAR;</li> <li>– Serviço de apoio domiciliário especializado;</li> <li>– Construção do espaço lúdico-pedagógico em Madreus;</li> <li>– O "Bando das Cordas" em parceria com a APPDA Norte e CerciGaia;</li> <li>– Programa de férias –SOLaGOSTO.</li> </ul>
<b>APPDA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– "Grupos para a Autonomia e Socialização em contexto"; • "Centro Local de Intervenção no Desenvolvimento";</li> <li>– "Grupo Musical O Bando das Cordas, em parceria com a APPACDM de Vila Nova de Gaia e a Cercigaia".</li> </ul>
<b>CEFPI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– "Projeto For PEA - ERASMUS+";</li> <li>– "Projeto Arte em Nós"; "Projeto Access".</li> </ul>
<b>APD</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apresentou candidatura para a conversão de Centro de atendimento em Centro de atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidades - CAARPD - na modalidade de Reabilitação Social;</li> <li>– Está em fase de implementação o apoio recebido do Programa Municipal de apoio ao Desporto Adaptado da Câmara Municipal Porto;</li> <li>– Alargamento das respostas sociais de CAO e Lar Residencial ao concelho de Gaia, tendo em conta a quantidade de pessoas em lista de espera do concelho de Vila Nova de Gaia.</li> </ul>

### 3.4. Rede de Equipamentos de Saúde

No âmbito da Saúde, o Concelho de Vila Nova de Gaia dispõe dos seguintes equipamentos:

- Dois Agrupamentos de Saúde (ACES Grande Porto VIII – Gaia Espinho e ACES Grande Porto VII – Gaia). Estes dispõem de 7 Centros de Saúde que têm a si associadas 36 Unidades funcionais;
- Dois Centros Hospitalares Públicos;
- Dois Hospitais Privados.

**Tabela 36 – Equipamentos da Saúde – ACES**

Fontes: Inquérito da DASVS junto dos agrupamentos de saúde: ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia; ACES Grande Porto VII – Gaia de Vila Nova de Gaia

ACES	Centro de Saúde	Unidade Funcional
ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia	Centro de Saúde Arcozelo	UCSP Arcozelo/Serzedo
		USF Aguda
		USF Canelas
		USF São Félix-Perosinho
		USF São Miguel
		USF Caminho Novo
		USF Canaviais
		CS Carvalhos / Inativo
	Centro de Saúde Carvalhos	UCSP Crestuma/Olival
		UCSP Viver Saúde
		UCSP Lever/Pedemoura
		UCSP Perosinho
		SAP Carvalhos
		USF Além D'Ouro
		USF Monte Murado
	Centro de Saúde Boa Nova	UCSP Madalena
		UCC Tempus
		USF Nova Via
		USF Boa Nova
ACES Grande Porto VII - Gaia	Centro de Saúde Oliveira do Douro	UCSP Oliveira do Douro
		UCSP Avintes
		USF Abel Salazar
	Centro de Saúde Soares dos Reis	USF Nova Salus

ACES	Centro de Saúde	Unidade Funcional
		USF Saúde no Futuro
		USF Camélias
		UCSP Soares dos Reis
	Centro de Saúde Barão do Corvo	USF Sto. André Canidelo
		USF Arco do Prado
		USF Barão do Corvo
		USF Gaia
		UCSP Afurada
		Convenção - Canidelo
	Centro de Saúde não Especificado	CDP Gaia
		URAP Gaia
		SASU Gaia
		UCC Âncora

**Tabela 37 – Equipamentos da Saúde – Hospitais**

Fontes: Centro Hospitalar de Gaia e Espinho, Centro de Reabilitação do Norte, Hospital Privado de Gaia e Hospital da Luz Arrábida

<b>Centro Hospitalar de Gaia e Espinho</b>	<p>Área de influência direta são os Concelhos de Vila Nova de Gaia e Espinho, servindo todas as especialidades na prestação de cuidados de saúde, no apoio á prestação de cuidados e no apoio técnico.</p> <p>Trata-se de um hospital Central que tem todas as valências básicas, intermédias, algumas das quais consideradas de referência.</p> <p>Tem instalações distribuídas pelo Concelho de Vila Nova de Gaia e Espinho. Em Gaia a Unidade I - antigo hospital Eduardo Santos Silva, a Unidade II, antigo Hospital Distrital de Gaia; no município de Espinho, encontra-se a Unidade III - antigo Hospital Nossa Senhora da Ajuda.</p>
<b>Centro de Reabilitação do Norte</b>	Unidade Hospitalar sob a gestão da Misericórdia do Porto, que dá resposta á necessidade de saúde e medicina física e de reabilitação da população.
<b>Hospital Privado de Gaia e Hospital da Luz Arrábida</b>	Trata-se de dois hospitais privados com vários serviços de especialidades e com internamento.

**Tabela 38 – Equipamentos da Saúde – Centro de Respostas integradas**

Fontes: Centro de Respostas Integradas – Porto Central

<b>Centro de Respostas Integradas – Porto Central</b>	Divisão para a Intervenção nos comportamentos aditivos e dependências – Equipa de Tratamento de Vila Nova de Gaia.
	Divisão para a Intervenção nos comportamentos aditivos e dependências – Consulta de Jovens em Risco.

## 4. Carta de Risco Social – Análise de problemáticas e vulnerabilidades

### 4.1. Vulnerabilidades Sociais Específicas

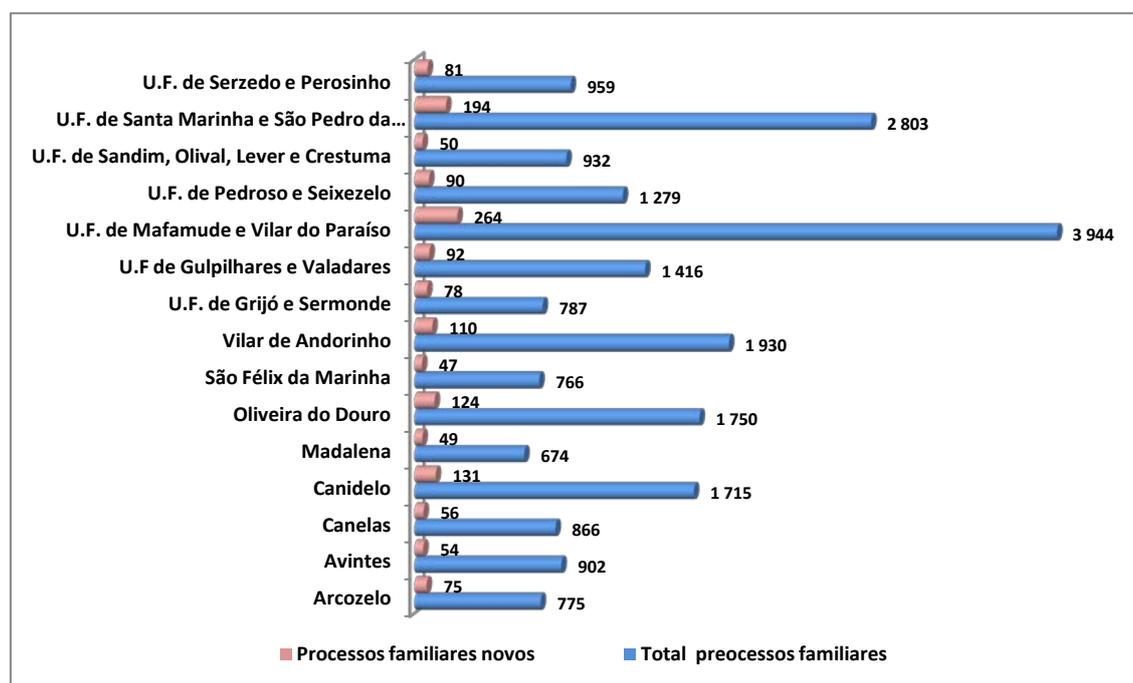
#### 4.1.1. Famílias em situação de Vulnerabilidade Familiar

##### *Apoios de Ação Social (Instituto de Segurança Social de Vila Nova de Gaia, Serviço Local de Gaia)*

O Serviço de Ação Social de Vila Nova de Gaia da Segurança Social em 2015 tinha 21.498 processos familiares ativos, sendo de destacar um maior volume processual na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, com 3.994 processos, seguido da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada com 2.803, provavelmente, por serem as duas Uniões de Freguesia com maior número de residentes. Destes processos, 1.496 são novos (abertos em 2015) – Gráfico 29.

**Gráfico 29 – Número de processos Familiares Ativos (total e novos no ano), em 2015, por Freguesia de residência do titular**

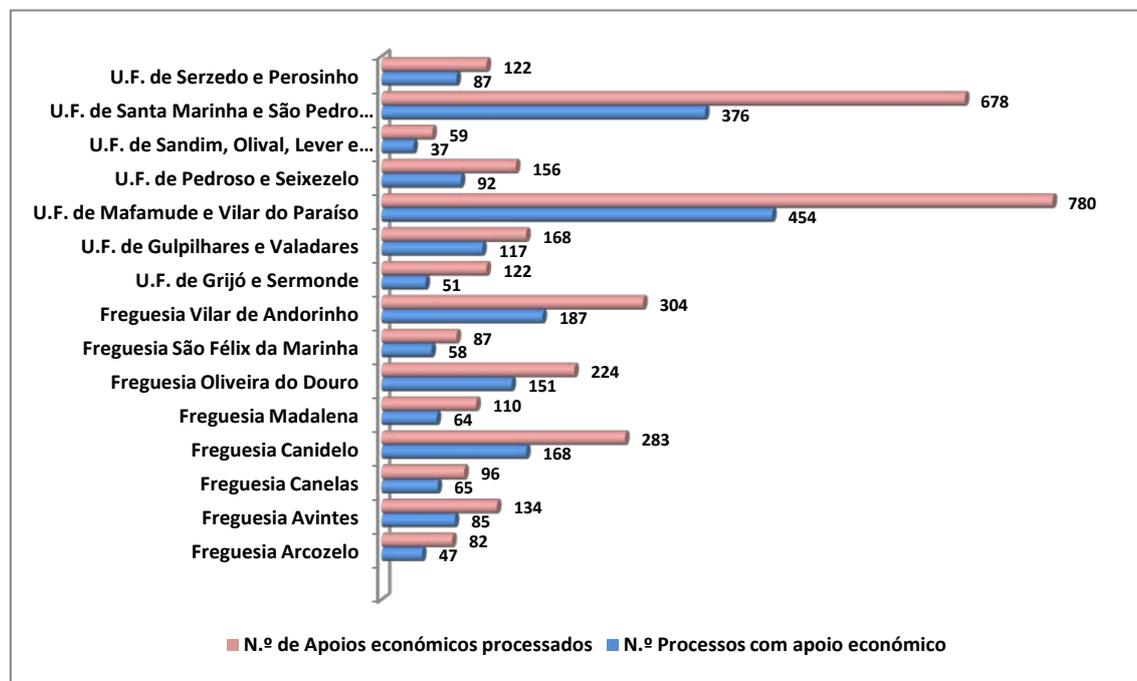
ISS/IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia  
PI242.07.2016 RSL\_AS VN de Gaia



Do total de processos ativos, 3.405 consideram a possibilidade de apoio económico e 2.099 foram apoios económicos processados (Gráfico 30).

### Gráfico 30 – Número de processos com Apoios Económicos e número de Apoios Económicos Processados, 2015

ISS/IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia  
PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia



Relativamente ao número de atendimentos de Beneficiários de Processos Ativos foram efetuados 27.498, sendo de destacar os resultados apurados na União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma (4370) e na União de Freguesias de Serzedo e Perosinho (3237).

### Gráfico 31 – Número de atendimentos de Beneficiários de Processos Familiares Ativos em 2015, por Freguesia de residência

ISS/IP/Gabinete de Planeamento e Estratégia  
PI242.07.2016 RSL\_AS VN de Gaia



### *Equipas de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)*

No âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social há três equipas, sendo que duas pertencem à Rede Local de Intervenção Social, implementadas, desde 2016, no concelho, e uma pertencente a um Acordo Atípico com a Segurança Social, as quais asseguram apoio à população das áreas geográficas de intervenção definida.

As entidades promotoras destas respostas são as seguintes:

- **Associação para o Desenvolvimento de Olival**, cujo âmbito geográfico contempla a União de Freguesias Olival, Sandim, Crestuma e Lever e a União de Freguesias Pedroso e Seixezelo.
- **Centro Social da Paróquia de S. Salvador de Grijó**, cujo âmbito geográfico abrange a União de freguesias Grijó/Sermonde; Arcozelo; S. Félix da Marinha; União de Freguesias Serzedo e Perosinho.
- **Cooperativa Sol Maior**, cujo âmbito contempla as freguesias de Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho; União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso.

## Percentagem de Beneficiários de Subsídios da Segurança Social

O número de beneficiários de Subsídios da Segurança Social, no Concelho de Vila Nova de Gaia é de 92.071, valor que corresponde a 30.5% da população total do concelho. Do total de beneficiários de subsídios da Segurança Social destacam-se os beneficiários de Abono de Família (40%), seguido do Subsídio por Doença (23%), do Rendimento Social de Inserção (19%), do Subsídio de Desemprego (7%) e outros.

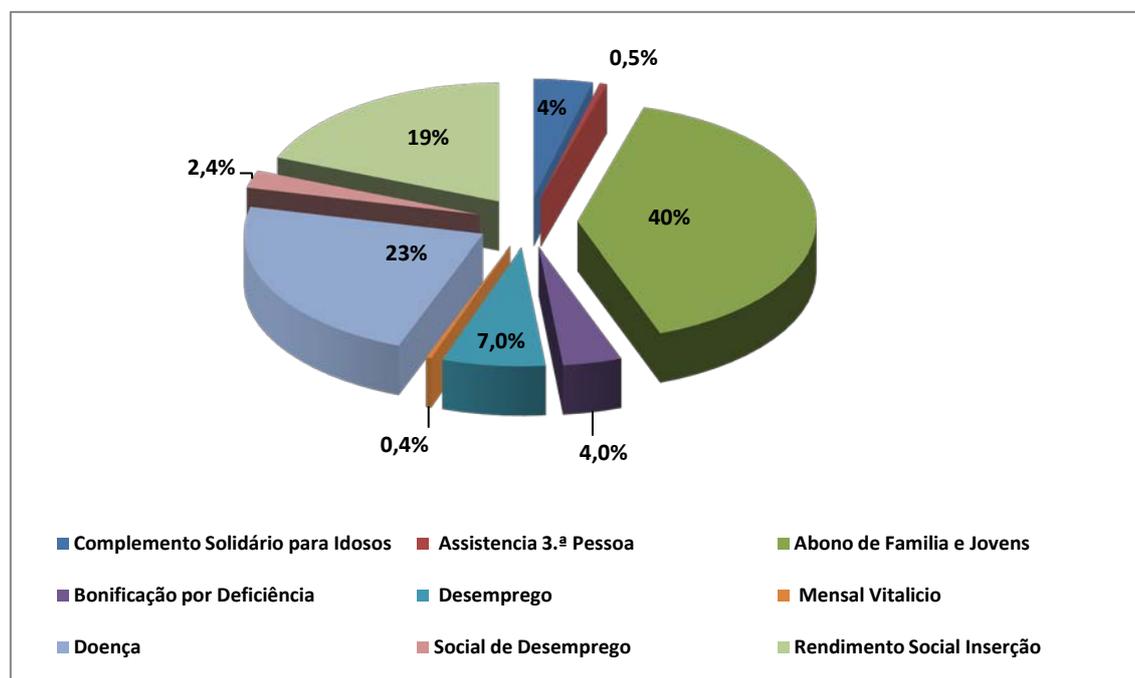
### Gráfico 32 – Beneficiários de Subsídios da Segurança Social

Fontes/Entidades: II/MTSSS, PORDATA

Última atualização: 2017-03-28

Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI)

Situação da base de dados 21/04/2017



## Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

Em 2016 havia 12 376 (4% da população de Gaia) beneficiários de pensões da Caixa Geral de Aposentações (\*) e em 2013, 76 347 (25% da população) eram beneficiários de pensões da Segurança Social. Estes valores demonstram inequivocamente um maior número de beneficiários de Pensões da Segurança Social.

(\*) É uma instituição de previdência que tem a seu cargo a gestão do regime de segurança social dos funcionários públicos e trabalhadores equiparados admitidos até 2005-12-31 em matéria de pensões de aposentação, de reforma, de sobrevivência e de outras de natureza especial.

**Tabela 39 – Percentagem de Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

Fontes/Entidades: ISS/MTSSS, PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

UPCG (ISS-GP-UPCG@seg-social.pt)

Pensões da Caixa Geral de Aposentações, 2016	Pensões da Segurança Social, 2013	Total
4%	25%	29%

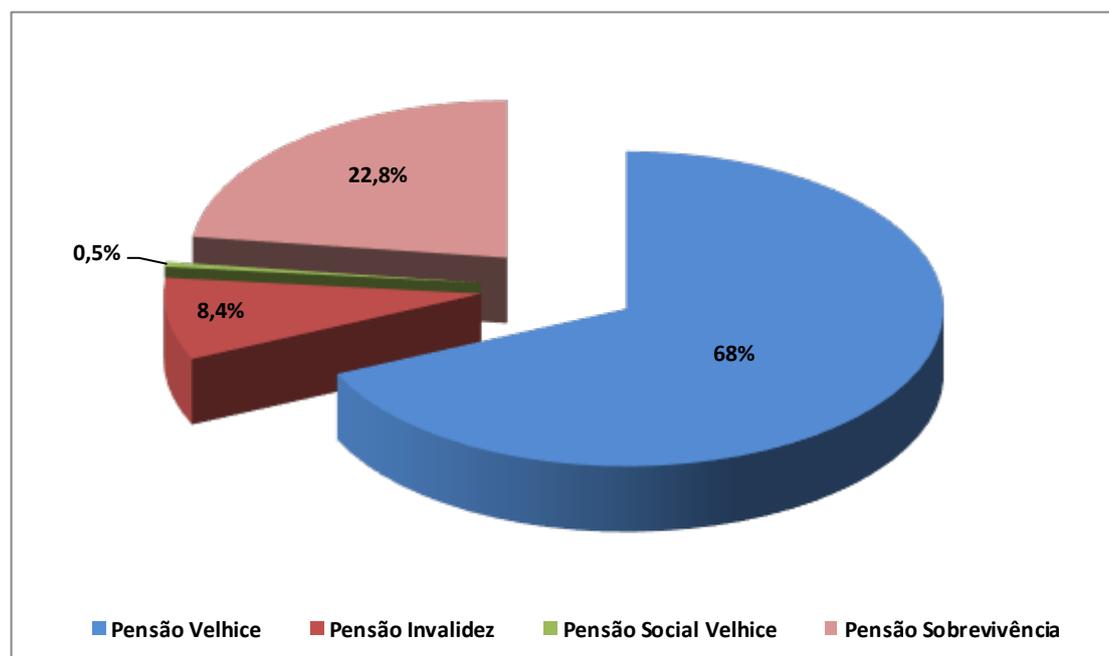
O concelho de Gaia tem 76.768 pensionistas da Segurança Social, valor que corresponde a 25.4% do total da população do concelho. Dos vários tipos de pensionistas destacam-se os beneficiários da Pensão de Velhice com 68%, seguido dos pensionistas de sobrevivência com 22.8%, seguido dos pensionistas por invalidez com 8.4% e por fim pelos beneficiários da pensão social de Velhice com 0.5%.

**Gráfico 33 – Percentagem de Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (2013) e Social de Velhice (2014)**

Fontes/Entidades: ISS/MTSSS, PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

UPCG (ISS-GP-UPCG@seg-social.pt)



E relação aos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, existem 12376 pessoas, correspondendo a 4% do total da população do concelho.

Deste grupo, 78% são Reformados/Aposentados e 22% são por Pensionistas.

#### **Tabela 40 – Percentagem de Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações: Reformados/Aposentados e Pensionistas, 2016**

Fontes/Entidades: CGA/MTSSS, PORDATA

Última atualização: 2017-04-12

Reformados e Aposentados	Pensionistas
78%	22%

### ***Programa de Emergência Social – Cantinas Sociais***

Em Vila Nova de Gaia existe o Programa de Emergência Alimentar, criado no âmbito do Programa de Emergência Social, e operacionalizado através da constituição de Cantinas Sociais abrangendo toda a área do concelho, disponibilizando refeições diárias gratuitas (7 dias por semana), preferencialmente para consumo no domicílio, devidamente embaladas e acondicionadas, às pessoas e/ou famílias que mais necessitem.

Este programa foi protocolado entre o Instituto da Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Gaia, Centro Social e Paroquial Vera Cruz do Candal, Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro e Fundação *Claret*, sendo disponibilizadas 800 refeições.

### ***Rendimento Social de Inserção***

No ano de 2010 havia 27 947 beneficiários do Rendimento Social de Inserção, tendo-se registado uma diminuição acentuada em 2015 que passou a ter 17 084 beneficiários, distribuídos pelas 15 Freguesias e Uniões de Freguesia Este decréscimo deve-se às alterações legais ocorridas em 2010 e 2012.

#### **Tabela 41 – Número de Beneficiários de RSI entre 2010 e 2015**

Fonte: ISS/IP/Gabinete de Planeamento Estratégico

ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia

INE: População: Notas estimativas provisórias da população residente Tabela AMP/freguesias da DASVS

Ano 2010	Ano 2015
27 947	17 084

Quanto à sua distribuição geográfica verifica-se que a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso apresenta a taxa mais elevada (16%), seguida da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada (12%) e Vilar de Andorinho (10%).

Com menor taxa de beneficiários surgem as freguesias de Arcozelo e Madalena (3%), seguido das freguesias de Canelas, S. Félix da Marinha e União de Freguesias de Grijó e Sermonde (4%).

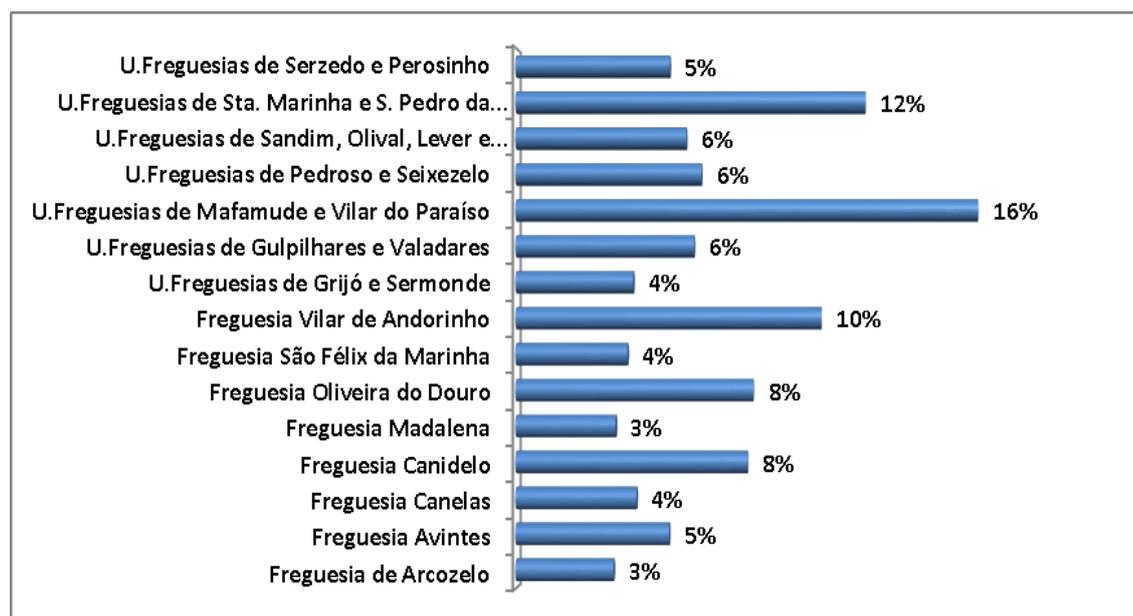
### Gráfico 34 – Percentagem de Beneficiários RSI de Vila Nova de Gaia por freguesia/ 2015

Fonte: ISS,IP/Gabinete de Planeamento Estratégico

ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia

INE: População: Notas estimativas provisórias da população residente Tabela AMP/freguesias da DASVS



Do universo total de beneficiários do RSI, existem 7.389 agregados familiares. As freguesias de Vilar de Andorinho com 9%, Oliveira do Douro e Canidelo com 8%, apresentam os valores mais elevados.

Já a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso com 2% e a União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada com 1% são as que tem menor percentagem de agregados familiares, tendência contrária relativamente á percentagem de beneficiários da prestação em questão nestas freguesias.

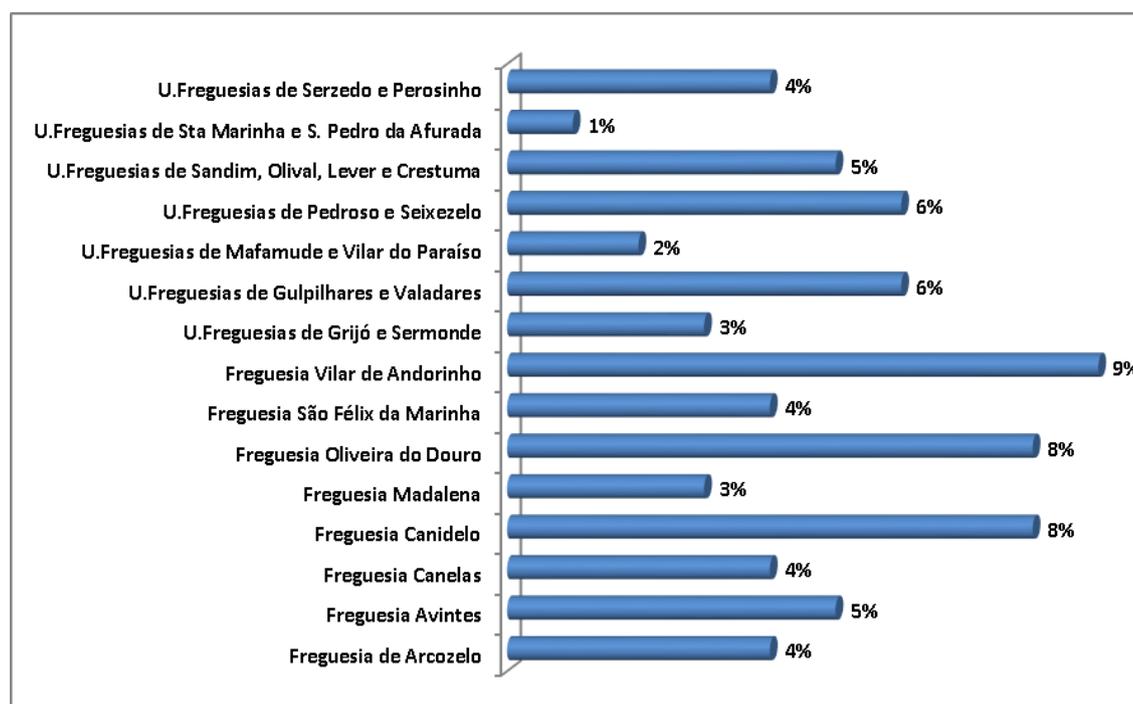
### Gráfico 35 – Número de Agregados Familiares Beneficiários do RSI, em %, por Freguesias/2015

Fonte: ISS,IP/Gabinete de Planeamento Estratégico

ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia

INE: População: Notas estimativas provisórias da população residente Tabela AMP/freguesias da DASVS



Comparando a população residente em Vila Nova de Gaia com a população beneficiária de RSI, constata-se que esta representa 6% da população total. As freguesias de Vilar de Andorinho (10%), Avintes (8%) apresentam a maior percentagem de beneficiários do RSI em relação á população residente do concelho. Já nas restantes freguesias as percentagens rondam entre os 4% e 6%, apresentando valores muito semelhantes.

### Gráfico 36 – Percentagem de Beneficiários do RSI em relação á População Residente

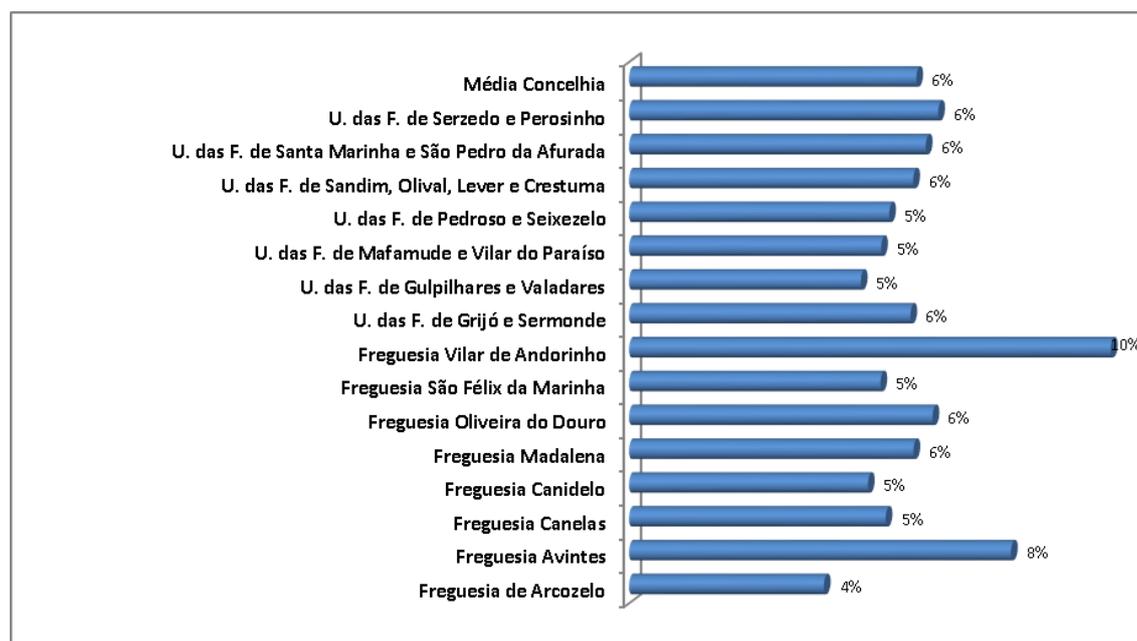
Fonte: ISS,IP/Gabinete de Planeamento Estratégico

ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia

INE: População: 301.819

Notas estimativas provisórias da população residente Tabela AMP/freguesias da DASVS



O valor médio da prestação de RSI, no Concelho de Vila Nova de Gaia é de 217,22 €. As Uniões de Freguesias de Uniões de Grijó e Sermonde (245,66 €), Serzedo e Perosinho (240,09 €) e Sandim, Olival, Lever, Crestuma (235,3 €), são as que apresentam uma média de prestações mais elevadas.

**Tabela 42 – Valor Médio Processado de Prestação Pecuniária do RSI, por Agregado e Freguesia (€)**

Fonte: ISS,IP/Gabinete de Planeamento Estratégico

ISS-GP-UPCG@seg-social.pt

PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia

<b>Freguesia de Residência</b>	<b>Valor Médio Processado de PPRSI* por Agregado (€)</b>
Freguesia de Arcozelo	209,9
Freguesia Avintes	222,51
Freguesia Canelas	222,62
Freguesia Canidelo	207,56
Freguesia Madalena	214,58
Freguesia Oliveira do Douro	213,41
Freguesia São Félix da Marinha	206,59
Freguesia Vilar de Andorinho	234,58
União das freguesias de Grijó e Sermonde	245,66
União das freguesias de Gulpilhares e Valadares	219,73
União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	209,18
União das freguesias de Pedroso e Seixezelo	211,4
União das freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	235,3
União das freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	205,53
União das freguesias de Serzedo e Perosinho	240,09
<b>Média Concelhia</b>	<b>217,22</b>

O valor processado de RSI no Concelho de Vila Nova de Gaia é de 14.693.698,63 €. As Uniãoes de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso (2.469.204,17 €), Santa Marinha e São Pedro da Afurada (1.879.797,95 €) e a Freguesia de Vilar de Andorinho (1.426.947,08 €), são as que apresentam os montantes mais elevados, processados da Prestação Pecuniária de RSI, correspondendo às freguesias com maior número de beneficiários desta prestação.

**Tabela 43 – Montantes Processados de Prestação Pecuniária RSI por Freguesia (€)/Ano 2015**

Fonte: ISS/IP/Gabinete de Planeamento Estratégico  
ISS-GP-UPCG@seg-social.pt  
PI242.07.2016 RSI\_AS VN de Gaia

<b>Freguesia de Residência</b>	<b>Montantes Processados de PPRS (€) *</b>
Freguesia de Arcozelo	494042,01
Freguesia Avintes	770119,81
Freguesia Canelas	567885,64
Freguesia Canidelo	1099390,8
Freguesia Madalena	462475,63
Freguesia Oliveira do Douro	1144191,69
Freguesia São Félix da Marinha	559123,65
Freguesia Vilar de Andorinho	1426947,08
União das freguesias de Grijó e Sermonde	568166,64
União das freguesias de Gulpilhares e Valadares	878045,3
União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	2469204,17
União das freguesias de Pedroso e Seixezelo	821066,18
União das freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	807302,8
União das freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	1879797,95
União das freguesias de Serzedo e Perosinho	745939,28
<b>Média Concelhia</b>	<b>14693698,63</b>

## Gaia+Inclusiva

O Município criou o Programa Municipal de Ação Social denominado Gaia +Inclusiva que em parceria com a Rede Social disponibiliza aos munícipes bens e serviços essenciais ao apoio a famílias e pessoas isoladas em situação de vulnerabilidade. Os apoios a prestar revestem de caráter excepcional e temporário, dependendo a respetiva continuidade de deliberação anual da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

O Programa abrange apoio no sobre-endividamento, Apoio na Carência Económica e Emergência Social, Apoio na Educação no Emprego e Formação, Apoio à Habitação e Arrendamento, apoio na área da Saúde, Apoio às pessoas com Deficiência, Apoio às IPSS, Apoio Económico a Estudantes do Ensino Superior e Observatório Social de Gaia.

No ano de 2016 o Município distribuiu verbas, no montante de 70.000,00 €, (Apoio na Carência Económica e Emergência Social – PMES) que se distribuíram por várias tipologias de apoio (despesa alimentação, apoio a renda, despesas de água e luz, despesas de educação e de saúde).

Foram apoiados 468 agregados, correspondendo a 1049 munícipes abrangidos. Destes, 218 foram apoiados em despesas de habitação, 144 para apoio alimentar, 101 em despesas de saúde e 5 em despesas de educação (tabela 44).

**Tabela 44 – Número de Agregados abrangidos pelo Programa Gaia+Inclusiva, por tipo de Apoio – 2016**

Fonte: DASVS/2016; Plataforma Gaia+Inclusiva

Apoio Alimentar	Educação	Habitação	Saúde
144	5	218	101

**Tabela 45 – Programa Gaia+Inclusiva – Apoio na Carência Económica e Emergência Social (>65 anos)**

Fonte: DASVS/2016; Plataforma Gaia+Inclusiva

Programa Gaia+Inclusiva – Apoio na Carência Económica e Emergência Social (Despesas Correntes e Saúde)> 65 anos	
Despesas Correntes (Água/Luz/Gaz/Telefone)	Saúde (Medicação/Oftalmologia/Estomatologia/Próteses)
12	13

## Habitação Social

Segundo dados facultados pela *Gaiurb* – Urbanismo e Habitação, EM, em 2016 existiam 1.083 pedidos de habitação, sendo que, 288 correspondiam a pedidos novos, tendo os restantes transitados de 2015 (tabela 46).

**Tabela 46 – Número de pedidos de Habitação Social em 2016**

Fonte: *Gaiurb* – Urbanismo e Habitação, EM/2017

Freguesias	Processos Novos em 2016	Processos Ativos que transitaram do ano 2015
Arcozelo	5	38
Avintes	13	69
Canelas	12	43
Canidelo	22	104
Madalena	8	25
Oliveira do Douro	26	118
S. Félix da Marinha	8	22
Vilar de Andorinho	25	104
U.F. Grijó e Sermonde	7	34
U.F. Gulpilhares e Valadares	19	40
U.F. Mafamude e Vilar do Paraíso	48	172
U.F. de Pedroso e Seixezelo	22	78
U.F. Sandim, Olival, Lever e Crestuma	16	57
U.F. Sta. Marinha e S. Pedro da Afurada	39	138
U.F. de Serzedo e Perosinho	16	41
Outros Concelhos	2	0
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>1083</b>

No primeiro trimestre de 2017 entraram 83 novos pedidos e 1412 transitaram de 2016.

**Tabela 47 – Número de pedidos de Habitação Social no primeiro trimestre 2017**

Fonte: Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM/2017

Freguesias	Processos Novos em 2017	Processos Ativos que transitaram do ano 2016
Arcozelo	4	47
Avintes	7	82
Canelas	4	55
Canidelo	6	131
Madalena	5	37
Oliveira do Douro	5	148
S. Félix da Marinha	4	31
Vilar de Andorinho	8	134
U.F. Grijó e Sermonde	2	41
U.F. Gulpilhares e Valadares	5	61
U.F. Mafamude e Vilar do Paraíso	11	227
U.F. de Pedroso e Seixezelo	5	101
U.F. Sandim, Olival, Lever e Crestuma	1	73
U.F. Sta. Marinha e S. Pedro da Afurada	12	184
U.F. de Serzedo e Perosinho	3	59
Outros Concelhos	1	1
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>1412</b>

## Ação Social Escolar

O apoio da Autarquia é prestado através da concessão de subsídio escolar, de acordo com o escalão de abono familiar atribuído pela Segurança Social, sendo que o 1.º escalão de abono corresponde ao escalão A e o 2.º escalão de abono corresponde ao escalão B. Este apoio prestado pela Autarquia estende-se a alunos do Ensino Pré-escolar e Ensino Básico. (<http://gaiaedu.cm-gaia.pt/>)

No ano letivo 2016/2017 estão inscritos no 1.º ciclo das escolas da rede pública de Vila Nova de Gaia, 9.950 alunos. Do total de alunos, 54% não têm escalão, 28% tem escalão A e 18% escalão B. (tabela 48) Comparando o total de alunos constata-se que 54% não tem escalão contra 46% com escalão, podendo considerar-se que estes alunos pertencem a famílias carenciadas.

**Tabela 48 – Número de Alunos do 1.º Ciclo por Escalão**

Fonte: DMIS/DASE ano letivo 2016/17

Escalão A	Escalão B	Sem Escalão	N.º de Alunos Carenciados (Escalão A+B)
28%	18%	54%	46%

No ensino pré-escolar, no mesmo período estão inscritos 3.666 alunos. Do total de alunos, 57% não têm escalão, 26% tem escalão A e 17% escalão B. Comparando o total de alunos constata-se que 57% dos alunos não tem escalão e 43% possuem, tal como constatado nos alunos do primeiro ciclo, estes pertencem a famílias com baixos recursos económicos.

**Tabela 49 – Número de Alunos do Pré-escolar por Escalão**

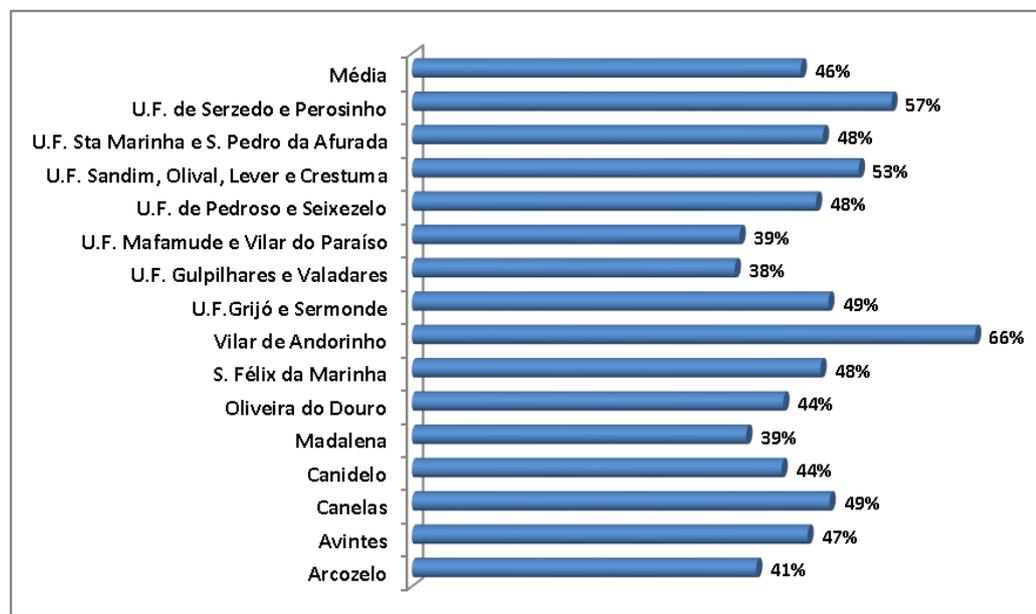
Fonte: DMIS/DASE ano letivo 2016/17

Escalão A	Escalão B	Sem Escalão	N.º de Alunos Carenciados (Escalão A+B)
26%	17%	57%	43%

Tendo em consideração a freguesia de residência dos titulares de escalão A+B, analisando o gráfico 37, constata-se que no 1.º Ciclo, a Freguesia de Vilar de Andorinho (66.4%), a U.F. de Serzedo e Perosinho (56.6%) e Canelas (49.3%) apresentam uma maior percentagem de alunos.

### Gráfico 37 – Percentagem de Alunos com Escalão A+B no 1.º Ciclo

Fonte: DMIS/DASE ano letivo 2016/17

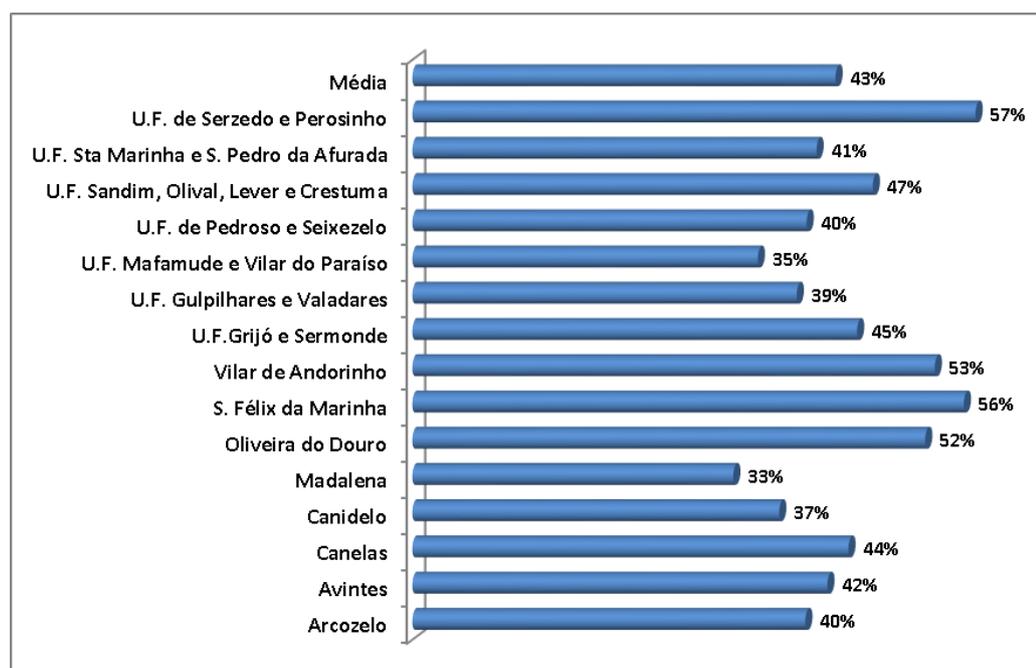


No ensino pré-escolar (gráfico 38) a U.F. de Serzedo e Perosinho (57.1 %), e Vilar de Andorinho (53%) aparecem novamente com maior número de casos, às quais se junta a Freguesia de S. Félix da Marinha (56%).

A Média concelhia de alunos com escalão A e B no primeiro ciclo é de 46 % (gráfico 33) e de 43 % para alunos pré-escolar (gráfico 38).

### Gráfico 38 – Percentagem de Alunos com Escalão A+B na Pré-escolar

Fonte: DMIS/DASE ano letivo 2016/17



## PROBLEMÁTICA SOCIAL

A parentalidade de risco integra-se na problemática mais alargada da vulnerabilidade sócio económica mas manifesta-se com um cariz comportamental específico, nas lacunas e fragilidades das competências chave pessoais, sociais e profissionais. Estas lacunas são agravadas pela fragilidade económica que pode ser conjuntural quando associada ao desemprego estrutural, ou estrutural baseada na baixa empregabilidade e nos ciclos de carência material e social prolongada.

A abordagem a realizar deverá integrar uma perspetiva sistémica enquadrando essas múltiplas dimensões: da exclusão pela baixa empregabilidade e da disfuncionalidade comportamental emocional e pessoal.

### ***As principais problemáticas identificadas no concelho de Gaia são as seguintes:***

- Famílias em rutura económica e funcional por carências materiais graves em situação de crise;
- Impacto negativo da crise nas famílias estruturadas e organizadas pelo desemprego ou insolvência financeira;
- Debilidade nos laços de vinculação parental em muitos agregados familiares;
- Baixa auto estima e auto desvalorização;

- 
- Experiências precoces disruptivas da sociabilização positiva;
  - Inexistência de modelos parentais positivos;
  - Rutura funcional por carências múltiplas sem possibilidade de assegurar as necessidades básicas;
  - Famílias parcialmente disfuncionais com défices e competências de controlo e orientação.

### ***Perfil de Risco***

- Ansiedade e depressão no âmbito familiar pela dificuldade no exercício da parentalidade, em situação de alterações de comportamento;
- Vulnerabilidade social multi-problemática;
- Carência de apoios e recursos básicos para a funcionalidade familiar;
- Insuficiência de competências pessoais e sociais básicas nas famílias;
- Baixa empregabilidade e reduzida escolarização nas famílias sinalizadas;
- Disfuncionalidade comportamental individual e familiar;
- Monoparentalidade familiar em situação de risco e privação;
- Sinalização de famílias com crianças e jovens em situação de risco e perigo.

### ***Necessidades de Intervenção prioritária***

- Reforço dos apoios básicos de emergência social em situação de desproteção de famílias em situação de carência;
- Acesso a experiências motivacionais para a inserção profissional;
- Construção de modelos parentais normativos geradores de regras e para a organização familiar;
- Acesso a experiências positivas de organização pessoal e familiar;
- Acesso a modelos de parentalidade positiva com exercício de regras e normas de gestão parental e familiar;
- Reforço da orientação e motivação para a empregabilidade nas situações de baixas qualificações e reduzida escolarização.

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Reforço da rede de recursos de emergência social para famílias em situação de privação - Intervenção de apoio e de reforço de competências parentais;
- Formação de competências básicas em contexto prático doméstico e social;
- Disponibilização de um sistema de qualificação adequado para famílias multi problemáticas;
- Integração em grupos de ajuda na procura de emprego e orientação profissional;
- Integração em oportunidades e respostas de transição para a qualificação e o emprego com estágios práticos de aprendizagem de papéis sociais;
- Formação e treino de competências com a utilização de metodologias “inter pares”;
- Criação de oportunidades de “micro empreendedorismo social” para a inserção profissional;
- Formação/ escolarização/ alfabetização para adultos;

- 
- Intervenção de apoio às famílias sobre endividadas na insolvência e literacia financeira;
  - Intervenção nas famílias de “novos pobres” na reconstrução do seu percurso profissional;
  - Banco de recursos para a família – suporte básico organizado de acesso a recursos para a sustentabilidade familiar;
  - Centro de recursos formativos e de capacitação familiar:
    - Equipamentos de apoio à formação ação: cozinhas, espaços de serviços e micro produção para formação prática;
    - Incubadora de iniciativas de inserção familiar;
    - Formação modular e incentivos organizados ao auto emprego;
    - Rede de respostas ativas promotoras da transição para a inserção sócio profissional;
    - Contratos de micro experiência formativa em contexto real;
    - Programas individualizados de *coaching* e mediação familiar e parental.

### ***Projetos Prioritários***

#### **Proposta:**

Criação de espaço concelhio organizado como “Centro de Recursos” para a parentalidade positiva.

#### **Objetivo:**

Trabalhar o vínculo de ligação emocional e parental entre as crianças e jovens e as figuras parentais, fortalecer o laço construtivo entre a família e a escola, promover experiências ativas de referência na parentalidade positiva através de uma metodologia integrada, de intervenção familiar.

#### **Recurso estratégicos:**

Equipas do projeto de combate ao insucesso escolar que poderiam ser as entidades articuladoras das famílias/escola e estabelecer o diagnóstico das questões de vinculação a partir das quais se pudesse intervir.

## 4.1.2. Deficiência em Vulnerabilidade Social

Foi enviado um questionário a todos os Agrupamentos e Escolas Secundárias do Concelho, solicitando dados sobre o número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, a frequentar os respetivos equipamentos, por tipo de deficiência e por nível de escolaridade.

Os dados do quadro a seguir referem-se a oito escolas do concelho que disponibilizaram a informação solicitada.

Da análise do mesmo constata-se que existem 557 alunos com Necessidades Educativas Especiais, sendo a deficiência com maior número de sinalizações o “Défice Cognitivo”, com 326 alunos, seguido da “Dislexia” com 89, a Deficiência Mental com 59, a Multideficiência com 30, “Outras” com 31, Motora com 12, Auditiva com 7 e a Visual com 3.

**Tabela 50 – Número de Alunos por tipo de Deficiência e Nível de Escolaridade**

*Fonte: Questionário da DASVS – DMIS, 2016 aos Agrupamentos e Escolas Secundárias do Concelho*

Tipo de Deficiência	Níveis de Escolaridade					
	EPE	1 CEB	2º CEB	3º CEB	ES	TOTAL
Visual			1	1	1	<b>3</b>
Motora		2		7	3	<b>12</b>
Mental	5	20	6	12	16	<b>59</b>
Multideficiência	7	11	3	8	1	<b>30</b>
Dislexia		17	25	38	9	<b>89</b>
Auditiva	1		1	2	3	<b>7</b>
Défice Cognitivo	8	96	66	115	41	<b>326</b>
Outras	1	10	3	7	10	<b>31</b>
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>156</b>	<b>105</b>	<b>190</b>	<b>84</b>	<b>557</b>

Tal como já foi referido no ponto 3.3.3, a tabela seguinte apresenta a lista de espera, nas diferentes instituições da deficiência do concelho, por resposta social.

A necessidade do aumento de respostas de “CAO – Centro de Atividades Ocupacionais” e “Lar Residencial”, é uma prioridade a colmatar no concelho uma vez que os jovens saem da escolaridade obrigatória sem resposta adequada às suas necessidades, o que implica o regresso ao isolamento das suas casas, significando isso um retrocesso nos seus percursos de vida e autonomia, pondo em causa todo o investimento que foi feito no seu percurso de inclusão.

**Tabela 51 – Lista de espera por Resposta Social na área da Deficiência**

Fonte: Levantamento junto das instituições da área da Deficiência,-2017; DASVS

Respostas Sociais	Lista de Espera
Intervenção Precoce	x
CAO	236
Centro Educacional	x
Creche	x
Centro de Recursos para a Inclusão	x
Lar Residencial	113
Sócio Educativo	x
Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	x
CAO e Lar Residencial	73
Centro de Estudos e Apoio á Criança e á Família	13
<b>Total</b>	<b>435</b>

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

A situação das pessoas com deficiência institucionalizadas na rede de respostas do concelho está estabilizada e com acesso aos cuidados terapêuticos e de bem-estar adequados. Mas a sua retaguarda familiar, em muitos casos, apresenta vulnerabilidades ao nível da estabilização económica e profissional que se agravam no caso de carência económica dos cuidadores e familiares ou da sua limitação profissional e de rendimento, pelo seu papel cuidador.

Este quadro dos cuidadores familiares, já de si muito exigente, agrava-se com a presença no meio familiar de pessoas com deficiência não institucionalizadas. Nesta situação, aumentam as limitações profissionais dos cuidadores, sendo dificultado o acesso às terapias e estimulação promotora de autonomia e bem-estar necessária às pessoas com deficiência, situação que potencia ou gera a vulnerabilidade familiar promotora de quadros familiares disfuncionais.

A situação de não institucionalização promove o isolamento social das pessoas com deficiência e das suas famílias retirando oportunidades de bem-estar social e emocional.

---

### ***Perfil de Risco***

- Persistência da ocultação dos deficientes em ambiente familiar;
- Carência de recursos materiais e técnicos adequados à exploração das potencialidades das pessoas portadoras de deficiência;
- Dificuldades na inclusão escolar;
- Carência de cuidados específicos para as necessidades das pessoas com deficiência;
- Isolamento e falta de acompanhamento dos cuidadores e famílias;
- Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à inclusão profissional;
- Envelhecimento das pessoas com deficiência com decrescente retaguarda familiar;
- Fragilidade e vulnerabilidade da retaguarda familiar das pessoas com deficiência.

### ***Necessidades de Intervenção Prioritária***

- Atividades ocupacionais, terapêuticas e socialmente úteis;
- Modelos de prática profissional adaptada à pessoa com deficiência e incapacidades;
- Acolhimento temporário (de curta/média duração em contexto escolar, em início de vida ou inserção profissional) para pessoas com deficiência e suporte às famílias e cuidadores;
- Criação de novas respostas (equipamentos) para fazer face às necessidades do envelhecimento da população com deficiência;
- Apoio aos formandos cujos percursos foram frustrados ao nível da integração laboral;
- Eliminação das barreiras na perceção social da deficiência;
- Projetos de integração escolar com apoio especializado em instituições de retaguarda /incluindo a possibilidade de complementar a escola inclusiva;
- Projetos de integração complementares e adequados à escola inclusiva;
- Cuidados personalizados em ambiente familiar:
  - Acompanhamento dos cuidadores para garantia dos cuidados individualizados;
  - Suporte aos cuidadores com alojamento de fim de semana;
  - Prioridade no apoio social às famílias de pessoas portadoras de deficiência mental com recursos especializados de suporte às famílias e cuidadores.

### ***Ações Tipo***

- Apoio domiciliário às pessoas com deficiência e incapacidades;
- Residência para autónomos e semiautónomos;
- Atividades Ocupacionais: terapêuticas e socialmente úteis no exterior da instituição como suporte aos cuidadores;
- Encontros desportivos e sociais que promovam a participação das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades, bem como dar a conhecer modalidades desportivas adaptadas de forma a valorizar suas capacidades;
- Formação Profissional adaptada à pessoa com deficiência e incapacidades;
- Programa de ocupação durante os períodos de férias letivas para pessoas portadoras de deficiência mental;
- Emprego protegido gerador da integração profissional ou no modelo de “enclave profissional”;
- Treino Auditivo; Avaliação da Linguagem, Reabilitação em LGP;
- Unidade de saúde móvel especializada para portadores de deficiência;
- Cuidados diferenciados (geriatria/fisioterapia) especializados na deficiência;
- Requalificação de equipamentos terapêuticos (ex: Piscinas);
- Reforço do acompanhamento médico/enfermagem no apoio domiciliário;
- Adaptação pedagógica dos monitores para as atividades adaptadas e necessidades educativas especiais;
- Articulação interinstitucional para atividades socialmente úteis em nos espaços de vida natural;
- Projetos inclusivos apoiados por candidaturas ao Portugal 2020 em parcerias interinstitucionais;
- Intervenções para a empregabilidade e ocupação útil dos utentes e pós utentes das respostas sociais para pessoas com deficiência;
- Interação social e comunicação da área da deficiência no espaço público;
- Resposta pós CAO;
- Acesso às novas respostas terapêuticas e psicoterapêuticas no âmbito da doença mental para pessoas portadoras de deficiência.

### ***Projetos Prioritários***

#### **Proposta:**

Criação de Unidade Móvel de Apoio ao Deficiente

#### **Objetivos:**

- 1.º Apoio de proximidade no domicílio com o objetivo de apoiar as pessoas com deficiência no acesso a terapias e minimizar a vulnerabilidade e isolamento em que se encontram.
- 2.º Orientar a pessoas e famílias com vulnerabilidades e em situação fragilizada no acesso a respostas e apoios de integração/inserção na comunidade.

### 4.1.3. Demência e Saúde Mental

O índice de envelhecimento em Vila Nova de Gaia sofreu um grande aumento, passando de 69% em 2001, para 120,3% em 2015 (fonte: PORDATA). As demências neurodegenerativas caracterizam-se por terem maior prevalência, e expressividade, com o avançar da idade, com maior incidência a partir dos 65 anos. A diminuição da função cognitiva, associada ao envelhecimento biológico, é dos primeiros sinais do início do processo demencial, que se vai desenvolvendo e agravando com a progressão da idade.

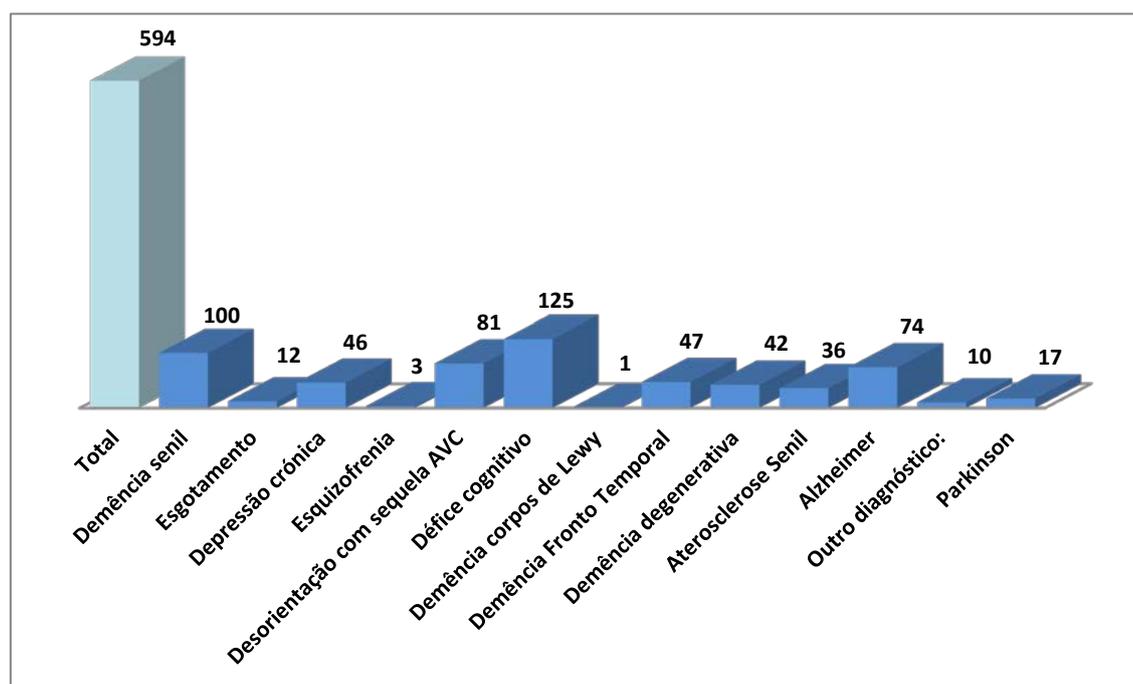
Face á realidade do envelhecimento e sua correlação com as demências, que têm vindo a ter maior relevância na sociedade, solicitou-se a colaboração das IPSS e entidades lucrativas do concelho no levantamento de situações demenciais em equipamentos de apoio á terceira idade. Responderam e quantificaram as situações 24 instituições (14 IPSS e 10 lucrativas), sendo que algumas não o fizeram, mas apresentaram a tendência relativa às suas instituições, dados que foram considerados na apreciação global.

Com o progressivo envelhecimento demográfico e o aumento da esperança média de vida, tem aumentado nos últimos anos o número de casos de Demência. Do levantamento efetuado registam-se 594 casos de demência (gráfico 39), a maioria de situações encontram-se no Serviço de Apoio Domiciliário com 258 situações, correspondente a 43% do total dos registos (gráfico 42). Para além destes encontram-se 190 situações em Centro de dia e 134 em equipamento residencial para pessoas idosas. (gráfico 41 e 40).

Relativamente ao tipo de patologia, com maior ocorrência, destaca-se o “défice cognitivo” e a “demência senil” com, respetivamente, 125 e 100 casos. (gráfico 40)

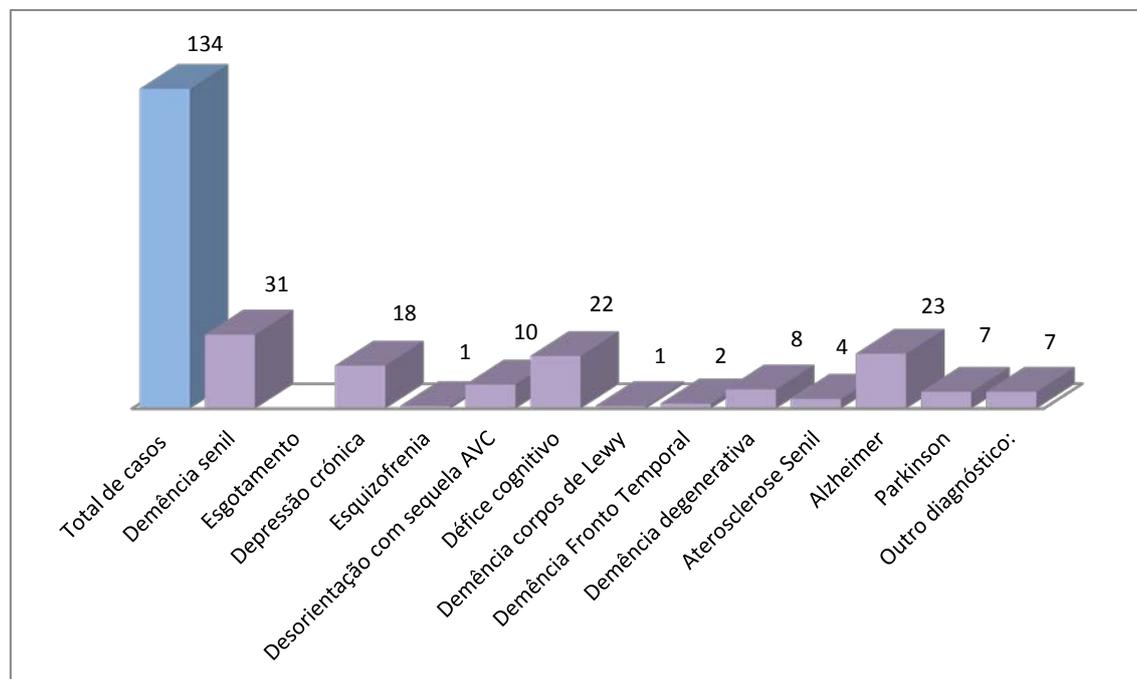
#### Gráfico 39 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Equipamentos Sociais para Terceira Idade, em V. N. Gaia

Fonte: Inquérito revisão do PDS - março/2017 às instituições de terceira idade do concelho; Levantamento da DASVS



### Gráfico 40 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Equipamento Residencial para Pessoas Idosas

Fonte Inquérito revisão do PDS - março/2017 às instituições de terceira idade do concelho; Levantamento da DASVS

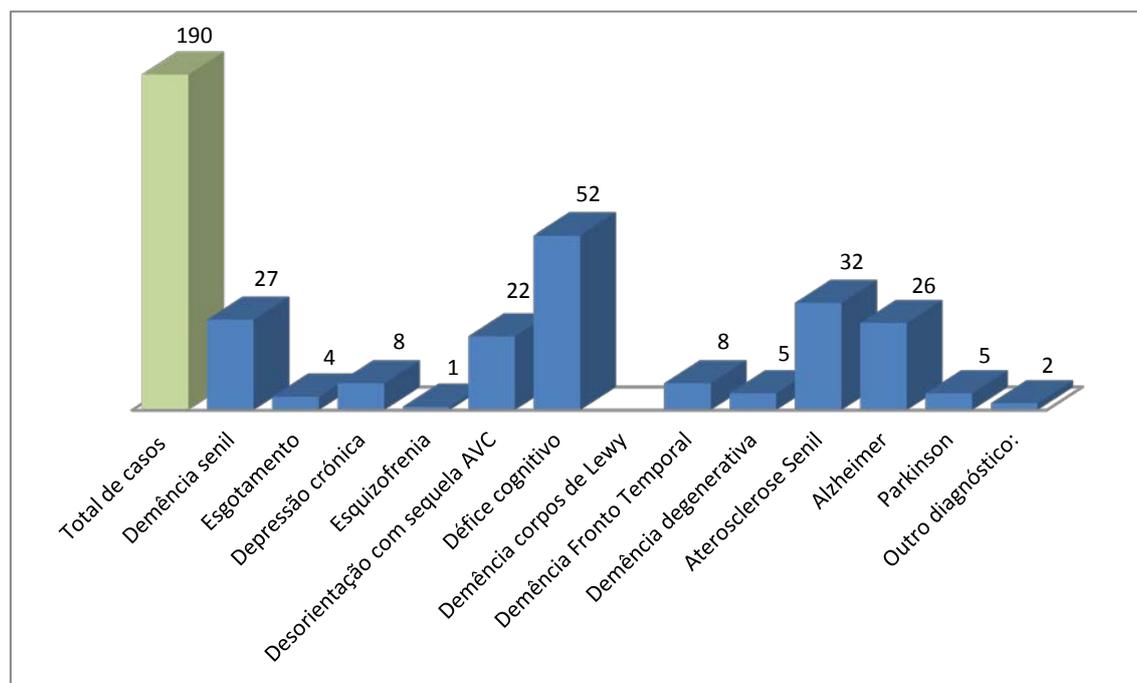


Analisando o gráfico 41 foram registados, em Centro de Dia 190 casos de Demência e outras patologias que se lhe encontram associadas. Neste tipo de equipamento, tem maior representatividade o "Défice cognitivo", "Aterosclerose Senil", "Demência senil", "Alzheimer" e "Desorientação com sequela AVC" correspondendo a 52, 32, 26, 27, e 22 situações respetivamente. Contrapondo a estes números, verifica-se que situações de "Esquizofrenia" e "Esgotamento" têm menor expressividade (1 e 4 casos respetivamente), e a ausência de situações relativas a "Demência corpos de Lewy".

Este quadro permite perceber que os utentes do centro de dia, embora com patologias associadas a demência, ainda possuem autonomia para desenvolver as suas atividades, só com a evolução e agravamento do quadro clínico recorrem aos serviços de SAD e ERPI.

#### Gráfico 41 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Centro de Dia

Fonte: Inquérito revisão do PDS - março/2017 às instituições de terceira idade do concelho; Levantamento da DASVS

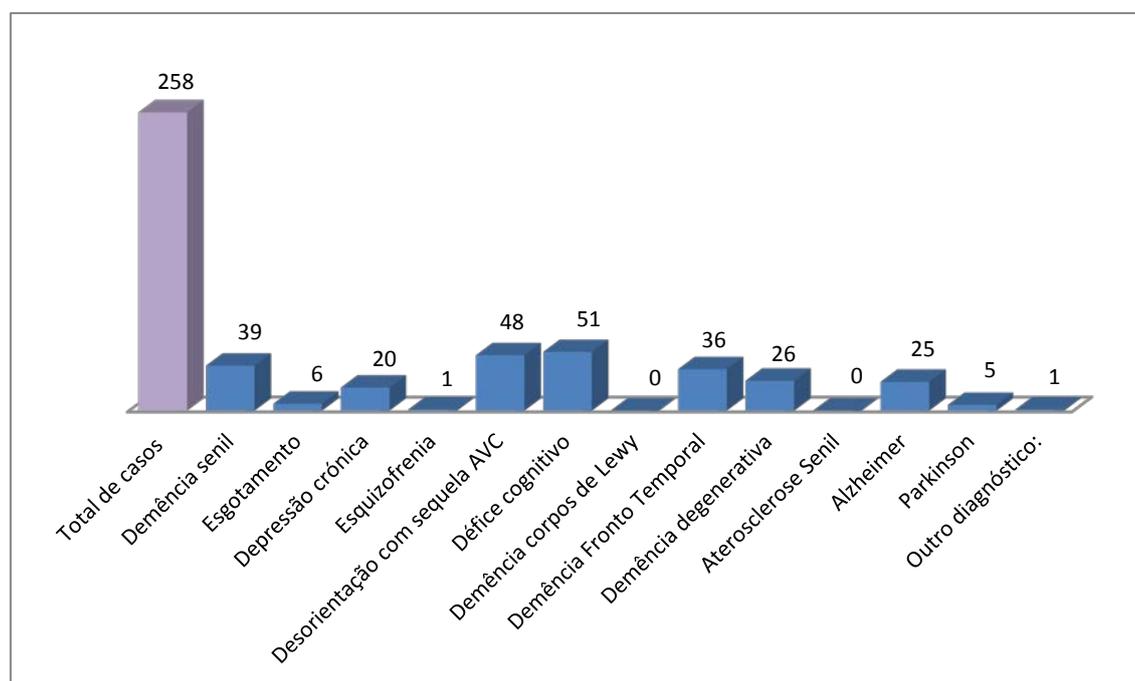


Considerando que muitos doentes não têm acesso a ERPI, os seus familiares recorrem ao serviço de SAD, sendo este em Vila Nova de Gaia que tem a maior ocorrência de situações de demências, num total de 258 casos (gráfico 42).

Neste tipo de equipamento (SAD) destacam-se as situações de “Défice cognitivo” com 51 ocorrências, “Desorientação com sequela AVC” com 48, “Demência senil” com 39 e “Demência Fronto Temporal” com 36 casos. Com menor representatividade, regista-se a “Esquizofrenia” e o “Esgotamento” com 1 e 6 casos respetivamente. Verifica-se igualmente a ausência das patologias de “Aterosclerose Senil” e “Demência corpos de Lewy”.

### Gráfico 42 – Número e Tipo de situações de Demência, registadas em Serviço de Apoio Domiciliário

Fonte: Inquérito revisão do PDS - março/2017 às instituições de terceira idade do concelho; Levantamento da DASVS



Na área da saúde e de acordo com dados fornecidos pelo ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia, em 2015, na área de intervenção deste ACES foram identificadas 1.073 pessoas com Demência.

**Tabela 52 – Situações de Demência no ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia**

Fonte: ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia

ACeS	Centro de Saúde	Unidade Funcional	Nº Problemas	
			Ano de 2015	
ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia	Centro de Saúde Arcozelo	UCSP Arcozelo/Serzedo	10	
		USF Aguda	50	
		USF Canelas	78	
		USF São Félix-Perosinho	167	
		USF São Miguel	114	
		USF Caminho Novo	56	
		USF Canaviais	60	
	Centro de Saúde Carvalhos	UCSP Crestuma/Olival	34	
		UCSP Viver Saúde	34	
		UCSP Lever/Pedemoura	39	
		UCSP Perosinho		
		USF Além D'Ouro	97	
		USF Monte Murado	52	
	Centro de Saúde Boa Nova	UCSP Madalena	54	
		USF Nova Via	178	
		USF Boa Nova	50	
	<b>Total</b>			<b>1.073</b>

Embora os dados apresentados não abranjam a totalidade das instituições, constituem a amostra possível para este estudo (14 instituições responderam ao inquérito). Na área da saúde só estão disponíveis os dados fornecidos pelo ACES Grande Porto VIII - Espinho / Gaia.

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

A saúde mental é considerada uma das prioridades estratégicas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) mas ainda não se verifica a criação de uma rede efetiva de respostas comunitárias de prevenção e promoção da saúde mental que complementem a sinalização e intervenção da primeira linha dos serviços.

O reforço da cooperação com as estruturas da saúde mental é um fator a considerar como prioridade de ação.

A correlação demonstrada, para a qual os técnicos dos serviços de ação social direta alertam continuamente, entre a problemática da saúde mental e o seu profundo impacto na criação da exclusão social e na manutenção de perfis de risco individual, familiar e comunitário, deverá implicar todos os serviços numa intervenção concertada de sinalização e despiste precoce.

A acessibilidade aos serviços especializados, nesta área da saúde, é igualmente determinante no sucesso da intervenção e é neste campo que se verificam as maiores barreiras sociais e necessidade de uma intervenção mais eficaz, eficiente e concertada.

No campo das demências a situação é muito marcante na área das respostas sociais para os idosos e na comunidade, referenciada pelos serviços de saúde que sinalizam as situações em ambiente doméstico, como sendo uma problemática central de saúde pública. Por outro lado verifica-se o crescimento das demências em grupos etários cada vez mais jovens.

Um dos grupos problemáticos em que a saúde mental é um fator de riscos determinantes (Mas não único nem isolado – os estudos apontam genericamente para que 80% dos sem-abrigo sejam portadores de transtorno mental. Ver, como exemplo o estudo de Paula Cristina, da Universidade de Aveiro /2012) é o dos sem-abrigo do concelho de Gaia. Utilizando-se nesta definição do conceito de sem-abrigo o conceito da Estratégia Nacional para a Intervenção nas pessoas Sem-Abrigo consideram-se como tal todas as pessoas que vivem em situação precária, temporária e sem condições de dignidade humana.

Segundo instituições com intervenção na área (APDES) “em Vila Nova de Gaia, existem cerca de 100 pessoas nestas condições. São maioritariamente do sexo masculino e vivem na rua, em carros abandonados, casas abandonadas, em casas sem as mínimas condições de salubridade ou sobre habitadas.”

### **Perfil de Risco**

- Crescimento dos casos clínicos em diferentes graus de crescente complexidade e precocidade (crianças e jovens);
- Grupos etários e sócio económicos sujeitos a *stress* emocional e laborais agudizados pela situação de crise social e económica em situação de *Burnout*;
- Casos referenciados com prevalência cada vez mais precoce da sintomatologia de demências e as alterações de memória;
- Situações endémicas na comunidade associadas às dependências ou às situações crónicas;
- Situação na infância com sinais detetados cada vez mais precocemente e na adolescência, associada às novas formas de sociabilização, de estilos de vida e comportamento de risco;
- Situações referenciadas nos jovens de depressão, abuso do álcool e drogas, tentativa de suicídio juntamente com a anorexia e a bulimia;
- Aumento do número de familiares/cuidadores com risco acrescido de desenvolver doença mental associado ao ato de cuidar de alguém com perturbação mental;
- Isolamento social – de redes informais e da rede formal de cuidados das pessoas sem-abrigo;

- 
- Problemáticas de saúde associadas, como alcoolismo, outras dependências ou doença mental nas pessoas sem-abrigo;
  - Afastamento do mercado de trabalho, desemprego ou ausência de trabalho prolongada nas pessoas sem-abrigo.

### ***Necessidades de intervenção prioritária***

- Ação terapêutica direcionada para a infância e juventude em ambiente escolar, juntamente com as famílias e os agentes educativos;
- Intervenção preventiva e precoce para antecipar as consequências sociais, individuais e familiares geradas pelas perturbações de saúde mental, com o agravar das situações de insucesso escolar, desestruturação familiar e exclusão social;
- Criação de oportunidades de estabilização e bem-estar emocional e pessoal e social nos quadros em que são detetáveis sintomas desta problemática com o acesso a serviços de saúde mental especializados;
- Capacitação estrutural do sistema educativo e do seu contexto social e institucional na problemática da saúde mental de modo a facilitar a sinalização precoce;
- Programas de desenvolvimento pessoal e social de promoção de saúde mental nos locais de trabalho;
- Programas de redução e gestão do *stress* associado ao exercício das funções em contexto escolar, visando a melhoria da saúde psíquica;
- Promoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis como prática social generalizada;
- Potenciar o desenvolvimento de competências parentais e de todos os agentes educativos na prestação de cuidados de saúde psicossocial;
- Promoção do acesso aos cuidados de saúde especializados para pessoas sem-abrigo;
- Promoção da criação de relações sociais informais para portadores de doença mental;
- Maior eficiência na sinalização, orientação e encaminhamento das pessoas em situação de sem-abrigo para as estruturas da rede formal de cuidados.

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Programas de educação sobre saúde mental na idade escolar com estratégias de prevenção e sinalização precoce da doença mental na família e na escola;
- Promoção de saúde mental no ambiente escolar com projetos de prevenção do Bullying e da agressividade e de promoção da empatia e atenção focalizada;
- Criação de serviços específicos de resolução de conflitos no contexto de crise familiar ou em situação de separação ou divórcio com impacto referenciado nas crianças e jovens;
- Intervenção especializada dos serviços de saúde mental junto de crianças e adolescentes com problemas específicos sinalizados pelos serviços (nomeadamente a CPCJ);
- Ações de prevenção da agressividade e violência juvenil em ambiente escolar;
- Programas de treino cognitivo para a criação de alternativas de resposta ao conflito e às dificuldades adaptativas;
- Criação de programas de estimulação sensoriomotora, cognitiva e da linguagem;

- 
- Em parceria com a área da saúde mental disponibilização nas escolas de serviços de avaliação e acompanhamento psicológico a crianças e jovens (individual ou em grupo terapêutico), consultas terapêuticas a pais, intervenção na crise, consultoria a docentes, articulação e encaminhamento para outras especialidades e serviços da comunidade;
  - Criação de programas específicos de prevenção do *Bullying*;
  - Promoção de abordagens psicoterapêuticas em meio escolar e comunitário através da arte, expressão pessoal e ocupação criativa;
  - Intervenção para a prevenção, sinalização precoce e diagnóstico a grupos específicos e prioritários;
  - Promoção de atividades formativas nas temáticas da disciplina/comportamento disruptivo;
  - Perturbações da aprendizagem, educação para a sexualidade e gestão de conflitos;
  - Criação de Programas Psicoeducativos dirigidos a familiares/cuidadores de pessoas com perturbação mental para as dotar de competências para melhor lidarem com as alterações inerentes à doença;
  - Maior eficiência na sinalização, orientação e encaminhamento das pessoas em situação de sem-abrigo para as estruturas da rede formal de cuidados;
  - Intervenção em situação de crise nas pessoas sem-abrigo;
  - Criação de mecanismos de sinalização, referenciação e monitorização das pessoas em situação de sem-abrigo.

### **Projetos prioritários**

#### **Proposta:**

- Resposta Social Fórum sócio ocupacional para pessoas com doença mental;
- Lar para crianças e jovens especializados em situações de saúde mental;
- Controlo do consumo excessivo de “Ritalina” nas crianças do 1º ciclo, prevenindo futura dependência de outro tipo de drogas e adições;
- Necessidade de intervenção precoce nas crianças e jovens em meio escolar – criação de serviço de saúde mental em articulação com os agrupamentos escolares e autarquia;
- Programa de alojamento permanente em respostas tipificadas ou outras;
- Programa de apoio à formação e ao emprego para pessoas em situação de sem abrigo.

## 4.2. Risco Imediato de Exclusão

### 4.2.1. Vítimas de Violência Doméstica

Segundo informações facultadas pela Polícia de Segurança Pública, Comando Metropolitano do Porto, Divisão Policial de Vila Nova de Gaia, sobre os crimes de Violência Doméstica na área da divisão policial de Vila Nova de Gaia constatam-se os seguintes factos:

Entre 2015 e 2016 registou-se uma diminuição no número de autos elaborados/denunciados/comunicados por Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos, de 505 para 496.

Esta diminuição apenas se foi registada em indivíduos do sexo masculino, uma vez que do género feminino aumentou de 74% para 76% (tabela 53).

**Tabela 53 – Número de Autos elaborados / denunciados / comunicados por “Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos” em 2015 e 2016**

Fonte: Comando Metropolitano do Porto – Divisão de Vila Nova de Gaia – março/2017

Ano 2015	Ano 2016
505	496

**Tabela 54 – Percentagem de vítimas de “Violência Doméstica contra cônjuge ou análogos” por Ano e Género**

Fonte: Comando Metropolitano do Porto – Divisão de Vila Nova de Gaia – março/2017

Ano 2015		Ano 2016	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
26%	74%	24%	76%

Relativamente ao número de autos elaborados/denunciados/comunicados por Violência Doméstica contra menores registou-se um aumento de 2015 para 2016 (de 8 para 10), devido ao acréscimo de casos de violência no género feminino que passou de 57% para 72%. Já no género masculino decresceu de 43% para 28% (tabela 55 e 56).

**Tabela 55 – Número de Autos elaborados / denunciados / comunicados por “Violência Doméstica contra Menores” por Ano**

Fonte: Comando Metropolitano do Porto – Divisão de Vila Nova de Gaia – março/2017

Ano 2015	Ano 2016
8	10

### Tabela 56 – Número de Vítimas de “Violência Doméstica contra Menores” por Ano e Género

Fonte: Comando Metropolitano do Porto – Divisão de Vila Nova de Gaia – março/2017

Ano 2015		Ano 2016	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
43%	57%	28%	72%

Em relação aos autos por Outros Crimes de Violência Doméstica referem-se a situações de violência contra outros elementos do agregado. Verificou-se um decréscimo de 2015 para 2016 (de 40 para 32 autos), continuando as situações de violência a predominar no género feminino e tal como nos grupos anteriores o decréscimo apenas se verificou na realidade em pessoas do género masculino (de 32% para 26%), enquanto que no género feminino aumentou de 68% para 74% (tabela 57 e 58).

### Tabela 57 – Número de Autos elaborados / denunciados / comunicados por “Outros Crimes de Violência Doméstica” por Ano.

Fonte: Comando Metropolitano do Porto – Divisão de Vila Nova de Gaia – março/2017

Ano 2015	Ano 2016
40	32

### Tabela 58 – Número de Vítimas por “Outros crimes de Violência Doméstica por Ano e Género”

Fonte: Comando Metropolitano do Porto – Divisão de Vila Nova de Gaia – março/2017

Ano 2015		Ano 2016	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
32%	68%	26%	74%

---

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

A violência doméstica é uma das principais problemáticas geradoras de vitimização e exclusão social severa. Manifesta-se de forma complexa estando habitualmente associada a multi problemáticas sociais, comportamentais e de saúde especialmente relacionadas com o alcoolismo.

Apesar da sua transversalidade tem incidência muito particular em contextos sociais de vulnerabilidade socioeconómica das vítimas nas situações de envelhecimento com a presença eventual de casos de demências ou outras situações de isolamento ou vulnerabilidade.

Atualmente esta problemática manifesta-se em formas de sociabilidade violenta sobretudo na etapa do namoro. A sociedade continua a manter uma cultura de tolerância social e individual para a agressão e a violência doméstica.

Estando a rede de serviços estruturada a intervenção deverá orientar-se sobretudo para a prevenção e intervenção precoce e para o reforço de mecanismos inibitórios da violência doméstica na sociedade nomeadamente na censura social.

A resposta à problemática da violência doméstica continua centrada na rede institucional com poucos recursos para o acompanhamento e resolução das situações em que as vítimas poderão reconstruir os seus percursos de vida em segurança e proteção.

### ***Perfil de Risco***

- Socialmente transversal a todos os grupos etários e estratos socioeconómicos;
- Consequências sociais agravadas com incidência específica em situações de fragilidade social;
- Baixa literacia associada à baixa autoestima e dependência económica;
- Componente de estatuto de sexo bem determinada – especial incidência da vitimização no sexo feminino;
- Grupos especiais especialmente vulneráveis – idosos, isolados e dependentes;
- Problemática pouco referenciada pelos serviços em grupos específicos sobretudo LGBT;
- Reforço dos mecanismos de sinalização e referenciação pela saúde sempre que associada ao alcoolismo.

### ***Necessidades de intervenção prioritária***

- Coordenação interinstitucional com uma metodologia de intervenção integrada;
- Intervenção preventiva na comunidade promotora da relação inter pessoal positiva e não baseada na violência;
- Reorganização dos mecanismos de sinalização para grupos específicos em que esta problemática é de difícil acesso;
- Foco na empregabilidade e autonomia financeira das vítimas de violência doméstica.

---

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Projetos de prevenção da violência no namoro em ambiente comunitário;
- Projetos com a componente de inserção profissional das vítimas;
- Aplicação de metodologias de intervenção inter pares;
- Criação de procedimentos sistematizados de sinalização e referenciação – na área da saúde, forças de segurança, instituições e serviços com intervenção na área;
- Criação de projetos de censura social da agressão e literacia dos direitos sociais;
- Promoção de cursos de auto defesa para mulheres;
- Serviço especializado de acompanhamento para crianças e jovens no contexto da violência doméstica.

### ***Projetos prioritários***

#### **Proposta:**

- Criação de apartamentos de transição para situações de violência doméstica;
- Referenciação e disseminação da boa prática dos “Apartamentos (cedidos pela *Gaiurb*) para mulheres vítimas de violência doméstica;
- Estabelecer ligação com o “Plano de Municipal de Igualdade” na área da violência doméstica.

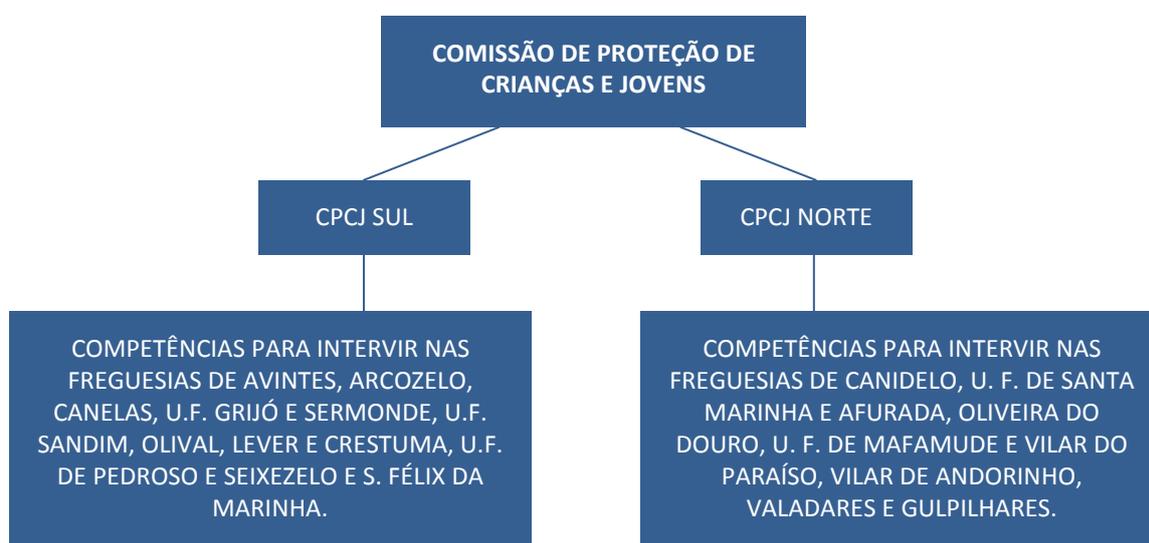
## 4.2.2. Crianças e Jovens em Risco

### *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ*

A CPCJ de Vila nova de Gaia foi constituída em 1995 e desde a sua criação tem tido, de forma constante, um número expressivo de sinalizações de crianças e jovens em perigo. Este aumento significativo de processos conduziu á necessidade de criar uma segunda Comissão, tendo o Município disponibilizando as instalações para assegurar o seu funcionamento.

A dispersão geográfica e a dimensão do Concelho levaram a que a criação de uma segunda Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, fosse um investimento necessário para acautelar a promoção dos direitos e a proteção da criança e/ou jovem de forma eficaz.

Foram efetuadas reuniões com Juntas de Freguesia, onde foi salientada a questão dos meios de transporte disponíveis bem como a acessibilidade de e para as populações, tendo-se considerado pertinente dividir o Concelho de Vila Nova de Gaia em 2 Comissões: Norte e Sul.



As CPCJ's Norte e Sul iniciaram o seu funcionamento a 25 de Novembro de 2010, tendo sido publicada a sua criação através da Portaria nº. 354/2012 de 31 de Outubro.

Durante o ano de 2016 a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) teve um movimento processual de 3 375 processos, mais 1 347 do que em 2009 (tabela 59), o que inequivocamente significa um aumento substancial de crianças e jovens a serem acompanhados.

### Tabela 59 – Processos Instaurados nas CPCJ Norte e Sul entre 2009 e 2016

Fonte: CPCJ Norte e Sul de Vila Nova de Gaia/2016

Ano 2009	Ano 2016
2028	3375

Do movimento processual no ano de 2016, constata-se a seguinte atividade processual: 35% dos processos foram arquivados, 8% reabertos, 32% transitaram de 2015 e 25% foram instaurados (novos) (tabela 60).

### Tabela 60 – Atividade Processual nas CPCJ Norte e Sul

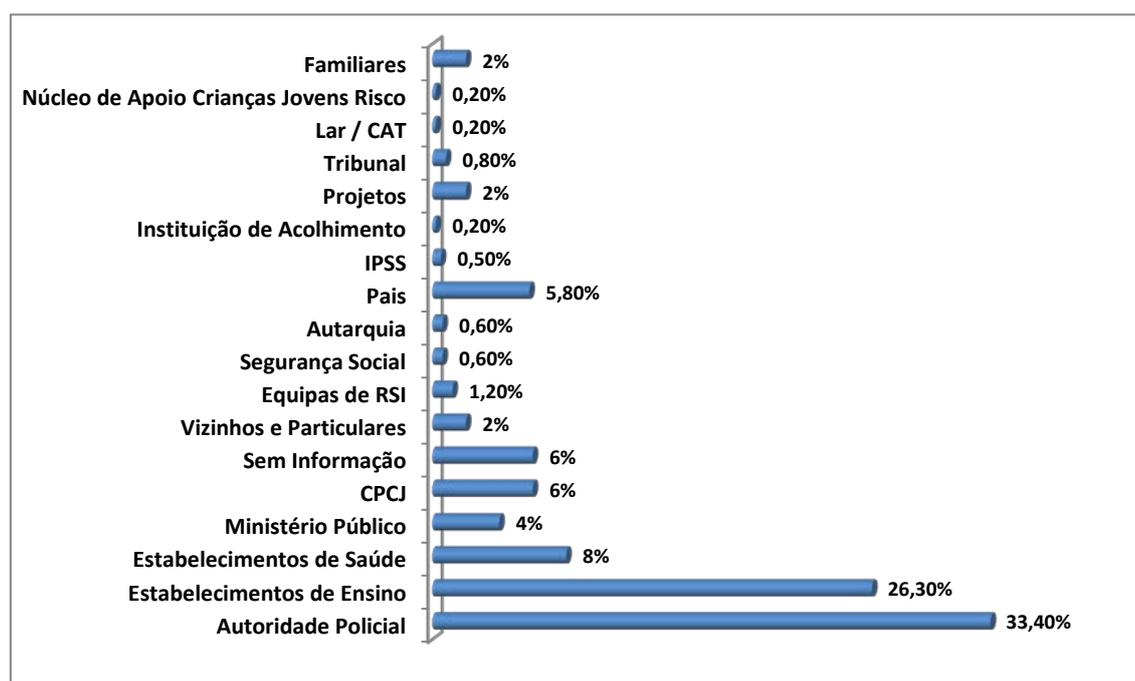
Fonte: CPCJ Norte e Sul de Vila Nova de Gaia/2016

Arquivados	Reabertos	Transitados (2015)	Instaurados (novos)
35%	8%	32%	25%

Da leitura do gráfico 43, constata-se que é a Autoridade Policial (33.4%) é a entidade que mais sinaliza as situações de risco às CPCJ, seguido dos Estabelecimentos de Ensino (26.3%), dos Estabelecimentos de Saúde (8%), na CPCJ e sem informação (6%), dos pais (5.8%), entre outras em menor percentagem.

### Gráfico 43 – Entidades Sinalizadoras

Fonte: CPCJ de Vila Nova de Gaia/2016



A percentagem de crianças e jovens sinalizadas na CPCJ é maior no género masculino com 54% das sinalizações, tendência constatada em todos os grupos etários.

O Grupo etário com mais sinalizações situa-se na faixa entre os 15-17 anos, seguido das faixas etárias entre os 6-10 e 11-14 anos.

No entanto, destaca-se o facto de haver quase uma homogeneidade entre os vários grupos etários. (tabela 61).

### Tabela 61 – Grupos Etários

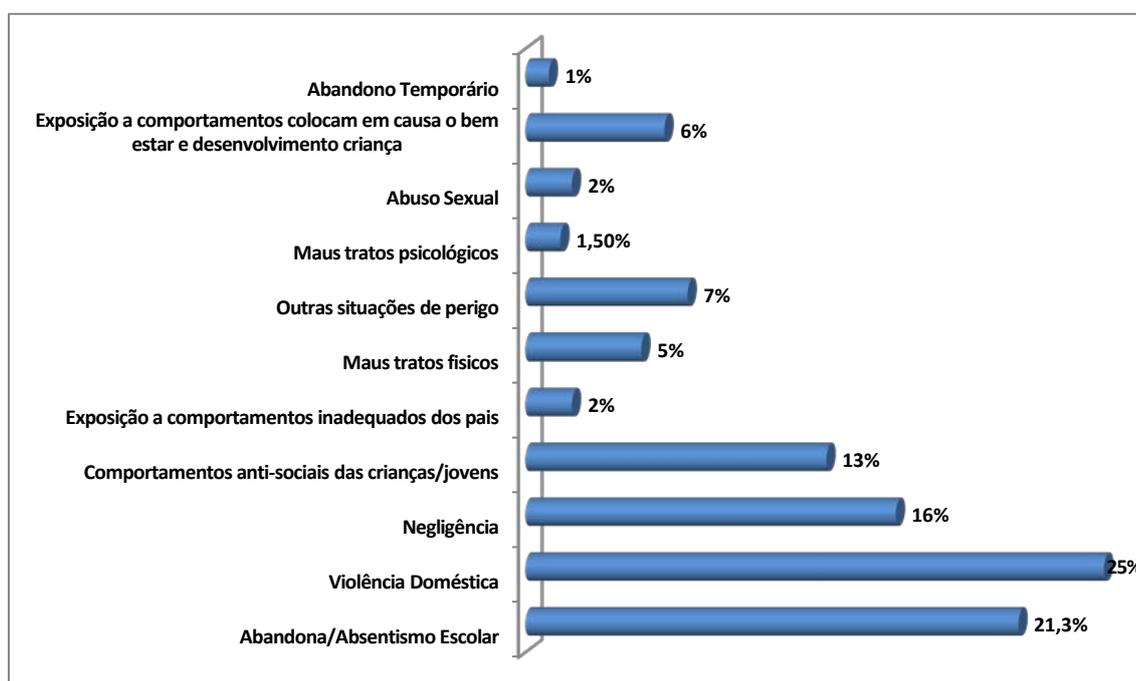
Fonte: CPCJ de Vila Nova de Gaia/2016

0 – 5		6 – 10		11 – 14		15 – 17		18 – 21		Total	
F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
9%	10%	11%	13%	9,40%	13%	13,30%	14%	3,20%	5%	46%	54%

No que diz respeito às problemáticas sinalizadas, verifica-se a predominância da Violência Doméstica com 25% das situações, seguida do Abandono/Absentismo Escolar com 21,3%, da Negligência com 16% e dos Comportamentos antissociais com 13% das sinalizações.

### Gráfico 44 – Problemáticas Sinalizadas

Fonte: CPCJ de Vila Nova de Gaia/2016



## ***Processos de Promoção/ Proteção Instaurados a Menores***

A intervenção das CPCJ depende, nos termos da lei, do consentimento expresso e prestado por escrito dos pais, do representante legal ou de pessoa que tenha a guarda de facto da criança/jovem.

Sempre que não exista consentimento parental/familiar para atuar, não exista acordo com a medida proposta e esta não seja cumprida ou a criança/jovem se oponha à intervenção, a lei determina, em qualquer uma destas situações, a intervenção judicial por parte do Ministério Público.

De acordo com os dados fornecidos pela Procuradoria da República da Comarca do Porto, 5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia, foram instaurados pelo Ministério Público 174 processos, conforme se contata na tabela 62.

**Tabela 62 – Processos Instaurados 2015/2016**

*Fonte: Procuradoria da República na Comarca do Porto  
5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia*

<b>Processos Instaurados 2015/2016</b>	
<b>A Requerimento do Ministério Público</b>	<b>A Requerimento de Outros</b>
174	0

Observando a tabela 63 constata-se que, dos 163 processos instaurados e em tramitação, 9% tiveram “Medidas de Institucionalização”, 4% “Medidas de Confiança com vista à Adoção” e 87% “Outros” tipos de medidas, todas elas aplicadas por um ano.

**Tabela 63 – Medidas e Procedimentos de Aplicações das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas durante um Ano**

*Fonte: Procuradoria da República na Comarca do Porto  
5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia*

<b>Medidas de Institucionalização</b>	<b>Medidas de Confiança com vista adoção</b>	<b>Outras</b>
9%	4%	87%

Destes 163 processos aos quais se aplicaram as medidas atrás mencionadas, 95% foram medidas aplicadas por acordo e 5% aplicadas após Debate Judicial.

**Tabela 64 – Medidas e Procedimentos de Aplicações das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas durante um Ano**

*Fonte: Procuradoria da República na Comarca do Porto  
5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia*

<b>Medidas tomadas por Acordo</b>	<b>Medidas tomadas após Debate Judicial</b>
95%	5%

Mais se afere na tabela 65 que no decurso do ano 2015/2016, 84% dos processos foram Arquivados (sem aplicação de medida) e 15% encontram-se pendentes há mais de 6 meses, a 31 de Agosto, sem aplicação de medida.

### Tabela 65 – Processos de Promoção e Proteção 2015/2016

Fonte: Procuradoria da República na Comarca do Porto  
5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia

Arquivamento sem aplicação de medida	Processos pendentes há mais de 6 meses, a 31 de Agosto, sem aplicação de medida
84%	15%

Do total de Inquéritos Tutelares Educativos Instaurados (243), constata-se que, 70% foram findos e os restantes 30% ainda se encontram pendentes (Tabela 66).

### Tabela 66 – Inquéritos Tutelares Educativos Movimentados

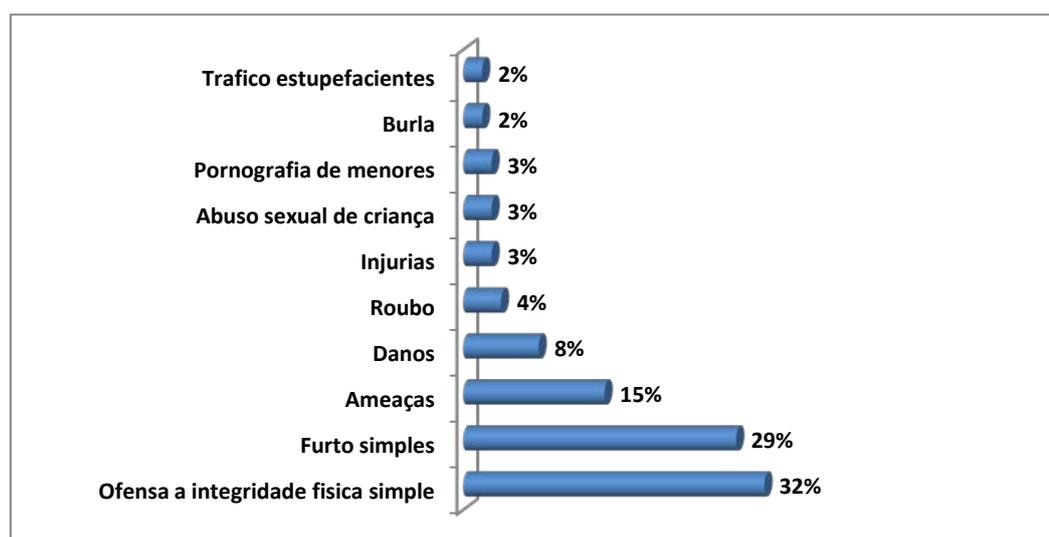
Fonte: Procuradoria da República na Comarca do Porto  
5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia

Findos	Pendentes
70%	30%

O Gráfico 45 descreve o tipo de factos/comportamentos qualificados como crime, sendo que, dos 174 instaurados, destacam-se 32% situações respeitantes a situações/comportamentos de Ofensa à Integridade Física Simples, seguindo-se de 29% situações/comportamentos de Furto Simples e 15% situações/comportamentos de Ameaças. As restantes situações reportam-se a outros comportamentos diferenciados (ex. roubo, danos, injurias, etc.), cujo número de processos instaurados se encontram repartidos de forma homogénea.

### Gráfico 45 – Factos qualificados como Crime investigados em Inquérito Tutelar Educativo 2015/2016

Fonte: Procuradoria da República na Comarca do Porto  
5.ª Secção da Instancia Central de Família e Menores de Vila Nova de Gaia



## PROBLEMÁTICA SOCIAL

Risco de pobreza e exclusão social nas crianças e jovens.

As situações referenciadas nas tipologias da CPCJ para crianças e jovens em risco confirmam a persistência maioritária de ambientes familiares desestruturados com históricos de comportamentos de risco, negligência e maus tratos. A parentalidade de risco, não promotora de bem-estar emocional e desenvolvimento adequado das crianças e jovens está fortemente associada à incapacidade de estabelecimento da vinculação afetiva.

A outra dimensão das situações de risco e perigo sinalizadas nos serviços (CPCJ) decorre das consequências comportamentais deste quadro dominante de desestruturação familiar e parental com a sinalização persistente de comportamentos de risco pelas crianças e jovens, desinteresse e desmotivação escolar, agravados pela elevada incidência do insucesso escolar.

Em termos globais verifica-se que os jovens, cujas famílias não apresentam potencial de mudança, se encontram sem respostas especializadas ao nível da autonomização e do trabalho de competências preparatório da transição para a vida adulta.

O acesso destas crianças e jovens a experiência da parentalidade positiva, da pertença à comunidade através do reconhecimento das capacidades e do seu contributo são os fatores prioritários da reversão da situação de risco em que se encontram referenciadas.

### ***Fatores de Risco***

A falta de retaguarda familiar associada a lacunas nas competências de organização pessoal para o estudo e a orientação na aprendizagem agravam estes quadros de risco.

A impossibilidade de atingir resultados escolar positivos é um ponto de inflexão para percursos de risco agravado com sintomas crescentemente associáveis à saúde mental com comportamentos violentos e agressivos ou desestabilizadores, crescente dependência das novas tecnologias como escape compensatório, interesses divergentes para os consumos tóxicos e incapacidade de identificar interesses e motivações próprias.

A escassa ligação institucional entre a rede dos recursos especializados da saúde mental, a educação local e as famílias é um constrangimento na sinalização e intervenção precoce nestas situações que muitas vezes são abordadas com medicação psicotrópica estabilizadora como a ritalina.

A escassez de recursos especializados para a Mediação Familiar em casos de separação, divórcio e ou crise familiar, com o objeto de proteger as crianças envolvidas é outra das lacunas a apontar no sistema de proteção tal como se verifica a ausência, de incorporação técnica, do conhecimento especializado nos serviços sobre novos fenómenos e problemáticas de risco e perigo para crianças e jovens.

### ***Perfil de Risco***

- Jovens sem a escolaridade obrigatória (atingem os 18 anos sem finalizar o 12º ano);
- Saúde mental infantil e juvenil com índices crescentes de patologias identificadas sem resposta;
- Quadro de instabilidade emocional, dificuldade de concentração e atenção em muitos casos associado ao insucesso escolar;
- Défice de autonomia e treino para a vida adulta dos jovens institucionalizados;
- Referenciação de consumos e outros indicadores de disfuncionalidade;

- 
- Comportamentos de risco associados a exposição a fenómenos de sociabilidade disruptiva;
  - Ausência de projeto de inserção profissional, formação e escolarização;
  - Ausência de experiência profissional em qualquer patamar de especialização;
  - Débil vinculação afetiva e social;
  - Representação de modelos parentais desestruturados;
  - Modelos relacionais reprodutores da desestruturação.

### ***Necessidades de Intervenção Prioritária***

- Apoio diferenciado no estudo que potencie um percurso académico de sucesso escolar para estas crianças e jovens;
- Apoio especializado e individualizado na capacitação em competências comportamentais inclusivas;
- Promoção de experiências de sociabilização positiva em grupos de pertença interpares;
- Experiência de integração em grupos de referência e interesses que permitam a obtenção de reconhecimento social e parental;
- Oportunidade de vivências de parentalidade e de modelos de comportamento e inclusão social positivos que possam gerar referenciação e orientação pessoal para as crianças e jovens em risco;
- Produção de conhecimento especializado neste domínio, reflexão e partilha de experiências pelos técnicos.

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Intervenção preventiva promotora da parentalidade positiva;
- Criação de grupo temático na Rede Social (Crianças e Jovens em Risco) no sentido do planeamento de estratégias de prevenção do risco e do reforço dos fatores de resiliência familiar;
- Criação intervenções integradas de impacto e visibilidade na família/escola/comunidade para a criação de referências comunitárias positivas;
- Criação de respostas e serviços especializados (sobretudo na área da saúde mental) no território direcionados para a problemática das crianças e jovens em risco;
- Criação de espaços na comunidade de apoio ao estudo e aprendizagem, vocacionados para crianças e jovens em risco de insucesso e abandono com ou sem referenciação dos serviços;
- Criação de respostas e serviços de orientação vocacional e profissional para jovens, ao nível da autonomização e trabalho de competências de transição para a vida adulta;

### ***Projetos Prioritários***

#### **Propostas:**

- 1.º Programa integrado de desenvolvimento da “Inteligência emocional” nos agrupamentos escolares, aproveitando as AEC e o programa “Gaia aprende+”.
- 2.º Projetos especializados com novas abordagens na intervenção junto de famílias e crianças de etnia cigana.

### 4.2.3. Jovens que Não Trabalham Nem Estudam (NEET)

O desemprego jovem atinge, valores consideráveis, sendo que em Vila Nova de Gaia encontram-se registados 4694 jovens NEET (jovem com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos que não está nem a trabalhar, estudar, estagiar ou a frequentar qualquer tipo de formação.). Destes, 48.5% são homens e 51.5% são mulheres.

**Tabela 67 – Percentagem de Jovens NEET até 31/10/2016, por Género no Concelho de Vila Nova de Gaia**

Fonte: IEFP, 2016

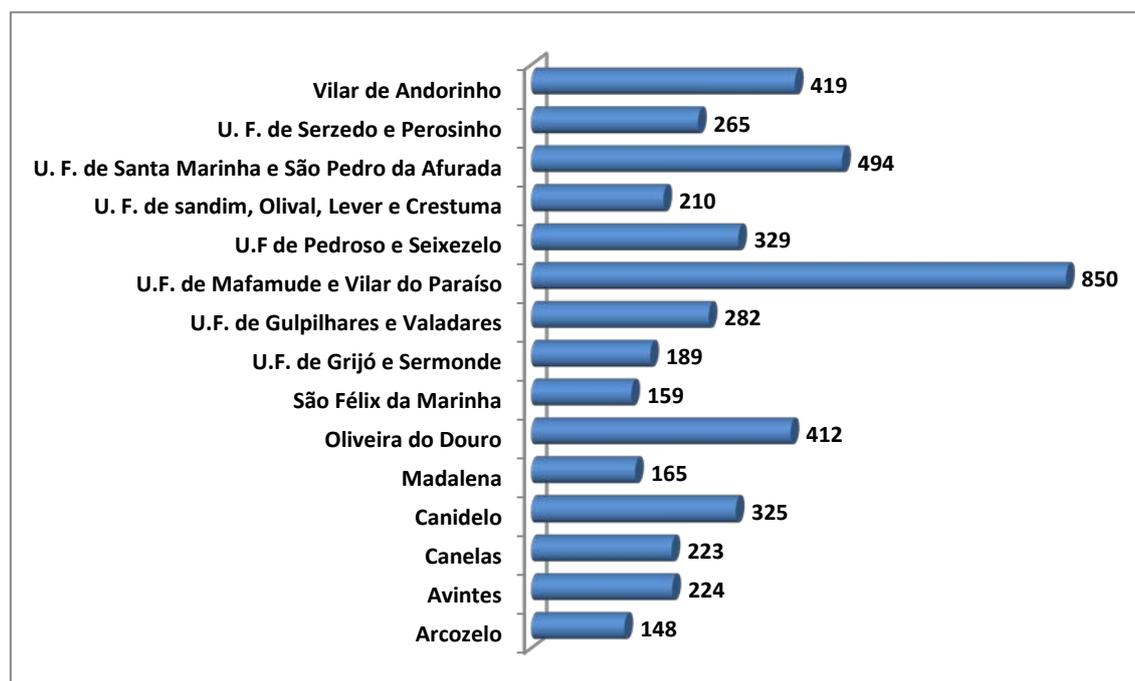
Masculino	Feminino
48,5%	51,5%

No gráfico seguinte verifica-se que A U.F. Mafamude e Vilar do Paraíso detêm o maior número de Jovens NEET (850), seguida de U.F. santa Marinha e S. Pedro Afurada (494), Vilar de Andorinho (419) e Oliveira do Douro (412).

A freguesia de Arcozelo (146) é a que dentro do concelho regista um menor número de jovens NEET.

**Gráfico 46 – Total de Jovens NEET por área de residência no Concelho de Vila Nova de Gaia**

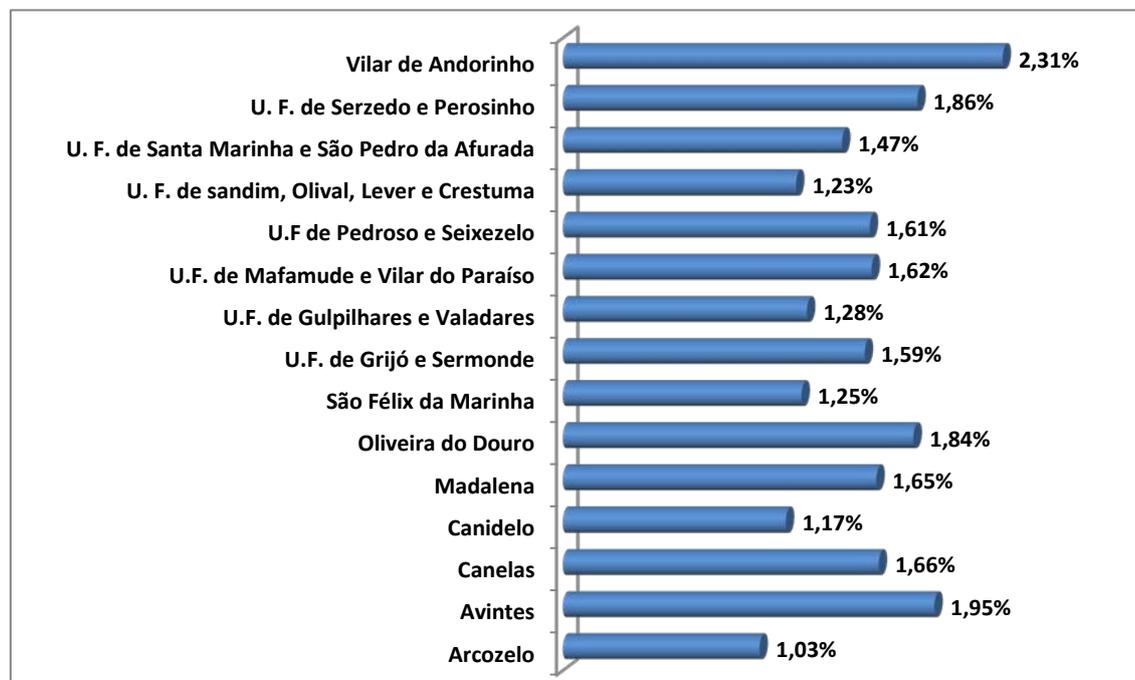
Fonte: IEFP, 2016



Relativamente á percentagem destes jovens na população da freguesia constata-se que o cenário é diferente pois são as freguesias de Vilar de Andorinho (2,31%) e Avintes (1,95%) que apresentam maior peso dos mesmos sobre a população.

#### Gráfico 47 – Percentagem de Jovens NEET sobre População da Freguesia

Fonte: IEFP, 2016



## PROBLEMÁTICA SOCIAL

A União Europeia definiu como área prioritária da política social a intervenção nos designados jovens NEET (que não estudam nem trabalham) pelo risco imediato de exclusão e marginalidade social. Enquanto realidade social recente, embora com grande impacto, não existem ainda mecanismos de referência, sinalização e identificação sistemática destes jovens pelo que esta realidade não está expressa na estatística disponível. O conhecimento dos técnicos e instituições no terreno permite estimar esta população como muito significativa no concelho.

Os jovens (NEET) desempregados qualificados e ou à procura do 1º emprego, entre os 18 e os 29 anos que não se encontram a trabalhar nem a estudar (NEET), experienciando apenas trabalhos ocasionais em situação de precariedade e desqualificação.

Parte destes jovens são qualificados e concluíram o ensino superior e estão em situação de procura do primeiro emprego. Estão em grande parte numa situação de apatia e desistência com percursos progressivamente distanciados do mercado de trabalho e até da procura ativa de emprego sem expectativas nem horizonte de futuro.

Um outro grupo de jovens NEET está em situação de desistência escolar sem concluir a escolaridade obrigatória, com baixa escolaridade, sem qualificação profissional, sem motivação para a procura ativa de trabalho estável ou retorno à escolarização.

Os jovens NEET, em geral, apresentam um risco potencial de exclusão severa, social e profissional. A ausência de expectativas pessoais, sociais e profissionais define um perfil de apatia e desafeição social muito difícil de reverter e contrariar.

Encontram-se em crescente isolamento social e têm acesso a um leque cada vez mais reduzido de oportunidades de romper o ciclo de dependência parental ou dos serviços de apoio social, correndo o risco de não ingressarem no mercado de trabalho.

### ***Perfil de Risco***

- Carência de percursos de escolarização motivadores da aprendizagem e da aquisição de competências;
- Ausência de oportunidades de descoberta de potencialidades e recursos próprios;
- Isolamento social e estigmatização do comportamento desviante;
- Desmotivação e desinteresse na formulação de horizonte pessoal de inserção profissional e escolar;
- Alheamento da rede de proteção e apoio social sobretudo a vocacionada para a inserção profissional e a qualificação.

### ***Necessidades de Intervenção Prioritária***

- Criação de oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais com metodologias de inclusão pela arte e cidadania ativa;
- Promoção da capacidade de iniciativa empreendedora e social (dos jovens NEET) que estimule e oriente para a inclusão profissional;
- Necessidade de respostas ao nível da orientação e contacto com a formação profissional em contexto experimental dos jovens em risco referenciados na fase de transição para a vida adulta.

---

### ***Ações tipo***

- Intervenção comunitária pela ocupação de tempos livres de forma estruturada, pela criação de clubes e grupos informais pelos próprios jovens centrados nos seus interesses;
- “Incubadora” de empreendedorismo qualificado para jovens NEET com formação superior;
- Academia das profissões para jovens NEET com desenvolvimento de projetos e atividades experimentais e motivacionais no campo profissional;
- Programa informal de acesso à experiência profissional – Passaporte NEET para o Emprego;
- Programas de ocupação profissional com cariz experimental e de contacto breve com as profissões como ferramenta e motivação e orientação vocacional e profissional;
- Ativação de recursos criativos, artísticos e culturais dos jovens NEET como ferramenta de motivação;
- Projetos de intervenção e envolvimento comunitário/inclusão pela arte e cidadania ativa;
- Projeto integrado para a requalificação e reconversão das competências dos jovens NEET qualificados.

### ***Projeto***

#### **Proposta:**

Replicar as boas práticas de intervenção com os jovens NEET pela *Gaiurb* em colaboração com a cooperativa *Árvore*.

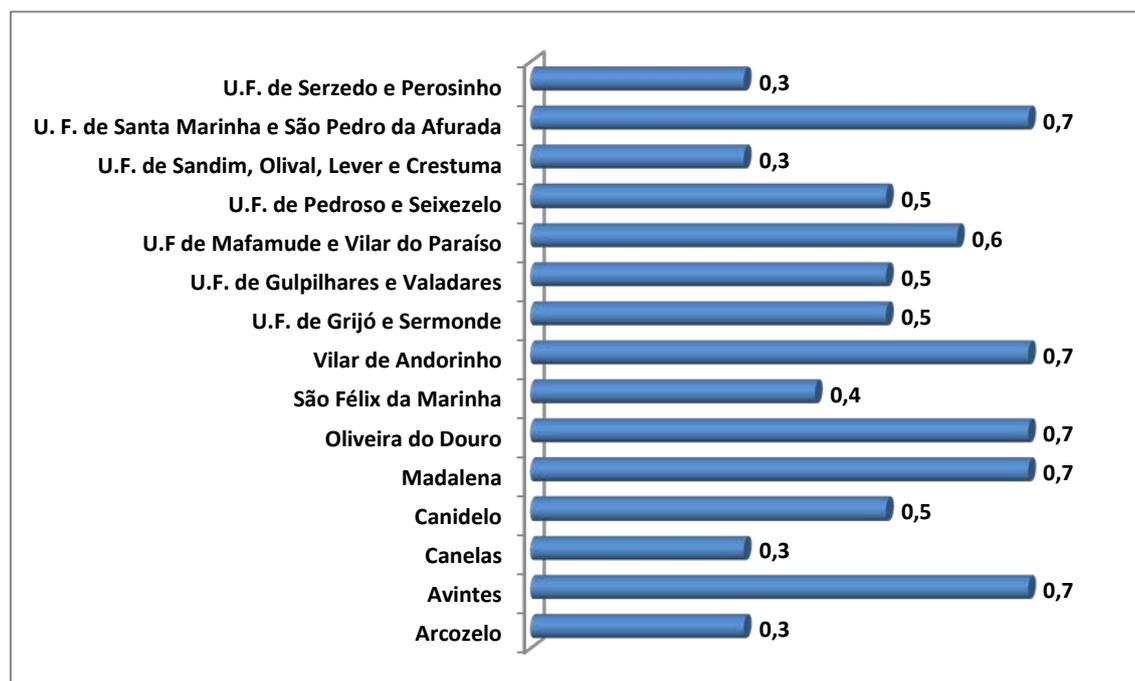
## 4.2.4. Comportamentos de Risco

### *Centro de Respostas Integradas - CRI*

A U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, Vilar de Andorinho, S. Félix da Marinha, Oliveira do Douro, Madalena e Avintes registam a maior percentagem com 0,7 % de utentes que frequentam o CRI.

#### Gráfico 48 – Percentagem de Utentes por Freguesia

Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Adm. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017



Dos utentes inscritos no CRI, 40% são consumidores de heroína, seguido de consumidores de Outras Substâncias (39%), de álcool com 12% e da *cannabis* e cocaína/*crack* com, respetivamente 5% e 4% pessoas (tabela 68).

#### Tabela 68 – Percentagem de Utentes pelas quatro principais Substâncias Consumidas

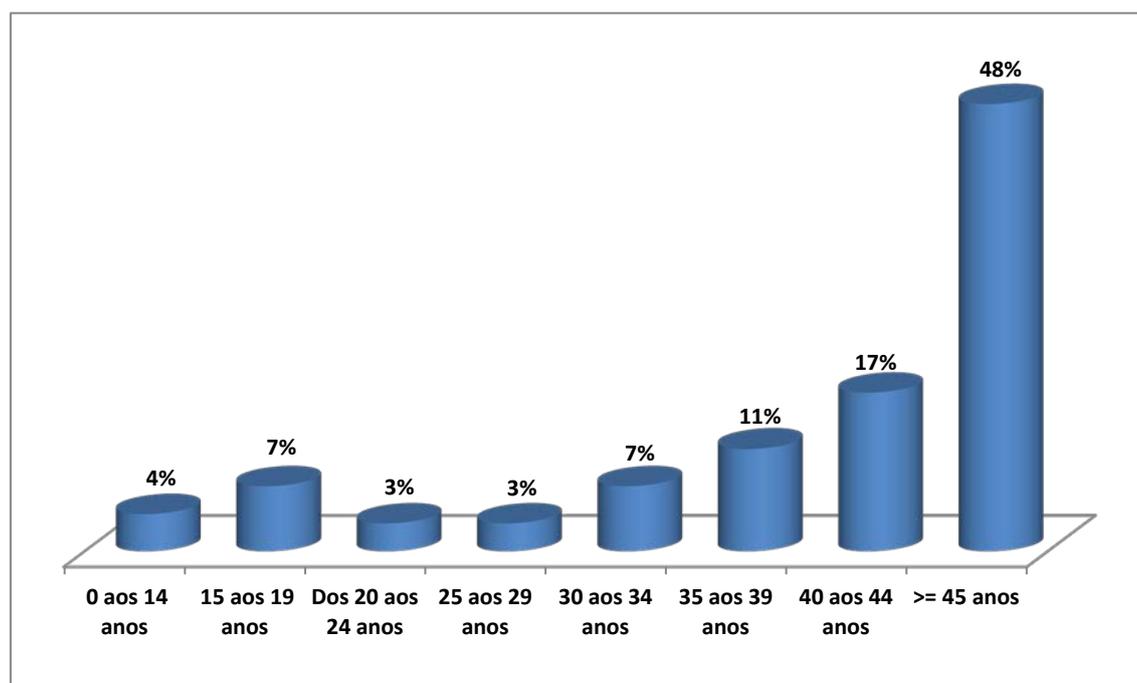
Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Adm. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017

Álcool	Cannabis	Cocaína/ Crack	Heroína	Outras Substâncias
12%	5%	4%	40%	39%

As faixas etárias onde se regista uma maior percentagem de consumidores são predominantemente pessoas com  $\geq 45$  anos (48%), seguidas da faixa etária dos 40 aos 44 anos (17%), facto que revela uma predominância de consumidores nas faixas etárias da população com mais idade (gráfico 49).

### Gráfico 49 – Percentagem de Utentes por Grupo Etário

Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Adm. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017



Relativamente á situação profissional dos utentes predomina com 35% pessoas desocupadas há um ano ou mais, seguido de indivíduos que tem trabalho estável/regular, 26%.

### Gráfico 50 – Percentagem de Utentes por Situação Profissional

Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Adm. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017



A distribuição por género é notoriamente desigual uma vez que existem mais munícipes em tratamento do sexo masculino (79%), do que do feminino (21%).

### Tabela 69 – Percentagem de Utentes por Género

Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Administração. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017

Masculino	Feminino
79%	21%

Do universo de utentes em tratamento, 52% são solteiros, seguido de munícipes em situação de casado/junto com 29%.

### Tabela 70 – Percentagem de Utentes por Estado Civil

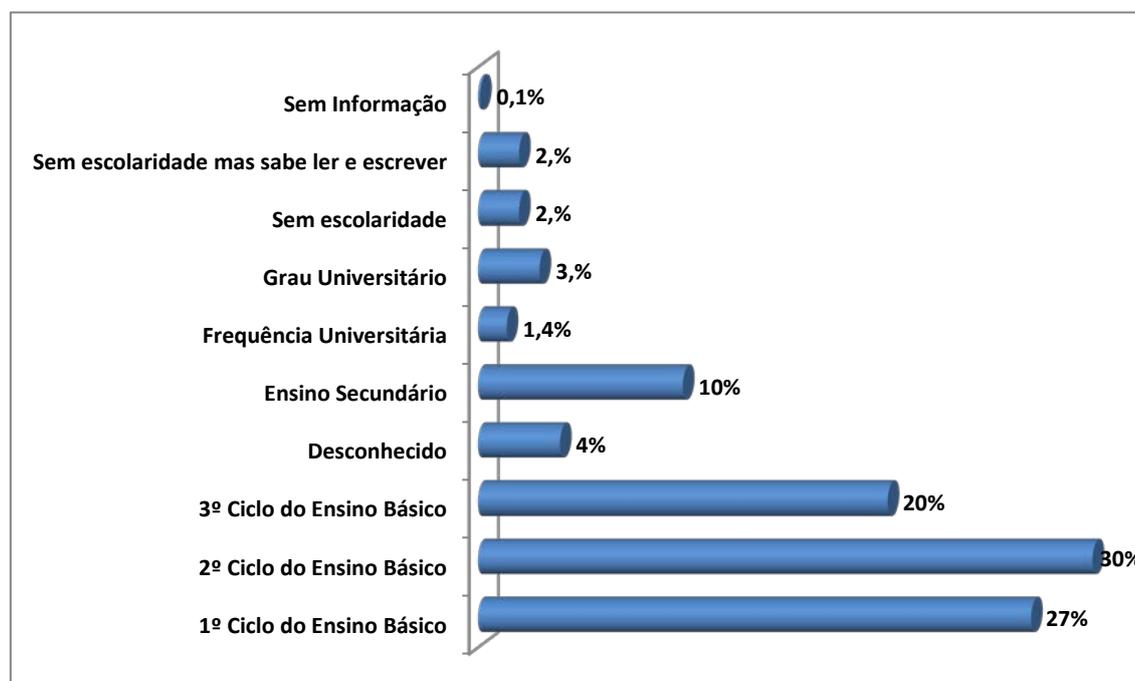
Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Administração. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017

Casado/ Junto	Desconhecido	Separado/ Divorciado	Solteiro	Viúvo	Sem Informação
29%	3,6%	14%	52%	1%	0,1%

Em relação às habilitações Literárias dos utentes desta entidade verifica-se que 30% têm o 2.º ciclo do Ensino Básico, seguido de pessoas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico com 27% e do 3.º Ciclo do Ensino Básico com 20%.

### Gráfico 51 – Percentagem de Utentes por Habilitações Literárias

Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central – Administração. Regional de Saúde do Norte, IP, março/2017



## PROBLEMÁTICA SOCIAL

Conceptualmente a problemática dos Comportamentos de Risco pretende responder, em parte, ao conjunto de problemas e necessidades sociais decorrentes de comportamentos sociais desviantes associados às dependências, adições, abuso de substâncias tóxicas ou outras. Mas a interdependência entre estes comportamentos aditivos e estilos de vida, sub culturas e identidades sociais bem determinadas, permite e justifica uma visão mais abrangente destes fenómenos.

Substituindo “substância” por atividade compulsiva (jogo, sociabilização desviante ou outra), temos um quadro comportamental semelhante ao do consumo de substâncias psicoativas, que se poderá aplicar às novas “dependências” com que os técnicos se confrontam.

As dependências são território de conhecimento técnico especializado que deverá constituir uma componente essencial das ferramentas ao dispor das instituições e dos serviços no terreno na análise e diagnóstico dos comportamentos de risco.

A situação sócio económica muito complexa em que vivemos tem vários impactos nas vulnerabilidades sociais associadas à dependência e aos comportamentos aditivos e compulsivos. Por um lado acelera o nível de consumos de risco e ou tóxicos das substâncias já referenciadas e objeto de intervenção continuada nos últimos anos, retratada na estatística referenciada no concelho de Gaia e por outro potencia novos quadros de risco em que a componente aditiva está presente mas associada a outros fatores.

No que respeita à utilização de substâncias aditivas e aos fenómenos de toxicodependência verifica-se, de acordo com os dados disponibilizados pelos serviços especializados, ao consumo de heroína, álcool e cocaína, com relativa estabilização estatística e caracterização social dos consumidores e das substâncias utilizadas.

O alcoolismo é referenciado como a dependência socialmente mais significativa verificando-se o crescimento significativo do consumo em novos grupos sociais e etários. O consumo excessivo desta substância surge enquadrado em contextos de risco etário, social, económico estando diretamente associado a outras problemáticas nomeadamente à violência doméstica.

Mas existem novos riscos comportamentais, associados a grupos sociais em contextos familiares estruturados, considerados protegidos das dependências convencionais e agora expostos aos novos fenómenos de comportamentos aditivos e compulsivos em contextos emergentes da sociabilização.

Esta situação verifica-se na área das tecnologias de informação em que estilos de vida e hábitos compulsivos geram adições em tudo semelhantes ao quadro das dependências.

Os comportamentos de risco de crianças e jovens estão crescentemente ao acesso às formas de estímulo para a auto mutilação e risco físico, exposição da identidade e intimidade online, acesso precoce à pornografia e à imunização dos valores comportamentais positivos estando especialmente em risco as crianças e jovens com algum grau de vulnerabilidade emocional e isolamento social ou familiar.

São também referenciados novas substâncias tóxicas e novos estilos de vida associados a formas de sociabilização pelo consumo extremo, do álcool por exemplo, em quadros de referência comportamentais de risco geradores de exclusão social.

---

### ***Perfil de Risco***

- Consumo excessivo e dependência das novas tecnologias de informação;
- Consumo precoce (idades inferiores aos 18 anos) de substâncias ilícitas;
- Alcoolismo “extremo” de jovens (acima dos 18 anos) não referenciados na CPCJ;
- Jovens que não estudam nem trabalham (NEET) com consumos vários e comportamentos de risco;
- Alcoolismo nos idosos e dependentes;
- Alcoolismo de indivíduos isolados e não referenciados;
- Consumos precoces de substâncias ilícitas em contextos de experimentação e ou de risco de habituação;
- Consumos associados à desestruturação social e familiar;
- Alcoolismo associado à precariedade e fragilidade sócio económica;
- Alcoolismo associação à violência doméstica;
- Dependência farmacológica emergente e pouco conhecida nos jovens e adultos;
- Dependência das novas tecnologias de informação em crianças e jovens com sintomatologia por identificar;
- Dependência e consumo excessivo da pornografia e exposição virtual dos adolescentes e jovens com comportamentos de risco *online*;
- Isolamento social;
- Afastamento da rede formal de serviços de saúde e sociais;
- Ausência/Relações negativas com a rede informal, como família;
- Afastamento do mercado de trabalho, desemprego, ausência de trabalho de longa duração ou precariedade laboral;
- Baixa escolarização;
- Adoção de comportamentos e práticas de consumo de risco;
- Problemáticas de saúde associadas, doenças infecciosas e/ou doença mental;
- Dificuldades em obter um alojamento com condições de habitabilidade;
- Diferentes e/ou sucessivos processos de institucionalização.

### ***Necessidades de intervenção prioritária***

- Necessidade de serviços de proximidade na área da saúde mental;
- Maior eficiência na sinalização, orientação e encaminhamento dos grupos alvo prioritários pelos serviços;
- Maior intensidade na intervenção substitutiva do consumo de álcool;
- Reforçar a intervenção preventiva em meio escolar dos novos consumos e dependências; novas substâncias tóxicas e aditivas;
- Criar mecanismo de sinalização e alerta para as novas dependências na área das tecnologias;
- Definir uma metodologia mais adequada à intervenção com grupos alvo com consumos de pouca visibilidade; isolados, mulheres, idosos;

- 
- Definir intervenções focalizadas em grupos alvos específicos como os Jovens Nem / Nem;
  - Necessidade de serviços de proximidade na área do uso e dependência de substâncias psicoativas;
  - Promoção da Redução de Riscos e Minimização de Danos associada ao consumo de drogas e álcool;
  - Promoção do diagnóstico de práticas de consumo abusivas de álcool;
  - Promoção da estruturação psicossocial das pessoas que utilizam drogas.

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Formação e orientação técnica dos agentes educativos, técnicos dos serviços e famílias sobre a gravidade das dependências associadas às novas tecnologias;
- Formação dos técnicos, agentes educativos e famílias sobre o impacto do consumo e dependência da pornografia nas crianças e jovens;
- Normativos municipais mais restritivos no acesso a substâncias aditivas como o álcool;
- Processos e procedimentos de ligação e cooperação inter institucional na sinalização, referência e partilha de informação – introdução da metodologia de gestor de caso/processo;
- Intervenções inovadoras para novas problemáticas comportamentais de risco em novos grupos alvo; auto mutilação, consumo extremo e isolamento profundo dos jovens;
- Novas abordagens na prevenção e intervenção no alcoolismo jovem;
- Projetos de sinalização intervenção em meio escolar; acesso dos agrupamentos a equipas de interdisciplinares e inter serviços;
- Intervenção integrada multidisciplinar no grupo dos jovens NEET;
- Projeto Âncora na sociabilidade preventiva de consumos psicoativos, focalizado nos jovens;
- Projeto de investigação para modelos de sinalização, procedimentos inter institucionais e produção e conhecimento na área das novas dependências;
- Realização de ações de educação para práticas de consumo mais seguras junto da população que usa substâncias psicoativas;
- Realização de ações de rastreio de doenças infecciosas junto das pessoas que utilizam substâncias psicoativas;
- Desenvolver ações de sensibilização junto da comunidade sobre a temática do uso de substâncias psicoativas;
- Dinamização de atividades de terapia ocupacional para pessoas que utilizam substâncias psicoativas;
- Extensão da resposta de Redução de Riscos e Minimização de Danos a novas zonas do Concelho;
- Promoção da capacitação, formação e empregabilidade junto da população que utiliza substâncias psicoativas.

---

***Projetos/Propostas***

- Programas de promoção da saúde mental em meio escolar – psicoterapia e estimulação do desenvolvimento emocional e relacional
- Programa de Redução de Riscos e Minimização de Danos para todas as pessoas que utilizam drogas no Concelho
- Programa de Tratamento acessível a todas as pessoas que utilizam drogas no Concelho
- Criação de um Gabinete de Apoio Psicossocial para o desenvolvimento de atividades de ocupacionais, atividades de formação e acesso à satisfação de necessidades básicas como higiene e alimentação
- Desenvolvimento de uma estrutura (fixa ou móvel) de consumo protegido
- Programa de apoio à formação e ao emprego para pessoas que utilizam substâncias psicoativas

## 4.2.5. Jovens Qualificados à procura do primeiro Emprego ou no Desemprego

A Tabela 71 apresenta a percentagem de jovens desempregados inscritos no Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia, não definindo o grau de escolaridade, resultando que, o maior número de desempregados jovens se encontra na faixa etária dos menos de 25 anos (22,8%), e dos 25 aos 34 anos, 16,9%. Comparando estes dados ao gráfico seguinte, e apesar de se reportar a 2011, pela análise do gráfico 52 constata-se que o grupo etário dos 30 aos 34 anos é o grupo com maior número de pessoas com o Ensino Básico, representativo de mais baixas qualificações.

**Tabela 71 – Jovens Desempregados por Grupo Etário**

Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia

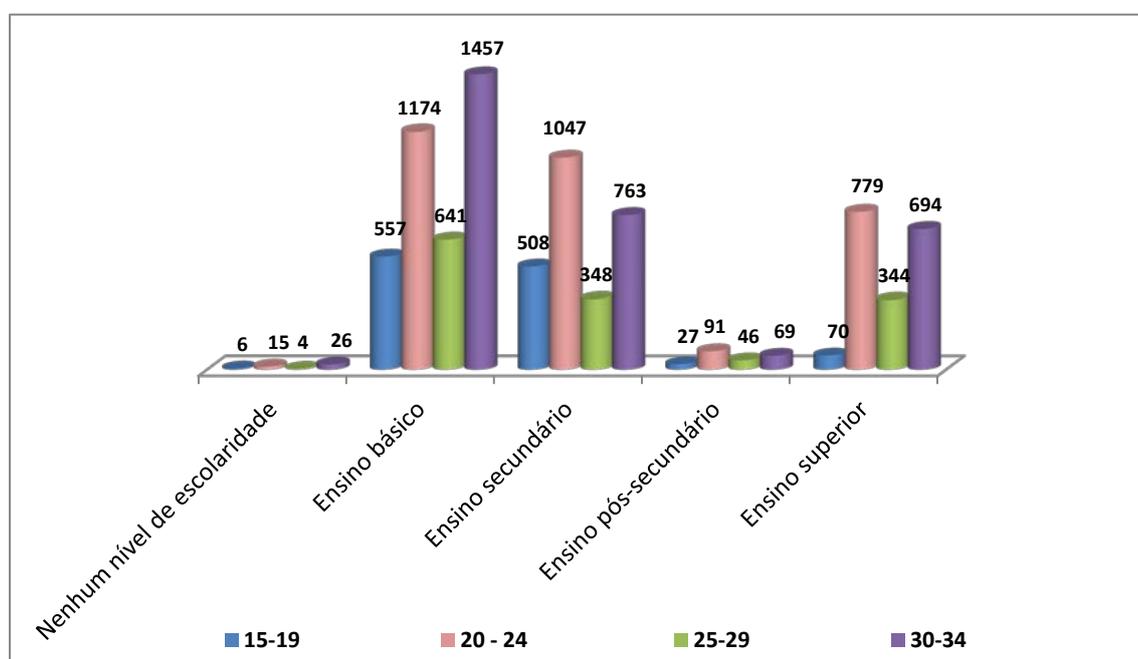
< 25 Anos	25 – 34 Anos
22,8%	16,9%

Já entre os 20 e 24 anos é o grupo que possui habilitações mais elevadas, tanto a nível do ensino secundário como no ensino superior.

Dentro dos que não possuem qualquer nível de escolaridade destaca-se o grupo etário dos 30 aos 34 anos de idade.

**Gráfico 52 – Número de Jovens por Idade e Escolaridade**

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011



## PROBLEMÁTICA SOCIAL

De acordo com os dados disponibilizados o desemprego de jovens qualificados no concelho de Gaia (tal como no resto do país e no sul da Europa) é significativo e socialmente relevante.

Significativo porque tem um impacto quantitativo e qualitativo numa geração altamente qualificada que se encontra excluída do mercado de trabalho. Os níveis de desemprego jovem qualificado são suficientemente elevados para que o impacto negativo na economia se verifique a médio prazo. A manutenção desta situação coloca em risco a estratégia nacional da competitividade global da economia assentar nas qualificações e nas competências avançadas.

No concelho de Gaia a situação é idêntica à nacional com valores médios semelhantes. Faltam, no entanto, dados estatísticos organizados e especializados que sustentem, com maior fundamento, esta apreciação sobre a dimensão do fenómeno no concelho.

Continua o movimento migratório de jovens qualificados em direção aos outros países e economias avançadas, o que embora possa ter a virtualidade de fornecer qualificações suplementares a estes jovens no seu destino, não é suficiente para contrabalançar o efeito negativo na produtividade económica atual em Portugal.

A escassez de ofertas de trabalho e a situação de baixos salários e precariedade laboral em que são disponibilizadas torna pouco atrativo o investimento nas reduzidas oportunidades existentes.

Para os jovens que vivenciam esta situação existe o risco de exclusão social profunda pela interiorização do fracasso das expectativas de vida no período formativo e pelos estados depressivos que a impossibilidade de contacto com o mercado de trabalho, mesmo que breve, provoca nos jovens.

Esta situação de exclusão absoluta em muitos deles com a perda de autonomia e a incapacidade de formular projetos de vida e de realização pessoal e profissional representa uma grave situação de risco de exclusão social e humana.

### ***Perfil de Risco***

- Isolamento social agravado;
- Afastamento do mercado de trabalho e impossibilidade de obter experiência profissional curricular;
- Baixa auto estima, estados depressivos, auto conceito negativo;
- Dependência parental prolongada;
- Comportamentos de risco auto destrutivos;
- Dependência crescente do “mundo virtual”;
- Desorientação e incapacidade de procura e pesquisa ativa de oportunidades;
- *Deficit* de competências relacionais e de atitudes profissionais organizadas.

---

### ***Necessidades de Intervenção Prioritária***

- Requalificação e reorganização das competências e percursos formativos;
- Treino e desenvolvimento da capacidade de procura ativa;
- Ressocialização em grupos de pares em situação semelhante;
- Desenvolvimento de competências relacionais, de auto organização, de comunicação e formulação de ideias e propostas (*soft skills*).

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Criação de programa de micro estágios de contacto profissional no ambiente empresarial (Passaporte para o emprego);
- Criação de “Laboratórios de Currículo” e técnicas de projeto pessoal na procura de emprego;
- Micro formações motivacionais e comportamentais na reformulação de expectativas de futuro;
- Desenvolvimento de competências de iniciativa empreendedora;
- *Co working* de procura ativa de emprego.

### ***Projetos:***

#### **Propostas**

Criação de um “ecossistema de empregabilidade” com a mobilização dos atores do processo; empresas, serviços públicos educativos e formativos, IEFP, instituições públicas e privadas.

#### **Recursos âncora existentes no concelho:**

- Inova Gaia – empreendedorismo e apoio técnico à iniciativa dos jovens;
- Gabinetes de Inserção Profissional GIP’s do concelho;
- Recursos do IEFP de Gaia – Garantia Jovem e outros programas formativos e de orientação.

## 4.2.6. Desempregados de Longa Duração (DLD's)

Os dados obtidos no Centro de Emprego e Formação Profissional de Vila Nova de Gaia revelam que em finais de Janeiro de 2017 existiam 25 434 pessoas em situação de desemprego, valor inferior ao registado em 2010 que se encontravam inscritas 27 925 pessoas.

**Tabela 72 – Número de Desempregados entre Dezembro de 2010 e Janeiro 2017**

Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia

Dezembro de 2010	Janeiro de 2017
27 925	25 434

Do universo de pessoas em situação de desemprego o género feminino é o mais atingido com 55%.

**Tabela 73 – Percentagem de Desempregados por Género**

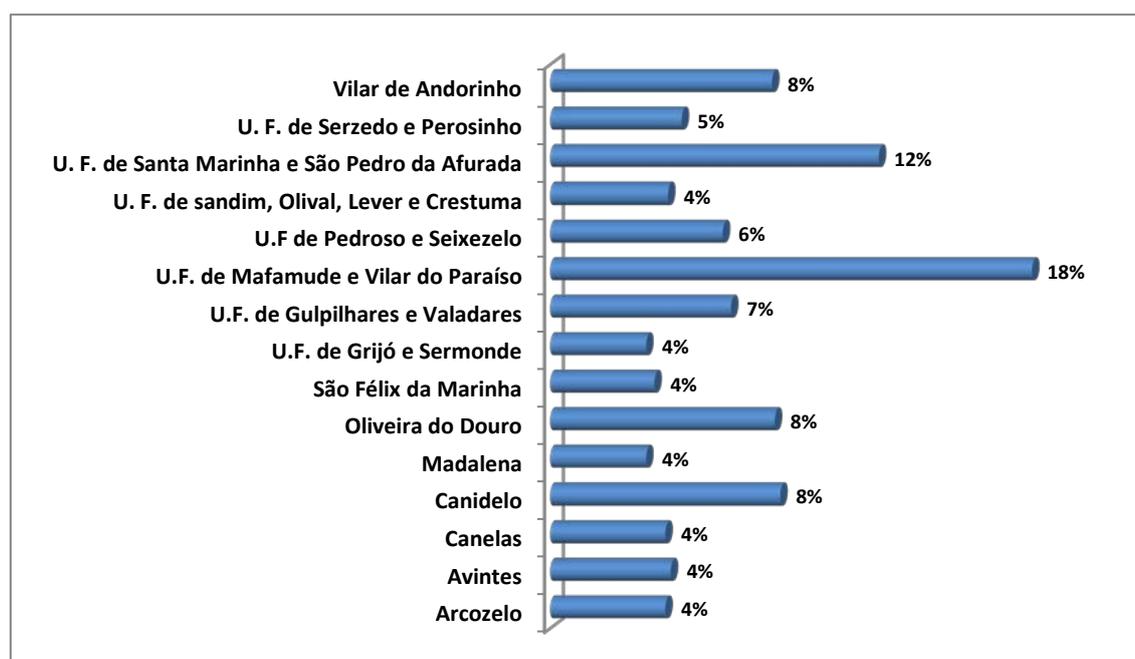
Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia

Masculino	Feminino
45%	55%

A distribuição geográfica revela que a U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso é a tem uma maior taxa de desempregados inscritos (17,6%), seguida da U. F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada (12 %), Canidelo, Oliveira do Douro e de Vilar de Andorinho, respetivamente com 8,40%, 8,20% e 8,10%

**Gráfico 53 – População Desempregada por Freguesia**

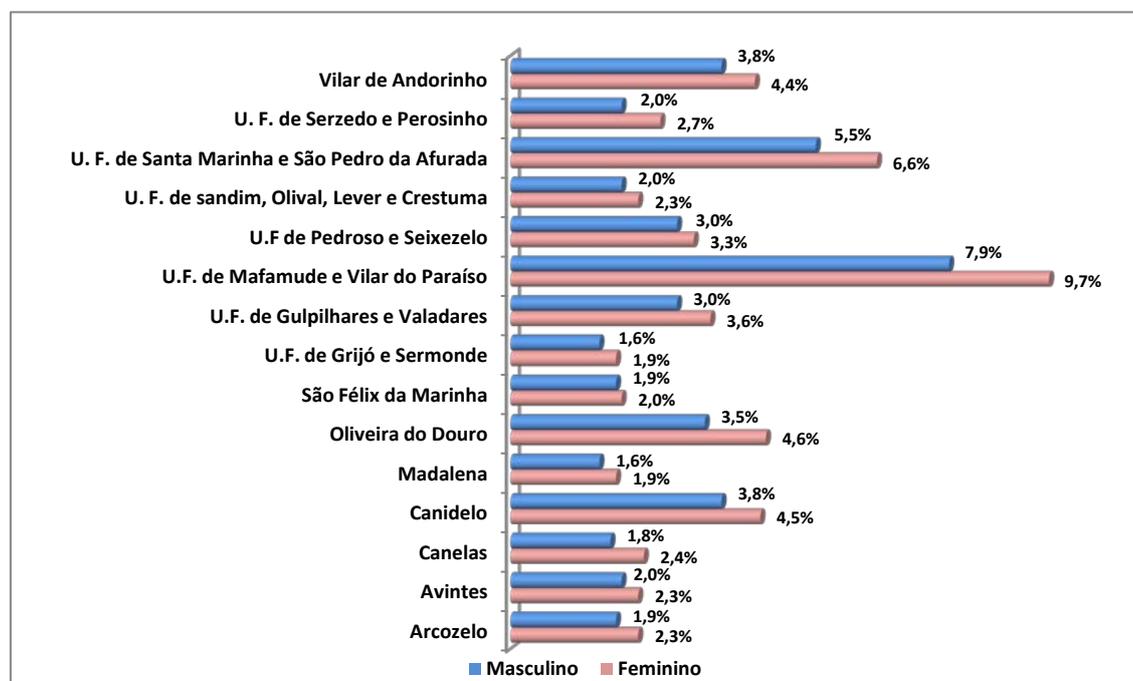
Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia



A nível concelhio a predominância do género feminino, sobre o género masculino, verifica-se em todas as freguesias, sendo a UF de Mafamude e Vilar do Paraíso a que apresenta a maior incidência seguida da UF de Stª Marinha e S. Pedro de Afurada.

### Gráfico 54 – Percentagem de desempregada por Freguesia e Género 2017

Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia



Quando se compara a distribuição dos desempregados inscritos no Concelho de Vila Nova de Gaia por Habilitações Literárias os grupos mais representativos são os que possuem como habilitações literárias o 1º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, ambos com uma taxa de 23%, seguido do 3º CEB (19,40%) e do 2º CEB com 18,30%.

A taxa de representatividade dos desempregados inscritos com formação superior é de 11,30%, menor apenas os desempregados inscritos com escolaridade inferior ao 1º ciclo com 5,10%.

### Tabela 74 – População Desempregada por Habilitações Literárias 2017

Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia

<1.º Ciclo EB	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Secundário	Superior
5,10%	23%	18,30%	19,40%	23%	11,30%

Relativamente à taxa da população desempregada inscrita por faixa etária, no concelho de Vila Nova de Gaia, a tabela 75 demonstra que a maior incidência verifica-se no grupo etário dos 45 aos 54 anos com 26,4%, seguido do grupo com >= 50 anos com 25% e do grupo dos <25 anos com 22,8%. Os grupos etários dos 35-44 anos e 25-34 anos, encontram-se com taxas na ordem dos 20,7% e dos 16,9% respetivamente.

### Tabela 75 – População Desempregada por Grupo Etário

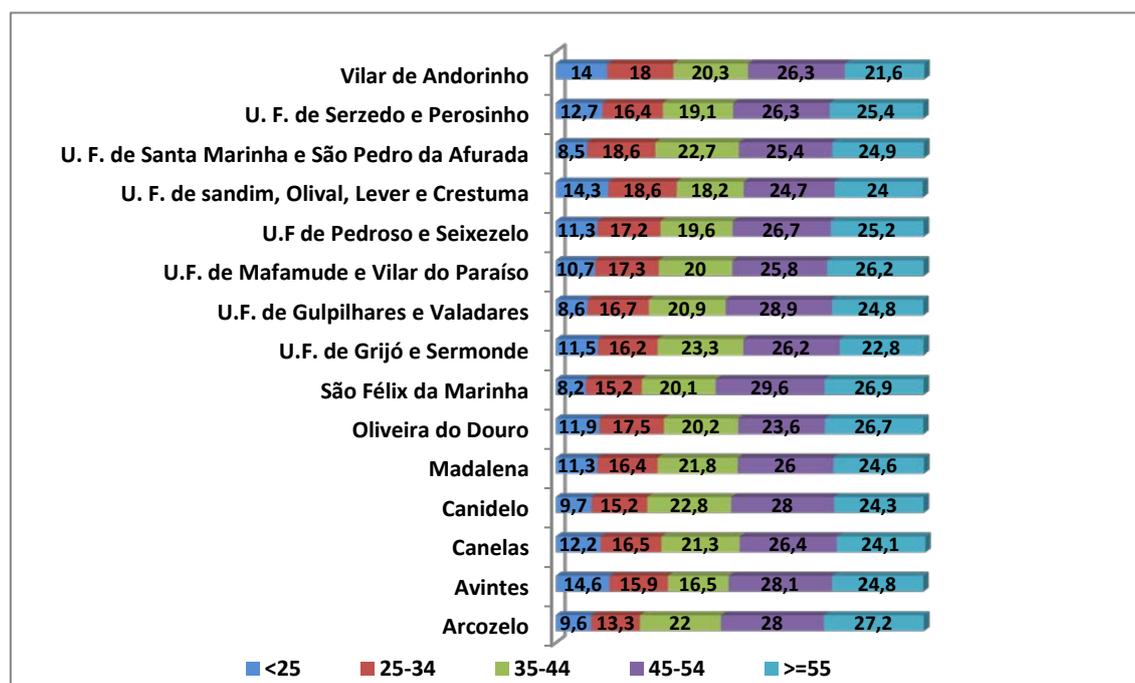
Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia

<25 Anos	25 – 34 Anos	35 – 44 Anos	45 – 54 Anos	>=55 Anos
22,8%	16,9%	20,7%	26,4%	25%

Verifica-se que a percentagem de desempregados inscritos no grupo etário dos 45-54 anos, é a que predomina em todas as freguesias do concelho, destacando-se a freguesia de São Félix da Marinha que apresenta uma percentagem de 29,6% nesse grupo etário.

### Gráfico 55 – Desempregados por Grupo Etário e Freguesia %

Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia



Pela leitura da tabela 76 conclui-se que a maioria dos inscritos (89%) está na situação de desempregado à procura de novo emprego, sendo que o candidato a 1.º emprego apresenta uma percentagem significativamente mais reduzido (11%).

### Tabela 76 – Desemprego Registado e situação face ao Emprego

Fonte: Desemprego Registado - CE F Vila Nova de Gaia - 201701 Concelho Gaia

Desempregado – 1.º Emprego	Desempregado – Novo Emprego
11%	89%

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

O desemprego de longa duração é um dos fatores determinantes do risco de exclusão social. O afastamento continuado do mercado de trabalho ou o não acesso a oportunidades gera uma situação de desvalorização pessoal, ausência de experiência atualizada, desfasamento das qualificações das necessidades do mercado ou ainda a dificuldade de adaptação e adequação às novas solicitações do mercado.

O elevado nível de desemprego existente com níveis reduzidos de criação e oferta, estreita cada vez mais as oportunidades dos desempregados em situação de desemprego continuado.

A reconversão do desemprego estrutural é um processo complexo de inclusão social económica e psicológica. Na ausência de situações facilitadoras deste processo no mercado de trabalho, como o pleno emprego que cria oportunidades adicionais, só a concertação e integração de estratégias de empregabilidade orientadas e diferenciadas poderá criar oportunidades de acesso ao emprego para o s DLD's.

Muitos destes desempregados possuem competências práticas adquiridas na experiência profissional que poderiam utilizar na sua reconversão profissional ou na sua requalificação. No contexto atual o auto emprego poderia ser encarado como estratégia complementar de inserção profissional.

O estímulo à iniciativa empreendedora na área de micro serviços e a sua incubação orientada poderiam gerar o quadro positivo motivacional para muitos destes DLD encararem outros processos de adaptação e adequação das suas competências e capacidades pessoais e profissionais.

### Perfil de Risco

- Desemprego de Longa Duração (DLD's) em situação de isolamento e apatia social;
- Saúde mental fragilizada (estados e situações depressivas);
- DLD's sem apoios sociais há mais de um ano em situação de privação material;
- Perfil dominante de baixas qualificações e escolarização;
- Competências desajustadas do mercado de trabalho;
- Incapacidade de acesso ao mercado de trabalho dos DLD's por falta de oportunidades de emprego associada à idade como requisito de admissão;
- Incapacidade de acesso ao mercado de trabalho dos DLD's jovens por falta de oportunidades de emprego associadas à experiência profissional como requisito de admissão;

- 
- Desempregados de longa duração em grupos etários progressivamente mais jovens;
  - Fragilidade do currículo profissional pela precariedade laboral continuada nos jovens;
  - Percurso profissional de baixos salários sem recursos acumulados de apoio à subsistência ou à procura ativa de trabalho;
  - Jovens DLD's sem expectativas de futuro pessoal e profissional;
  - Aumento do risco de exclusão pela intermitência do rendimento e da impossibilidade investimento pessoal na requalificação;
  - Incapacidade de planear a qualificação profissional de forma continuada e estável;
  - Grupos sociais em situação “border line” para a exclusão social, em situação laboral ativa mas desqualificada e precária.

### ***Necessidades de Intervenção prioritária***

- Suporte para as necessidades básicas dos DLD's sem rede de suporte;
- Programa integrado de reconversão de qualificações e competências profissionais;
- Valorização das competências, conhecimento e experiência profissional adquirida;
- Enquadramento e orientação profissional adequada às necessidades específicas;
- Orientação e contacto próximo com as empresas para a criação de micro oportunidades de estágio ou teste de competências;
- Possibilidade de acesso a estágios formais ou informais (Gaia -Passaporte para o Emprego) e experiências de transição da escolarização para o trabalho;
- Acesso a experiências motivacionais e de desenvolvimento de interesses pessoais e profissionais;
- Reorganização das redes de sociabilidade positiva e orientadora para a definição de futuro profissional;
- Acesso a oportunidades de desenvolvimento de ideias e projetos empreendedores.

---

### ***Ações tipo***

- Apoio de emergência social em situações de privação material aguda (sinalização no projeto Gaia Mais Inclusiva);
- Intervenção formativa para a requalificação das competências sociais e profissionais dos DLD's;
- Programa de escolarização para adultos;
- Empreendedorismo inclusivo orientado para as qualificações práticas e da experiência adquirida;
- Empreendedorismo orientado para jovens de baixas qualificações e escolarização;
- Grupos de orientação, iniciativa e desenvolvimento de competências para jovens sem enquadramento institucional;
- Programas de empreendedorismo para jovens qualificados;
- Programas de investigação e desenvolvimento aplicado entre empresas e universidades com a mobilização de jovens qualificados no desemprego;
- Incubação e aceleração de ideias e projetos empreendedores de jovens qualificados.

### ***Projetos / propostas***

- Criação na Rede Social de “Grupo de trabalho” na área da empregabilidade para a Coordenação dos atores e agentes do mercado;
- Projeto de Mobilização dos empresários para a empregabilidade inclusiva;
- Método IOD candidatura feita pela *Gaiurb* – “Pontes PARA a Empregabilidade”;
- Projeto integrado e transversal - Gaia Competências para a Empregabilidade “Competências são o futuro do mercado de trabalho.”

## 4.2.7. Idosos em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social

Em Vila Nova de Gaia existem **4188** idosos a usufruir de Pensões da Segurança Social atribuídas apenas a idosos com baixos recursos financeiros.

Deste grupo de idosos em situação de risco e vulnerabilidade, **3767** recebem Complemento Solidário para Idosos - CSI (é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 3 meses) e **421** recebem a Pensão Social de Velhice (prestação em dinheiro, atribuída mensalmente, a partir da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social).

### Tabela 77 – Número de idosos abrangidos pelo complemento solidário de idoso e pela pensão social de velhice, em Vila Nova de Gaia

Fonte: Iss/mtsss, pordata  
Última atualização: 2015-06-26  
Upcg (iss-gp-upcg@seg-social.pt)

Complemento Solidário para Idosos	Pensão Social Velhice
3767	421

Nota: A quarta Idade define-se pelos idosos em circunstâncias de saúde agravadas, com perda de autonomia, em dependência social de terceiros para colmatar as necessidades de vida diária. As suas necessidades são essencialmente de cariz material, apoio à medicação e ao acesso aos bens essenciais, terapêutico e afetivo. A faixa etária correspondente é, em termos aproximados de prevalência, dos 75 aos 85 anos, embora existam muitos casos de pessoas nesta faixa etária que mantêm intactas as suas capacidades.

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

O projeto Gaia Inclusiva tem como um dos seus objetivos realizar o diagnóstico dos idosos isolados em situação de vulnerabilidade que pretende colmatar uma persistente lacuna na identificação e localização dos idosos, do concelho de Gaia, em situação de isolamento e vulnerabilidades várias. Os serviços de atendimento social e outros estão a reunir evidências de múltiplas situações de idosos nestas circunstâncias que as estatísticas do apoio social nas medidas da segurança social têm vindo a confirmar.

As problemáticas e necessidades sociais referenciadas são as seguintes: carência material ou insuficiência de recursos básicos para a sobrevivência e estabilidade funcional; dificuldade no acesso à saúde por carências financeiras ou de mobilidade; persistência de situações de reduzida autonomia e isolamentos social agravado pela ausência de retaguarda familiar de apoio ou de cuidadores.

### Perfil de risco

- Dependência total ou quase total de terceiros;
- Ausência ou esgotamento dos cuidadores ou família de apoio;

- 
- Dificuldade de acesso aos serviços e respostas sociais;
  - Idosos em situação de isolamento com baixa ou mobilidade ausente e quadros clínicos preocupantes;
  - Acessibilidade aos serviços de saúde e serviços administrativos – dificuldade de acesso ao transporte;
  - Necessidade de proteção dos direitos e bens dos idosos;
  - Pobreza aguda e privação material - Carências básicas e necessidades de vida por satisfazer;
  - Situações de violência e maus tratos físicos e psicológicos;
  - Necessidade de controlo da medicação (sobre medicação).

### ***Necessidades de intervenção prioritária***

- Acessibilidade de cuidados de saúde especializados;
- Apoio nas novas patologias e demências com elevado índice de demências no domicílio;
- Apoio aos cuidadores e respetiva retaguarda técnica e emocional;
- Reforço de apoio domiciliário pelos cuidadores ou familiares;
- Baixa mobilidade e isolamento por carência ou dificuldade de acesso ao transporte;
- Reforço da intervenção de emergência social de primeira linha (Gaia Inclusiva);
- Acesso à garantia jurídica;
- Intervenções de promoção da saúde em questões específicas dos idosos;
- Proteção e segurança para os idosos em situação de violência e maus tratos.

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Estabelecimento e reforço das redes de cuidadores;
- Reforço da rede primária de relações familiares ou de proximidade que poderá ser complementada com redes secundárias de voluntários ou até do apoio de respostas sociais atípicas com origem em projetos de empreendedorismo e inovação;
- Coordenação técnica das intervenções a realizar pela saúde que terá um papel decisivo na orientação desta retaguarda social;
- Reforço da rede de cuidados e saúde ao domicílio;
- Prestação de cuidados formais de saúde, através da enfermagem especializada e da terapia reabilitativa acessível (fisioterapia, controlo e prevenção das demências);
- Saúde comunitária e serviços integrados no meio de vida;
- Redes de cuidadores voluntários;
- Centros de recursos em terapias e metodologias de intervenção no domicílio;
- Projetos comunitários de promoção da saúde dos idosos;
- Criação do transporte social para idosos;
- Criação da figura do Provedor jurídico do Idoso;
- Reforço dos recursos materiais de emergência social para alívio da pobreza nos idosos;
- Comissão de Proteção dos Idosos.

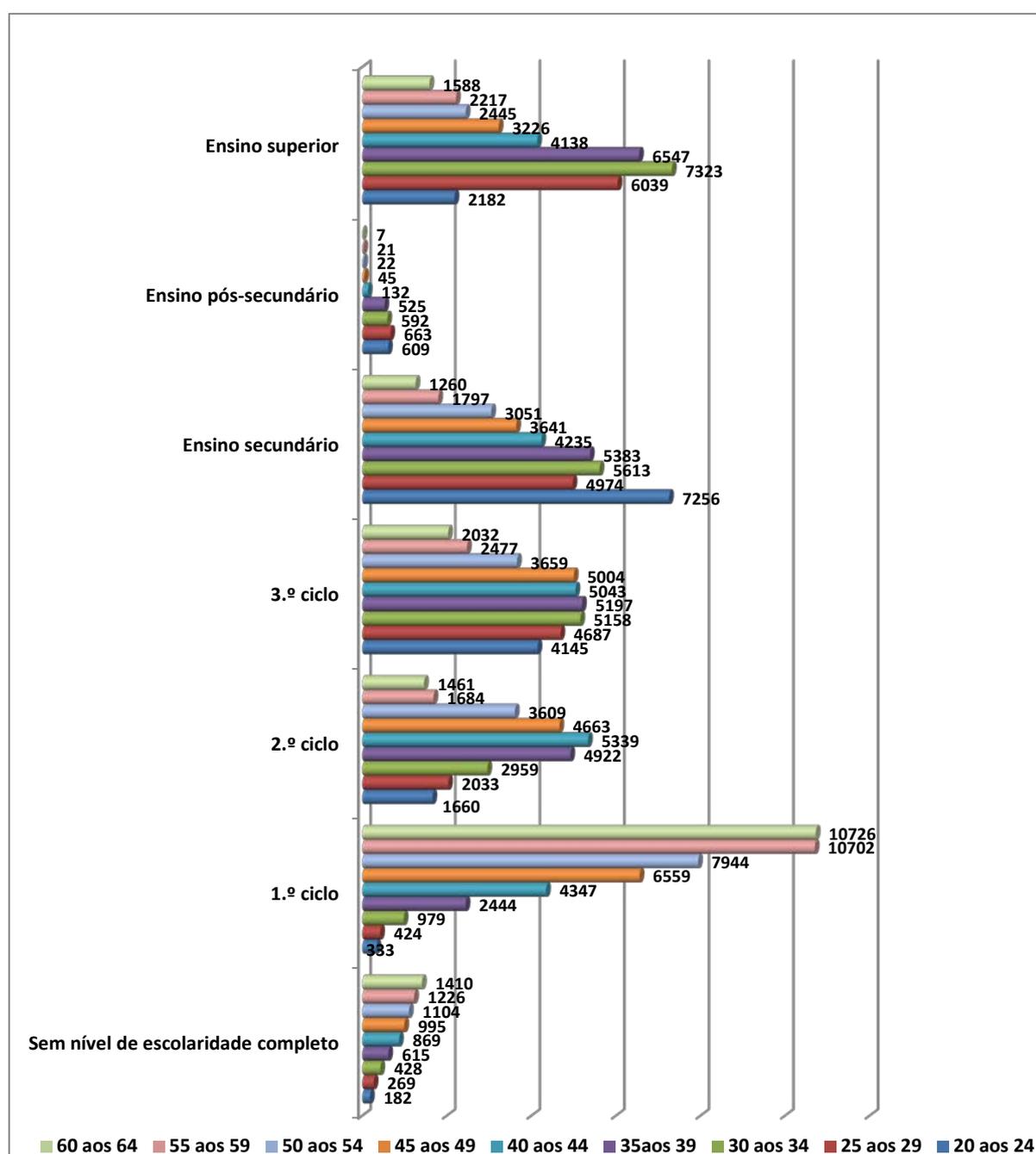
## 4.3. Risco Potencial/Estrutural

### 4.3.1. População Ativa de Baixas Qualificações

O concelho de Gaia apresenta uma clara melhoria na qualificação da sua população. Se observarmos o gráfico 56 verificamos que as fixas etárias mais jovens são significativamente mais escolarizadas e qualificadas que as faixas etárias mais avançadas. Verificamos, também que nas faixas etárias entre 20/24 e 25/29 anos a escolarização é bastante elevada situando-se no ensino secundário e ensino superior os valores mais elevados.

Gráfico 56 – População Ativa por Escolaridade

Fonte: INE: Censos 2011



A análise do gráfico 57 permite-nos concluir que a maioria dos trabalhadores por conta de outrem situa a sua escolaridade entre o 3º ciclo e o ensino secundário e pós secundário, apresentando por isso valores relativamente elevados em relação às gerações anteriores.

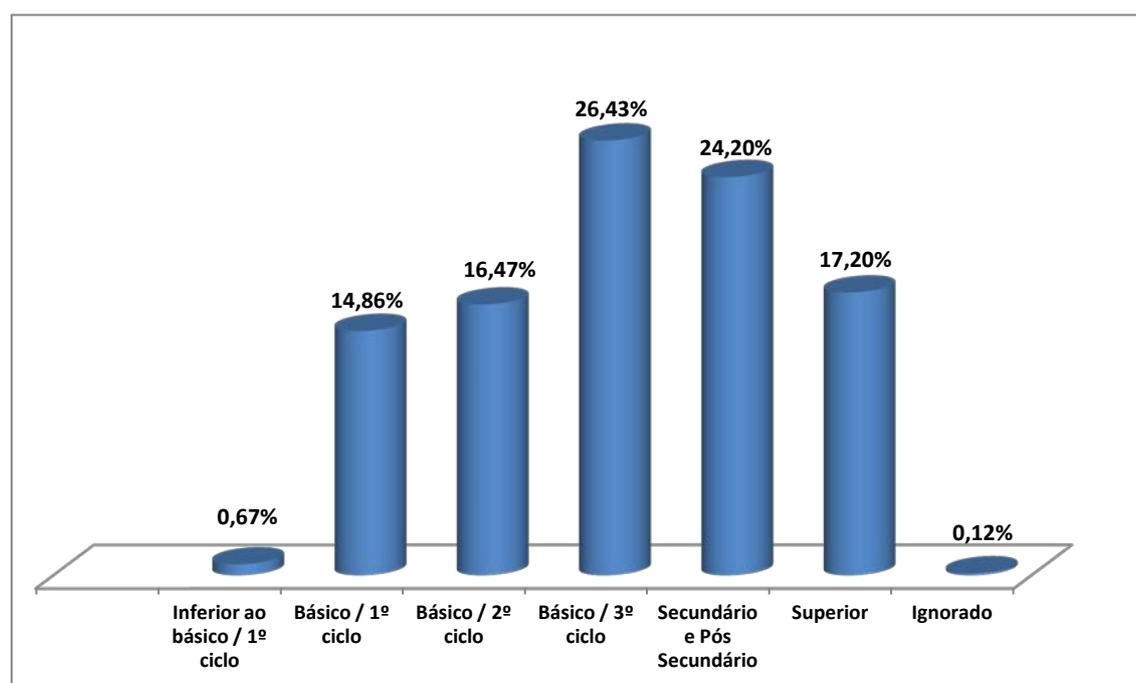
### Gráfico 57 – Trabalhadores por Conta de Outrem: Total e por Nível de Escolaridade

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEC (a partir de 2010) - Quadros de Pessoal

PORDATA

Última atualização: 2015-07-24

Não atualizado por indisponibilização da informação necessária pela entidade responsável



## PROBLEMÁTICA SOCIAL

O baixo nível de competências e qualificações de uma parte significativa da mão de obra no concelho é um dos bloqueios à modernização e competitividade do tecido empresarial, logo do desenvolvimento económico desejado.

Mas é, também, um problema acrescido na promoção do desenvolvimento social pelo risco de exclusão social e profissional, sempre que o tecido empresarial se requalifica, pelos baixos salários e remunerações associados ao nível de qualificação, pela precariedade social que a desqualificação gera ao longo da vida.

Atualmente existe uma oportunidade, para os ativos (e desempregados) do concelho, de reingresso no processo de qualificação e aprendizagem ao longo da vida dos ativos.

O Programa Qualifica “no qual se podem inscrever todos os adultos que não disponham de qualificação de nível básico, secundário e/ou profissional, bem como os jovens que tenham abandonado a escola e não se encontrem a trabalhar ou a estudar”.

De acordo com o governo, este programa distingue-se dos anteriores por colocar mais ênfase na qualificação “com obrigatoriedade de encaminhamento para formação certificada” ajustada às necessidades de cada formando.

O programa pretende garantir que até 2020 metade da população ativa do país conclua o ensino secundário. Alcançar uma taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida de 15%, alargada para 25% em 2025 é outro dos objetivos do programa.

O governo pretende ver instalados cerca de 300 centros Qualifica no continente até ao final de 2017. Atualmente, existem 261 centros, 30 dos quais criados no ano passado. Este ano, será aberto concurso para mais 42. (*Fonte: Programa Qualifica, IEFP, 2017*)

Esta oportunidade deverá mobilizar todos os agentes institucionais do concelho e numa estratégia concertada com os empresários garantir a requalificação global dos ativos e desempregados.

A definição desta estratégia concertada deverá ser definida a nível municipal entre o Centro de Emprego da área, os agrupamentos de escolas e outras instituições detentoras dos Centros Qualifica, as empresas e seus representantes no concelho e a rede social

### ***Perfil de Risco***

- Reduzidos níveis de competências profissionais associadas a um défice de competências de desenvolvimento pessoal;
- Défice de competências a montante dos requisitos de qualificação e preparação profissional;
- Aptidão para frequentar a Educação de Adultos, apesar dos reduzidos níveis de qualificação, como a porta de entrada para as ofertas formativas.

### ***Necessidades de intervenção prioritária***

- Oferta de formação no âmbito dos perfis profissionais das ofertas de emprego existentes no IEFP que não são preenchidas por falta de pessoas inscritas que reúnam os requisitos;
- Formação de adultos – apoiar e acelerar a promoção dos Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), adultos no Programa Qualifica/ANQUEP;

- 
- Orientação e ativação da rede dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP's) para sistematização e identificação de respostas formativas, orientação para ofertas de emprego/formação e de informação útil para empregados de baixas qualificações;
  - Criação de um sistema mais próximo dos empresários, focalizado no diagnóstico de necessidades de qualificação /formação para os empregados de baixas qualificações.

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Programa de reconversão, adaptação e modernização das competências e qualificações como suporte da modernização e competitividade empresarial;
- Programas de reconversão formativa de base tecnológica;
- Oferta de formação complementar aos empregados e desempregados de baixas qualificações na área da Tecnologias de Informação e Comunicação na ótica do utilizador;
- Diagnóstico de necessidades de formação para a requalificação junto das entidades empregadoras.

### ***Propostas / Projetos***

- Promoção dos Recursos chave;
- Programa Qualifica – Educação de Adultos

Para facilitar a informação, estará disponível uma plataforma tecnológica, o Portal Qualifica, onde podem ser igualmente consultados os serviços e instrumentos relacionados com o programa.

O portal dirige-se a formandos, empregadores e agentes ligados à educação e formação de adultos, permitindo pesquisar a oferta existente, por zonas, recolher informação sobre o Sistema Nacional de Créditos e obter ou atualizar o Passaporte Qualifica, que registará a formação.

## 4.3.2. Jovens em Risco de Insucesso e Abandono Escolar

### *Comportamento Escolar*

Os dados utilizados referem-se ao ensino básico (2º e 3º ciclo) e secundário no ano letivo 2015/2016.

Todos os agrupamentos escolares foram convidados a colaborar neste levantamento. A amostra disponível respeita a 11 agrupamentos /escolas que forneceram os dados relativos á ocorrência de medidas disciplinares (78,5% da totalidade dos Agrupamentos/Escolas do concelho).

As escolas não apresentaram os dados organizados da mesma forma, o que reduziu a amostra e representatividade em alguns parâmetros. Pelo que se englobou, nas tabelas seguintes, todos os elementos fornecidos pelos agrupamentos/escolas, relativos a medidas disciplinares ocorridas no ano letivo 2015/2016.

Constata-se que do universo de 2699 ocorrências disciplinares (tabela 78), no 2º e 3º ciclo, a que surge com maior frequência respeita a medidas corretivas no total de 52%, a maioria por ordem de saída da sala de aula. Destaca-se de igual forma o elevado número de participações disciplinares, num total de 1108, correspondente a 41%. Contrapondo a estes valores, apenas se detetaram 3 situações de *bullying* em ambiente escolar.

**Tabela 78 – Ocorrências Disciplinares no 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico**

*Fonte: Agrupamentos escolares do concelho de V.N. Gaia – março de 2017; cálculos de autor*

Participações Disciplinares		Medidas Corretivas		Medidas Sancionatórias		Situações de Bullying	
Nº de medidas	%	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%
1108	41%	1407	52%	181	70%	3	0%

De acordo com os dados fornecidos, no ensino secundário a maior percentagem de participações disciplinares corresponde a 68% do total da amostra (tabela 79). As medidas sancionatórias (expulsão e transferência de estabelecimento escolar) têm uma expressão de 9%, do total de participações. Constata-se que o maior número das medidas corretivas refere-se a ordem de saída de sala de aula, representando 23% da amostra utilizada.

**Tabela 79 – Ocorrências Disciplinares no Ensino Secundário**

*Fonte: Agrupamentos escolares do concelho de V.N. Gaia – março de 2017; cálculos de autor*

Participações Disciplinares		Medidas Corretivas		Medidas Sancionatórias	
Nº de medidas	%	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%
8	23%	24	68%	3	9%

Analisando os dados por nível de ensino, verifica-se que o ciclo de ensino com mais indisciplina registada foi claramente o ensino básico (2º e 3º ciclo) com valores correspondentes a 98,7% (tabela 80) do total de participações e medidas disciplinares ocorridas nos níveis de ensino em análise.

No 2º e 3º ciclo destaca-se o número de medidas corretivas, 1407, o que corresponde a 52% do total de medidas aplicadas no ensino básico e secundário. Sendo também neste nível de ensino que se registaram situações de bullying em ambiente escolar.

### Tabela 80 – Ocorrências Disciplinar por Nível de Ensino

Fonte: Agrupamentos escolares do concelho de V.N. Gaia – março de 2017; cálculos de autor

Participações Disciplinares		Medidas Corretivas		Medidas Sancionatórias		Situações de Bullying	
2º e 3º Ciclo	Secundário	2º e 3º Ciclo	Secundário	2º e 3º Ciclo	Secundário	2º e 3º Ciclo	Secundário
1108	8	1407	24	181	3	3	-

Considerando a amostra utilizada, constata-se que no ano letivo 2015/2016, das 4850 ocorrências disciplinares (tabela 81), 52% correspondem a participações disciplinares e 2309 (48%) a medidas corretivas e sancionatórias. As medidas corretivas, consideradas as "menos graves", atingiram 35% do total de registos disciplinares, maioritariamente relacionados com a ordem de saída de sala de aula. As medidas sancionatórias onde se inclui a transferência de estabelecimento de ensino, suspensão temporária ou definitiva, entre outros, representaram 12% da totalidade das medidas aplicadas no ano letivo em questão. O registo de *bullying* reduz-se a 3 situações representando o ínfimo valor de 0,06%.

### Tabela 81 – Síntese das Ocorrências Disciplinares no Ano Letivo 2015/16 (2º, 3º Ciclo e Secundário)

Fonte: Agrupamentos escolares do concelho de V.N. Gaia – março de 2017; cálculos de autor

Participações Disciplinares		Medidas Corretivas		Medidas Sancionatórias		Situações de Bullying	
Nº de medidas	%	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%	Nº de medidas	%
2538	52%	1703	35%	606	12%	3	0,06%

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

O risco de insucesso escolar traduz a situação dos alunos integrados no sistema educativo do concelho, que no seu percurso escolar apresentam situações de retenção continuada ou episódica, mais do que uma disciplina com aproveitamento negativo ou que estão referenciados pelas escolas, como apresentando algum tipo de dificuldades de aprendizagem. A este quadro de indicadores estão, normalmente associadas referências e sinalizações de comportamento problemático, dentro e fora do espaço escolar, atitudes de desmotivação e indisciplina, desorganização do processo de estudo e do trabalho escolar e, ainda, falta de expectativas positivas de conclusão e continuidade do percurso escolar.

No quadro do desenvolvimentos social são relevantes os indicadores externos ao processo direto de ensino aprendizagem, sendo relevantes as condicionantes sociais do sucesso, a particularidade do insucesso em grupos sociais em situação de desvantagem social, ou em situação de risco parental e familiar que acentua as dificuldades na obtenção do sucesso escolar.

Neste contexto, é relevante que o insucesso escolar, quando significativo ou claramente identificado em grupos sociais específicos, é um indicador antecipado da exclusão social geracional.

### *Perfil de risco*

- Dificuldades de aprendizagem associadas à ausência de suporte familiar e parental;
- Contexto socioeconómico vulnerável com impacto na qualidade das aprendizagens;
- Vulnerabilidades ao nível das competências internas (atenção, concentração, memória) e comportamentais (organização do estudo e do trabalho escolar) facilitadoras do processo de aprendizagem;
- Intoxicação neurológica pela excessiva utilização das novas tecnologias de informação com sintomas de alheamento social e dependência;
- Falta de experiências estimuladoras do desenvolvimento pessoal motivadoras de interesses orientados para a aprendizagem escolar;
- Ausência de oportunidades de descoberta de potencialidades e recursos próprios mobilizadores da motivação para a aprendizagem;
- Desmotivação e desinteresse na formulação de horizonte pessoal de inserção profissional e escolar;
- Apatia e desafeição social por falta de modelos positivos de inclusão social;
- Alunos em situação “border line” na área da saúde mental.

### *Necessidades de Intervenção Prioritária*

- Mobilização de recursos especializados psicoterapêuticos e psicoeducativos complementares ao processo educativo;
- Respostas pedagógicas específicas, educativas e sociais vocacionadas e diferenciadas para jovens em risco ou em insucesso escolar, orientadas para promoção do sucesso;
- Programas e recursos comunitários de acompanhamento personalizado para o sucesso escolar;
- Coordenação e articulação dos recursos comunitários para a promoção de atividades de orientação e estimulação (científica, experimental) da aprendizagem curricular dos alunos sobretudo na área da literacia linguística e matemática.

---

### ***Ações tipo***

- Disponibilização de equipas (técnicas) multidisciplinares para a intervenção psicoterapêutica e psicoeducativa em articulação com as escolas;
- Apoio ao estudo na comunidade, organizado com o apoio de equipas multidisciplinares;
- Mentorias de aprendizagem individualizada para os alunos sem capacidade de recursos às explicações – criação de Programa de Mentores para aprendizagem;
- Criação de espaços ocupacionais orientados para o desenvolvimento de competências pessoais (campos de férias com ciência aplicada);
- Reformulação das AEC's para o desenvolvimento de competências promotoras do sucesso escolar (comportamentos, pensamento crítico, atenção e concentração entre outros);
- Replicar projeto “Arco Maior” - Projeto socioeducativo que se destina a adolescentes e jovens excluídos ou que se excluíram dos sistemas formais de educação e formação, sem terem completado a escolaridade obrigatória, preferencialmente, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, podendo acolher também jovens com idades inferiores e superiores.

### 4.3.3. Sêniores em situação de Isolamento

Embora não se disponha de dados muito rigorosos em Vila Nova de Gaia, relativo á população isolada com mais de 65 anos, apresentam-se dois indicadores que poderão disponibilizar alguma informação sobre esta problemática. Assim pelos censos de 2011 do INE, verifica-se que o número de famílias unipessoais com mais de 65 anos passou de 5486 para 8225 (tabela 82).

**Tabela 82 – Número de famílias Unipessoais com mais de 65 Anos em Vila Nova de Gaia**

*Fonte: INE – censos -2011*

2001	2011
5 486	8 225

Outro dado de que se dispõe é referente ao levantamento realizado pelo município através da DASVS junto das freguesias e uniões de freguesia de Vila Nova de Gaia para o lançamento do programa teleassistência para pessoas idosas.

Do que foi possível recolher pelos técnicos da área social das autarquias em questão, apresenta-se o número de situações identificadas (tabela 83). Foram identificadas 280 situações relativas a 11 freguesias não dispondo de momento de informação relativa a quatro freguesias.

A União de Freguesias de Sandim, Olival, Crestuma, Lever foi a que identificou um maior número de situação com 109 casos de idosos isolados, seguida da freguesia de Canidelo com 45 e da União das Freguesias de Grijó e Sermonde com 42 situações.

**Tabela 83 – Número de situações identificadas de Idosos Isolados, por Freguesia**

*Fonte: Levantamento realizado pelo DASVS junto das Juntas e uniões de freguesia*

<b>Programa de Teleassistência</b>	
<b>Juntas de Freguesia</b>	<b>Número de pedidos sinalizados</b>
Junta de Freguesia de Arcozelo	3
Junta de Freguesia de Avintes	2
Junta de Freguesia de Canelas	5
Junta de Freguesia de Canidelo	45
Junta de Freguesia de Madalena	25
Junta de Freguesia de Oliveira do Douro	27
Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha	X
Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho	X
União das Freguesias de Grijó e Sermonde	42
União das Freguesias de Gulpilhares e Valadares	6
União das Freguesias de Mafamude e V. Paraíso	X
União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo	4
União de Freguesias de Sandim, Olival, Crestuma, Lever	109
União de Freguesias de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada	X
União de Freguesias de Serzedo e Perosinho	12
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>

## PROBLEMÁTICA SOCIAL

Os seniores ativos definem-se como pessoas na faixa etária dos 65 aos 75 anos que estão reformados e têm um estilo de vida ativo, com atividades da vida diária autónomas e situação estabilizada em termos de saúde. Estão em risco de isolamento e em estado depressivo em parte originado pela perda de referências de vida ativa, ocupação e identidade social.

São pessoas ativas com um significativo capital social e cultural que não encontram oportunidade de interagir e participar na sociedade nem de obter reconhecimento social pelos seus contributos.

O isolamento social é o maior risco em que se encontram pelo que a criação de oportunidade de exercer os seus interesses ativos num contexto social real é uma necessidade prioritária a resolver.

No seu atual contexto de isolamento e distanciamento da ocupação profissional, os seniores não têm oportunidade de refletir na sociedade e nos espaços de decisão e cidadania, os seus interesses, necessidades e aspirações.

A promoção ou manutenção de um estilo de vida ativo é determinante na capacidade de inclusão dos seniores pelo que a literacia comportamental para saúde é uma área de intervenção prioritária.

### *Perfil de Risco*

- Falta de reconhecimento das suas capacidades e contributos sociais na comunidade;
- Falta de orientação e apoio para rotinas de vida saudável;
- Perda do sentido de “utilidade social” pela ausência de oportunidades de reconhecimento social;
- Isolamento e exclusão de oportunidades de sociabilização;
- “Anonimato social” sem visibilidade pública das suas aspirações e expectativas.

### *Necessidades de intervenção prioritária*

- Literacia para a saúde preventiva da vulnerabilidade associada ao envelhecimento;
- Novas intervenções e propostas de sociabilização em espaços socialmente ativos e integradores;
- Espaços e respostas qualificadas para as necessidades e expectativas específicas dos seniores;
- Necessidade de apoio da saúde comunitária promotor de hábitos e estilos de vida saudáveis preservadores da saúde e da autonomia;
- Criação de oportunidades de participação ativa e reconhecimento na comunidade em atividades socialmente úteis e de elevado valor acrescentado;
- Atividades geradoras do sentido de utilidade social em situações de vida real;
- Responsabilidade social ativa nos mecanismos de auscultação e participação cívica;
- Oportunidades ocupacionais e de sociabilidade em espaços públicos qualificados e equipados para o efeito.

---

### ***Propostas de Ações Tipo***

- Atividades auto organizadas de cariz estimulante e ocupacional;
- Ocupação associada à sociabilidade e ao exercício das competências e conhecimentos dos participantes;
- Abordagem cívica e participativa para este grupo etário;
- Intervenções institucionais para possibilitar a sua representação de interesses no espaço público;
- Funcionalização dos espaços públicos (jardins, parques, pracetas) no sentido de reequipa-los com mobiliário adaptado e que responda a estas necessidades identificadas de sociabilização / convívio, exercício e lazer saudável;
- Programação coordenada de atividades de manutenção e prevenção da saúde e bem-estar;
- Difusão e disseminação das Universidades ou Academias Séniores;
- Ginásios públicos adaptados;
- Voluntariado qualificado no apoio às IPSS's ou instituições sociais em geral;
- Dinamização de grupos de interesse ou de participação organizada.

### ***Projetos/Propostas***

- Projeto Integrado para a Literacia na Saúde Ativa;
- Projeto do Parlamento Sénior com atividades congregadoras de representação dos seus interesses;
- Espaços urbanos desenhados para a sociabilidade intergeracional.

## 5. Bolsa de Projetos de Inovação Social

Com a implementação no terreno do “Projeto Gaia+Inclusiva” pela autarquia, o concelho suporta a estrutura de intervenção social existente, à escala global do território. Nesta política municipal são apoiadas respostas para as situações de “emergência social” em indivíduos, famílias e grupos sinalizados em situação de carência grave ou vulnerabilidade/privação material continuada que inviabiliza a sua funcionalidade básica.

O conceito de emergência social é entendido neste projeto (Gaia+Inclusiva), como a situação de carência e privação material extrema e continuada que inclui privação alimentar, risco de privação habitacional, necessidades urgentes e básicas na área da saúde como medicamentos, ajudas técnicas, apoio nas situações de crise individual ou familiar com risco de rutura ou desproteção de crianças ou idosos, entre outras situações atípicas identificadas pelos serviços e instituições do concelho.

O Plano de Desenvolvimento Social de Gaia assume a função complementar de reforço e sustentação das políticas locais definindo o âmbito da sua intervenção nos fatores promotores e preventivos que minimizem os problemas sociais identificados. A perspetiva de intervenção proposta no PDS consiste na alteração de condições estruturais geradoras das problemáticas identificadas, através do desenvolvimento social.

A estratégia a implementar deverá assentar num conjunto de práticas de intervenção capazes de potenciar o dispositivo já instalado no terreno nomeadamente na capacidade de inovação social formulando novos formatos e configurações de resposta às complexas problemáticas emergentes, para quais as respostas convencionais não estão ainda suficientemente capacitadas na obtenção de resultados e impactos visíveis.

A proposta de instituir a estratégia de Inovação Social, baseada no dispositivo institucional no terreno, como ferramenta promotora da inclusão ativa em rede no concelho, deverá assentar em projetos integrados que agreguem a capacidade institucional existente, o conhecimento e análise das práticas e resultados obtidos.

A qualificação institucional e territorial deverá constituir uma marca do desenvolvimento social de Gaia, assentando num processo integrado de desenho e desenvolvimento de micro projetos à escala da freguesia e sua posterior disseminação pela globalidade do território.

Esta dinâmica de transferência e disseminação interna de boas práticas e conhecimento produzido no âmbito dos projetos implementados em rede pressupõe a coordenação dos agentes no terreno e do planeamento integrado das ações à escala concelhia.

A inovação social assenta na rede social instalada e na configuração dos projetos experimentais à escala da freguesia como unidade de referência institucional. A ação integrada das CSIF's e dos seus representantes autárquicos ao nível das freguesias envolvidas é condição crítica de sucesso desta estratégia.

A estratégia de inovação pressupõe igualmente que os projetos foquem a intervenção e os recursos nas problemáticas críticas no concelho que maior impacto social possam produzir nos grupos alvo considerados prioritários.

De acordo com o processo de auscultação efetuado nos representantes das freguesias nas CSIF's do concelho que por sua vez coordenam a malha de instituições no terreno, a Empregabilidade foi considerada a problemática central e estrutural na qual o PDS e os projetos de inovação social deverão assumir o seu papel transformador.

---

A Empregabilidade foi reconhecida pelos participantes nos fóruns de planeamento do PDS na rede social como fator chave de desenvolvimento social e definida como área integradora e prioritária de intervenção dos projetos transversais.

Neste sentido foram definidas alguns princípios estratégicos definidores da intervenção:

- Abordagem técnica geradora de percursos de inserção e empregabilidade integrados na intervenção de emergência e suporte social em curso no concelho em respostas como as lojas sociais e outras;
- Interfaces flexíveis e gradativos de inserção no mercado de trabalho com a utilização do empreendedorismo comunitário;
- Orientação, capacitação e reforço das competências de inserção profissional e empregabilidade em diferentes patamares da procura ativa de emprego.

Na sequência das sessões de planeamento participado de elaboração do PDS e enquanto etapa de arranque da dinâmica de Inovação Social territorial foram identificados e definidos dois projetos estruturantes na área temática da empregabilidade:

- **Projeto “Gaia Empregabilidade”;**
- **Projeto Loja da Comunidade - “Mercado para a Inclusão”.**

---

## 5.1. Projeto “Gaia Empregabilidade”

Projeto definido a partir da prioridade emergente no diagnóstico participado que pretende responder como âncora de inovação ao conjunto do território agregando as instituições numa rede coesa para a intervenção. Para além das respostas formais que o IEPF tem desenvolvido com notoriedade no território de Gaia, é necessária a ativação de dimensões complementares na área da motivação e orientação na procura de emprego, na área da capacitação para o empreendedorismo e criatividade e que suportem serviços de proximidade no apoio psicossocial e orientação personalizada aos desempregados.

A multidimensionalidade da empregabilidade implica desenhar a intervenção do projeto em três componentes que se complementam e integram num percurso coerente:

### **Componentes de intervenção:**

#### **Componente 1 – Gaia Emprega +**

Orientação dos jovens na procura mais eficaz das oportunidades.

#### **Componente 2 – Comunidade Empreendedora**

Criação de ecossistema empreendedor para os jovens qualificados com potencial empreendedor.

#### **Componente 3 – Agência para o Emprego**

Reforço da empregabilidade com a disponibilização de complementaridade aos serviços existentes com o acompanhamento e orientação contínua dos jovens e desempregados em geral que recorrem aos serviços.

O modelo de governação do projeto designadamente as instituições responsáveis indicativas deverá seguir os seguintes princípios técnicos:

**Tabela 84 – Modelo de Governação do(s) Projeto(s)**

<b>ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gaia+Inclusiva</li> <li>– CLDS de Gaia</li> <li>– Medidas, recursos e formação do IIEFP</li> <li>– Articulações a definir</li> </ul>
<b>ENTIDADE PROMOTORA</b>	Município de Gaia
<b>ENTIDADE GESTORA</b>	Ação social da Juntas de Freguesia (integrando os planos de ação das CSIF's).
<b>ENTIDADES EXECUTORAS</b>	A definir caso a caso de acordo com o planeamento integrado e participado da equipa de projeto.
<b>MODELO DE GESTÃO</b>	Equipa de gestão constituída pelas Juntas de Freguesia, município e GIP's do concelho.
<b>FINANCIAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Programa Operacional Capital Humano</li> <li>– Programa Operacional Norte</li> <li>– Programas nacionais e comunitários: EEgrants, Interreg e outros.</li> </ul>
<b>LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO</b>	O projeto procurará integrar e articular todos os recursos institucionais, serviços e empresas que possam constituir uma oportunidade de inserção profissional para o grupo alvo.
<b>BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO</b>	O projeto realizará a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e modelização das boas práticas inovadoras identificadas. O objetivo deste processo será a disseminação pelo conjunto dos concelhos (nas Juntas de Freguesia) do potencial identificado.

A estrutura técnica de intervenção em cada componente temática do projeto está definida no formato seguinte:

### Componente 1 – Gaia Emprega +

(Fonte - Plano apresentado durante o processo de planeamento participado do PDS)

**Tabela 85 – Caracterização da Componente 1 – Gaia Emprega +**

<b>JUSTIFICAÇÃO</b>	
<b>Identificação grupo alvo e dos potenciais beneficiários</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Jovens licenciados à procura do primeiro emprego ou desempregados</li> <li>2. Desempregados de longa duração</li> <li>3. Desempregados que recorrem aos GIP</li> </ol> <p>Destina-se aos jovens desempregados e à procura do primeiro emprego que não respondem às solicitações do IIEFP e estão na proximidade dos GIP's.</p>
<b>Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Necessidades sentidas no terreno pelos técnicos.</li> <li>– Desmotivação/Desorientação dos jovens mais qualificados.</li> <li>– Dificuldade de construção de projetos profissionais de futuro/vulnerabilidade social.</li> <li>– Mudanças no processo de recrutamento por parte do tecido empresarial.</li> <li>– Mercado de trabalho regido pela lei da oferta / procura.</li> </ul>

Os principais objetivos, resultados e ações previstos a título indicativo para o projeto são os seguintes:

**Tabela 86 – Ficha da Componente 1 – Gaia Emprega +**

OBJETIVOS		INDICADORES
<b>Objetivo Estratégico</b>	Até 2020 definido um processo de mudança de paradigma na empregabilidade do concelho.	Taxa de desemprego jovem no concelho.
<b>Objetivos Específicos</b>	A partir de 2019 instituído um no concelho modelo de procura de emprego mais ativa e criativa.	Tempo médio da procura de emprego nos jovens integrados no projeto (valor comparativo com outros grupos de jovens não integrados – grupo de controlo).
<b>METODOLOGIA</b>		
<p>1ª Fase</p> <p>Capacitação dos técnicos afetos pelas freguesias ao projeto / Formação presencial.</p> <p>Elaboração de Manual de Apoio à realização das atividades de forma a facilitar a uniformização de procedimentos.</p> <p>2ª Fase</p> <p>Captação e sinalização dos jovens - cada freguesia procede à identificação /sinalização dos jovens desempregados licenciados a integrar no projeto.</p> <p>Constituição de grupos de 15 elementos (máximo).</p> <p>3ª Fase Implementação</p> <p>Sessões de capacitação com o objetivo de apresentação mútua, exploração de expetativas, desconstrução de mitos, definição de pontos de partida individuais, identificação de competências, definição de objetivos individuais, identificação de valores pessoais e profissionais, elaboração de planos de ação individuais, treino de estratégias de construção de CV criativo, estratégias de contactos empresariais, estratégias para utilização em entrevistas, avaliação final e apresentação de evidências da execução do plano.</p>		
<b>AÇÕES TIPO /INDICATIVAS</b>		
<p>Despiste de interesses e expetativas com um conjunto de atividades de ativação de competências dos participantes, levando-os a definir o percurso próprio de empregabilidade.</p> <p>Orientação e auto diagnóstico de potencial de empregabilidade, mini formação na procura de emprego ou projeto empreendedor.</p>		

## Componente 2 – Comunidade Empreendedora

(Fonte - Plano apresentado durante o processo de planeamento participado do PDS)

**Tabela 87 – Caracterização da Componente 2 – Comunidade Empreendedora**

JUSTIFICAÇÃO	
<b>Identificação grupo alvo e dos potenciais beneficiários</b>	Jovens qualificados à procura do primeiro emprego ou desempregados.
<b>Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto</b>	Dificuldade de acesso à oferta local de emprego, capacidade empreendedora e criativa por explorar e isolamento social destes jovens com a correspondente ausência de expectativas e projetos de vida.

Os principais objetivos e ações previstos a título indicativo para esta componente do projeto são os seguintes:

**Tabela 88 – Ficha da Componente 2 – Comunidade Empreendedora**

OBJETIVOS		INDICADORES
<b>Objetivo Estratégico</b>	Em 2020 o concelho de Gaia é uma referência de inovação e eficiência na temática do empreendedorismo jovem qualificado.	Número e percentagem no total / sustentabilidade das micro iniciativas empreendedoras geradas no projeto.
<b>Objetivos Específicos</b>	Em 2019 as freguesias do concelho disponibilizam oportunidades de inserção profissional para jovens qualificados.	Taxa de cobertura do projeto no concelho. Número e percentagem de jovens qualificados abrangidos pelo projeto nas freguesias.
METODOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Contratualização institucional no concelho (Rede Social) do modelo de gestão do projeto;</li> <li>– Reunião com jovens licenciados/ qualificados à procura do primeiro emprego ou desempregados;</li> <li>– Metodologia dinâmica participativa para identificar interesses e potenciais ideias empreendedoras;</li> <li>– Apresentação do programa ação da formação inicial (Empreendedorismo para Jovens qualificados);</li> <li>– Seleção de candidatos e organização das turmas pelas freguesias;</li> <li>– Constituição do consórcio de parceiros institucionais (empresas, mútuas e outras) para colaboração no projeto;</li> <li>– Identificação, seleção e recrutamento dos técnicos a envolver;</li> <li>– Definição da metodologia de formação ação a implementar;</li> <li>– Formatação do plano de formação ação;</li> <li>– Seleção pelo projeto e formação dos formadores;</li> <li>– Logística para o lançamento do projeto;</li> <li>– Organização do <i>dossier</i> técnico pedagógico;</li> <li>– Formadores – recrutados de acordo com o perfil recomendado pela coordenação ao IEFP.</li> </ul>		

## AÇÕES TIPO /INDICATIVAS

- Envolvimento das empresas e mútuas e outras instituições na possibilidade de diagnóstico de necessidades de empreendedorismo;
- Arranque do *co working* - seleção e utilização do espaço;
- Formação dos Mentores dos projetos empreendedores;
- Seleção dos DLD's das áreas de projeto (GEP's) para colaboração nos projetos dos jovens;
- Apadrinhamento empresarial e institucional dos projetos;
- Articulação com INOVAGAIA para motivação, assistência técnica e orientação dos projetos empreendedores.

Passo a passo dos projetos empreendedores:

1. Após seleção e triagem na etapa Gaia Emprega+, os candidatos com potencial e interesse empreendedor acedem ao processo formativo a disponibilizar em parceria com o IEFP, percorrendo o circuito da ideia à proposta de negócio a testar no mercado;
2. Incubação em *co-working* num espaço adequado com acompanhamento técnico especializado pela INOVAGAIA;
3. Teste de mercado no “Mercado do Empreendedor Social de Gaia” (espaço em definição para a criação de micro circuitos de escoamento e sustentabilidade rápida dos projetos empreendedores);

Plano de formação previsto:

- Enquadramento com o IEFP;
- Desenvolvimento da ideia ao projeto empreendedor;
- Consolidação e teste, pelos mentores, da ideia de produto ou serviço;
- Formatação e desenvolvimento de protótipos ou modelos de serviço;
- Formação, por áreas temáticas dos projetos, de curta duração (40h) na organização do modelo de negócio (IEFP);
- Formação personalizada e apoio dos mentores;
- Criação de rede de interlocutores para o desenvolvimento do projeto;
- Criação de um Banco de Ideias e Projetos Empreendedores;
- Criação de equipas de projeto (Jovem Qualificado, DLD, Mentor);
- Apresentação dos produtos e serviços no mercado empreendedor;
- Teste e desenvolvimento simultâneo na formação ação;
- Contratualização de espaço (s) ou equipamentos para apoio na produção de pequenas séries;
- Apoio das instituições envolvidas na Comunidade Empreendedora (Juntas, empresas e instituições);
- Criação de grupos de apoio e suporte aos projetos para contactos e mediação de potenciais parceiros ou apoios;
- Tipologias de participação na Comunidade Empreendedora;
- Contratualização, com as universidades, do acompanhamento dos projetos;
- Empresas apadrinhadoras;
- Parceria académica para os projetos;
- Instituições fornecedoras de apoio logístico;
- Instituições envolvidas na gestão e implementação do projeto.

### Componente 3 – Agência para o Emprego

(Fonte - Plano apresentado durante o processo de planeamento participado do PDS)

**Tabela 89 – Caracterização da Componente 3 – Agência para o Emprego**

JUSTIFICAÇÃO	
<b>Identificação grupo alvo e dos potenciais beneficiários</b>	Desempregados do concelho (em qualquer tipologia etária, de qualificação e percurso).
<b>Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto</b>	Dificuldade pessoal na compreensão dos mecanismos e processo a ativar para aceder às oportunidades de emprego.

Os principais objetivos, resultados e ações previstos a título indicativo para o projeto são os seguintes:

**Tabela 90 – Ficha da Componente 3 – Agência para o Emprego**

OBJETIVOS		INDICADORES
<b>Objetivo Estratégico</b>	Em 2020 está disponível em Gaia um Sistema de agenciamento de acompanhamento de proximidade dos percursos de empregabilidade.	Taxa de coberturas no concelho da Agência para o Emprego.
<b>Objetivos Específicos</b>	A partir de 2018 os desempregados que acedam à Agência são orientados para a procura de emprego com recurso a metodologias inovadoras.	Número e percentagem (comparativa) dos casos de sucesso de empregabilidade nos acompanhamentos efetuados pelo projeto.
METODOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Utilização da metodologia de “<i>coaching</i>” e mentoria personalizada na orientação e procura de emprego.</li> <li>– A inovação pretendida consiste na ligação estabelecida na abordagem técnica entre fatores pessoais e sociais e as competências pessoais de procura de emprego sendo definida em conjunto com o candidato ao emprego uma estratégia integrada e personalizada.</li> <li>– Ligação entre o projeto e o tecido empresarial com a mediação técnica entre os desempregados e os potenciais empregadores.</li> </ul>		
AÇÕES TIPO /INDICATIVAS		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Mentoria e acompanhamento (com metodologia específica coaching de emprego) para os candidatos das etapas anteriores e dos casos indicados pelos GIP nas freguesias e instituições;</li> <li>– <i>Coaching</i> da entrevista de emprego para os desempregados;</li> <li>– Mediação e intermediação entre os <i>coaches</i> e as empresas para identificar e propor as candidaturas ao emprego;</li> <li>– Acompanhamento contínuo pré e pós inserção laboral.</li> </ul>		

## 5.2. Projeto Loja da Comunidade – “Mercado para a Inclusão”

Tabela 91 – Caracterização do Projeto Loja da Comunidade “Mercado para a Inclusão”

JUSTIFICAÇÃO	
Identificação grupo alvo e dos potenciais beneficiários	Comunidade em geral.
Caracterização dos problemas e das necessidades que justificam o projeto	Construir oportunidades para pessoas em situação de carência e privação material que recorrerem às Lojas Sociais das Freguesias.

Os principais objetivos e ações previstos a título indicativo para o projeto são os seguintes:

Tabela 92 – Ficha Projeto Loja da Comunidade “Mercado para a Inclusão”

OBJETIVOS		INDICADORES
<b>Objetivo Estratégico</b>	A partir de 2018 é possibilitada a capacitação dos beneficiários para o pleno (direito) de acesso aos bens e recursos de apoio social (em situação de carência e vulnerabilidade social).	Número e percentagem de beneficiários que desenvolvem competências de autonomia.
<b>Objetivos Específicos</b>	A partir de 2018 é realizada a conversão da “Loja Social” em espaço de inclusão comunitária com a introdução de uma metodologia motivadora da corresponsabilização e da orientação para a empregabilidade através da troca e partilha de recursos por competências exercidas em serviços.	Número e percentagem de beneficiários que exercem competências na prestação de serviços no sistema de troca.
METODOLOGIA		
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Constituição da parceria de projeto com as Juntas, empresas, voluntários e instituições locais;</li> <li>– Dinamização de grupos de voluntários para dinamizar a Loja da Comunidade;</li> <li>– Estabelecer protocolos para a doação de bens com empresas no âmbito da responsabilidade social;</li> <li>– Eliminação da relação de dependência passiva (doador recetor);</li> <li>– Treino das competências e de gestão e autonomização de recursos;</li> <li>– Relação não assistencial na emergência social;</li> <li>– Dinamização da solidariedade comunitária através de um sistema inclusivo de acesso a bens e recursos.</li> </ul>		

**AÇÕES TIPO /INDICATIVAS**

- Troca comunitária (dirigida à comunidade) de bens e serviços;
- Partilha de bens de primeira necessidade (alimentos, têxteis, calçado, brinquedos e outros) existentes em cada freguesia com vista à rentabilização dos recursos existentes em cada loja e /ou partilha de excedentes;
- Reversão de espaços físicos voluntariados para a recolha e doação de bens e serviços;
- Toca de vouchers (bens) por micro serviços pelos beneficiários;
- Troca de bens por “moeda solidária” para apoio de emergência social;
- Campanhas de recolha de bens (soba forma de compra de vouchers) para apoio alimentar e outro;
- Aproveitamento e valorização dos bens doados e trocados nos ateliês de inclusão;
- Captar beneficiários com competências e aptidões para prestação de qualquer tipo de serviço e troca-los por bens da loja;
- Criar autonomia nas famílias e indivíduos com capacidade para a troca de serviços por alimentos sem necessidade de recorrer ao cabaz alimentar;
- Criação de vales para produtos básicos, a serem comprados pelos clientes das grandes superfícies que serão reconvertidos em listagens de donativos;
- Através dos donativos emitir vouchers, com delimitação de valor, que serão entregues às famílias e que poderão reconverte-los em produtos, na aquisição / compras nas áreas comerciais contratualizadas;
- Criação de um mercado social / empreendedor e inclusivo com a reversão de produtos doados;
- Criação de um fundo de investimento (auto financiado pelas receitas do mercado e do negócio âncora nas oficinas de reciclagem e reversão de produtos);
- Criação de uma “moeda local” nas lojas da comunidade que implemente a literacia e comportamentos de gestão financeira responsáveis.

## 6. Modelo de Governação

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do concelho de Gaia estrutura-se num conjunto de princípios de planeamento que se assumem como reguladores e orientadores da ação da diversidade e multiplicidade de instituições que constituem a rede social.

Estes princípios organizadores da ação coletiva do território privilegiam o **planeamento orientado para impactos sociais** que transforme as condições geradoras dos problemas colmatando necessidades mas simultaneamente produzindo mudança social.

A **territorialização da intervenção** e a coesão territorial e social, enquanto princípio organizador do PDS, pretende responder à característica diferenciadora do concelho se encontrar coberto com Comissões Sociais de Freguesia e Inter-freguesia que são as estruturas de ação e resposta social de proximidade baseadas na dinâmica de parceria do território.

A territorialização da intervenção reforça as competências e capacidade de ação ao nível micro mas coloca desafios ao desenho da ação e ao correspondente modelo de governação. São necessárias respostas de proximidade à medida das especificidades do território mas, simultaneamente, as intervenções deverão ter escala suficiente para produzir o impacto social desejado na globalidade do concelho.

A **cooperação em rede e em projetos estruturantes** nos domínios considerados prioritários é outro princípio de planeamento do PDS definidor de um conjunto de espaços colaborativos de formulação de prioridades e objetivos, de coordenação de recursos e de planeamento de ações à escala do território.

A diversidade de organizações aglutinadas na rede social que agrupa IPSS's, serviços públicos locais da administração central, autarquias e associações temáticas diversas, implica a coerência da leitura do território e a focagem em pontos críticos e prioritários de intervenção resultantes de escolhas partilhadas e negociação colaborativa.

A **disseminação e transferência de práticas e resultados** para o conjunto do concelho a partir de projetos e ações de cariz mais localizado ou experimental é outro dos princípios de planeamento incorporados no PDS que pressupõe uma governação ativa da partilha da aprendizagem e do conhecimento na rede social.

A matriz de inovação que o PDS propõe resultará da capacidade da rede concretizar uma estratégia inclusiva que potencia pontos fortes e oportunidades do concelho e da sua macro-envolvente (AMP) baseada no **conhecimento para a inovação** na ação.

A inovação na área social é um desafio necessário para a obtenção de melhores resultados e impactos sociais mas, também, de adaptar o território às novas realidades e problemáticas sociais para as quais as metodologias convencionais de intervenção e as respostas sociais já institucionalizadas não respondem.

---

Em síntese os princípios orientadores do PDS são os seguintes:

- **Planeamento orientado para impactos sociais;**
- **Territorialização da intervenção;**
- **Cooperação em rede e projetos estruturantes;**
- **Disseminação e transferência de práticas e resultados;**
- **Conhecimento para a inovação.**

A função operativa do PDS de Gaia, de acordo com os princípios enunciados, implica a formalização de uma estrutura de suporte à decisão que permita a coordenação dos diferentes níveis políticos e institucionais do território.

No PDS são formuladas propostas operativas em três grandes áreas de intervenção que requerem diferentes modalidades de coordenação e gestão da decisão:

- 1 – Planeamento das Redes de Equipamentos e Respostas Sociais;
- 2 – Propostas de ação nas temáticas de risco;
- 3 – Projetos âncora estruturantes.

**A gestão da decisão em rede deverá constituir a arquitetura do Modelo de Governação do PDS** de modo a garantir os espaços de integração na decisão dos diferentes níveis e tipologias institucionais coordenando horizontalmente a sua participação e colaboração.

### **Componentes do Modelo de Governação do PDS:**

O modelo de governação constitui-se em diferentes níveis de organização colaborativa da rede de instituições parceiras de acordo com as suas funções específicas na estrutura de intervenção do PDS:

## **1. COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA – CLAS E NÚCLEO EXECUTIVO**

No contexto da estratégia local e da região envolvente o PDS assume uma função complementar de especialização nos fatores de contexto do desenvolvimento social. O concelho de Gaia tem definidas políticas sociais locais como o “Projeto Gaia+Inclusiva”, além de programa noutros setores que deverão articular-se estrategicamente com o PDS na definição de sinergias e potenciação mútua.

No contexto da AMP são definidas programas temáticos à escala macro territorial e são definidos projetos e candidaturas nas quais Gaia se deverá integrar. Neste quadro, o PDS deverá constituir um instrumento de duplo sentido: integrar prioridades externas e consolidar a negociação da estratégia definida pelo concelho no território mais alargado da AMP.

A função de coordenação e orientação estratégica do PDS deverá ocorrer nos níveis de decisão desenhados para este efeito na estrutura orgânica da Rede Social: o Núcleo Executivo e o CLAS.

Ao Conselho Local de Ação Social cabe a implementação do processo de monitorização e avaliação estratégica das ações previstas e implementadas no PDS com o objetivo de potenciar o seu impacto. O CLAS valida e assume institucionalmente o Plano de Ação anual, decorrente do PDS, criando as condições para a sua efetiva operacionalização realizando, simultaneamente a coordenação, articulação e planeamento dos diferentes planos e programas locais.

O CLAS e o Núcleo Executivo da rede social assumem a função de gestão das redes de equipamentos e respostas sociais, definida no PDS, propondo e validando candidaturas, negociando nos fóruns competentes as necessidades de cobertura do concelho e monitorizando tendências e novas tipologias de equipamentos e respostas sociais.

A gestão, avaliação e monitorização contínua da rede de equipamentos e respostas é um processo em contínua atualização e revisão. Na perspetiva de novo impulso à rede de equipamentos pelas novas tipologias ou nas áreas ainda deficitárias em termos de cobertura (ver capítulo sobre mapeamento das respostas sociais) será relevante uma atualização e observação prospetiva sobre as necessidades do concelho neste domínio.

É proposta a constituição de um nível de governação especializado nesta temática, interno ao CLAS e representado no Núcleo executivo, formalizado no modelo de governação do PDS:

- Constituição do **Grupo de Missão para a Carta de Equipamentos e Respostas Sociais, Educativas e de Saúde.**

A função deste Grupo de Missão será de manter a rede preparada para a candidatura a investimentos de qualificação ou modernização da rede, a partir de um diagnóstico de necessidades atualizado e operativo em termos de avaliação de prioridades de investimento e candidatura.

## 2. INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

A forte dinâmica local ao nível das freguesias do concelho que se verifica nas Comissões Sociais (Inter) de Freguesia (CSIF's) com os seus planos de ação e o planeamento focado nas necessidades particulares e capacidade específica dos micro territórios coloca um desafio à governação da intervenção e ação concertada em rede.

Os Planos de Ação das CSIF's respondem a necessidades específicas das freguesias envolvendo de modo participativo as IPSS's locais e todas as entidades e serviços com intervenção local.

O PDS, na vertente da intervenção concertada em temáticas de risco social, poderá funcionar como instrumento de qualificação técnica e aglutinação das micro ações orientando-as para uma dimensão e escala territorial superior.

Os referidos instrumentos de política social local como o Projeto Gaia+Inclusiva, tem grupos alvo coincidentes com outros projetos e ações no âmbito da emergência social pelo que a sua coordenação e articulação na proximidade a implementação pelas CSIF's, projetos e IPSS's seria uma oportunidade para potenciar e rentabilizar o esforço e o investimento comum.

É proposta a constituição de um nível de governação especializado na temática da intervenção no risco e na emergência social, formalizado no modelo de governação do PDS:

- Constituição do Grupo de Intervenção nas Problemáticas de Risco e Emergência Social com o propósito de:
  - Coordenar e articular a intervenção nas CSIF's e a rede em geral;
  - Qualificar e consolidar tecnicamente a ação em curso no concelho neste domínio;
  - Partilhar instrumentos e conhecimento decorrente do trabalho desenvolvido;
  - Preparar de modo colaborativo e cooperativo as candidaturas a financiamentos e instrumentos de apoio à intervenção;
  - Coordenar a implementação complementar do PDS com o projeto Gaia Mais Inclusivo.

Para além da autarquia este Grupo Temático deverá integrar os representantes das CSIF's e os serviços temáticos nas problemáticas de risco definidas como prioritárias no PDS e transversais à rede social.

### 3. PROJETOS ÂNCORA/ESTRUTURANTES

O PDS propõe a implementação de um conjunto de projetos âncora estruturantes focalizados em impactos sociais relevantes. Pela natureza da ancoragem multidimensional e multi institucional da intervenção prevista nestes projetos será necessária a criação de um mecanismo de governação integrada que garanta a coordenação das equipas dos projetos, da articulação com outros projetos no terrenos e com a estrutura de parceria da rede social.

Os projetos âncora propostos deverão ser agregados em áreas temáticas comuns, com gestão integrada no modelo de governação através da criação de um grupo de trabalho inter institucional com esse propósito.

A atribuição funcional deste grupo seria a partilha a informação relevante, a avaliação e replaneamento dos projetos, a articulação das intervenções na respetiva área temática para partilha de recursos, a reflexão técnica e metodológica, a coordenação das diferentes intervenções nas CSIF's e a sua programação no terreno em articulação com o núcleo executivo da rede social.

A criação, no concelho de Gaia, deste espaço institucionalizado de planeamento e concertação proporcionaria ganhos de eficiência e eficácia na intervenção, o aumento da proximidade e envolvimento institucional da rede e a melhoria da coordenação no terreno, evitando potenciais sobreposições ou desconhecimento mútuo da intervenção em curso.

A coordenação operativa do PDS deverá traduzir-se no modelo de governação com a criação de um **Grupo Temático dos Projetos Âncora** com a função de garantir a operacionalização, no terreno, do Plano de Desenvolvimento Social com a atribuição de responsabilidades setoriais de participação distribuídas e assumidas pelo conjunto dos parceiros

### 4. INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

A qualificação da intervenção em rede tem como requisito a possibilidade de institucionalizar a análise de práticas dos técnicos, das instituições, dos projetos e ações numa lógica de aprendizagem contínua e produção de conhecimento.

A avaliação participada e colaborativa da intervenção deverá ser, igualmente uma ferramenta de melhoria e de produção de conhecimento. Mas dada a sua complexidade implica a criação de um dispositivo de trabalho colaborativo e em rede institucionalizado no modelo de governação que permita a criação de práticas continuadas e sedimentadas de análise, reflexão e incorporação do conhecimento na prática técnica.

Neste sentido é proposta a criação de um **Grupo de Reflexão Colaborativa** que agregue os técnicos das instituições e projetos, com o objetivo da produção de conhecimento e qualificação da prática de intervenção na rede social e no PDS de Gaia.

## Modelo de Governação – Síntese dos Grupos de Trabalho Temáticos (Intermédios)



### ***Quadro global do Modelo de Governação do PDS de Gaia.***

Coordenação Estratégica:

- **CLAS / Núcleo Executivo.**

Coordenação Operacional / Grupos Intermédios:

- **Grupo de Missão para a Carta de Equipamentos e Respostas Sociais, Educativas e de Saúde;**
- **Grupo de Intervenção nas Problemáticas de Risco e Emergência Social;**
- **Grupo Temático dos Projetos Âncora.**

*(Ligação e articulação com as CSIF's, Planos de Ação Específicos Políticas/Projetos e ações em curso no concelho)*

Qualificação e Produção de Conhecimento:

- **Grupo de Reflexão Colaborativa**

*(Técnicos de intervenção)*

## 7. Observatório para a Qualificação da Intervenção

O projeto Gaia+Inclusiva prevê a constituição de um Observatório Social que, de acordo com o enunciado, irá tratar e sistematizar a informação relevante para a intervenção social do concelho a partir dos resultados do atendimento e acompanhamento social efetuado pelos respetivos serviços.

Em complementaridade a este objetivo definido para o concelho, o PDS deverá conter uma ferramenta articulável e integrada de produção de conhecimento específico nas áreas que propõe e define como estratégicas.

A necessidade prioritária cuja resposta poderá ser atribuída ao Observatório para a Qualificação do PDS será a atualização e sistematização do referencial de indicadores estatísticos específicos das temáticas abordadas.

A lógica conceptual da Carta de Risco baseia-se na identificação de problemáticas sociais muito específicas, na perspetiva de alguns fatores relevantes para a intervenção pelo grau de associação desses fatores de risco à relevância da problemática social.

Esta perspetiva técnica exige a produção e sistematização de informação específica que não está disponível na maioria dos sistemas institucionais de produção de informação. Será necessário construir instrumentos e ferramentas que alimentem a Plataforma de Informação que é proposta no “Projeto Gaia Mais Inclusiva”.

A identificação das problemáticas de risco inscritas no PDS afasta-se da abordagem generalista como muitas vezes são equacionadas. São questões muito especializadas apoiadas numa metodologia de análise de risco que isola variáveis muito definidas e circunscritas.

Esta abordagem é exigente em termos de conhecimento, em áreas em que as referências são relativamente escassas e pouco acessíveis aos técnicos e decisores nos momentos de planeamento das ações e projetos.

Outro fator de exigência acrescida é o facto destas problemáticas sociais corresponderem a novos fenómenos sociais que estão em contínuo e rápido desenvolvimento, associados às recentes mudanças sociais.

O acesso ao conhecimento disponível é essencial para a qualificação da intervenção técnica no concelho pelo que o Observatório deverá assumir essa função de transferência e produção de conhecimento.

A dimensão da avaliação de resultados e de impacto está ainda, insuficientemente instituída na prática corrente dos projetos e ações no terreno pelo que o Observatório deverá ocupar essa função promotora e incentivadora.

O Grupo alvo do Observatório constitui-se pelo conjunto das instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, que beneficiarão da qualificação da intervenção no concelho assim como a comunidade, última destinatária de uma ação com maior eficiência e eficácia.

No modelo de governação do PDS está proposto um grupo de reflexão e partilha de práticas de intervenção que poderá assumir a pilotagem das atividades do Observatório. Mas será necessária e vantajosa a participação, em parcerias a constituir, de instituições académicas e centros de conhecimento, aproximando-os, desta forma, do dispositivo institucional do concelho.

---

O modelo de gestão do grupo de reflexão sobre as práticas de intervenção no concelho deverá basear-se na análise de casos e abordagens reais em curso, com enfoque na valorização da reflexão aplicada à prática, gerador do “empowerment” dos técnicos como objetivo complementar do Observatório.

As áreas temáticas do Observatório deverão centrar-se na metodologia de ação em problemáticas específicas: da infância dos idosos; dos deficientes; dos desempregados e nas famílias /parentalidade (entre outras), que carecem de atualização face ao conhecimento científico produzido e às aprendizagens que os técnicos foram realizando ao longo da sua prática. Estas problemáticas ganharam novos contornos sociais e especificidades técnicas que exigem reflexão para a atualização da intervenção em curso nas instituições.

A concretização do objetivo de requalificação e modernização das instituições do concelho que coloque Gaia no “radar” da inovação só será possível de concretizar com a mobilização dos técnicos para a definição e novas abordagens e práticas.

A “Metodologia de Intervenção Integrada” que é crescentemente utilizada na intervenção familiar, nas crianças e jovens em risco, na violência doméstica e na ação social, podendo ser alargada aos seniores e idosos, é uma ferramenta essencial para a capacitação global da rede de intervenção no concelho e poderia constituir um objetivo de realização do Observatório.

Em termos gerais e a título exemplificativo, as competências técnicas a disseminar no Observatório seriam as seguintes:

- Metodologia de avaliação da intervenção em curso nos projetos, respostas sociais e serviços;
- Boas práticas de intervenção em grupos e necessidades sociais específicas;
- Elaboração de projetos e candidaturas pelas instituições;
- Definição de perfis de risco e planeamento das práticas institucionais;
- Metodologia de “*Design Thinking*” para a inovação e criatividade nas práticas e serviços.

Para além da troca e partilha interna de conhecimento na rede de interventores de gaia, deverão realizar-se sessões abertas com boas práticas externas, encontros temáticos com peritos e investigadores e candidaturas a estudos específicos no concelho. Desta forma se poderá criar canais de circulação e acesso ao conhecimento necessário.

O Observatório deverá concretizar e tornar acessíveis, aos parceiros da rede social, produtos de conhecimento com utilização prática partilhada e contratualizada internamente na rede institucional. Estes produtos poderiam ser, a título exemplificativo:

- Guião de boas práticas internas e externas (*Benchmarking*) na intervenção em áreas específicas;
- Instrumentos de registo e partilha de casos entre instituições;
- Repositório de conhecimento produzido sobre as problemáticas sociais;
- Estudos e informação estatística ou outra com relevância para a intervenção no concelho.

Para a criação de um “Observatório” dinâmico com capacidade de qualificação das práticas será fundamental que as instituições, integradas na rede social, desenvolvam em conjunto ações partilhadas para a concretização de objetivos comuns.

Aa ações a realizar poderão centrar-se no apoio em projetos e candidaturas em rede e parceria efetiva, o apoio partilhado na avaliação de impacto da intervenção e dos projetos no concelho com a oportunidade de reflexão dirigida que possam ser incorporada e em termos globais, a participação em todas as ações de “Gestão da Inovação e Conhecimento” a implementar no concelho de Gaia.

## Georreferenciação dos indicadores sociais por freguesia – visão integrada das problemáticas sociais do concelho



---

# Anexo I. Bibliografia

Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2009.0

Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) – nova versão das NUTS (NUTS 2013)

Estratégia Integrada de Desenvolvimento territorial – AMP 2020

Estratégia Nacional Portugal 2020

Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas de Nados Vivos – 2015

Instituto Nacional de Estatística – Estimativas anuais da população residente – 2014

Instituto Nacional de Estatística – X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960/1981)

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento da população e habitação – Censos 2011

João Seixas, A CIDADE NA ENCRUZILHADA Repensar a cidade e a sua política, Lisboa, Ed. Afrontamento, 2013

Mapeamento dos investimentos e infraestruturas sociais e na rede nacional de cuidados continuados integrados – Região Norte; setembro de 2016

Mapeamento dos investimentos em Infraestruturas sociais – Norte 2020; janeiro de 2017;

MTSS, “Mapeamento dos Equipamentos e Respostas Sociais”

Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, síntese estatísticas da região NUT III; CCDRN

The Social Protection Committee – A VOLUNTARY EUROPEAN QUALITY FRAMEWORK FOR SOCIAL SERVICES EU - SPC/2010

**Páginas da internet com informação relevante para a elaboração do PDS com consulta *online* validada a 25/07/2017:**

<https://www.ine.pt>

<http://www.qualifica.gov.pt>

<https://www.iefp.pt/>

<http://www.seg-social.pt>

<http://www.pordata.pt>

<http://www.cartasocial.pt>

<http://gaiaedu.cm-gaia.pt/>